

**Jerónimo
Martins**



2019

Relatório & Contas

Nota Introdutória ao Relatório e Contas 2019

A informação divulgada neste Relatório e Contas de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração de Jerónimo Martins a 19 de Fevereiro de 2020. Desde essa altura, a rápida progressão da COVID-19 e a identificação, no início de Março, dos primeiros casos confirmados de infecção em Portugal, na Polónia e na Colômbia, alteraram de forma significativa as condições em que cada um dos nossos negócios opera. Assim, o sentido de rigor, a prudência e o respeito para com todas as partes interessadas nas actividades de Jerónimo Martins levam-nos a revisitar, à luz dos impactos preliminares já registados, as perspectivas para o desempenho do Grupo em 2020.

Acompanhámos, desde o primeiro momento, o desenvolvimento da pandemia por COVID-19, antecipando medidas de prevenção e seguindo as indicações da Organização Mundial de Saúde e das Direcções Gerais de Saúde dos três países onde temos operações.

Os primeiros impactos da crise sanitária mundial começaram a fazer-se sentir nas nossas companhias – ainda que com intensidades diferentes consoante o estágio de evolução da situação epidemiológica em cada um destes países – a partir da primeira quinzena de Março.

Os planos de contingência existentes para cada negócio foram de imediato activados e ajustados à ocorrência dos eventos que as áreas internas de gestão de risco classificaram como tendo maior probabilidade no actual contexto. Os planos de acção detalhados têm vindo a ser aplicados como forma de antecipar ou mitigar impactos na operação.

Conscientes da responsabilidade acrescida que é, nestas circunstâncias, assegurar a disponibilidade de produtos nas nossas lojas alimentares, assumimos como prioridade número um a protecção das nossas pessoas e da cadeia de abastecimento de bens essenciais.

Em todas as geografias, as nossas equipas mostraram flexibilidade e prontidão na adopção das medidas necessárias para, numa realidade que é muito dinâmica, garantir a chegada de bens essenciais às nossas lojas e responder a situações de emergência social.

A Direcção Executiva do Grupo, presidida pelo Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado, e que inclui, para além dos Directores do Centro Corporativo, também os Directores Gerais das áreas de negócio, tem actuado como Gabinete de Crise, acompanhando a situação em permanência e reunindo formalmente, com uma periodicidade semanal, para estabelecer prioridades e tomar as decisões apropriadas à rápida evolução da pandemia e às suas consequências nas diferentes geografias.

A informação de que dispomos até ao momento permite já concluir que todos os negócios serão impactados por esta crise, dependendo o grau e a profundidade dos impactos do tempo que durarem os seus efeitos e as correspondentes restrições e medidas de condicionamento adoptadas nos diferentes países.

O Conselho de Administração de Jerónimo Martins congratula-se com a capacidade de resposta e superação demonstradas pelas insígnias do Grupo num contexto adverso e marcado por elevada incerteza e dinamismo. No entanto, reconhece a insuficiência da informação actualmente disponível para identificar e avaliar de forma rigorosa todos os factores com impacto potencial na actividade, no futuro próximo.

Assim, e seguindo um critério de prudência, retiramos o *guidance* comunicado a 20 de Fevereiro de 2020, aquando da publicação dos resultados relativos ao ano de 2019. Consideramos ainda que as perspectivas para 2020, divulgadas no Relatório de Gestão de 2019, já não são válidas.

Finalmente, e apesar desta crise encontrar o nosso Grupo numa situação financeira sólida, depois de um ano de fortes resultados, aconselha a prudência que, num quadro de recessão global, reforçemos a gestão conservadora do nosso balanço, mantendo a flexibilidade para capturar eventuais oportunidades. O Conselho de Administração decidiu, por isso, propor - na Assembleia Geral Anual de Accionistas, a realizar no próximo dia 25 de Junho - que a distribuição de dividendos siga um payout de 30%, em vez dos 50% previamente anunciados, a aplicar aos resultados líquidos consolidados de 2019 (excluindo os efeitos contabilísticos da adopção da IFRS16).

Assim, e de acordo com esta decisão, a proposta de aplicação dos resultados relativos a 2019 (referida no ponto 8 do Relatório de Gestão) é revista e passa a ter a seguinte redacção:

“No exercício de 2019, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou um lucro consolidado de 389.865.562,94 euros e um lucro nas contas individuais de 754.394.693,64 euros. O Conselho de Administração, com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, propõe aos Senhores Accionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Reservas Livres 624.308.810,10 euros;
- Dividendos 130.085.883,54 euros.

Esta proposta de distribuição de resultados representa o pagamento de um dividendo bruto de 0,207 euros por acção, excluindo-se as acções próprias em carteira.”

O Conselho de Administração não exclui a possibilidade de vir a propor, com base nas reservas livres da sociedade, a distribuição, até ao final do ano, do valor da diferença para o payout de 50% inicialmente previsto, se a evolução da situação epidemiológica e os seus impactos assim permitirem.

O foco do Grupo no crescimento rentável e sustentável mantém-se intacto e, neste momento, isso significa continuar a responder com determinação aos desafios colocados pela situação de pandemia e pelo impacto adverso que já está a ter e ainda terá sobre a actividade económica em geral e, principalmente, sobre as pessoas. As nossas insígnias continuarão pois, de forma responsável e empenhada, a cumprir o compromisso que têm para com os consumidores: assegurar o acesso a produtos alimentares essenciais, com qualidade, a baixos preços, na proximidade, e num ambiente seguro.

Lisboa, 12 de Maio de 2020

O Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos

Andrzej Szlezak

António Viana-Baptista

Artur Stefan Kirsten

Clara Christina Streit

Elizabeth Ann Bastoni

Francisco Seixas da Costa

José Soares dos Santos

María Ángela Holguín

Sérgio Tavares Rebelo

	Mensagem do Presidente	5
1.	O Grupo Jerónimo Martins	12
	1. Perfil e Estrutura	14
	2. Posicionamento Estratégico	21
	3. Prémios e Reconhecimentos	23
2.	Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento	25
	1. Factos-Chave do Ano	27
	2. Enquadramento de 2019	29
	3. Desempenho do Grupo	34
	4. Desempenho das Áreas de Negócio	47
	5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins	61
	6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	63
	7. Política de Distribuição de Dividendos	64
	8. Proposta de Aplicação de Resultados	65
	9. Anexo ao Relatório de Gestão	66
	10. Notas Reconciliatórias	68
3.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	71
	1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	73
	2. Declaração do Conselho de Administração	128
	3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	129
	4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	136
4.	Governo da Sociedade	139
	Parte I – Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade	141
	Secção A – Estrutura Accionista	141
	Secção B – Órgãos Sociais e Comissões	145
	Secção C – Organização Interna	178
	Secção D – Remunerações	190
	Secção E – Transacções com Partes Relacionadas	200
	Parte II – Avaliação do Governo Societário	202
5.	Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor	213
	1. A Nossa Abordagem	215
	2. Envolvimento com os Stakeholders	217
	3. Highlights 2019	219
	4. Promover a Saúde pela Alimentação	221
	5. Respeitar o Ambiente	236
	6. Comprar com Responsabilidade	252
	7. Apoiar as Comunidades Envolventes	266
	8. Ser um Empregador de Referência	278
	9. Compromissos para 2018-2020	295
	10. Tabela de Indicadores	300
6.	Demonstrações Financeiras Individuais	311
	1. Demonstrações Financeiras Individuais	313
	2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	353
	Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	357

MENSAGEM DO PRESIDENTE



PEDRO SOARES DOS SANTOS
Presidente e Administrador-Delegado

O mundo viveu em 2019 tempos de grande incerteza, acentuada pela crise do multilateralismo e pela agudização da tendência para a polarização das sociedades.

Em escalada desde há cerca de dois anos, o braço-de-ferro comercial entre as duas maiores potências económicas globais – EUA e China – foi conhecendo avanços e recuos, mas a incerteza constante levou a China a registar o pior crescimento económico em quase três décadas. A nível mundial, houve também uma desaceleração, com as empresas a adiarem investimentos. Uma previsão do Banco Mundial no final do ano estimava que, se o conflito comercial entre os Estados Unidos e a China se agravar, isso poderá romper cadeias de abastecimento, não só bloqueando o desenvolvimento dos países mais vulneráveis como, no pior cenário, empurrando mais de 30 milhões de pessoas em todo o mundo para baixo da linha da pobreza.

A primeira fase do acordo negociado exige que a China suavize algumas tarifas e aumente significativamente as suas compras aos EUA, adquirindo, até 2021, mais 200 mil milhões de dólares de produtos industriais e agrícolas, energia e serviços. Ao mesmo tempo, o acordo procura garantir maior protecção para a tecnologia e segurança nacional norte-americanas, designadamente pelo aumento do escrutínio relativamente aos investimentos e tecnologia chineses. Isto gera natural preocupação na Europa, onde o abrandamento económico foi também uma realidade.

Por outro lado, o acordo não altera as tarifas que a Administração americana impôs sobre bens chineses no valor de 360 mil milhões de dólares, mantendo-se um ambiente de ameaça de represálias adicionais caso a China não cumpra os termos do acordo. Este contexto internacional, marcado pela tensão e pela imposição de decisões unilaterais, condiciona o regime de comércio livre e, por essa via, prejudica sobretudo os agregados familiares com rendimentos mais baixos, que são também os mais desprotegidos quando há ameaças económicas globais.

A Europa, onde Jerónimo Martins tem os seus dois principais palcos de operações, viveu também bastante inquieta pela incerteza sobre o Brexit, que se manteve muito presente. Já na parte final do ano, a realização de eleições ajudou a clarificar a situação, mesmo se é ainda uma incógnita o verdadeiro impacto que a saída do Reino Unido da União Europeia terá.

É expectável que esta saída venha a reforçar a importância político-económica da Polónia, a pátria da nossa Biedronka, no seio da União Europeia. Embora em 2019 o país tenha registado um abrandamento da economia face a 2018, o ritmo de crescimento foi acima dos 4%, com a fraqueza da economia alemã a ser em parte compensada pelo aumento do consumo privado e por uma política orçamental expansionista.

Em Portugal, cuja economia é muito aberta ao exterior, a travagem é evidente e o país aparenta preparar-se para passar vários anos com um crescimento económico inferior a 2%. Além disso, tardam as reformas estruturais que aliviem o peso do Estado na economia, garantam maior celeridade na Justiça e preparem o país para a revolução digital em curso.

“

Num enquadramento de elevada incerteza e exigência, destaco o desempenho de todas as nossas insígnias, que conseguiram reforçar as suas quotas de mercado em 2019.

Na América do Sul, outra geografia fundamental para Jerónimo Martins, 2019 foi um ano de instabilidade social e política. A tensão, que ganhou por vezes contornos bastante violentos nas ruas, foi transversal a uma série de países, desde logo o Chile – que habituara o mundo a ser o país latino-americano mais ordeiro e com uma economia mais robusta –, a Bolívia, o Equador, o Perú, o Paraguai e, em certa medida, o México, que se bate com o grave problema do narcotráfico.

Na Venezuela, onde o líder da oposição Juan Guaidó se autoproclamou Presidente interino, Nicolás Maduro manteve-se no poder, continuando incerto o rumo político de um país cuja situação económica não pára de degradar-se, provocando o êxodo de milhões de cidadãos. Estima-se que tenham entrado na Colômbia até ao final de 2019, perto de 2 milhões de venezuelanos, recebidos com solidariedade pelo Governo e pelo povo colombianos. No difícil contexto actual da América Latina, e apesar de ter desafios próprios, a Colômbia é hoje um dos poucos países da região onde a Lei e o Estado de Direito imperam.

Neste enquadramento global de elevada incerteza e exigência, entendo que assume relevo destacado o desempenho de todas as nossas insígnias, que conseguiram reforçar as suas quotas de mercado em 2019, o que demonstra que a justeza da estratégia que temos vindo a seguir nos vários mercados é confirmada pelos consumidores.

As vendas totais do Grupo aumentaram 7,5% para os 18,6 mil milhões de euros, traduzindo a capacidade de, uma vez mais, somarmos mais de mil milhões de euros – em rigor, mais 1,3 mil milhões – às vendas do ano anterior.

No ano em que assinalámos o 30.º aniversário da nossa entrada na Bolsa de Valores de Lisboa com a celebração do muito valor que criámos ao longo destas três décadas, superámos, pela primeira vez, os mil milhões de euros de EBITDA, o que considero um feito importante. De facto, o EBITDA consolidado atingiu 1.045 milhões de euros, 8,9% mais do que em 2018 e acima do crescimento das vendas.

Os resultados lucros líquidos atribuíveis a Jerónimo Martins aumentaram 7,9% face a 2018, o que nos permitiu entregar um pre-tax ROIC superior a 28%.

Estes resultados são tanto mais expressivos quanto foram alcançados num ano em que voltámos a rever em alta os salários e benefícios dos nossos colaboradores nos três países.

Em 2019 investimos 678 milhões de euros, o que nos manteve como um investidor de grande relevância em qualquer uma das geografias onde operamos. Daqueles, 32% foram destinados à expansão, e o restante dirigido a projectos de remodelação e manutenção das operações das redes de lojas e dos Centros de Distribuição.

Na Polónia, a Biedronka executou um plano de investimento de 388 milhões de euros, tendo adicionado 102 lojas à sua rede, superando o marco das 3.000 lojas e fechando o ano de 2019 com 3.002 localizações, mais de 50% das quais abertas ou remodeladas nos últimos cinco anos.

Num país cujo ambiente de consumo se manteve favorável, com uma inflação alimentar de 4,9%, a Biedronka cresceu 7,9% as suas vendas totais para os 12,6 mil milhões de euros. Este crescimento foi impulsionado pela forte liderança de preço, pela intensidade e atractividade das promoções e pelo aumento em 5,8% do like-for-like (LFL), que, combinados com uma gestão certa do mix de margem, permitiram que a Companhia mantivesse a sua margem EBITDA estável nos 7,3%. Com uma contribuição para o EBITDA consolidado de 918 milhões de euros, a Biedronka permanece o principal motor de rentabilidade do Grupo, num ano de desempenho a todos os títulos notável, apesar da perda adicional de 13 dias de vendas, que somam aos 21 de encerramento obrigatório ao domingo registados em 2018.

Para a Hebe, 2019 ficará na história como o ano em que atingiu o breakeven ao nível do EBITDA. Mesmo com o impacto da perda de mais 13 domingos, a Companhia aumentou fortemente as vendas em 24,9% para os 259 milhões de euros, beneficiando também das 46 novas lojas abertas em 2019 e da operação de e-commerce, lançada em Julho, e que contribuiu positivamente para o reforço da notoriedade e da posição competitiva da insígnia no mercado polaco.

O Pingo Doce e o Recheio reforçaram as suas quotas de mercado, com excelentes desempenhos numa economia em que a taxa de inflação se manteve muito baixa, o que é sempre um desafio exigente para um negócio de margens muito contidas e que exige um foco permanente na capacidade de se ser competitivo e simultaneamente inovador na oferta aos consumidores.

Para o Pingo Doce, cujas vendas LFL cresceram 2,5%, foi um ano histórico em termos de EBITDA, que atingiu os 200 milhões de euros, 6,4% acima do ano anterior e com a respectiva margem a cifrar-se nos 5,1%. As vendas totais subiram 2,9% para os 3,9 mil milhões de euros, reflectindo a contribuição das nove lojas abertas no ano (quatro com o conceito de conveniência Pingo Doce & Go), que absorveram parte dos 143 milhões de euros investidos pela Companhia em 2019.

O Recheio superou, pela primeira vez, em 2019, a fasquia dos mil milhões de euros de vendas totais (+2,7% do que em 2018), beneficiando de um crescimento LFL de 3,2%. Dos 25 milhões de euros que investiu no ano, parte foi alocada à profunda remodelação da loja de Aveiro. A Companhia alcançou um EBITDA de 55 milhões de euros, 4,6% acima de 2018, melhorando a respectiva margem para 5,5%.

Na Colômbia, onde o ambiente se manteve fortemente concorrencial, a Ara confirmou a inflexão da tendência de perdas geradas ao nível do EBITDA, que se cifraram em 62 milhões de euros no ano, o que equivale, em euros, a uma redução de 15% face a 2018. A contenção das perdas conseguiu-se apesar do investimento de 98 milhões de euros realizado em 85 novas lojas e dois Centros de Distribuição, assim como do reforço da aposta em preço para acelerar o crescimento do LFL, que, no ano, se cifrou em 17,6%. As vendas totais cresceram 37,9% em moeda local, para as quais contribuiu muito positivamente a implementação do novo modelo organizacional, que confere maior autonomia, flexibilidade e competitividade às regiões.

Enquanto Grupo, continuámos também a investir na área Agro-Alimentar, que aumentou a sua produção nos três negócios: laticínios, aquacultura e carne bovina da raça Angus. Neste último caso, quero destacar as certificações obtidas pelas nossas explorações em matéria de bem-estar animal e o facto de adoptarmos os mais elevados standards quer em matéria de alimentação dos animais quer da gestão da sua saúde em todas as etapas do ciclo de vida.



Estamos presentes em mais de 60 índices internacionais de sustentabilidade, que reconhecem as empresas com as melhores práticas nesta matéria.

Os resultados conseguidos nos países onde operamos foram alcançados num ambiente extremamente competitivo, em que impomos a nós próprios a pressão de sermos melhores todos os dias, com um foco especial nas questões relacionadas com a sustentabilidade, na medida em que estamos bem conscientes de que a dimensão dos desafios sociais e ambientais que se colocam nos obriga a uma verdadeira luta contra o tempo.

Já em 2020, no encontro do Fórum Económico Mundial, realizado em Davos, a matriz de riscos globais foi, literalmente, tomada pelos riscos ambientais, que ocupam todos os lugares do top 5 em termos de probabilidade e três em termos de impacto (desastres naturais, perda de biodiversidade ou falhanço nas políticas climáticas). A divulgação da mais recente edição do Global Risks Report coincidiu com a altura em que foram conhecidos os dados científicos que mostram que a última década foi a mais quente de sempre registada na Terra.

Isto tem de nos convocar a agir, de forma determinada e comprometida. É o que as nossas Companhias têm feito, como comprova a presença de Jerónimo Martins em mais de 60 índices internacionais de sustentabilidade, que reconhecem as empresas com as melhores práticas nestas matérias.

No momento em que escrevo, acabamos de saber que entrámos, pela primeira vez, no TOP 50 do ranking Global Powers of Retailing 2020, um estudo da consultora internacional Deloitte que lista as 250 maiores empresas de retalho a nível mundial. Entre os retalhistas alimentares ocupamos o 33.º lugar e, se considerarmos apenas a Europa, estamos posicionados em 16.º.

Ao mesmo tempo, recebemos do Carbon Disclosure Project a avaliação que nos coloca como o único retalhista alimentar do mundo a pontuar no nível de Liderança (A-) na gestão das quatro commodities relacionadas com o risco de desflorestação (óleo de palma, soja, madeira e papel e carne bovina). Isto significa que levamos a sério o compromisso, que assumimos no âmbito do The Consumer Goods Forum (CGF), de chegar ao final de 2020 com “Desflorestação Líquida Zero”. No que diz respeito às alterações climáticas, menos de um terço dos retalhistas mundiais obtiveram uma avaliação ao nível da que conseguimos: A-.

Penso, por isso, que temos razões para estarmos satisfeitos com o que conseguimos em 2019 em todas as frentes, e que nos permite enfrentar 2020 com a confiança necessária para continuar a fazer mais e melhor.

O meu pai, que nos deixou no ano que passou, estará certamente orgulhoso do que fizemos juntos por este Grupo a cuja construção e liderança ele dedicou a sua vida.

Aos colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, agradeço a competência, a dedicação e a lealdade que nos permitiram entregar mais um ano bem conseguido, e a força interior que demonstraram num ano também emocionalmente difícil.

Pessoalmente, quero agradecer a confiança na gestão demonstrada pelos nossos accionistas, em especial o acionista maioritário, a família que represento e cujo apoio, que fazemos sempre por merecer, tem sido verdadeiramente essencial.

Uma nota final de apreço pelos meus colegas no Conselho de Administração, nas Comissões Especializadas e na Direcção Executiva do Grupo. O seu conhecimento, experiência e compromisso têm-me permitido tomar melhores decisões e somam muito valor ao trabalho colectivo que é o segredo por detrás dos resultados que as próximas páginas apresentam.

PEDRO SOARES DOS SANTOS

Presidente e Administrador-Delegado

Nota: Para garantir a comparabilidade directa, as referências aos resultados do Grupo e das suas subsidiárias não incorporam o efeito da adopção da IFRS16.

Jerónimo Martins



OBRIGADO.
Thank you.
Dziękuję.
GRACIAS.

“Uma lição de vida, de conduta. É a única coisa que me interessa deixar. O resto é um património que têm de cuidar, para o qual outras pessoas contribuíram. Meu é aquilo que penso, aquilo de que gosto, aquilo que defendo.”

ALEXANDRE SOARES DOS SANTOS

1934 - 2019

**Jerónimo
Martins**



I

O GRUPO JERÓNIMO MARTINS

O Grupo Jerónimo Martins

1. Perfil e Estrutura.....	14
2. Posicionamento Estratégico.....	21
3. Prémios e Reconhecimentos	23

O presente Relatório e Contas do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019 e inclui as áreas de Distribuição e Agro-Alimentar em Portugal e a área de Distribuição na Polónia e na Colômbia, referindo os resultados das entidades detidas directa e indirectamente por Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

1. Perfil e Estrutura

1.1. Identidade e Competências

Carteira de Activos

Jerónimo Martins é um Grupo que detém activos na área Alimentar, maioritariamente na Distribuição, com posições de liderança de mercado na Polónia e em Portugal. Alcançou, em 2019, vendas de 18,6 mil milhões de euros (68% na Polónia) e um EBITDA de 1.045 milhões de euros (1.437 milhões de euros com impacto da IFRS16), dos quais 88% na Polónia. O Grupo emprega um total de 115.428 colaboradores e terminou o ano com 9,2 mil milhões de euros de capitalização bolsista na Euronext Lisboa.



Na Polónia, a **Biedronka**, cadeia de lojas alimentares com um posicionamento que alia qualidade de sortido, ambiente de loja e localizações de proximidade com os preços mais competitivos do mercado. É líder de vendas no Retalho Alimentar, operando 3.002 lojas dispersas por todo o país. No final de 2019, a Companhia atingiu 12,6 mil milhões de euros de vendas, continuando a aumentar a sua quota de mercado.



Ainda na Polónia, a insígnia **Hebe**, uma cadeia no sector de Saúde e Beleza, conta com 273 lojas (28 farmácias e 245 drograrias - das quais 21 incluem farmácia). Na base deste conceito de negócio está um forte sortido de produtos de beleza a preços competitivos reforçado com serviço de assistência nas lojas. A Hebe, que em 2019 lançou a sua operação de e-commerce, envolveu-se numa viagem transformacional no desenvolvimento da sua estratégia omnicanal que complementa na perfeição a sua rede de lojas.



Em Portugal, o Grupo Jerónimo Martins ocupa uma posição de liderança na Distribuição Alimentar, tendo, em 2019, atingido uma facturação agregada de cerca de 5 mil milhões de euros. Opera com as insígnias **Pingo Doce** (441 supermercados, incluindo 16 Pingo Doce & Go) e **Recheio** (38 Cash & Carry e quatro plataformas, das quais três dedicadas ao Food Service), que lideram os segmentos de Supermercados e Cash & Carry, respectivamente.

O Pingo Doce incorpora em 36 das suas lojas uma área de restauração e opera duas cozinhas centrais que, para além destes restaurantes, abastecem também a operação de Take Away das lojas. Como complemento ao negócio de Retalho Alimentar, tem investido ainda nas parafarmácias **Bem-Estar**, em postos de abastecimento de combustível e também em lojas de vestuário (para adulto e criança) e sapatos e acessórios, através, respectivamente, da **Code** e da **Spot**. Estas duas últimas desenvolvem-se no âmbito de parcerias com operadores especializados.



Na Colômbia, a **Ara** opera actualmente em três regiões do país: Eixo Cafeeiro, Costa do Caribe e Bogotá. Trata-se de uma cadeia de lojas alimentares de proximidade, com forte implantação nos bairros residenciais, e um posicionamento de qualidade ao melhor preço, conjugando competitividade com oportunidades promocionais em categorias-chave para o consumidor colombiano. No final do ano, a Ara operava 616 lojas tendo reformulado o seu modelo estratégico para melhor se adaptar às características de cada uma das regiões em que opera.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

A **Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)** tem como principal objectivo salvaguardar a capacidade das Companhias do Grupo, em Portugal, de se abastecerem de alguns produtos estratégicos. Actualmente opera nas áreas de Lacticínios, Agro-Pecuária (operação de engorda de carne bovina da raça Angus) e Aquacultura (robalo e dourada).



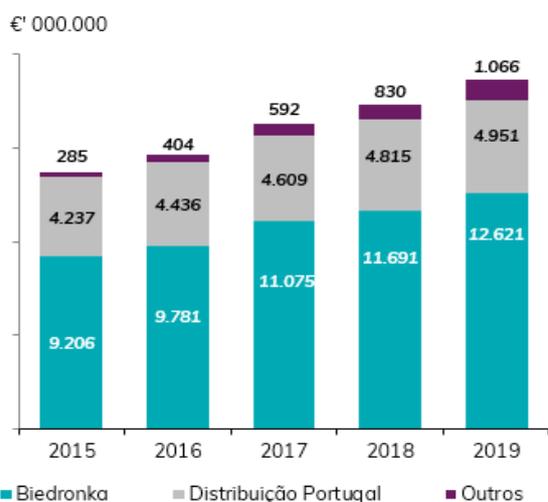
Jerónimo Martins Restauração e Serviços, que se dedica à operação de quiosques e cafetarias no sector da Restauração e que, no final de 2019, contava com 22 estabelecimentos Jeronymo.



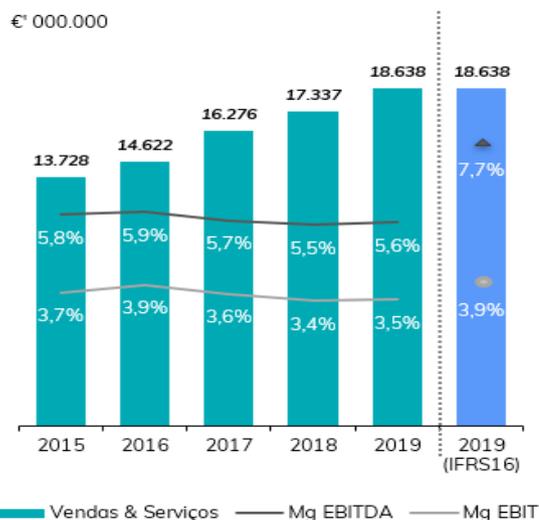
Hussel, cadeia de Retalho Especializado para comercialização de chocolates e confeitaria, contava com 23 lojas no final de 2019.

1.2. Indicadores Financeiros e Operacionais

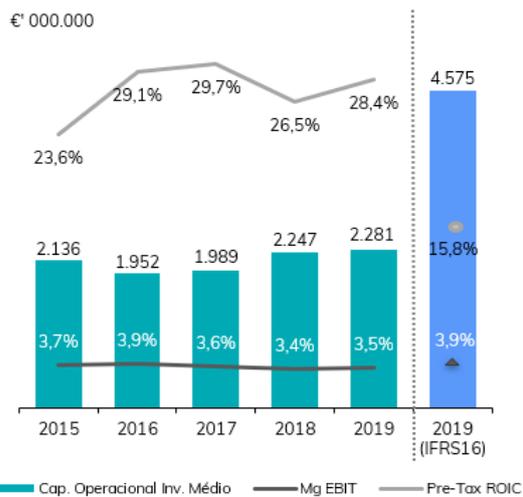
Vendas & Serviços



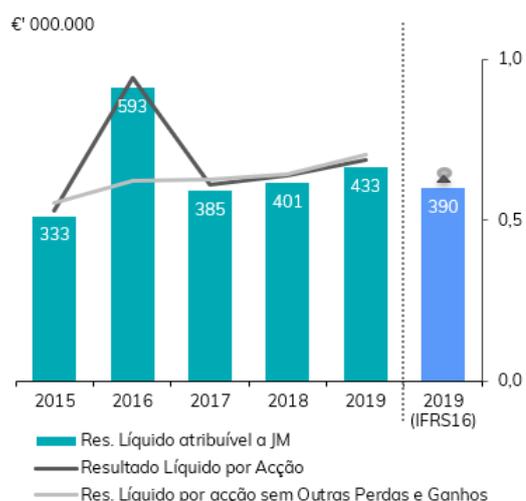
Vendas, Margem EBITDA e Margem EBIT



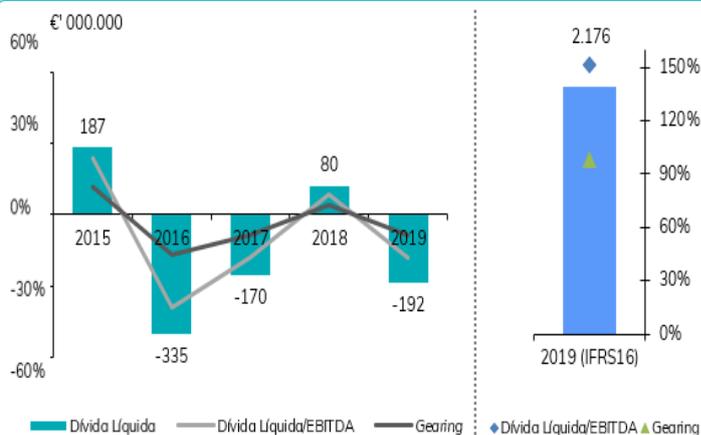
Pre-Tax ROIC



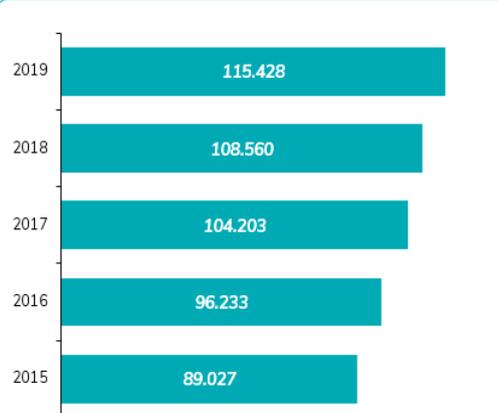
Resultado Líquido e Resultado Líquido por Ação



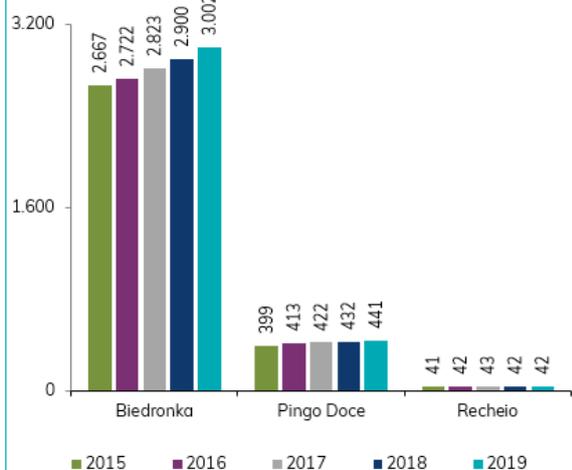
Dívida Líquida



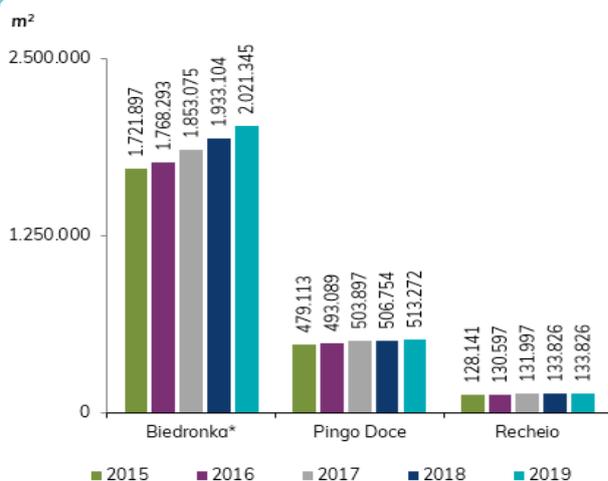
Colaboradores



Número de Lojas

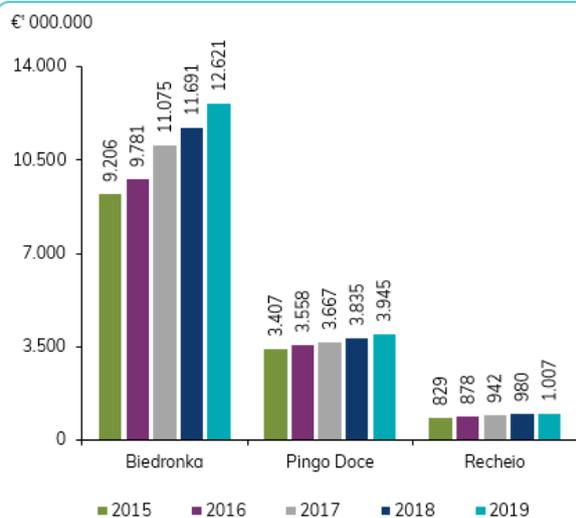


Área de Venda

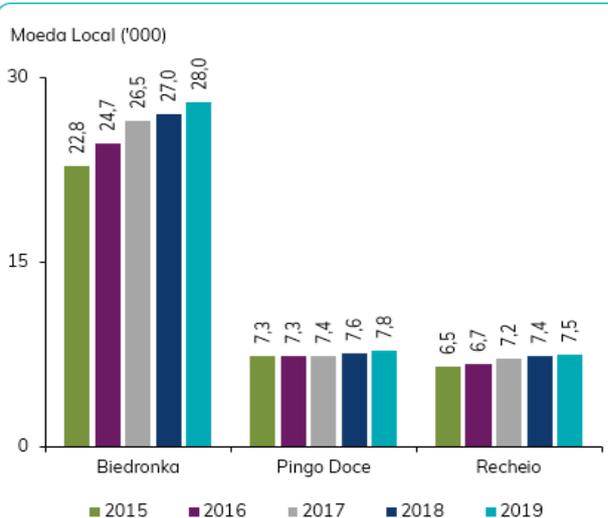


* Reclassificação do valor publicado em 2017, 1.856.992

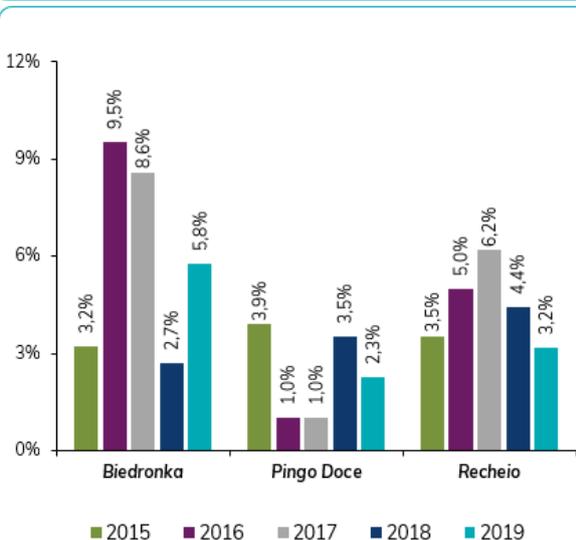
Vendas



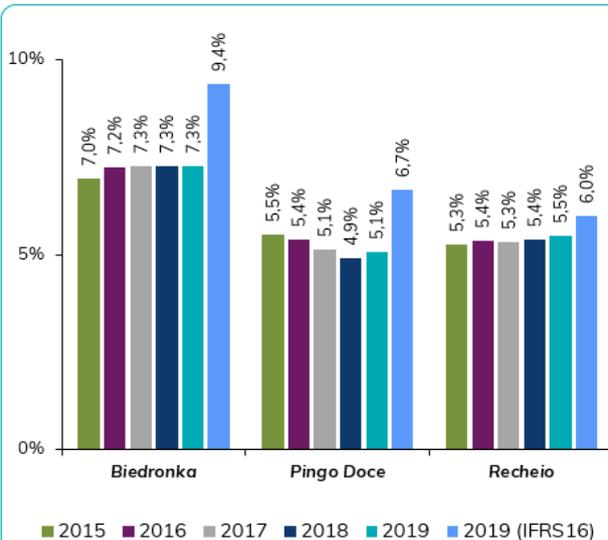
Vendas / m²



Crescimento de Vendas LFL



Margem EBITDA



1.3. Órgãos Sociais e Estrutura

1.3.1. Órgãos Sociais

Data de eleição: 11 de Abril de 2019

Composição do Conselho de Administração eleito para o triénio 2019-2021



Pedro Soares dos Santos
Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado
Nascido em 7 de Março de 1960
Presidente do Conselho de Administração desde Dezembro de 2013
Administrador-Delegado do Grupo desde Abril de 2010
Membro do Conselho de Administração desde Março de 1995



Andrzej Szlezak
Nascido em 7 de Julho de 1954
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013



António Viana-Baptista
Nascido em 19 de Dezembro de 1957
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2010



A. Stefan Kirsten
Nascido em 22 de Fevereiro de 1961
Membro do Conselho de Administração de Abril de 2010 a Fevereiro de 2011
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015



Clara Christina Streit
Nascida em 18 de Dezembro de 1968
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2015
Membro da Comissão de Auditoria desde Abril de 2016



Elizabeth Ann Bastoni
Nascida em 24 de Julho de 1965
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2019
Membro da Comissão de Auditoria desde Abril de 2019



Francisco Seixas da Costa
Nascido em 28 de Janeiro de 1948
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013



José Soares dos Santos, indicado pela **Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.** para exercer o cargo em nome próprio, nos termos do artigo 390.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais
Nascido em 6 de Abril de 1962
Membro do Conselho de Administração de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015
Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2019



María Ángela Holguín

Nascida em 13 de Novembro de 1963

Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2019



Sérgio Tavares Rebelo

Nascido em 29 de Outubro de 1959

Membro do Conselho de Administração desde Abril de 2013

Presidente da Comissão de Auditoria desde Abril de 2016

Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.

Av. República 90, 6.º, 1600 - 206 Lisboa, Portugal

Representado por:

João Carlos Miguel Alves (R.O.C. n.º 896).

Suplente:

Rui Abel Serra Martins (R.O.C. n.º 1.119).

Secretário da Sociedade

João Nuno Magalhães

Suplente:

Carlos Miguel Martins Ferreira

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Abel Bernardino Teixeira Mesquita

Secretário da Mesa da Assembleia Geral

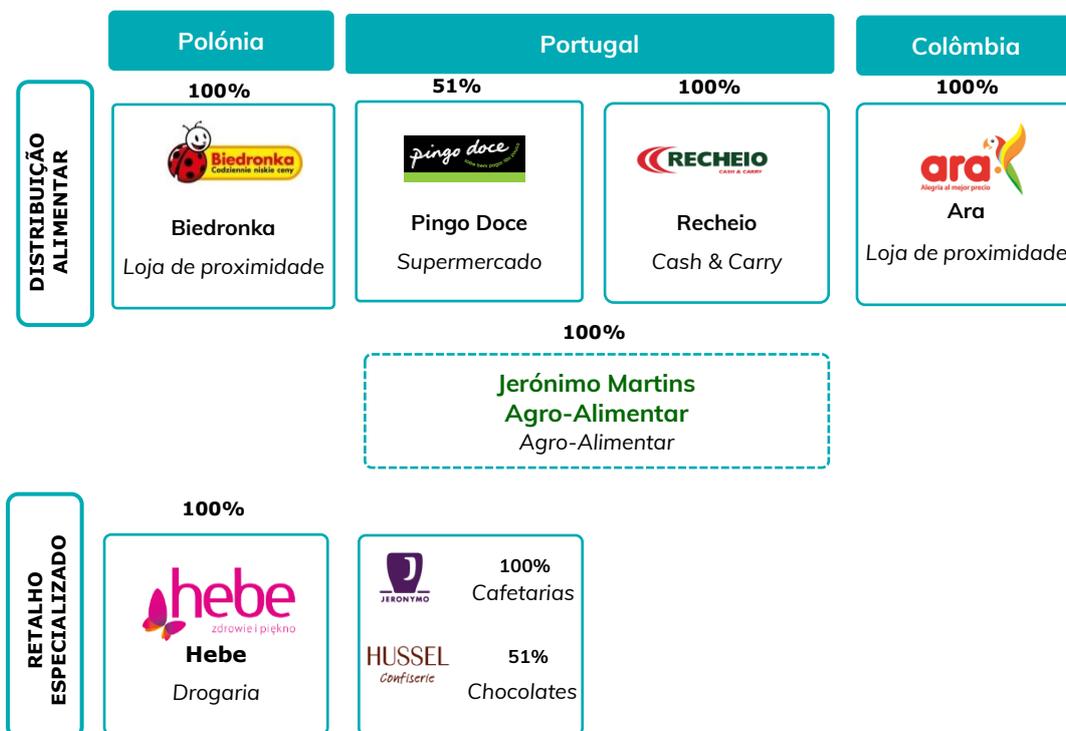
Nuno de Deus Pinheiro

1.3.2. Estrutura de Negócios

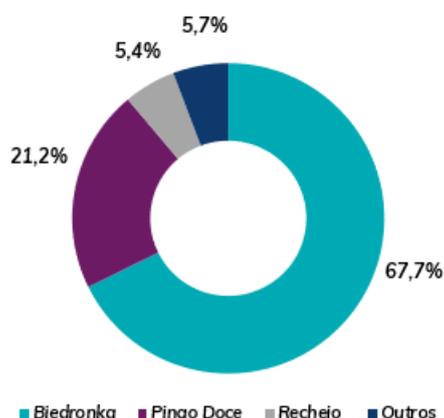
JERÓNIMO MARTINS

Vendas 2019
18.638 milhões de euros

EBITDA 2019 (sem IFRS16)
1.045 milhões de euros



Vendas por Área de Negócio 2019



EBITDA (sem IFRS16) por Área de Negócio 2019

Milhões de euros	EBITDA	% Total
Biedronka	918	87,8%
Pingo Doce	200	19,1%
Recheio	55	5,3%
Outros	-128	-12,2%
JM	1.045	100%

2. Posicionamento Estratégico

2.1. Missão

Jerónimo Martins é um Grupo internacional com sede em Portugal, que actua no ramo alimentar, essencialmente no sector da Distribuição, visando satisfazer as necessidades e expectativas dos seus *stakeholders* e os legítimos interesses dos seus accionistas a curto, médio e longo prazos, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento sustentável das regiões onde opera.

Jerónimo Martins assume como pilares centrais da sua missão o crescimento e a criação de valor, de uma forma contínua e sustentável, no âmbito da gestão responsável dos seus negócios.

A Responsabilidade Corporativa de Jerónimo Martins é pautada pela preservação do ambiente e dos recursos naturais, bem como pela contribuição para a melhoria da qualidade de vida das comunidades nas regiões onde o Grupo desenvolve as suas actividades, através da disponibilização de produtos e soluções alimentares saudáveis, da incorporação de preocupações ambientais e sociais na compra e na venda, da defesa dos Direitos Humanos e das condições de trabalho, e do reforço da coesão do tecido social.

2.2. Visão Estratégica

A visão estratégica do Grupo assenta na promoção do crescimento rentável e sustentável, orientada por três princípios-chave:

1. **Liderança:** insígnias e marcas fortes que permitam conquistar e consolidar posições de liderança nos mercados onde opera;
2. **Responsabilidade:** avaliação permanente do impacto do negócio no ambiente e na sociedade e contribuição activa e relevante para a melhoria de qualidade de vida das comunidades e para a sustentabilidade como um todo;
3. **Independência:** gestão cuidada do balanço e das fontes de abastecimento para assegurar continuidade das operações e autonomia na tomada de decisões estratégicas, tendo em conta os diversos *stakeholders*.

Neste contexto, as Companhias do Grupo assumem duas áreas de foco no desenvolvimento da sua actividade:

- **Consumidor**, cujas características, necessidades e preferências exigem o ajustamento e reforço progressivos da proposta de valor e contribuição contínua e relevante para o bem-estar das comunidades envolventes das lojas;
- **Colaborador**, dotando-o de competências, instrumentos e condições de trabalho que lhe permitam ser, simultaneamente, o agente que promove o crescimento rentável através da satisfação dos consumidores e um ponto de contacto decisivo das Companhias com as comunidades em que se inserem.

2.3. Perfil Operacional

O nosso posicionamento operacional reflecte uma abordagem clara de *value food retail*, com uma orientação estratégica *mass-market*, desenvolvida especificamente para o mercado e comunidade em que se insere.

O Grupo oferece, de forma conveniente e próxima, soluções alimentares adequadas a todos os consumidores, a preços muito competitivos, o que exige operar com a máxima eficiência e com estruturas de custo leves. Todas as nossas propostas de valor são marcadas por forte diferenciação em três vectores fundamentais: variedade e qualidade de produtos alimentares frescos, Marcas Próprias de referência e um bom ambiente de loja.

O sucesso dos nossos formatos é alavancado na liderança de mercado, que, numa abordagem *mass-market*, é associada à dimensão, fundamental para criar economias de escala que nos permitam aumentar a eficiência logística e das operações. Só assim é possível oferecer os melhores preços e potenciar a notoriedade e a confiança essenciais à construção de relações duradouras com os parceiros de negócio estratégicos e com os consumidores que preferem as nossas lojas.

3. Prémios e Reconhecimentos

Corporativo

- Jerónimo Martins sobe para a 50.ª posição do “Global Powers of Retailing 2020”, o melhor lugar já obtido pelo Grupo no estudo anual da Deloitte;
- O Grupo foi incluído no Global Child Forum Report, com uma pontuação de 8,7 em 10 no benchmark de “Sector Corporativo e Direitos das Crianças”, sendo o 4.º no ranking europeu. Esta iniciativa avaliou 700 empresas em todo o mundo, analisando a forma como incorporaram os direitos das crianças na sua actividade;
- O Grupo venceu na categoria de “Equity Champion - Blue Chip”, que distingue a empresa cotada com o maior valorização no ano, da Euronext Lisbon Awards;
- Inclusão, pela primeira vez, no Ethibel Pioneer Investment Register e manutenção da presença no Ethibel Excellence Investment Register. Esta avaliação levou à inclusão, desde 2016, no Ethibel Sustainability Index Excellence Europe;
- Presença, desde 2016, nos índices FTSE4Good Europe e FTSE4Good Developed e, desde 2018, no FTSE4Good Developed Minimum Variance. Os índices FTSE4Good foram criados pela FTSE Russel, identificando empresas com um sólido compromisso com as áreas ambientais, sociais e de governance;
- Pontuação global de “A-” no CDP Climate Change e no CDP Forests 2019, e de “B” no CDP Water Security, colocando o Grupo entre os líderes mundiais em sustentabilidade no sector do retalho alimentar.

Jerónimo Martins Polska / Biedronka

- 4.º lugar no ranking das Maiores Empresas da Europa Central e de Leste - “TOP 500 CEE” - atribuído pelo Coface Group;
- A Jerónimo Martins Polska integrou a lista dos 30 projectos sociais que trouxeram mais valor para a sociedade Polaca nos últimos 30 anos, apresentada pelo Ministro do Desenvolvimento e Investimento. A iniciativa “Parceria para a Saúde” foi distinguida na categoria de “Projectos de Âmbito Nacional”;
- Recebeu o “CRS White Leaf 2019” pelos projectos desenvolvidos para gerir eficazmente o impacto social da empresa, atribuído pela publicação “Polityka”, com a Deloitte e o Responsible Business Forum;
- Distinguida com o prémio de “Empregador Responsável”, uma iniciativa do jornal “Rzeczpospolita”, em reconhecimento dos projectos de atracção e desenvolvimento de talento, e do extenso programa de responsabilidade social;
- O Fórum de Economia Social de Kuyavian-Pomeranian distinguiu a Jerónimo Martins Polska como “Marca Socialmente Activa” em reconhecimento do impacto das suas iniciativas sobre a comunidade e ambiente nas cidades daquela região;
- “Benefactor of the Year” atribuído pela Academia para o Desenvolvimento da Filantropia, pelo trabalho de assistência social no combate sistemático contra a malnutrição, em particular o programa de assistência a seniores com cartões pré-pagos para compras diárias, e contra o desperdício alimentar em colaboração com a Caritas;
- Recebeu a distinção “Jacek Kuroń”, atribuída pela Federação dos Bancos Alimentares da Polónia, atribuído na categoria “Doador Polaco – Alimentar”;
- Venceu o “Effie Award” na categoria de “Empresa mais Eficaz”, atribuído no âmbito do 20.º aniversário do Effie Poland;

- Distinguida pelo jornal “Puls Biznesu” pela campanha de recrutamento de Verão, na competição “Power of Attraction”;
- Marca de Retalho mais forte nos media polacos pelo 7.º ano consecutivo, de acordo com o ranking Top Brand;
- Considerada “Retalhista do Ano” na categoria de “Discounts” pelo European Conferences United, baseado no estudo da AC Nielsen;
- Vencedora do “Retail Business Award” e do “Market of the Year Award” para melhor rede de lojas alimentares na Polónia, atribuído pela editora “Wydawnictwo Gospodarcze” e pelo Business Center Club.

Hebe

- Distinguida com o prémio “Customer Service Star”, atribuído pelo programa de Qualidade de Serviço Polaco (Polski Program Jakości Obsługi);
- Premiada com o título de “Drugstore of the Year”, atribuído pela revista “Wiadomości Kosmetyczne”, com base nos seguintes reconhecimentos: organização de loja mais atractiva, conceito de loja mais inovador, melhor relação com fornecedores, maior impulsionador de tendências e melhor drugstore de grande formato;
- Os cosméticos de Marca Própria Hebe foram distinguidos pelo Consumer Quality Leader Programme (Konsumencki Lider Jakości);
- Venceu o prémio Hermes, atribuído pela revista de retalho “Poradnik Handlowy” às marcas na categoria de FMCG.

Pingo Doce

- A loja Pingo Doce & Go Nova, localizada no campus universitário da Nova SBE em Carcavelos, ganhou o prémio “OutSystems Innovation Award” na categoria “Best Emerging Technology”;
- O Azeite DOP Trás-os-Montes Pingo Doce conquistou a medalha de ouro no “New York International Olive Oil Competition (NYIOOC)”, o maior concurso mundial do sector;
- Dez vinhos de Marca Própria receberam 19 medalhas em três competições mundiais distintas:
 - Decanter World Wines – nove medalhas;
 - International Wine Challenge – oito medalhas;
 - Concours Mondial de Bruxelles – duas medalhas, com especial destaque para a medalha de ouro atribuída ao vinho Palmela Reserva Tinto Pingo Doce 75cl.

Recheio

- Pelo 5.º ano consecutivo, o Consumer Choice – Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor - atribuiu o selo “Escolha dos Profissionais” ao Recheio, na categoria de “Distribuição Grossista”.

Ara

- É a 64.º maior empresa da Colômbia, de acordo com a lista divulgada anualmente pela revista “Semana”.

**Jerónimo
Martins**



RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento

1. Factos Chave do Ano	27
2. Enquadramento de 2019	29
3. Desempenho do Grupo	34
4. Desempenho das Áreas de Negócio	47
5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins	61
6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	63
7. Política de Distribuição de Dividendos	64
8. Proposta de Aplicação de Resultados	65
9. Anexo ao Relatório de Gestão	66
10. Notas Reconciliatórias	68

1. Factos Chave do Ano

Corporativo

- Celebração dos 30 anos da entrada de Jerónimo Martins na Bolsa de Valores de Lisboa

Biedronka

- Abertura de 128 lojas, das quais 19 para substituição de lojas encerradas, terminando o ano com 3.002 localizações
- Abertura de 33 novas localizações do projecto de lojas de menor dimensão
- Abertura da primeira loja eco-friendly, em Varsóvia, com diversos serviços e design inovadores
- Remodelação de 252 lojas
- Início do projecto de instalação de self-checkouts, permitindo a utilização deste tipo de equipamentos em 300 lojas

Hebe

- Abertura de 46 lojas, terminando o ano com um total de 273 localizações: 245 drogeries (21 das quais com farmácia) e 28 farmácias
- Reforço da 2.ª posição em quota de mercado de drogeries na Polónia
- Lançamento da operação de e-commerce

Pingo Doce

- Abertura de nove lojas, quatro das quais no formato de conveniência Pingo Doce & Go, encerrando o ano com 441 localizações
- Abertura da loja Pingo Doce & Go Nova no campus da Nova SBE em Carcavelos. Trata-se da primeira loja do país onde os clientes podem efectuar compras apenas com recurso a uma aplicação de telemóvel. Nesta loja são testados diariamente novos produtos, embalagens e soluções alimentares e tecnológicas, algumas já transpostas para as lojas convencionais do Pingo Doce
- Abertura da cozinha central de Aveiro com 7.200 sqm. A cozinha de Aveiro é a segunda “grande cozinha” do Grupo em Portugal (depois de Odivelas) e conta com equipamentos de ponta
- Remodelação completa de 30 lojas e 14 remodelações ligeiras
- Teste de um novo conceito de loja em quatro localizações (Alcântara, Venda Nova, Braga e Leiria), com o objectivo de proporcionar uma experiência de compra única em soluções alimentares e de pronto-a-comer

Recheio

- Remodelação da loja de Aveiro, com uma nova imagem e reforço da experiência de compra
- Adesão de 17 (adições líquidas) lojas ao conceito Amanhecer, terminando o ano com um total de 346 lojas na rede
- Lançamento de um cartão de crédito em parceria com o Banco BPI

Ara

- Abertura de 85 lojas, terminando o ano com 616 lojas a operar em três regiões da Colômbia
- Consolidação da estratégia de autonomia regional
- Contratação pela Jerónimo Martins Colômbia de um empréstimo com o IFC (International Finance Corporation), integrado no Banco Mundial, no montante de cerca de 330 mil milhões de pesos colombianos, o equivalente a cerca de 93 milhões de dólares. Este empréstimo tem uma maturidade de sete anos e destina-se ao suporte da expansão da Companhia

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

- Início de produção de leite-do-dia e manteigas na fábrica de lacticínios de Portalegre
- Certificação de todas as unidades de produção pecuária em bem-estar animal e conclusão das obras de expansão de capacidade na herdade do Cartaxo
- Consolidação da oferta diferenciadora da dourada e robalo nacional nas lojas Pingo Doce
- Protocolo de colaboração assinado com a Universidade de Évora para o desenvolvimento de actividades de investigação e apoio ao ensino nas áreas da Agro-pecuária, da Aquacultura e dos Lacticínios

Jeronymo e Hussel

- Abertura de três lojas Jeronymo (Gare do Oriente, Miguel Bombarda e Passeio Alegre)
- Remodelação de duas lojas Hussel (Almada e Chiado) para o novo conceito de loja
- Alargamento da oferta dos gelados artesanais a 20 lojas Hussel

2. Enquadramento de 2019

2.1. Polónia

Conjuntura Macroeconómica

Em 2019, a economia polaca registou um sólido crescimento de 4,1%, na sequência dos 5,1% verificados em 2018. O consumo interno manteve-se como o principal motor do crescimento económico, alicerçado na manutenção da taxa de desemprego em mínimos históricos e no aumento do rendimento disponível das famílias, derivado do aumento dos salários e dos estímulos introduzidos pelas iniciativas governamentais.

A taxa de desemprego diminuiu para 5,4% (6,1% em 2018). É de referir que a população activa voltou a diminuir, em resultado, não só do envelhecimento da população, mas também de medidas políticas, como sejam os programas Família 500+ e a redução da idade da reforma, com impactos na diminuição da força de trabalho disponível e, conseqüentemente, aumentando a dificuldade de contratação por parte das empresas.

Em 2019, o zloty registou uma taxa de conversão anual média¹ de 4,2968 face ao euro, uma desvalorização de 0,8% face aos 4,2614 de 2018. Em sentido contrário, a taxa de câmbio de final do ano face ao euro apresentou uma valorização de 1,0%, encerrando com uma taxa de 4,2568 (4,3014 em 2018).

O crescimento do Índice de Preços do Consumidor (IPC) em 2019 foi de 2,3%, ligeiramente superior aos 1,6% registados em 2018. A inflação alimentar contribuiu de forma significativa para o aumento do IPC, passando de 2,6% em 2018 para 4,9% em 2019. O aumento generalizado de preços dos bens alimentares teve como principais indutores o efeito base do açúcar, passando de uma forte deflação (-29,0%) em 2018 para uma inflação de 16,9%, a inflação de 19,8% registada nos vegetais (4,7% em 2018) e o impacto da carne de porco, cuja variação de preços passou de -1,8% em 2018 para 9,6% em 2019.

Para 2020, é expectável que a economia polaca continue a crescer de forma robusta, ainda que com um abrandamento semelhante ao registado este ano, em parte explicado pelo menor crescimento económico da zona Euro, que poderá vir a suavizar a pressão sobre o mercado de trabalho.

O consumo privado dever-se-á manter como o suporte do crescimento económico, alicerçado no aumento do rendimento disponível (baixo desemprego e aumentos salariais). Espera-se ainda uma quebra no investimento público e privado, mantendo-se as exportações em linha com 2019, mesmo com a manutenção do modesto crescimento económico alemão (seu principal parceiro comercial).

Em relação à inflação, é esperado que mantenha a tendência de crescimento, devendo fixar-se em cerca de 3%, o que poderá ser parcialmente explicado pelo aumento dos custos da mão-de-obra, em que o aumento de 15,6% previsto para o salário mínimo terá grande influência.

Retalho Alimentar Moderno

Os anos mais recentes têm sido caracterizados por um aumento do consumo privado, em resultado da progressão dos salários e dos estímulos introduzidos na economia. Adicionalmente, ocorreram alterações de regulamentação com impacto relevante no sector do retalho. É o caso da proibição da abertura das lojas ao domingo, em vigor desde 2018, que em 2019 se traduziu no encerramento obrigatório das lojas em três domingos por mês e que, em 2020, se estenderá a praticamente todos os

¹ Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios das Companhias do Grupo a operar nessa moeda.

domingos. Outro exemplo, é o imposto sobre as vendas a retalho, cuja lei foi promulgada em 2016, e cuja aplicação se encontra suspensa até 30 de Junho de 2020.

De acordo com as estimativas da PMR Research, em 2019, o mercado de Retalho Alimentar cresceu cerca de 4%, para 290 mil milhões de zlotys (279 mil milhões de zlotys em 2018), positivamente influenciado pelas medidas governamentais de incentivo ao consumo, como sejam a extensão do programa Família 500+ ao primeiro filho, o 13.º mês para os pensionistas e a redução de impostos para jovens. De notar que em 2019, no contexto de implementação progressiva do encerramento das lojas ao domingo, o Retalho Moderno contou com menos 13 dias de vendas, comparativamente a 2018.

Também de acordo com a PMR Research, o mercado de alimentos orgânicos valia, em 2019, 1,1 mil milhões de zlotys, o que significa que os alimentos biológicos certificados representaram menos de 1% do valor total do mercado alimentar polaco. No entanto, a taxa de crescimento desse segmento é três vezes superior à do total do mercado. Actualmente, não existem operadores com dimensão relevante no mercado de alimentos biológicos, estando este tipo de oferta ainda em fase de desenvolvimento. No que respeita aos operadores de Retalho Alimentar, quase todas as redes passaram a promover e a disponibilizar mais espaço em prateleira com alimentos saudáveis, incluindo de Marca Própria.

Por canal, entre os formatos do Retalho Alimentar, os Hipermercados continuam a ser os que enfrentam maiores desafios, tendo as vendas deste segmento diminuído face a 2018. As dificuldades deste formato resultam da alteração de hábitos de consumo, com as lojas de proximidade a merecerem a preferência dos consumidores, do forte desenvolvimento e número de aberturas verificadas neste segmento.

O Retalho Tradicional, tal como se tem verificado em muitos outros países da Europa, mantém a tendência de redução do número de lojas. Estes encerramentos afectam principalmente os estabelecimentos localizados em áreas rurais, explicado pela deslocação das pessoas para as cidades e também pelo crescimento de lojas de formatos *Discount* e *Supermercado* que levam, a estas regiões, uma oferta cada vez mais completa a preços muito competitivos.

Para 2020 é expectável uma dinâmica de crescimento em linha com a observada em 2019, ainda que com algum abrandamento face aos anos anteriores (aquando da implementação do programa Família 500+) e que nos anos seguintes se mantenha um crescimento robusto em torno dos 3%.

Retalho de Saúde e Beleza

De acordo com as projecções da PMR Research, o mercado polaco de Saúde e Beleza cresceu 3,2% em 2019 (3,7% em 2018), atingindo 24,5 mil milhões de zlotys, tendo as drogeries e as lojas de *Discount*, respectivamente, 44,7% e 13,6% desse mercado.

A proibição da abertura das lojas ao domingo impactou negativamente o crescimento do mercado, com 13 dias a menos de vendas face a 2018. Consequentemente, o ambiente competitivo manteve-se muito desafiante, fortemente marcado pelas promoções – um terço dos clientes afirmam que compram cosméticos com desconto. Os programas de fidelização foram também um foco de atracção para os clientes pela variedade de promoções e benefícios que oferecem.

Os estudos mais recentes mostram uma adesão crescente às lojas *online* para compra de produtos de Saúde e Beleza, com a entrada de novos operadores, como foi o caso da Hebe, a impactarem a dinâmica do sector e os hábitos de compra do consumidor. Isto levou a que vários operadores tivessem de adaptar a sua estratégia e desenvolver uma abordagem de retalho multicanal, investindo em canais alternativos, incluindo o *e-commerce*, melhorando o desempenho das lojas físicas e integrando a experiência do cliente nos diversos canais.

Entre as categorias de cosméticos, os produtos naturais e orgânicos estão a tornar-se cada vez mais populares, com uma oferta reforçada em categorias de cabelo, rosto, corpo e maquilhagem. De acordo

com a PMR Research, as lojas *Health & Beauty* continuam a ser o destino de escolha, quer para as marcas se fazerem representar, quer para os clientes que as procuram.

Para 2020, estima-se que o mercado polaco de Saúde e Beleza cresça cerca de 3%, com consumidores cada vez mais exigentes em termos de oferta, experiência de compra e conveniência, e prevê-se um reforço da integração entre o canal *online* e as lojas físicas.

2.2. Portugal

Conjuntura Macroeconómica

Em 2019, pelo segundo ano consecutivo, a economia portuguesa cresceu de forma moderada e em desaceleração. O PIB registou um aumento de 2,2%, o que compara com o crescimento de 2,6% alcançado em 2018.

O abrandamento da actividade económica reflecte o menor contributo das exportações, que apresentaram um aumento inferior ao registado em anos anteriores, devendo atingir um crescimento de 2,8%, o que compara com o crescimento de 3,8% registado em 2018. Por outro lado, a procura interna manteve-se inalterada, com uma ligeira desaceleração do consumo privado, compensada pelo maior dinamismo do investimento.

O consumo privado deverá ter crescido a um ritmo mais moderado do que o observado no ano anterior, atingindo 2,3%, em linha com o crescimento do PIB. O abrandamento do crescimento do consumo privado ocorreu num contexto de diminuição da confiança dos consumidores, que se manteve, ainda assim, acima da média histórica.

Ao nível do mercado de trabalho, continuou a verificar-se uma redução da taxa de desemprego, em 0,4p.p. para 6,6%, mantendo-se a trajectória de descida observada desde 2013.

A inflação foi inferior à registada no ano anterior, fixando-se em 0,3% (1,0% em 2018), influenciada pela contribuição negativa da evolução dos preços dos bens energéticos e também pela evolução mais moderada dos preços relacionados com o turismo, após os aumentos acentuados observados nos dois anos anteriores. A inflação alimentar fixou-se em 0,3% (0,7% em 2018).

Para 2020, a estimativa de crescimento da economia portuguesa é de 1,7%, inferior ao verificado em 2019, o que configura uma manutenção do actual contexto de crescimento a um ritmo moderado e decrescente.

Retalho Alimentar Moderno

Em 2019, as vendas do Retalho Alimentar, registaram um crescimento de 3,9% face ao ano anterior (4,9%), um dos mais elevados da União Europeia.

O nível de inflação no ano manteve-se baixo, continuando a registar-se níveis promocionais muito significativos e com os consumidores portugueses cada vez mais sensíveis a promoções.

O ritmo de expansão e remodelação de lojas manteve-se semelhante ao dos anos anteriores, com foco nos formatos de proximidade e ultra proximidade, em particular nas zonas urbanas de Lisboa e Porto, sendo a entrada de um novo operador, com a abertura de 10 lojas no norte do país, a nota mais relevante de 2019.

Verificou-se um crescimento do mercado de entregas de comida ao domicílio, com o desenvolvimento e alargamento a novas áreas geográficas de empresas como a Uber Eats, a Glovo e a Takeaway.com. A venda de comida pronta está em franco crescimento, tendo-se tornado numa oportunidade de

desenvolvimento da oferta de novos produtos e serviços para os actuais operadores de Retalho Alimentar.

Em 2020, o mercado deverá continuar a apresentar níveis promocionais elevados, com a abertura de novas lojas e intenso ambiente competitivo. As tendências deverão manter-se, com foco na experiência de compra, inovação e conveniência e com o desenvolvimento das áreas da saúde e bem-estar.

Mercado Grossista

Em 2019, de acordo com a última actualização disponível da Nielsen TSR Cash & Carry, este mercado registou uma evolução positiva, apresentando um crescimento de 4,6% em relação a 2018. Sem que nenhum dos principais operadores tenha aberto novas lojas, este crescimento justifica-se pelo desempenho dos principais canais do mercado Cash & Carry.

O canal HoReCa continuou a apresentar uma evolução positiva (crescimento acumulado de 3,2% a Outubro de 2019, segundo o INE, para o agrupamento dos sectores de alojamento, restauração e similares), assente na evolução do turismo internacional (a crescer 7,7% conforme dados do Turismo de Portugal acumulados a Outubro de 2019), bem como, no desempenho do canal de Retalho Tradicional, que apresentou um crescimento acumulado a Novembro de 7,3%, segundo a Nielsen.

Para 2020, a expectativa é de manutenção desta tendência, ainda que a um ritmo mais lento, com ambos os canais HoReCa e Retalho Tradicional a beneficiarem desse enquadramento.

2.3. Colômbia

Conjuntura Macroeconómica

Em 2019, o crescimento da economia colombiana foi superior ao do ano anterior, com um aumento estimado do PIB na ordem dos 3,3% (2,5% em 2018). Esta evolução verificou-se num contexto de recuperação da procura interna, nomeadamente ao nível do consumo privado e do investimento.

As exportações líquidas afectaram o crescimento do PIB, com as importações, suportadas no consumo interno, a registarem um aumento significativo e as exportações um crescimento moderado, impactado pelo abrandamento do crescimento económico mundial, em particular nos países da América Latina, onde se verificaram diversos conflitos sociais.

O consumo privado foi impulsionado pelo aumento do salário mínimo, pela inflação baixa e controlada, pelas taxas de juro moderadas e por um nível de confiança dos consumidores que, em média, e nos primeiros meses do ano, atingiu níveis superiores aos observados em 2018.

O investimento privado registou um comportamento positivo, enquanto o investimento público teve um crescimento modesto, reflectindo as restrições orçamentais, devido ao limitado alcance da reforma fiscal, em particular depois da supressão da reforma prevista para o IVA nos bens de primeira necessidade.

O desemprego e a economia informal aumentaram durante o ano 2019, o que pode ser explicado, entre outros factores, pela entrada de muitos emigrantes venezuelanos na Colômbia. A taxa de desemprego aumentou para 10,5%, face a 9,7% em 2018.

A inflação de 2019 fixou-se em 3,5%, ficando em linha com o objectivo do Banco Central da Colômbia (3,0%; $\pm 1,0p.p.$), acima dos 3,2% de 2018. Esta subida é explicada, essencialmente, pelo maior crescimento do preço dos produtos alimentares e dos serviços. A estabilidade da inflação permitiu que a taxa de juro de referência se mantivesse constante durante o ano (4,25%).

Em 2019, o peso colombiano registou uma taxa de conversão anual média² de 3.680,6 face ao euro, uma desvalorização de 5,5% face aos 3.489,6 de 2018. A desvalorização da taxa de câmbio encareceu significativamente o preço dos produtos importados, em especial quando se compara com a depreciação face ao dólar americano (9,9%), a principal moeda de troca utilizada.

No decorrer de 2019, foram discutidas e aprovadas alterações à reforma fiscal em vigor. Para 2020 é esperada uma melhoria da economia colombiana, suportada no aumento da confiança dos consumidores, apoiada numa inflação moderada, o que potenciará a recuperação do seu poder de compra.

Retalho Alimentar Moderno

O mercado de Retalho Alimentar na Colômbia registou um crescimento de 4,9% (0,5% em volume)³. Apesar do aumento do desemprego, o consumo das famílias superou em 0,3% o crescimento estimado no início do ano, suportado num aumento do cabaz médio por visita, mas apresentando uma redução da frequência de compra.

O formato *Discount* voltou a apresentar o maior crescimento, enquanto o restante retalho organizado e o retalho independente registaram ambos um declínio. A razão do crescimento prende-se com o número de aberturas deste formato que, em 2019, foi de mais de 800 novas localizações.

O peso das vendas das lojas de *Discount* no Retalho Alimentar Moderno aumentou⁴ para 9,7% (cerca de +2,0p.p. face a 2018), beneficiando de um consumidor mais focado no preço, numa conjuntura de aumento do desemprego e de níveis de confiança ainda baixos, em parte originados por incertezas relacionadas com a polarização política, que provocaram, nos últimos meses do ano, manifestações em diversos sectores da sociedade.

Com a expansão de lojas de proximidade, a quota de mercado do Retalho Tradicional diminuiu 1p.p. quando comparado com o ano 2018. No entanto, parece continuar a apresentar-se como uma boa solução em categorias de conveniência, como sejam, os lacticínios, os snacks/doces e as bebidas alcoólicas.

Dado o contexto de crescimento da economia colombiana, é expectável uma melhoria da confiança dos consumidores com impacto positivo no comércio a retalho e que, segundo a Nielsen, se traduzirá num crescimento de 4,8% (1,6% em volume) em 2020.

É também esperado que os retalhistas continuem a focar a sua estratégia numa melhoria da oferta e no reforço da confiança dos consumidores, num mercado mais competitivo, com consumidores cada vez mais exigentes e informados, e com foco no real valor do produto e na experiência de compra, muitas vezes multicanal.

Fontes Consultadas:

Eurostat; Boletins Económicos do Banco de Portugal; Ministério das Finanças de Portugal; Instituto Nacional de Estatística (INE); Boletins Económicos do Banco Nacional da Polónia; Central Statistical Office (GUS); Banco de la República (Banco Central Colombiano); Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE); Planet Retail; TNS; Nielsen e PMR

² Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios das Companhias do Grupo a operar nessa moeda.

³ Fonte: Nielsen Scantrack e Traditional store audits, baseado em 85 categorias Nielsen (Food/Beverage + Home/Personal Care + Pet supplies).

⁴ Fonte: Nielsen Total Market. Dados do 3.º trimestre e projecções para o 4.º trimestre de 2019.

3. Desempenho do Grupo

A análise de desempenho neste ponto é apresentada excluindo o impacto da IFRS16, a menos que seja especificado o contrário.

O desempenho ao longo do ano de 2019 evidenciou a notável capacidade das insígnias do Grupo crescerem consistentemente acima dos mercados onde operam.

A centralidade conferida aos consumidores e a prioridade dada às vendas, sem descurar a eficiência dos modelos de negócio foram os denominadores comuns e os motores do desempenho de cada uma das Companhias.

3.1. Prioridades estratégicas em 2019

O foco no consumidor e o crescimento das vendas mantiveram-se ao longo de 2019 como as principais prioridades de desempenho do Grupo, sem comprometer a disciplina de custos e a filosofia de eficiência que garantem a competitividade e a rentabilidade dos modelos de negócio.

Foram estas opções estratégicas que levaram a um desempenho marcado pelo crescimento das vendas e do EBITDA.

Em simultâneo, o Grupo patrocinou projectos e reforçou áreas ao nível corporativo, com o objectivo de antecipar e proteger os negócios de riscos emergentes, nomeadamente relacionados com sustentabilidade, segurança, recursos humanos e inovação.

No geral, as estratégias traçadas e os objectivos definidos foram executados e atingidos pelas Equipas de Gestão com o devido acompanhamento do Conselho de Administração, que desempenhou a sua actividade de supervisão.

3.1.1. Crescer, na Polónia e em Portugal, acima dos mercados sem comprometer a rentabilidade dos modelos de negócio

Com o objectivo de manter um crescimento consistentemente acima dos mercados em que operam, as insígnias - Biedronka, Pingo Doce e Recheio - continuaram a reforçar as operações e a trabalhar para ter as melhores propostas comerciais, merecendo, cada vez mais, o reconhecimento e a preferência dos consumidores.

Na Polónia, o ambiente de consumo manteve-se positivo, acompanhando a envolvente económica positiva e mais concretamente o aumento do rendimento disponível das famílias.

A Biedronka iniciou 2019 com uma forte proposta comercial, em muito reforçada no ano anterior num contexto de adaptação à introdução da proibição de abertura das lojas ao domingo.

Esta dinâmica permitiu à insígnia a implementação de várias campanhas ao longo do ano, que reforçaram a atracção, percepção de variedade e qualidade e também a oferta de preços baixos associada a produtos de qualidade.

O reforço da proposta de valor também passou pelo reforço do sortido permanente que contou com 139 lançamentos de produtos e onde várias referências receberam melhorias de formulação ou de apresentação.

Por fim, a experiência de compra tem recebido máxima atenção através das 252 remodelações executadas em 2019, com introdução de equipamentos mais eficientes e melhorias na exposição do sortido e circulação na loja, criando um ambiente de compra mais agradável e conveniente.

Olhando para a inovação como fonte de soluções para o futuro, a Biedronka, depois de uma fase de teste, avançou com o *roll out* de um programa para implementar *self-checkouts* num número significativo das suas lojas com objectivo de melhorar os níveis de serviço em lojas de elevada afluência e com perfil mais urbano.

Ainda neste âmbito, a insígnia inaugurou em Novembro uma loja num conceito *eco-friendly*, orientada para o sortido de frescos e conveniência, com soluções operacionais inovadoras que poderão ser incorporadas no modelo standard da operação.

Em Portugal, o contexto de consumo manteve-se favorável, em linha com o ano anterior.

Tanto o Pingo Doce como o Recheio, com modelos de negócio fortes e diferenciados em relação aos seus pares, souberam tirar proveito da envolvente operativa, num contexto de Retalho Alimentar competitivo e com aumento de capacidade instalada.

O Pingo Doce alavancou a estratégia promocional que tinha implementado no ano anterior nas categorias de peixe e carne, estendendo-a às categorias de iogurtes, congelados e cervejas.

No que respeita ao sortido, a insígnia focou-se em manter o ritmo de inovação, reforçando a diferenciação no mercado. Neste contexto, foram lançados 183 produtos de Marca Própria e abriu-se uma nova cozinha central em Aveiro para aumentar a capacidade da operação de comida pronta da insígnia que é um elemento altamente diferenciador pela variedade e qualidade que apresenta.

O Pingo Doce inaugurou uma loja inovadora no novo Campus Universitário da Nova SBE, na região de Lisboa, onde o processo de compra se faz através de uma aplicação de telemóvel e onde se utilizam soluções tecnológicas inovadoras. Nesta loja, a nível de sortido, testam-se permanentemente novos produtos, embalagens e soluções alimentares.

O Recheio, a par de uma política comercial intensa, tem vindo a reforçar a operação de Frescos que é diferenciadora no sector e, nesse sentido, remodelou uma loja em Aveiro, dando maior destaque e serviço a estas categorias.

3.1.2. Crescer a margem bruta e a densidade de vendas da Ara na construção da trajectória para a rentabilidade

Na Colômbia, a envolvente de consumo foi mais favorável do que no ano anterior e o sector de Retalho Alimentar continuou a apresentar uma dinâmica intensa.

A Ara continuou a implementar com sucesso a sua estratégia, assente no aumento da densidade de vendas e da margem bruta como os principais motores da rentabilidade.

Em 2019, e no contexto da elevada elasticidade das vendas a decisão da Companhia de reduzir preços, a densidade de vendas – enquanto factor chave de uma rentabilidade sustentável – tornou-se a principal prioridade estratégica, levando ao fortíssimo acelerar do crescimento LFL.

O desempenho foi impulsionado pela execução bem sucedida do reforço da descentralização das operações, com grande autonomia conferida às regiões, que permite uma resposta mais rápida e adequada à realidade de cada mercado local.

Assim, a Ara aprofundou e fortaleceu a capacidade de cada loja entregar o seu potencial de vendas e começar a melhorar a margem bruta num ano que confirma a inversão da tendência das perdas geradas ao nível do EBITDA.

3.1.3. Execução do Programa de Investimento

O programa de investimento manteve-se como um vector estratégico fundamental que permite realizar a ambição de crescimento, quer através do crescimento orgânico, quer do crescimento LFL, bem como promove a protecção ou melhoria da eficiência das operações.

Em 2019, o plano de investimento do Grupo cifrou-se em 678 milhões de euros, dos quais 32% alocados à expansão e o restante a projectos de remodelação e manutenção das operações de lojas e armazéns.

(milhões de euros) Área de Negócio	2019			2018		
	Expansão ¹	Outros ²	Total	Expansão ¹	Outros ²	Total
Biedronka	79	308	388	91	281	372
Lojas	79	266	345	87	255	342
Logística e Estrutura Central	0	42	42	4	26	30
Pingo Doce	27	115	143	13	78	90
Lojas	27	105	131	12	72	85
Logística e Estrutura Central	1	11	11	0	5	6
Recheio	1	24	25	6	21	27
Ara	93	5	98	117	1	118
Lojas	46	3	49	70	1	70
Logística e Estrutura Central	47	3	49	47	0	47
Total Distribuição Alimentar	201	452	653	227	380	607
Hebe	10	2	12	8	3	12
Serviços e Outros	7	5	13	35	4	39
Total JM	218	460	678	270	388	658
% do EBITDA	20,9%	44,0%	64,9%	28,2%	40,4%	68,6%

¹ Novas Lojas e Centros de Distribuição.

² Remodelação, Manutenção e Outros.

A Biedronka executou um plano de investimento de 388 milhões de euros que abrangeu a abertura de 128 novas lojas (33 das quais num conceito de menor dimensão), 252 remodelações e a normal manutenção da operação.

A insígnia terminou o ano com uma rede de 3.002 localizações, cerca de 50% das quais abertas ou remodeladas nos últimos cinco anos.

A Hebe abriu 46 novas lojas contando, no final de 2019, com 273 localizações.

O Pingo Doce investiu 143 milhões de euros, na abertura de nove novas lojas, das quais quatro sob o conceito de conveniência Pingo Doce & Go e continuou com o seu programa de remodelações que abrangeu um total de 44 lojas, das quais 30 com uma remodelação profunda.

O Recheio investiu um total de 25 milhões de euros, alocados, em parte, à remodelação da loja de Aveiro.

Na área Agro-Alimentar, em Portugal, investiu-se na expansão de capacidade de uma das unidades da agro-pecuária e em trabalhos de melhoria da exploração que abastece a fábrica de lacticínios.

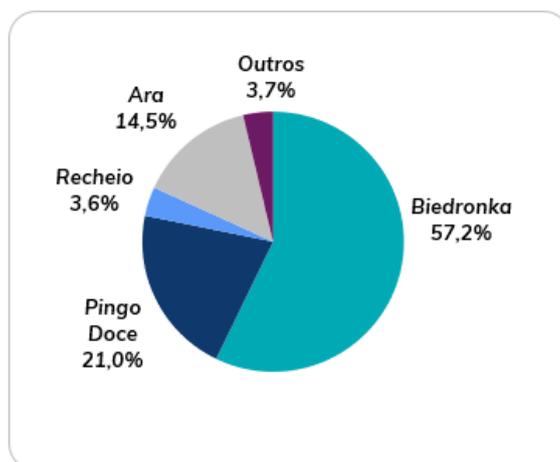
Na Colômbia, a Ara investiu 98 milhões de euros, tendo inaugurado 85 lojas e praticamente finalizado a construção de dois Centros de Distribuição que no início de 2020 integrarão com total operacionalidade a estrutura logística da Companhia

	Lojas Novas		Remodelações ¹		Lojas Fechadas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Biedronka	128	122	252	230	26	45
Pingo Doce	9	10	30	29	0	0
Recheio	0	1	1	1	0	2
Ara	85	143	0	0	1	0
Hebe	46	51	6	4	3	3
Outros Negócios ²	11	4	2	0	6	4

¹ Exceptuando o Recheio, consideram-se apenas as lojas cuja remodelação implicou o encerramento da área de venda.

² Inclui as lojas Code, Spot, Bem Estar, Restaurantes Pingo Doce, Postos de Combustível, Jerónimo e Hussel.

Investimento por Área de Negócio



3.2. Actividade Consolidada de 2019

3.2.1. Vendas Consolidadas

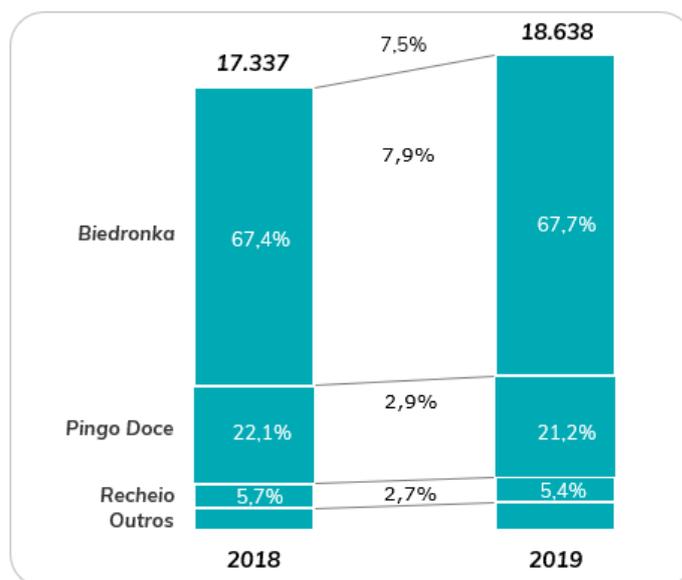
(milhões de euros)	2019		2018		Δ %		LFL
		% total		% total	excl. F/X	Euro	
Vendas e Serviços							
Biedronka	12.621	67,7%	11.691	67,4%	8,8%	7,9%	5,8%
Pingo Doce*	3.945	21,2%	3.835	22,1%		2,9%	2,3%
Recheio	1.007	5,4%	980	5,7%		2,7%	3,2%
Ara	784	4,2%	599	3,5%	37,9%	30,8%	17,6%
Hebe	259	1,4%	207	1,2%	25,9%	24,9%	7,4%
Outros & Ajustes de Consolidação	23	0,1%	24	0,1%		-0,6%	n.a
Total JM	18.638	100%	17.337	100%	8,4%	7,5%	5,3%

* inclui valores de vendas de loja e combustível

Em 2019, a execução bem sucedida das nossas estratégias nos três mercados em que operamos somou 1,3 mil milhões de euros às vendas do Grupo, com fortalecimento das posições competitivas.

As vendas do Grupo foram de 18,6 mil milhões de euros em 2019, 7,5% acima do ano anterior (+8,4% a taxas de câmbio constantes), com um LFL de 5,3%.

Vendas Consolidadas (milhões de euros)



Na Polónia, o consumo manteve-se em níveis saudáveis, impulsionando o *trading up* no cabaz alimentar. A inflação alimentar no país foi mais alta do que o inicialmente esperado, atingindo 4,9%.

O sector do Retalho Alimentar continuou a adaptar-se à implementação gradual da regulamentação que restringe a abertura de lojas ao domingo, que se reflectiu em menos 13 dias de vendas cumulativamente aos 21 dias já perdidos em 2018.

Neste contexto, a Biedronka alavancou na forte dinâmica comercial do ano anterior e registou um notável crescimento de vendas e um aumento da quota de mercado.

No ano, as vendas cresceram 7,9% para 12,6 mil milhões de euros. Em moeda local, o aumento de vendas foi de 8,8%.

O crescimento LFL foi de 5,8%, traduzindo a contínua melhoria da oferta e da experiência de compra, bem como a força do posicionamento de preço, assente na combinação de EDLP (Every Day Low Price) com uma atractiva mecânica promocional. A inflação no cabaz, de cerca de 2,5% no ano, contribuiu também para este desempenho.

A Hebe reforçou a sua proposta de valor com o lançamento, em Julho, da operação *online* e apesar dos menos 13 dias de vendas em relação a 2018, registou um forte desempenho e cresceu as vendas, em moeda local, em 25,9%. Em euros, as vendas aumentaram 24,9% para 259 milhões de euros. Aproveitando o potencial de crescimento do mercado, a Hebe manteve um desempenho consistente ao longo do ano, o que, em conjunto com o reforço da abordagem omnicanal, fortaleceu a sua posição competitiva.

Em Portugal, a envolvente de consumo foi favorável ao longo do ano e a inflação alimentar permaneceu baixa nos 0,3%.

O Pingo Doce manteve a boa dinâmica comercial e registou um desempenho positivo no ano, para o qual contribuíram também a inovação na oferta e as melhorias introduzidas na experiência de compra.

A insígnia cresceu as vendas totais em 2,9% para 3,9 mil milhões de euros, incluindo um LFL (excl. combustível) de 2,5%.

O Recheio registou um bom ano com as vendas a superarem o marco dos mil milhões de euros, 2,7% acima do ano anterior. Numa base LFL, o crescimento foi de 3,2%, reflectindo a força da proposta de valor da insígnia orientada para os seus clientes profissionais.

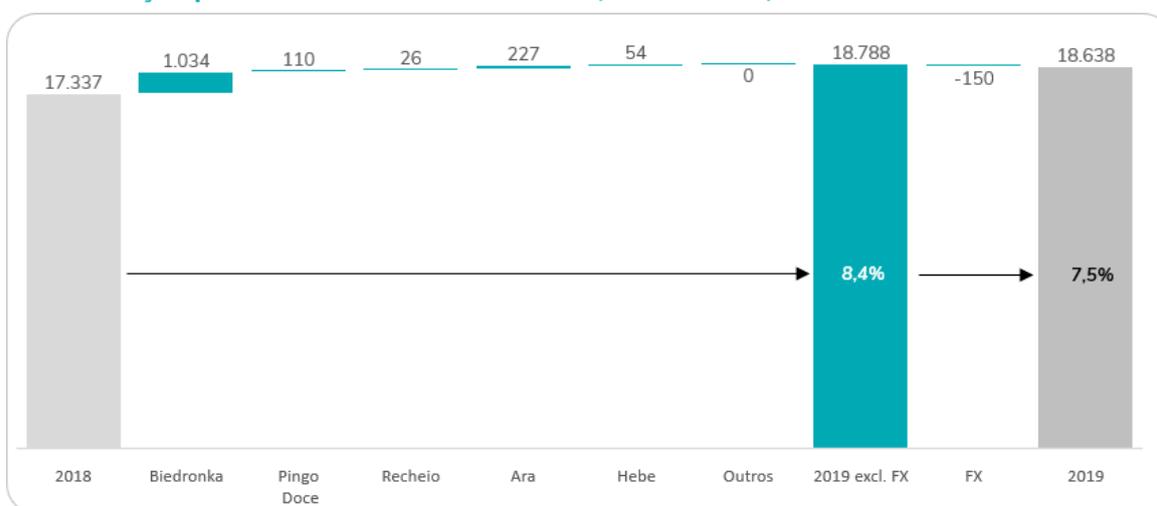
Na Colômbia, com indicadores de consumo mais favoráveis do que no ano anterior e num mercado muito competitivo, a Ara aumentou a densidade de vendas enquanto continuou a melhorar a sua oferta.

Em moeda local, as vendas cresceram 37,9%, incluindo um notável LFL de 17,6%. Em euros, as vendas progrediram 30,8% para 784 milhões de euros.

O desempenho foi estimulado pela autonomia reforçada das regiões e a eficácia da estratégia de investimento em preço.

Em suma, 2019 foi um muito bom ano que nos permitiu fortalecer as nossas propostas de valor nos três mercados em que operamos e beneficiar em pleno de um ambiente de consumo favorável, particularmente na Polónia e na Colômbia.

Contribuição para o crescimento de Vendas (milhões de euros)



3.2.2. Resultado Operacional Consolidado

(milhões de euros)	2019 (IFRS16)		2019		2018		Δ%
		%		%		%	
Vendas Consolidadas	18.638		18.638		17.337		7,5%
Margem Total	4.076	21,9%	4.076	21,9%	3.760	21,7%	8,4%
Custos Operacionais	-2.639	-14,2%	-3.031	-16,3%	-2.800	-16,2%	8,2%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	1.437	7,7%	1.045	5,6%	960	5,5%	8,9%
Depreciação	-715	-3,8%	-397	-2,1%	-364	-2,1%	9,2%
Resultado Operacional (EBIT)	722	3,9%	648	3,5%	596	3,4%	8,6%

Seguindo o bom desempenho das vendas, o EBITDA do Grupo cifrou-se em 1.045 milhões de euros, um crescimento de 8,9% em relação ao ano anterior (+9,3% a taxas de câmbio constantes). A respectiva margem foi de 5,6% (5,5% em 2018).

Detalhe do EBITDA

(million euros)	2019 (IFRS16)		2019		2018		Δ %
		% total		% total		% total	
Biedronka	1.185	82,5%	918	87,8%	850	88,6%	7,9%
Pingo Doce	264	18,3%	200	19,1%	188	19,6%	6,4%
Recheio	60	4,2%	55	5,3%	53	5,5%	4,6%
Others & Cons. Adjustments	-72	-5,0%	-128	-12,2%	-131	-13,6%	-2,4%
Consolidated EBITDA	1.437	100%	1.045	100%	960	100%	8,9%

A Biedronka registou um EBITDA de 918 milhões de euros, um crescimento de 7,9% (+8,8% a taxa de câmbio constante).

A Companhia efectuou, ao longo do ano, uma gestão disciplinada do mix de margem, investindo no crescimento das vendas através de promoções relevantes e da preservação da liderança de preço, que, em conjunto com um saudável LFL, permitiram à insígnia manter a margem EBITDA em 7,3%.

O Pingo Doce registou um EBITDA de 200 milhões de euros, 6,4% acima do ano anterior. A respectiva margem foi de 5,1%, uma subida em relação aos 4,9% registados em 2018. Este desempenho deveu-se ao bom crescimento LFL e também a um mix de margem favorável.

O Recheio, atingiu um EBITDA de 55 milhões de euros, 4,6% acima de 2018, com a respectiva margem em 5,5% versus 5,4% em 2018. O bom desempenho de vendas foi a base de mais um ano de crescimento rentável.

Para a Hebe, 2019 fica marcado como o ano em que a Companhia atingiu o breakeven ao nível do EBITDA, fruto de um bom desempenho de vendas e do trabalho realizado ao nível do mix de margem.

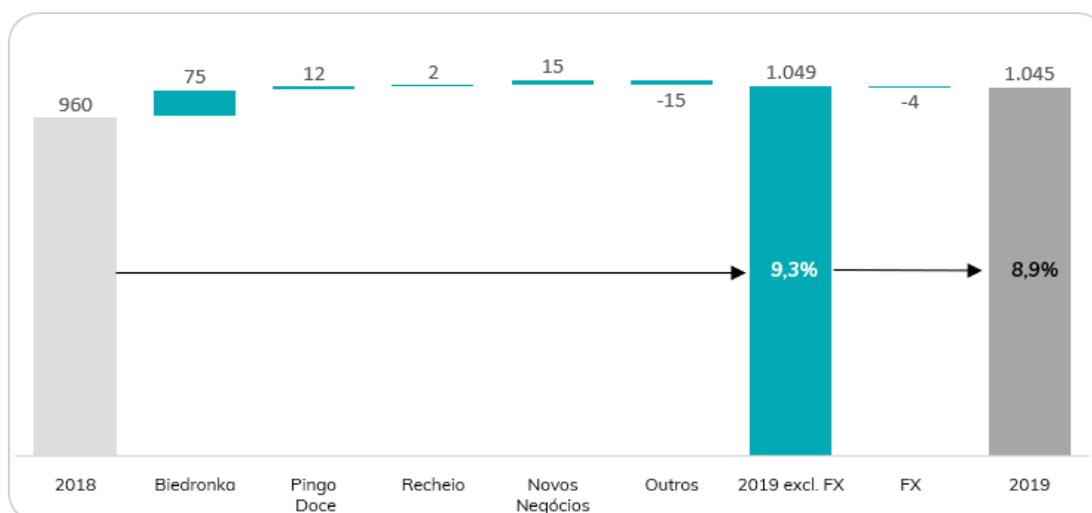
Para a Ara, 2019 representa o ano que confirma a inflexão das perdas geradas ao nível do EBITDA que atingiram 62 milhões de euros (73 milhões de euros em 2018). Esta evolução foi registada apesar da decisão da Companhia de reforçar o investimento em preço previsto para o ano e que levou ao substancial acelerar do crescimento LFL e por conseguinte da densidade de vendas.

De referir também que o Grupo continuou a apostar na protecção da sua cadeia de abastecimento em Portugal, através do investimento na área Agro-Alimentar, em categorias diferenciadoras. O aumento verificado na capacidade instalada de alguns dos negócios permitirá uma maior escala de operações, com impacto positivo na sua eficiência futura.

Ao nível da estrutura corporativa, em linha com a dimensão do Grupo e com vista à gestão de risco de médio e longo prazo, reforçaram-se algumas das equipas e desenvolveram-se vários projectos para garantir as melhores práticas a nível de políticas de recursos humanos, segurança, inovação e responsabilidade corporativa, entre outros.

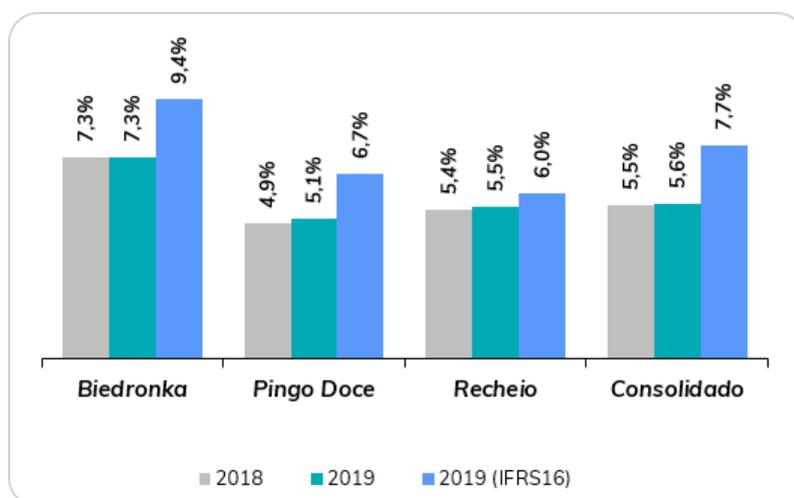
O ano de 2019 foi mais um ano de crescimento rentável assente do bom desempenho de vendas, com uma gestão detalhada do mix de vendas e com foco permanente na eficiência da estrutura de custos, onde a inovação e a tecnologia ocupam um papel cada vez mais relevante.

Contribuição para o crescimento do EBITDA* (milhões de euros)



* Excluindo IFRS16

Margem EBITDA



3.2.3. Resultados Líquidos Consolidados

(milhões de euros)	2019 (IFRS16)		2019		2018		Δ%
		%		%		%	
Resultado Operacional (EBIT)	722	3,9%	648	3,5%	596	3,4%	8,6%
Resultados Financeiros	-159	-0,9%	-29	-0,2%	-25	-0,1%	17,4%
Ganhos em Empresas Associadas	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	n.a.
Outras Perdas e Ganhos	-14	-0,1%	-15	-0,1%	-9	-0,1%	n.a.
Resultado antes de Imposto (EBT)	549	2,9%	604	3,2%	562	3,2%	7,4%
Impostos	-128	-0,7%	-137	-0,7%	-132	-0,8%	3,6%
Resultado Líquido	421	2,3%	467	2,5%	430	2,5%	8,6%
Interesses que não Controlam	-31	-0,2%	-34	-0,2%	-29	-0,2%	18,6%
Res. Líquido atrib. a JM	390	2,1%	433	2,3%	401	2,3%	7,9%
Res. Líquido / acção (€)	0,62		0,69		0,64		7,9%
Res. Líquido / acção sem Outras Perdas e Ganhos (€)	0,63		0,70		0,65		8,9%

Os resultados líquidos atribuíveis a Jerónimo Martins foram de 433 milhões de euros, um crescimento de 7,9% em relação ao ano anterior.

As outras perdas e ganhos foram de -15 milhões de euros, reflectindo custos de reestruturação, actualização de cálculos actuariais de responsabilidades com benefício de empregados, abates e imparidades.

Os custos financeiros líquidos foram de 29 milhões de euros. Dentro destes, os juros líquidos cifraram-se em 23 milhões de euros, acima dos 20 milhões de euros registados em 2018, reflectindo o maior endividamento em pesos colombianos no contexto da decisão do Grupo de dar preferência, no financiamento das actividades, ao endividamento em moeda local como forma de cobertura natural desse investimento.

A taxa efectiva de imposto foi inferior à registada no ano anterior, em virtude da recuperação de imposto, relativo a dupla tributação que havia sido paga em 2017, no contexto de uma operação de reorganização interna, da qual o Grupo recorreu, tendo-lhe sido atribuída razão em 2019.

3.2.4. Cash Flow

(milhões de euros)	2019 (IFRS16)	2019	2018
EBITDA	1.437	1.045	960
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	-259	-	-
Pagamento de Juros	-163	-30	-24
Outros Itens Financeiros	0	0	0
Imposto sobre o Resultado	-155	-155	-148
Fundos gerados pelas Operações	861	861	788
Pagamento de Capex	-577	-577	-717
Δ Capital Circulante	220	220	70
Outros	-10	-9	-5
Cash Flow	494	494	135

O cash flow gerado no ano atingiu 494 milhões de euros, um aumento de 359 milhões de euros em relação ao gerado em 2018. Este desempenho notável resultou do crescimento de 9,2% dos fundos gerados pelas operações, mas também de um comportamento sazonal mais favorável do capital circulante e ainda de um aumento de valores a pagar de capex devido ao elevado nível de investimento registado nos últimos meses do ano.

3.2.5. Balanço Consolidado

(milhões de euros)	2019 (IFRS16)	2019	2018
Goodwill Líquido	641	641	637
Activo Fixo Líquido	4.140	4.140	3.842
Direitos de Uso Líquido	2.318	-	-
Capital Circulante Total	-2.789	-2.784	-2.454
Outros	94	86	70
Capital Investido	4.404	2.083	2.096
Total de Empréstimos	732	732	624
Locações Financeiras	17	17	15
Locações Operacionais Capitalizadas	2.368	-	-
Juros Diferidos	3	3	2
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-945	-945	-562
Dívida Líquida	2.176	-192	80
Interesses que não Controlam	254	257	238
Capital Social	629	629	629
Resultados Transitados	1.346	1.389	1.149
Fundos de Accionistas	2.229	2.275	2.016

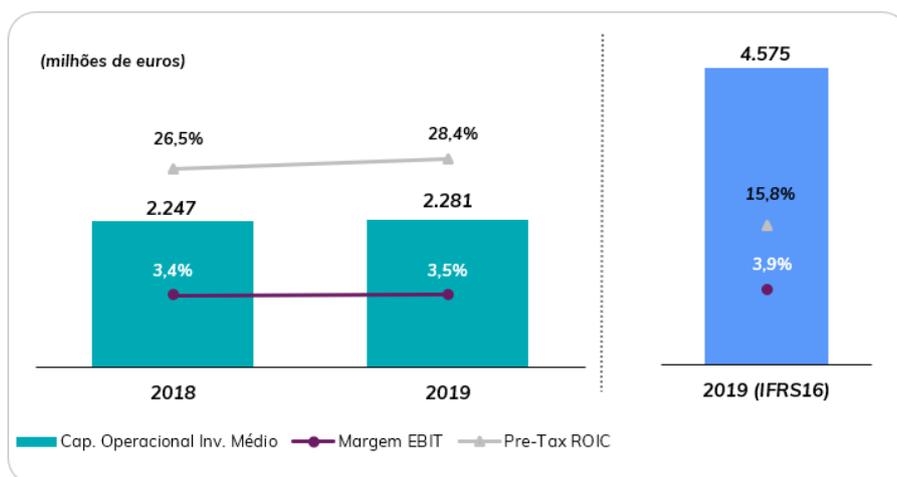
O balanço do Grupo manteve-se inquestionavelmente sólido, encerrando o ano com uma posição líquida de caixa positiva de 192 milhões de euros.

Importa também referir que em Maio, em linha com a política de dividendos do Grupo, foram pagos dividendos no valor de 204,2 milhões de euros.

3.2.6. Rentabilidade do Capital Investido

A rentabilidade do capital investido, calculado sob a forma de Pre-Tax ROIC, e não considerando a capitalização de leasings operacionais, foi de 28,4% (26,5% em 2018).

Este notável desempenho foi resultado de um aumento da rotação do capital na quase generalidade dos negócios em virtude dos crescimentos LFL atingidos e de melhorias das margens EBIT no ano.



3.2.7. Detalhe dos Empréstimos

(milhões de euros)

	2019	2018
Empréstimos de Médio Longo Prazo	309	278
% do Total de Empréstimos	42,2%	44,5%
Maturidade Média (anos)	3,3	2,8
Empréstimos de Curto Prazo	424	347
% do Total de Empréstimos	57,8%	55,5%
Total de Empréstimos	732	624
Maturidade Média (anos)	1,7	1,5
% Total de Empréstimos em Euros	6,8%	8,0%
% Total de Empréstimos em Zlotys	46,1%	46,1%
% Total de Empréstimos em Pesos Colombianos	47,1%	45,8%

Na Colômbia, em linha com a estratégia de financiamento do Grupo que favorece o recurso a empréstimos em moeda local, como forma de cobertura natural do risco cambial, registou-se o crescimento dos empréstimos em pesos colombianos.

Neste contexto, importa referir que em 2019, foi contraído, junto da IFC, integrada no Banco Mundial, um empréstimo em pesos colombianos, no valor equivalente a cerca de 93 milhões de dólares a taxa fixa por sete anos, que vem reforçar a estrutura de financiamento da Companhia na Colômbia.

3.2.8. Jerónimo Martins no Mercado de Capitais

Caracterização do Título

Bolsa em que está Cotada	Euronext Lisboa	
Data de Entrada em Bolsa	Novembro de 1989	
Capital Social (€)	629.293.220	
Valor Nominal	1,00 €	
N.º Acções Emitidas	629.293.220	
Símbolo	JMT	
Códigos	ISIN	PTJMT0AE0001
	Reuters	JMT.LS
	Bloomberg	JMT PL
	Sedol	B1Y1SQ7
	WKN	878605

As acções de Jerónimo Martins integram, segundo dados da Thomson Reuters, 71 índices, sendo os mais relevantes o PSI20 (índice de referência da Euronext Lisboa), o Euronext100 e o EuroStoxx, entre outros, e são negociadas em 45 plataformas distintas, maioritariamente nas principais praças europeias.

O ano de 2019 marcou os 30 anos da entrada de Jerónimo Martins na Bolsa de Valores de Lisboa. A data (14 de Novembro) foi assinalada com uma cerimónia comemorativa na Bolsa de Valores durante a qual foram apresentados dados da evolução do título. Foi ainda objecto de uma campanha institucional que destacava que: *“Em 30 anos, a nossa capitalização bolsista multiplicou-se por mais de 30. Neste tempo, passámos de um para três países, abrimos mais de 4.200 lojas e aumentámos as nossas vendas em cerca de 18 mil milhões de euros. Desde 1989, somámos mais de 100 mil pessoas às nossas equipas. E juntos chegamos a esta conclusão: quando fazemos as contas ao tempo, damos-lhe muito valor”*.

Estrutura de Capital

Para informação sobre a estrutura de capital de Jerónimo Martins, consultar o ponto 9. Anexo ao Relatório de Gestão, neste capítulo.

Desempenho do PSI20

O índice de referência no mercado português – PSI20 – com 18 acções na sua composição, não sofreu alterações nos seus componentes durante o ano.

O ano de 2019 foi globalmente forte em termos de valorização do mercado de capitais, relativamente ao qual o índice PSI20 não foi excepção. Desta forma, o índice fechou 2019 com uma valorização de 10,2%, para 5.214,14 pontos, ainda que, abaixo dos congéneres europeus. Entre as 18 empresas que compõem o índice, o comportamento foi misto com sete títulos a registarem uma desvalorização no ano.

O desempenho do índice acompanhou a evolução da economia europeia, tendo o ano sido marcado por riscos e incertezas no mercado de capitais, entre os quais se destacam: o risco decorrente da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, o Brexit, a dificuldade na aprovação do orçamento de Itália, a instabilidade em França e, mais recentemente, a crise de nomeação do Governo em Espanha.

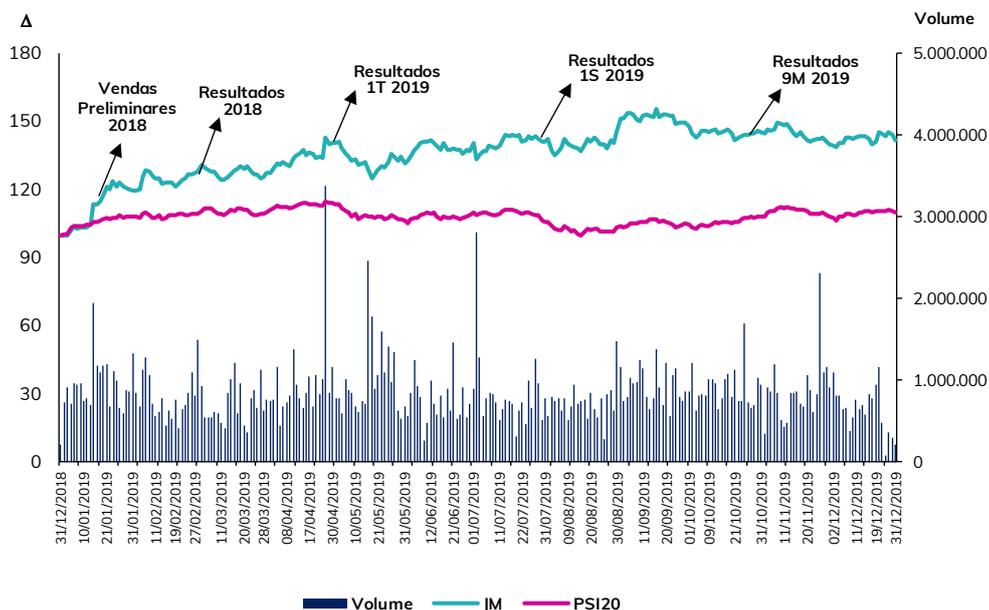
Desempenho da Acção Jerónimo Martins

Em 2019, a acção de Jerónimo Martins valorizou 41,8%, registando o melhor desempenho do PSI20 e a mais forte valorização anual desde 2015, depois de ter registado um decréscimo de 36,2% em 2018.

Jerónimo Martins, com a terceira maior capitalização bolsista, está entre as acções com maior representatividade no índice tendo subido uma posição face a 2018. A Companhia encerrou o ano com 9,2 mil milhões de euros de capitalização bolsista e um peso relativo no PSI20 de 13,6%. É ainda uma das três empresas portuguesas que integram o índice Euronext100, tendo subido ligeiramente o seu peso no mesmo para 0,29% (face a 0,28% registado no ano anterior).

Jerónimo Martins foi um dos títulos mais transaccionados na Euronext Lisboa, com cerca de 216 milhões de acções. Este volume correspondeu a uma média diária de transacções de 847 mil acções (8,0% abaixo de 2018), a um preço médio de 14,09 euros (4,7% superior ao registado em 2018). Em termos de volume de negócios, estas acções representaram o equivalente a 13,9% (3,0 mil milhões de euros) do volume global de acções transaccionadas no índice PSI20 em 2019.

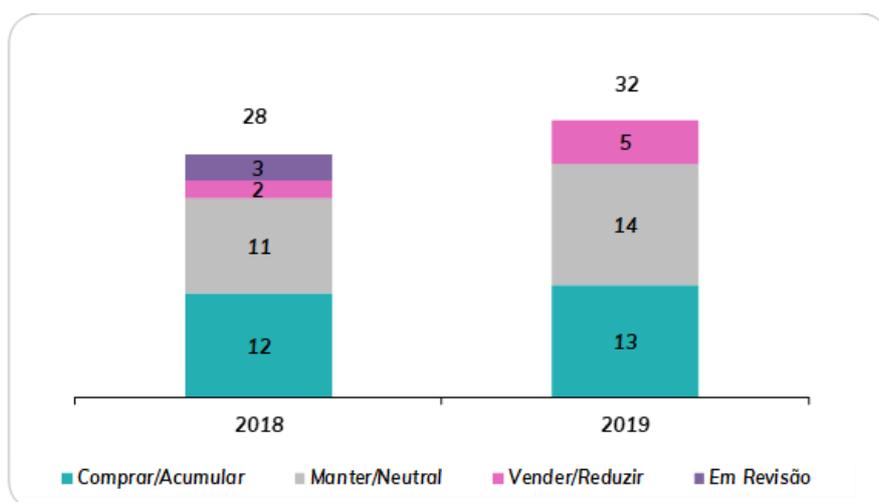
Em termos de cotação, a acção de Jerónimo Martins apresentou mínimos de 10,30 euros por duas vezes, nos dias 2 e 3 de Janeiro e atingiu a cotação máxima de 16,12 euros no dia 17 de Setembro, terminando 2019 com uma cotação de 14,67 euros.



Analistas

Em 2019, oito casas de investimento iniciaram a cobertura de Jerónimo Martins e outras quatro deixaram de seguir o título por alterações da área de research destas instituições. Houve ainda três casas de investimento que retomaram a cobertura de Jerónimo Martins depois de, em 2018, terem o título “Em Revisão”.

No final do ano, 32 analistas acompanhavam Jerónimo Martins: 13 analistas apresentavam recomendação positiva sobre o título, 14 recomendação neutra e cinco recomendação negativa. No final de 2019, a média dos preço-alvo dos analistas era de 15,49 euros, o que corresponde a um potencial de subida de 5,6%, face à cotação de fecho do dia 31 de Dezembro (14,67 euros).



Desempenho Financeiro Jerónimo Martins 2015-2019

(milhões de euros)

	2019 (IFRS16)	2019	2018	2017	2016	2015
Balanço						
Goodwill Líquido	641	641	637	647	630	640
Activo Fixo Líquido	4.140	4.140	3.842	3.639	3.180	3.060
Direitos de Uso Líquido	2.318	-	-	-	-	-
Capital Circulante Total	-2.789	-2.784	-2.454	-2.496	-2.201	-2.001
Outros	94	86	70	54	46	82
Capital Investido	4.404	2.083	2.096	1.843	1.656	1.780
Dívida Líquida	2.176	-192	80	-170	-335	187
Total de Empréstimos	732	732	624	529	335	658
Locações Financeiras	17	17	15	8	4	0
Locações Operacionais Capitalizadas	2.368	-	-	-	-	-
Juros Diferidos	3	3	2	4	0	0
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-945	-945	-562	-712	-674	-471
Interesses que não Controlam	254	257	238	225	253	252
Capital Próprio	1.975	2.018	1.778	1.788	1.738	1.342
Demonstração de Resultados						
Vendas Líquidas e Serviços	18.638	18.638	17.337	16.276	14.622	13.728
Cash flow Operacional (EBITDA)	1.437	1.045	960	922	862	800
em % vendas	7,7%	5,6%	5,5%	5,7%	5,9%	5,8%
Depreciação	-715	-397	-364	-331	-294	-294
Resultado Operacional (EBIT)	722	648	596	591	568	505
em % vendas	3,9%	3,5%	3,4%	3,6%	3,9%	3,7%
Resultados Financeiros	-159	-29	-25	-12	-17	-26
Ganhos em Empresas Associadas	0	0	0	0	10	17
Outras Perdas e Ganhos	-14	-15	-9	-14	184	-20
Resultado antes de Imposto (EBT)	549	604	562	565	744	475
Impostos	-128	-137	-132	-152	-130	-117
Resultado Líquido	421	467	430	413	614	358
Interesses que Não Controlam	-31	-34	-29	-27	-21	-25
Resultado Líquido atribuído a JM	390	433	401	385	593	333
Indicadores Bolsistas						
Capital Social (€)		629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
N.º Total de Acções		629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
Acções Próprias		859.000	859.000	859.000	859.000	859.000
Capital Disperso		29,7%	28,7%	28,4%	29,7%	31,7%
EPS (€)		0,69	0,64	0,61	0,94	0,53
Dividendo por Acção (€)		0,33	0,61	0,61	0,27	0,62 *
Desempenho em Bolsa						
Máxima (€)		16,12	17,65	18,07	16,35	13,81
Mínima (€)		10,30	10,11	14,88	10,92	7,70
Média (€)		14,09	13,46	16,46	14,24	11,84
Final Ano (Fecho) (€)		14,67	10,34	16,20	14,74	12,00
Capitalização Bolsista (31 Dez) (€ 000.000)		9.229	6.507	10.191	9.276	7.548
Transacções (em volume) (1.000 acções)		215.938	234.824	182.115	251.292	344.797
Variação Anual		41,8%	-36,2%	9,9%	22,9%	43,9%
Variação Anual - PSI20		10,2%	-12,2%	15,2%	-11,9%	10,7%

* O valor refere-se ao pagamento do dividendo bruto de 0,245 euros por acção, realizado no dia 07 de Maio de 2015, relativo à distribuição de resultados de 2014 e à distribuição de reservas no valor bruto de 0,375 euros por acção, cujo pagamento foi realizado no dia 22 de Dezembro de 2015.

4. Desempenho das Áreas de Negócio

A análise de desempenho neste ponto é apresentada excluindo o impacto da IFRS16, a menos que seja especificado o contrário.

4.1. Distribuição Alimentar



4.1.1. Biedronka

Mensagem do Director-Geral

Em 2019, o mercado polaco proporcionou novamente uma envolvente operacional positiva, estimulada pelo bom desempenho da economia do país e por um conjunto de medidas que contribuíram para o aumento do rendimento disponível das famílias.

Depois de um ano, em que a Biedronka se focou em investir e ajustar a sua operação por forma a mitigar o impacto negativo, em vendas e em eficiência, da obrigatoriedade de encerrar as lojas ao domingo, a insígnia entrou em 2019 com capacidades reforçadas ao nível da gestão do mix de vendas e protecção da estrutura de custos.

Assim, o plano de campanhas executado ao longo do ano, sem esquecer a liderança de preço numa base EDLP (Every Day Low Price), permitiu beneficiar plenamente das condições de mercado enquanto reforçou a competitividade da insígnia no sector.

Centrados num consumidor cada vez mais exigente, não negligenciámos a inovação como veículo de competitividade acrescida, tanto ao nível da melhoria do sortido como na preocupação com a qualidade do parque de lojas, onde, a par com as remodelações profundas, se testaram soluções com impacto no serviço prestado ao cliente e na eficiência da própria operação.

Num ano com desempenho notável, o fortalecimento do modelo de negócio foi também um objectivo alcançado com sucesso, que nos permite manter o compromisso com os consumidores, com os nossos fornecedores e com as nossas equipas para continuar a trabalhar merecendo a confiança e a preferência de todos.

Desempenho em 2019

Na Polónia, o consumo continuou a crescer num contexto de aumento do rendimento disponível das famílias, quer através do aumento do salário mínimo no país, quer, particularmente na segunda metade do ano, através da distribuição de novos incentivos sociais.

No sector do Retalho Alimentar, a envolvente competitiva manteve-se muito intensa e altamente promocional, ainda reflectindo o impacto acrescido da proibição de abertura de lojas aos domingos, que levou a menos 13 dias adicionais de vendas no ano em relação a 2018.

A Biedronka manteve inalterado o seu foco no crescimento LFL e em reforçar a sua posição de mercado, preservando, em simultâneo, a eficácia e eficiência do seu modelo de negócio.

Em 2019, as vendas aumentaram 7,9% para 12.621 milhões de euros (+8,8% em moeda local), com um LFL de 5,8% no ano, impulsionadas principalmente pelo crescimento do cabaz médio a reflectir a assertividade da oferta em contexto de trading up por parte dos consumidores.

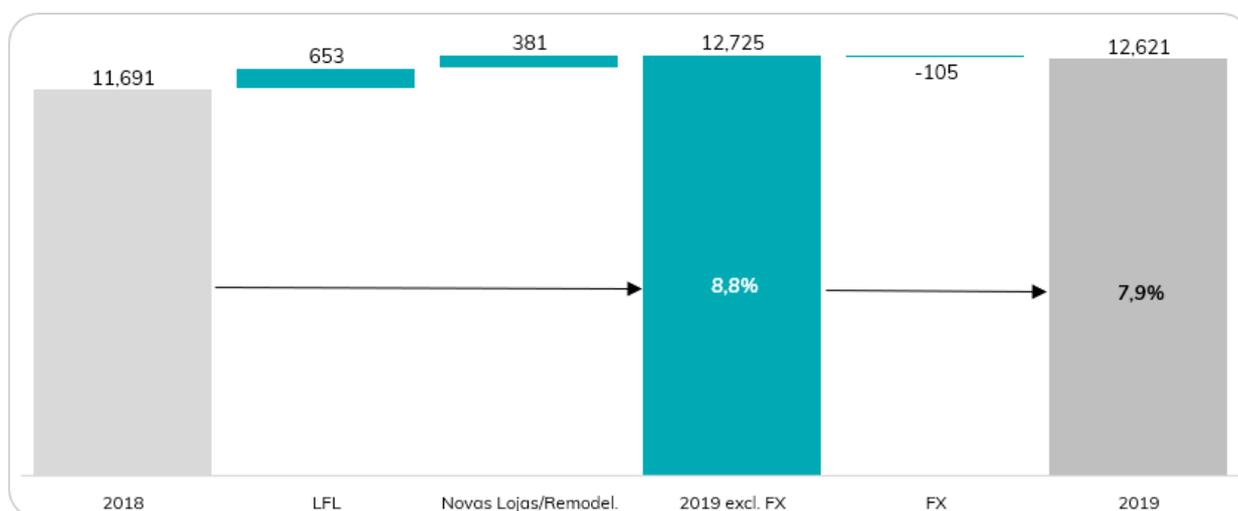
Nesta envolvente, manteve-se a importância das campanhas temáticas como forma de promover inovação e produtos aspiracionais, que geram atracção, tendo-se realizado várias campanhas ao longo do ano.

A Biedronka continuou a capitalizar em acções de fidelização dos seus clientes e relançou uma 2.ª edição do “Gangue dos Peluches” que, uma vez mais, obteve uma grande adesão.

O reforço da qualidade do sortido e da imagem da marca mantiveram-se como prioritários e, durante o ano de 2019, a insígnia continuou a investir na inovação e no desenvolvimento da Marca Própria, tendo lançado 139 novos produtos que fazem parte do sortido permanente, para além dos desenvolvidos para campanhas de *in&out*.

Foram reforçadas através da introdução de novos produtos as categorias de duas das marcas exclusivas do Grupo - Be Beauty e Go Bio - e foi lançada a marca Go Vege (produtos vegan e vegetarianos) que conta actualmente com 13 produtos.

Biedronka - Vendas Líquidas (milhões de euros)



Na execução do plano de investimentos do ano, e para além da abertura de 128 novas localizações, 33 das quais do formato de menor dimensão, é fundamental realçar o plano de remodelações de loja, que abrangeu 252 localizações, reforçando a posição competitiva da Biedronka no mercado, melhorando a experiência de compra, protegendo a eficiência e robustecendo o crescimento LFL.

As lojas de maior conveniência apresentam um sortido adaptado às localizações e irão permitir à Companhia entrar em áreas envolventes com menor densidade populacional.

Com intuito de melhorar a experiência de compra foi iniciado um projecto para incluir *self-checkouts* num conjunto de lojas selecionadas, projecto esse que continuará a ser implementado durante a primeira metade de 2020.

Ainda com o foco na inovação, a Biedronka inaugurou uma loja com o conceito “Biedronka mais fresca da Polónia”, em Varsóvia, na qual se pretende antecipar as tendências de mercado e ir ao encontro das necessidades dos consumidores, com foco no *eco-design* (através de uma melhor utilização de fontes de energia) e no biológico (através da escolha do sortido) e em que se apresentam soluções alternativas que sejam mais sustentáveis, quer na utilização de equipamentos quer na escolha de produtos.

O EBITDA gerado pela Companhia cifrou-se em 918 milhões de euros, 7,9% acima do ano anterior (+8,8% em moeda local), com a respectiva margem a manter-se estável em 7,3%.

4.1.2. Pingo Doce



Mensagem do Director-Geral

Num ano marcado pela expansão do Retalho Alimentar em Portugal, com praticamente todos os operadores a investir na abertura de novas lojas, o Pingo Doce destacou-se pelo crescimento de vendas no parque de lojas existentes.

O Pingo Doce apresenta hoje uma proposta de valor única para os consumidores portugueses assente nos pilares que tem vindo a reforçar ao longo das quatro décadas de existência - os Frescos, a Marca Própria, os preços baixos - complementada com a área das soluções de comida pronta. Este último, desenvolvido nos últimos anos, deu mais um passo significativo, em 2019, com a conclusão da nova cozinha central em Aveiro que vem assegurar a capacidade de produção e inovação necessárias para alavancar o futuro da Companhia nestas categorias.

Continuamos a contar com a preferência dos consumidores, posicionando-nos como Supermercado de proximidade e parte integrante dos bairros onde estamos inseridos. O envolvimento com as comunidades e a estreita ligação com os vizinhos fazem parte da nossa forma de estar no mercado e representam um factor distintivo do Pingo Doce.

Entramos em 2020 convictos de que temos o caminho claro, a equipa preparada e as condições necessárias para continuar a crescer de forma robusta, responsável e com sucesso.

Desempenho em 2019

Ao longo de 2019, o mercado de Retalho Alimentar em Portugal cresceu e permaneceu muito competitivo e promocional, evidenciando um relevante aumento da capacidade instalada ao nível do Retalho Moderno de proximidade, com vários operadores a concentrarem esforços na abertura de lojas.

No Pingo Doce, as vendas no mesmo parque de lojas aumentaram 2,5% (excluindo combustível), o que, em conjunto com a contribuição das novas lojas, resultou num aumento de 2,9% das vendas totais para os 3,9 mil milhões de euros, resultando no reforço da quota de mercado.

A insígnia inaugurou nove lojas no ano (das quais quatro do conceito Pingo Doce & Go) e, com intuito de melhorar o ambiente de loja – reforçando a sua oferta de comida fresca e Take Away - e a qualidade da experiência de compra, foram remodeladas integralmente 30 lojas, para além de 14 projectos de melhoria de loja também executados ao longo do ano.

O Pingo Doce iniciou 2019 com o reforço do seu posicionamento de preço alargando a mecânica promocional “Promoções o mês inteiro”, iniciada em 2018 nas categorias de Talho e Peixaria, às categorias de iogurtes, congelados e cervejas.

Durante o ano manteve-se uma forte dinâmica comercial, com a realização de 156 campanhas promocionais e 48 acções temáticas que visaram reforçar a relação com o cliente e manter a sua preferência pelas melhores promoções do mercado.

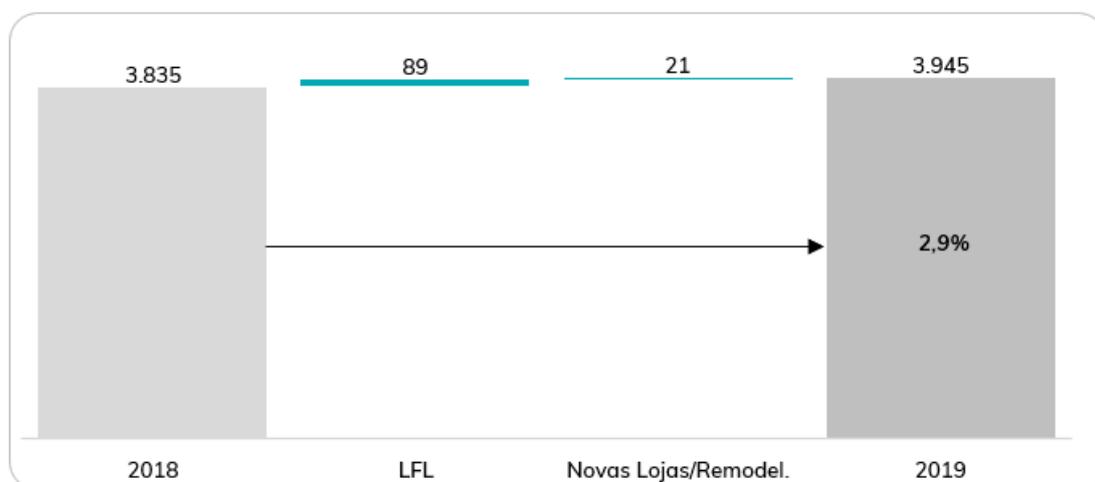
Com o objectivo de reforçar a sua aposta na área das Meal Solutions, foi concluída em Aveiro uma moderna cozinha central que servirá todas as lojas da região norte do país e que se vem juntar à cozinha de Odivelas, que ficará concentrada no abastecimento das lojas na região centro e sul. Esta

nova cozinha traz a capacidade de produção e inovação necessárias para capturar o potencial de crescimento das categorias de comida pronta no futuro.

O Pingo Doce iniciou, através de uma parceria, a entrega de refeições ao domicílio em algumas zonas da cidade de Lisboa. Esta iniciativa diferencia-se do mercado por não cobrar qualquer taxa de entrega e por a empresa parceira apenas usar bicicletas e motas elétricas no serviço de transporte.

No âmbito da Marca Própria, o Pingo Doce manteve o reforço do seu sortido com a aposta na inovação e a melhoria contínua em termos nutricionais. A destacar a categoria dos vinhos que teve em 2019 uma revisão completa de *packaging* e imagem, reveladores da qualidade e distinção dos vinhos Pingo Doce, já detentores de mais de 100 medalhas nacionais e internacionais nos últimos anos, das quais 19 obtidas em concursos realizados em 2019.

Pingo Doce - Vendas Líquidas (milhões de euros)



Como elemento diferenciador da Marca Própria, foram lançados produtos exclusivos do Pingo Doce que demonstram a capacidade da Companhia ser pioneira e ir ao encontro das necessidades dos seus clientes, entre os quais se destaca o leite fresco 100% português produzido na fábrica de lacticínios da JMA, em Portalegre.

Na vertente da inovação, o Pingo Doce esteve destacadamente na linha da frente, inaugurando, no Campus Universitário da Nova SBE em Carcavelos, uma loja laboratório com tecnologia de ponta, em que a experiência de compra é efectuada através de uma aplicação, com a total desmaterialização de etiquetas e com o pagamento efectuada através da mesma aplicação. O sortido de loja foi também desenvolvido tendo em conta os gostos do consumidor da Geração Z, onde se destaca a alimentação saudável, as refeições prontas e o *grab&go*.

Ao nível da responsabilidade social, o Pingo Doce implementou programas que reforçaram fortemente as suas políticas de promoção da saúde pela alimentação, de preservação do ambiente e de envolvimento com as comunidades, bem como da promoção da literacia infantil. Foram disso exemplo os programas “Menos Sal Portugal”, “Bairro Feliz” e “Amar o Mar” e as campanhas “Bando do Bosque” e “Ler leva-nos mais Longe”. Estas iniciativas estão descritas em maior detalhe no Cap. 5 (Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor) deste relatório e no canal de responsabilidade corporativa em www.jeronimomartins.com.

O EBITDA gerado pelo Pingo Doce cifrou-se em 200 milhões de euros, 6,4% acima do ano anterior, com a respectiva margem a aumentar 0,2p.p. para 5,1%, tendo a Companhia mantido a eficácia das suas acções comerciais e a melhoria da eficiência operacional.

Mensagem do Director-Geral

Em 2019, o Recheio voltou a conquistar novos clientes e a reforçar as suas vendas ultrapassando os mil milhões de euros e alcançando assim um crescimento de 2,7% face ao ano anterior.

Ao longo do ano, a Companhia reforçou o seu posicionamento em Frescos, investiu - com a remodelação da loja de Aveiro - na melhoria da experiência de compra nas suas lojas, apostou no alargamento do seu sortido e no desenvolvimento das suas Marcas Próprias, lançando produtos inovadores e com valor acrescentado para os seus clientes.

Num contexto de elevada concorrência e dinâmica promocional, o projecto de Retalho Tradicional do Recheio – Amanhecer – apresentou crescimentos superiores aos do mercado, consolidando o ano com um desempenho muito positivo.

No que respeita à Exportação, apesar da perda de vendas originada pela situação económica e financeira de Angola, verificou-se no último trimestre uma inversão da tendência.

No Food Service, continuámos a aposta tripartida em sortido especializado, serviço e distribuição, reforçando assim o crescimento acima de 15% verificado este ano, neste segmento.

Estamos confiantes que o foco no cliente e esta aposta tripartida são fulcrais para a sustentabilidade e futuro do nosso negócio.

Desempenho em 2019

As vendas do Recheio cresceram 2,7% em 2019 (+3,2% de crescimento LFL), impulsionadas principalmente pelo crescimento do segmento HoReCa, não obstante os fortes aumentos de vendas verificados nos últimos anos.

Apesar do ritmo de crescimento do turismo em Portugal ter diminuído face aos anos anteriores, a evolução positiva manteve-se, o que permitiu ao canal HoReCa continuar a crescer, tendo a Companhia continuado a reforçar a sua proposta de valor para estes clientes.

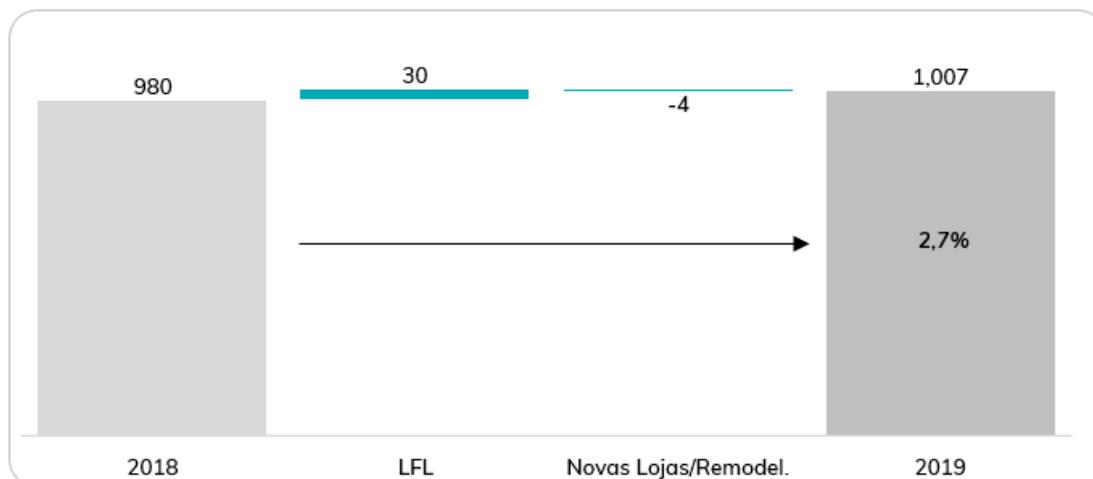
Na área de Food Service, o desenvolvimento de um sortido especializado, o acompanhamento e apoio comercial junto dos clientes e a distribuição eficiente, voltaram a ter um papel preponderante para o crescimento a dois dígitos registado neste segmento de negócio.

A área de Retalho Tradicional, durante o ano de 2019, enfrentou uma intensa concorrência do Retalho Moderno, tendo, ainda assim, mantido a relevância da sua proposta de valor para os seus clientes.

No que diz respeito à Exportação, verificou-se um decréscimo das vendas explicado, principalmente, pela situação económica resultante da forte desvalorização da moeda em Angola. Esta tendência negativa foi, no entanto, invertida nos últimos meses do ano, tendo-se verificado um aumento do número de clientes nos mercados em que a área de exportação opera.

A rede de lojas abrangidas pelo projecto Amanhecer contava, no final de 2019, com 346 unidades parceiras, mais 17 que no ano anterior, apresentando um sólido desempenho de vendas, com um crescimento de 10,3%, acima da média do mercado. Foi também durante o ano de 2019 que a marca de retalho Amanhecer reforçou a aposta no desenvolvimento das suas Marcas Próprias.

Recheio - Vendas Líquidas (milhões de euros)



O Recheio continuou a investir no seu posicionamento na categoria de Frescos, com uma clara aposta em sortido, inovação e comunicação, e nas suas Marcas Próprias, com o lançamento de 146 novos produtos. O peso da Marca Própria nas vendas manteve-se em cerca de 22%.

A Companhia continuou a utilizar folhetos e campanhas sazonais com foco em preço baixo por forma a potenciar o valor da compra média por cliente e a aumentar o número de clientes.

Durante o ano, o Recheio remodelou a sua loja de Aveiro, reafirmando o pilar estratégico dos Frescos e visando potenciar o crescimento de vendas e melhorar a resposta aos clientes por via do reforço da eficiência da operação.

Ao nível da rentabilidade, em 2019, a Companhia aumentou o seu EBITDA em 4,6% para 55 milhões de euros, com a respectiva margem a crescer de 5,4% para 5,5%.



Mensagem do Director-Geral

O nosso compromisso em ser um “buen vecino” (bom vizinho) nos bairros onde estamos presentes inspira-nos a assegurar um adequado sortido regional, bem como a garantir a inovação, qualidade e diferenciação das nossas Marcas Próprias, não esquecendo o reforço da nossa liderança de preço nas categorias de compra diária do consumidor colombiano.

Esta maior proximidade com os “nuestros vecinos” (os nossos vizinhos) é o resultado da consolidação da estratégia de autonomia regional iniciada em 2018 e que confirma uma maior capacidade de responder às necessidades locais dos consumidores e ao ambiente competitivo que é vivido por cada loja.

No caminho que desenhámos para, num futuro próximo, alcançar a rentabilidade da nossa operação, prestámos também particular atenção à eficiência dos processos de loja e de logística, assim como, ao desenvolvimento das nossas equipas nas vertentes técnicas, de liderança e de serviço ao cliente.

Em 2020, continuaremos, como sempre, focados no consumidor de modo a merecermos a sua preferência e, assim, entregarmos um forte crescimento de vendas.

Desempenho em 2019

Em 2019, as vendas da Ara atingiram 784 milhões de euros, um incremento de 30,8% (+37,9% em moeda local) face ao ano anterior, com um crescimento de vendas no mesmo parque de lojas de 17,6%. A Ara consolidou, no Retalho Moderno, a sua posição de liderança na região do Eixo Cafeeiro e aumentou a sua quota de mercado nas outras duas regiões onde está presente (Costa do Caribe e Bogotá).

Ao longo do ano, a insígnia abriu 85 lojas nas regiões onde opera e terminou o ano com um total de 616 localizações. Actualmente, a Ara conta com 140 lojas no Eixo Cafeeiro, 225 lojas na Costa do Caribe e 251 lojas na região de Bogotá.

A Companhia esteve também focada na construção e desenvolvimento da sua capacidade logística, o que permitirá aumentar a sua eficiência e suportar a expansão futura.

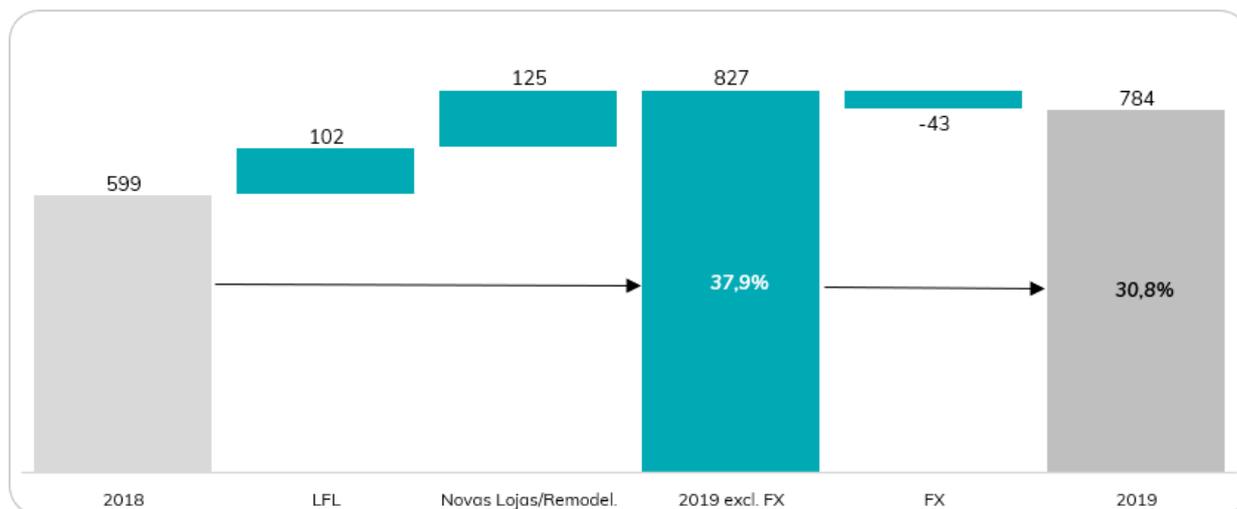
A partir do segundo trimestre do ano, a Ara reforçou a sua estratégia de sortido e de preço, estimulando o crescimento acentuado das vendas.

O investimento em preço permitiu à Ara testar a elasticidade das vendas, reposicionando algumas categorias, com particular destaque, para a Carne, Frutas e Verduras.

As actividades promocionais mantiveram-se como ferramentas chave na comunicação da insígnia, que reiterou as fórmulas de sucesso dos anos anteriores com o “Rebajon”, intensificando as acções temáticas regionais e locais, como forma de potenciar o crescimento das vendas LFL.

Ainda por forma a reforçar, quer o posicionamento de preço quer a notoriedade da marca, a Ara lançou as campanhas “Aquí sabemos ahorrar” e “Amigos del Bosque”, esta, anteriormente desenvolvida com sucesso na Polónia e em Portugal, com comunicação em televisão, rádio, jornais e outdoors, assim como uma forte divulgação e activação nas redes sociais.

Ara - Vendas Líquidas (milhões de euros)



A Ara tem vindo, desde o início das suas operações em 2013, a estabelecer relações estáveis e de parceria com fornecedores colombianos. Em 2019, colaborou com 179 fornecedores locais, que forneceram produtos de Marca Própria representativos de cerca de 45% das vendas da Companhia.

O trabalho desenvolvido no mix de vendas e a escala crescente das operações, bem como o acelerar do desempenho de vendas por loja, permitiram à Companhia, pela primeira vez, inverter a tendência das perdas ao nível do EBITDA, reduzindo-as em 15,0% (10,3% em moeda local).

4.2.1. Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

Mensagem do Director-Geral

2019 representou um ano de novas concretizações e estreitamento das relações com as restantes Companhias de Jerónimo Martins em Portugal. O número de produtos produzidos pelos negócios da JMA e vendidos nas lojas do Grupo aumentou em 2019, merecendo destaque a dourada da Madeira e o leite-do-dia.

O bem-estar animal é uma exigência nas nossas explorações e, por esse motivo, foi com particular agrado que obtivemos a Certificação de todas as nossas unidades pecuárias.

Sendo condição imprescindível para o desenvolvimento de boas práticas de produção, reforçou-se a ligação ao sistema universitário e de investigação, através da celebração de novos protocolos e do arranque de novos projetos na área da sustentabilidade ambiental.

Iniciámos o trabalho de reflexão estratégica tendo em vista identificar novas necessidades na área da produção, que determinarão o alargamento do portefólio futuro da JMA. A consolidação e a formação da nossa equipa permitem-nos acreditar que estamos mais fortes e capacitados para abraçar os desafios do ano de 2020.

Desempenho em 2019

Em 2019, a JMA consolidou a expansão nas suas três áreas de operação: Lacticínios (Terra Alegre), Produção e Engorda de carne bovina da raça Angus (Best Farmer) e Aquacultura (Seaculture), mantendo inalterada a sua missão de proteger e assegurar a sustentabilidade da cadeia de abastecimento de produtos críticos garantindo, em simultâneo, a segurança alimentar, a disponibilidade e a qualidade dos produtos, a preços competitivos. Adicionalmente, manteve-se o foco em estimular a inovação, a diferenciação e o desenvolvimento de produtos que vão ao encontro das preferências dos consumidores, em articulação com o Pingo Doce e Recheio.

Na área dos Lacticínios, foi um ano de arranque de produção da nova fábrica em Portalegre, e de lançamento de novos produtos reforçando a percepção de qualidade, inovação e exigência desta área. Merecem destaque a nova manteiga Pingo Doce e o leite-do-dia Pingo Doce 100% produção portuguesa, em embalagens PET, que teve grande receptividade por parte do consumidor.

Na área Agro-pecuária, onde é desenvolvida a operação de engorda de Angus, foi iniciado o processo de expansão de capacidade da unidade do Cartaxo, tendo sido concluídas obras de reconversão da unidade já instalada. Adicionalmente, foram também realizados trabalhos de melhoria da exploração no Monte do Trigo, no Alentejo, onde opera uma vacaria que abastece a fábrica de lacticínios. Na mesma exploração é também desenvolvida actividade agrícola para produção da alimentação para toda a unidade. Todas as nossas unidades de produção pecuária foram certificadas em bem-estar animal este ano.

Quanto à Aquacultura, a produção de robalo na concessão localizada em Sines, abastece já de forma regular as lojas do Pingo Doce. No projecto da Ilha da Madeira, desenvolvido através de uma parceria, a pesca regular de dourada e o fornecimento semanal às lojas são já uma realidade. A dourada da Madeira teve uma grande promoção mediática, incluindo campanhas em televisão, com excelente aceitação por parte dos consumidores.

Em 2019 continuou-se o projecto de investigação que visa validar a possibilidade de produzir salmão em Portugal, ao largo da costa de Aveiro.

Ainda durante o ano, a JMA assinou um protocolo de cooperação com a Universidade de Évora para o desenvolvimento de actividades de investigação e apoio ao ensino nas três áreas de operação: Agro-pecuária, Aquacultura e Lacticínios.

No âmbito deste projecto, a Best Farmer (através da incorporação de estagiários desta Universidade) irá desenvolver ensaios e projectos de investigação em áreas como o bem-estar animal, a nutrição ou a eficiência no uso da água e da energia em produção agrícola. A Terra Alegre irá fomentar a investigação para o lançamento de produtos lácteos inovadores no mercado e, no caso da Seaculture, será cedida a utilização de espaços, equipamentos e materiais do Laboratório de Ciências do Mar, instalado em Sines, para apoiar a realização de análises patológicas a peixes e o desenvolvimento de investigação sobre a preservação de ambientes naturais e artificiais.

4.3. Retalho Especializado



4.3.1. Hebe

Mensagem do Director-Geral

Em 2019, a Hebe continuou a reforçar a sua posição no mercado polaco com um sólido crescimento de vendas e com uma melhoria significativa de quota de mercado. A proibição de abertura de lojas aos domingos teve um impacto negativo no mercado, mas crescemos mais do que os nossos concorrentes.

A Hebe manteve um ritmo de expansão sólido com 46 aberturas, chegando às 273 localizações no final do ano, sem comprometer a qualidade das localizações de forma a garantir um bom nível de produtividade.

Reforçámos a diferenciação da Hebe através de melhorias frequentes do nosso sortido e com inúmeras optimizações nas lojas, tornando a experiência de compra ainda mais agradável dos nossos consumidores, ao mesmo tempo que originou mais vendas e benefícios na margem. Para além disso, continuámos a investir nos nossos activos estratégicos e a criar capacidade para alcançar o nosso objectivo a longo prazo, mantendo simultaneamente uma forte disciplina de custos ao longo do ano.

Devemos igualmente salientar dois momentos importantes para o desenvolvimento da Companhia em 2019: a Hebe deu início à sua transformação omnicanal com o lançamento do canal de comércio electrónico e atingiu o breakeven ao nível do EBITDA.

Desempenho em 2019

Em 2019, a Hebe aumentou as vendas em 25,9% em moeda local, um crescimento de 24,9% em euros, enquanto continuou a aumentar a sua base de clientes e o cabaz médio, impulsionado por uma optimização favorável da combinação de categorias e do aumento dos produtos vendidos por cliente. Este desempenho foi alcançado num contexto competitivo muito desafiante e apesar do impacto adicional nas vendas de 13 dias de proibição de abertura de lojas aos domingos.

Ao longo do ano, a Companhia abriu 46 lojas, focando-se em localizações com muito movimento (especialmente em centros e áreas comerciais), e terminou o ano com um total de 273 lojas (245 drogas e 28 farmácias), reforçando a 2.ª posição em quota de mercado de drogas na Polónia.

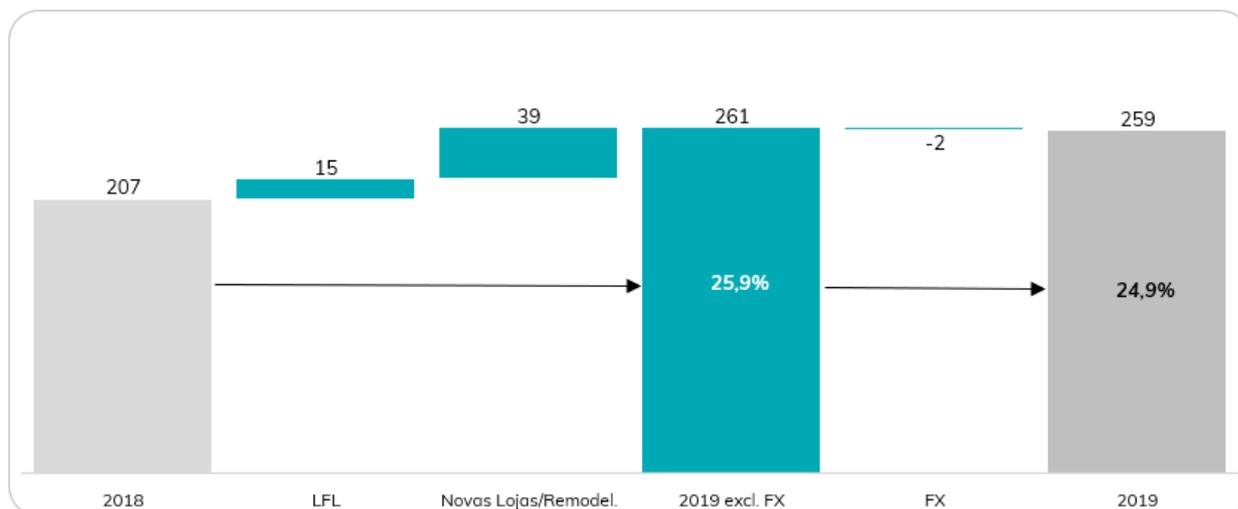
Em 2019, a Hebe continuou a crescer no mercado de Saúde e Beleza, registando já quotas de mercado significativas em algumas categorias-chave, como maquilhagem, cuidado da pele e fragrâncias.

A adaptação ao novo e diferenciador conceito Hebe 3.0 é agora uma realidade em quase 80% da rede de lojas.

A Companhia continuou a aumentar as vendas do portefólio de marcas exclusivas e de Marcas Próprias, o que representa mais de 20% das vendas. A “Hebe Professional” (maquilhagem e acessórios para pés e mãos) foi a área de maior crescimento na Marca Própria, com uma sólida contribuição da “Hebe Cosmetics” (sabonetes e gel de banho) e da “By hebe” (acessórios).

A Hebe melhorou o seu desempenho de vendas através de fortes campanhas sazonais relacionadas com o Dia dos Namorados, Dia da Mulher, Páscoa, Black Week, Natal e Ano Novo. A insígnia reforçou igualmente a utilização de anúncios na rádio e na televisão para impulsionar as vendas e a notoriedade da marca. Com o lançamento da operação de e-commerce da Hebe, as campanhas promocionais foram organizadas em torno de eventos online importantes, como a Black Friday e a Cyber Monday.

Hebe - Vendas Líquidas (milhões de euros)



O programa de fidelização ultrapassou os 3,7 milhões de membros no final do ano, 95% dos quais são mulheres. Cerca de 64% das vendas totais da Companhia foram realizadas a clientes titulares do cartão de fidelização, o que demonstra a relevância deste programa.

Seguindo as tendências atuais, a Hebe melhorou a sua presença digital nas plataformas de redes sociais com 514 mil fãs no Facebook e 116 mil no Instagram (um aumento de mais de 70% comparativamente a 2018). A página de internet Hebe.pl foi visitada em média por quase 1,2 milhões de utilizadores activos todos os meses (média dos últimos 90 dias). Para além disso, após o seu lançamento em 2018, o canal YouTube da Hebe conta já com 48 mil assinantes e contabiliza mais de cinco milhões de visualizações.

2019 foi marcado pelo lançamento da operação de e-commerce da Hebe, em Julho, o que significou um marco importante para a estratégia omnicanal da Companhia. Os resultados preliminares são bastante encorajadores, já com uma base sólida de tráfego e encomendas.

No seguimento de uma estratégia bastante focada no crescimento das vendas e melhoria do mix de margem, melhorando ao mesmo tempo a sua eficiência operacional com a sua abordagem omnicanal, a Companhia atingiu, este ano, o breakeven ao nível do EBITDA.

4.3.2. Jeronymo e Hussel



Mensagem do Director-Geral

2019 foi um ano de mudança para a Jeronymo e para a Hussel. Foi realizada uma revisão do parque de lojas das duas cadeias e encerrámos as lojas que não estavam bem adaptadas aos respectivos novos modelos e que, por isso, eram menos rentáveis. A Jeronymo encerrou três lojas, e a Hussel fechou duas lojas de rua.

Foi aprofundada a parceria entre a Jeronymo e a empresa de Food Service do Grupo, operada pelo Recheio, a qual representa 90% das nossas compras, tendo em vista melhorias de eficiência na cadeia de abastecimento.

O nosso foco na satisfação de um cliente cada vez mais exigente, e com cada vez mais alternativas, assenta no desenvolvimento de uma oferta diferenciadora.

A Jeronymo continuou a apostar em novas receitas e produtos mais saudáveis e frescos, criadas e preparadas nas lojas e desenvolvidas pelo Chef André Cordeiro, em exclusivo para as nossas cafetarias.

A Hussel focou-se no seu rebranding com um sortido mais saudável (sem açúcar, sem glúten e sem lactose), num novo packaging sustentável e cacau com certificação UTZ.

Em 2020, continuaremos focados na expansão das duas insígnias e em ir ao encontro das necessidades dos nossos consumidores, incorporando as novas tendências do mercado.

Desempenho em 2019

Em 2019, as vendas da Jeronymo registaram um aumento de 10% face ao ano anterior. Por seu lado, a Hussel, que se focou no reposicionamento da insígnia, apresentou vendas 0,6% acima de 2018.

A Jeronymo inaugurou três novas localizações: duas em Lisboa e uma no Porto. Ao mesmo tempo, foi implementado, em 11 lojas de rua, o novo modelo de loja iniciado em 2018 (numa loja central em Lisboa - Ferreira Borges - a maior da cadeia), que se caracteriza por um espaço acolhedor, serviço de mesa e um conjunto de receitas diferenciadoras para qualquer hora do dia.

Em 2019, e para continuar a melhorar o serviço ao cliente, esteve em teste, numa loja em Lisboa, o novo modelo de Take Away com um checkout específico para o efeito.

Em Abril de 2019, foi lançada uma Web App para o programa de fidelização da Jeronymo que conta já com mais de 8 mil clientes registados no final do ano.

Ainda durante o ano alargou-se a parceria com os gelados artesanais Davvero para todas as cafetarias Jeronymo.

Em termos de campanhas foi dado especial foco a momentos específicos do ano, como no Natal em que, para além do aumento da oferta de produtos típicos da época, foram lançados produtos exclusivos alusivos à quadra.

No que se refere à Hussel, o ano de 2019 foi pautado pelo reposicionamento da insígnia com o objectivo de desenvolver uma marca mais moderna e apelativa. Dessa forma, a Hussel criou um manifesto com a sua missão sob a afirmação: “So Good Together” e iniciou-se o projecto de *repackaging* que passou a ser desenvolvido com matérias 100% recicláveis e cartão de origem FSC.

Depois da parceria estabelecida com a Artisani em 2018 e do lançamento de gelados artesanais de Marca Própria, a Hussel apresenta já este sortido em 20 das suas lojas.

Em termos de marketing, e para além das campanhas regulares (Dia dos Namorados, Páscoa e Halloween) foi lançada a campanha de Natal já com o novo posicionamento da insígnia.

A Companhia manteve o reforço da sua presença nos canais digitais, nomeadamente Facebook e Instagram, tendo lançado em Julho a nova App Hussel família que conta já com mais de 5,5 mil clientes registados no final do ano.

5. Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins

Biedronka

A Biedronka manterá o crescimento de vendas e o reforço da sua quota de mercado como prioridades estratégicas, protegendo em simultâneo a eficiência do modelo de negócio num contexto de crescente pressão salarial, em virtude da subida prevista do ordenado mínimo do país.

A Biedronka está bem preparada para continuar a adaptação à implementação progressiva da proibição de abrir as lojas ao domingo, com o crescimento das vendas LFL de 2020 a ter de incorporar os efeitos de menos sete dias de vendas.

A Companhia continuará focada na execução do plano de investimento, incluindo o plano de expansão que acrescentará mais de 100 localizações líquidas à Biedronka (cerca de 60% das quais no formato standard e as restantes no conceito de menor dimensão).

A insígnia pretende ainda manter a inovação e o desenvolvimento da oferta, de forma a garantir a adequação às necessidades dos consumidores, que estão em constante evolução.

Hebe

Em 2020, a Hebe irá continuar a sua transformação omnicanal de forma a melhorar a experiência de compra para um cliente cada vez mais exigente e irá reforçar a sua diferenciação em relação aos seus concorrentes.

Focada no crescimento, a Companhia irá reforçar a sua proposta de valor, tirando partido das suas principais características, que incluem a variedade distinta da sua oferta, preços competitivos e o seu serviço e experiência de compra. Ao otimizar o seu mix de margem e melhorar a eficiência operacional, a Hebe irá continuar a trabalhar para aumentar a sua rentabilidade.

A Hebe estará igualmente focada no seu plano de expansão com a abertura de cerca de 50 lojas em 2020.

Pingo Doce

Para 2020, a prioridade da Companhia será consolidar o seu posicionamento enquanto especialista em alimentação, implementando o novo conceito de loja assente num Supermercado com os melhores ingredientes para quem quer cozinhar, com a melhor comida fresca para levar para casa e com um ambiente agradável para quem quer almoçar ou jantar nas lojas.

A Companhia irá continuar a melhorar a sua infra-estrutura, remodelando cerca de 30 lojas do parque actual, e a investir em expansão, com cerca de 10 novas lojas.

Recheio

2020 será um ano de reforço do posicionamento junto do canal HoReCa, com a abertura de uma nova loja em Cascais.

A Companhia continuará a remodelar o seu parque de lojas, de forma a melhorar a experiência de compra e o nível de serviço aos seus clientes, assim como a investir na área de Frescos, em que é especialista, e no sortido de Marca Própria, no qual se pretende diferenciar.

O Food Service manter-se-á como uma área prioritária do Recheio para o futuro, onde se apostará em novas formas de serviço e numa oferta cada vez mais diferenciada. O próximo ano será marcado pela construção de uma nova plataforma na zona da Grande Lisboa.

Ara

A principal prioridade da Companhia para 2020 é assegurar o forte crescimento das vendas LFL, continuando a tirar partido do potencial de cada loja. Para isso irá reforçar a percepção de liderança de preço junto dos consumidores.

A Ara manterá também o foco na expansão da sua infra-estrutura, tanto ao nível de lojas (abertura de cerca de 130 lojas) como de Centros de Distribuição. O plano de expansão em conjunto com o reforço da proposta de valor (sortido e preço forte) serão os motores fundamentais para acelerar a trajetória de redução das perdas ao nível do EBITDA com vista a atingir o respectivo breakeven em 2021.

Já no início de 2020, a abertura de dois Centros de Distribuição construídos em 2019, um para substituir o armazém arrendado no Eixo Cafeeiro e outro em Montería na região do Caribe, irá permitir, por um lado, continuar a expansão da rede de lojas e, por outro, melhorar a eficiência e o serviço à operação.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

Para o próximo ano, os desafios prendem-se com a necessidade de aumentar a produção, tendo em conta as necessidades do Grupo, através da identificação de oportunidades de entrada em outras áreas geográficas onde possa existir a possibilidade de desenvolver e melhorar a capacidade produtiva ou estabelecer parcerias em novas áreas de negócio.

Continuaremos a olhar para a área Agro-Alimentar como fundamental para garantir a sustentabilidade das nossas cadeias de abastecimento, com um sentido de protecção e melhoria da oferta, fazendo assim a diferença para os nossos clientes.

Jeronymo e Hussel

Para 2020, a expectativa de ambas as insígnias é alavancar no desenvolvimento da imagem renovada e posicionamento desenhados ao longo de 2019.

A Jeronymo continuará a procurar as melhores localizações para desenvolver e implementar o seu modelo de cafetaria e continuará focada em melhorar e adaptar o seu sortido às novas tendências, enquanto que para a Hussel o foco será o de implementar em todas as lojas da insígnia a sua nova imagem.

6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

7. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Sociedade tem mantido uma política de distribuição de dividendos baseada nas seguintes regras:

- valor do dividendo entre 40 a 50% dos resultados consolidados ordinários;
- se da aplicação do critério acima resultar uma diminuição do dividendo de determinado ano, face ao atribuído no ano precedente, o Conselho de Administração, se considerar que tal diminuição decorre de situações anormais e meramente conjunturais, poderá propor que o anterior valor seja mantido e até mesmo utilizar para o efeito reservas livres existentes, quando tal utilização não ponha em causa os princípios adoptados em matéria de gestão de balanço.

Na Assembleia Geral de 11 de Abril de 2019, considerando a política acima descrita e seguindo a proposta do Conselho de Administração, foi deliberado distribuir dividendos no valor total de 204,2 milhões de euros.

Esta deliberação traduziu-se num dividendo bruto de 0,325 euros por acção, pagos em Maio de 2019, equivalente a 50% dos resultados consolidados ordinários de 2018.

Tendo presente que os resultados líquidos consolidados apurados para o ano de 2019, se encontram impactados pelos efeitos que decorrem da adopção da norma contabilística IFRS16, os quais, não representando desembolsos de caixa, entende o Conselho de Administração propor na Assembleia Geral Anual de Accionistas, a distribuição de 216,8 milhões de euros em dividendos, correspondente à aplicação da política definida ajustada dos efeitos contabilísticos da adopção da referida norma.

Esta proposta corresponde a um dividendo bruto de 0,345 euros por acção (excluindo as 859.000 acções próprias em carteira) e representa um payout de cerca de 50% dos resultados líquidos consolidados quando excluídos dos efeitos da aplicação da IFRS16.

A proposta de distribuição de dividendos permite ao Grupo preservar total flexibilidade para acelerar os seus planos de expansão e aproveitar qualquer potencial oportunidade de crescimento não orgânico, mantendo em simultâneo um nível reduzido de dívida líquida.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2019, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou um lucro consolidado de 389.865.562,94 euros e um lucro nas contas individuais de 754.394.693,64 euros.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Reservas Livres 537.584.887,74 euros;
- Dividendos 216.809.805,90 euros.

Esta proposta de distribuição de resultados representa o pagamento de um **dividendo bruto de 0,345 euros** por acção, excluindo-se as acções próprias em carteira.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2020

O Conselho de Administração

9. Anexo ao Relatório de Gestão

Informação sobre a Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Empresa

(De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.18		Aumentos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.19	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Andrzej Szlezak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
A. Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Elizabeth Ann Bastoni ³	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
Hans Eggerstedt ⁴	19.700	-	-	-	-	-	n.a.	-
Henrique Soares dos Santos ⁴	26.455 ²	-	-	-	-	-	n.a.	-
José Soares dos Santos ³	n.a.	-	-	-	-	-	20.509	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	n.a.	-	-	-	-	-	353.260.814	-
María Ángela Holguín ³	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

² Das quais 1.500 acções são detidas pelo cônjuge.

³ Nomeado para Vogal do Conselho de Administração em 11 de Abril de 2019.

⁴ Em 11 de Abril de 2019 cessou funções de Vogal no Conselho de Administração.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., não detinha quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2019, não tendo realizado, durante este ano, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2019*

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008.)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,14%	353.260.814	56,14%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,00%	31.464.750	5,00%
BNP Paribas Asset Management Holding S.A. Através de Fundos de Investimento por si geridos	n.d.**	n.d.**	n.d.**	2,77%
JP Morgan Asset Management Holdings Através de Fundos de Investimento por si geridos	14.815.917	2,35%	14.815.917	2,35%
De entre os quais, através de JP Morgan Investment Management	n.d.**	n.d.**	n.d.**	2,04%
T. Rowe Price Group, Inc. Através de T. Rowe Price International Ltd	12.821.174	2,04%	12.694.305	2,02%
BlackRock, Inc.	n.d.**	n.d.**	12.620.324	2,01%

* Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

** Informação não disponibilizada ao emitente.

10. Notas Reconciliatórias

(Seguindo as orientações da ESMA de Outubro de 2015 sobre Medidas Alternativas de Desempenho)

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Resultados (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Vendas e Prestação de Serviços	Vendas e prestação de serviços
Margem	Margem
Custos Operacionais	Inclui linhas de Custos de distribuição; Custos administrativos; Outros custos operacionais, excluindo o valor de €-715,1 milhões relativo a Depreciações
EBITDA	
Depreciação	Valor reflectido na nota - Reporte por segmentos de actividade. A diferença para a nota de Custos operacionais por natureza ou nota de Activos tangíveis e intangíveis diz respeito ao valor das amortizações não recorrentes (€-0,3 milhões)
EBIT	
Custos Financeiros Líquidos	Custos financeiros líquidos
Ganhos em <i>Joint Ventures</i> e Associadas	Ganhos (perdas) em <i>joint ventures</i> e associadas
Outras Perdas e Ganhos	Inclui linhas de Outras perdas e ganhos operacionais; Ganhos na alienação de negócios (quando aplicável) e Ganhos (perdas) em outros investimentos (quando aplicável)
EBT	
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	Imposto sobre o rendimento do exercício
Resultados Líquidos	
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Resultados Líquidos atribuíveis a JM	

Balanço

Balanço (no Relatório de Gestão)	Balanço Consolidado (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
Goodwill Líquido	Valor de €640,7 milhões referente ao Goodwill líquido reflectido na nota de Activos intangíveis
Activo Fixo Líquido	Inclui as linhas de Activos tangíveis e intangíveis excluindo o Goodwill líquido (€640,7 milhões) e Locações financeiras (€17,1 milhões)
Direitos de Uso Líquido	Inclui a linha de Direitos de uso deduzido do valor referente a Locações financeiras (€17,1 milhões)
Capital Circulante Total	Inclui as linhas de Devedores, Acréscimos e diferimentos correntes; Existências; Activos biológicos; Credores, acréscimos e diferimentos; Benefícios de empregados, assim como, o valor de €4,0 milhões relativo a Caixa e equivalentes de caixa (nota - Caixa e equivalentes de caixa) e o valor de €-12,9 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional. Exclui o valor de €-0,4 milhões relativo a Acréscimos e diferimentos de juros (nota - Dívida financeira líquida)
Outros	Inclui as linhas de Propriedades de investimento, Partes de capital em joint ventures e associadas; Outros investimentos financeiros; Devedores, acréscimos e diferimentos não correntes; Impostos diferidos activos e passivos; Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar e Provisões para riscos e encargos. Exclui o valor de €19,4 milhões relativo a Depósitos colaterais associados à Dívida financeira (nota - Devedores, acréscimos e diferimentos), assim como o valor de €-12,9 milhões relativo a outros valores de natureza operacional
Capital Investido	
Total de Empréstimos	Inclui as linhas de Empréstimos obtidos correntes e não correntes
Locações Financeiras	Valor reflectido nas linhas de Responsabilidades com locações correntes e não correntes
Locações Operacionais Capitalizadas	Inclui as linhas de Responsabilidades com locações correntes e não correntes deduzidas de Responsabilidades com locações financeiras (€16,5 milhões)
Juros Diferidos	Inclui a linha de Instrumentos financeiros derivados, assim como, inclui o valor de €0,4 milhões relativo a Acréscimos e diferimentos de juros (reflectido na nota - Dívida financeira líquida)
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	Inclui a linha de Caixa e equivalentes caixa, assim como inclui o valor de €19,4 milhões relativo a Depósitos colaterais associados à Dívida financeira (reflectido na nota - Devedores) e exclui o valor de €4,0 milhões relativo a Caixa e equivalentes de caixa (reflectido na nota - Caixa e equivalentes de caixa)
Dívida Líquida	
Interesses que não Controlam	Interesses que não controlam
Capital Social	Capital social
Reservas e Resultados Retidos	Inclui as linhas de Prémio de emissão; Acções próprias; Outras reservas e Resultados retidos
Fundos de Accionistas	

Cash Flow

Cash Flow (no Relatório de Gestão)	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas)
EBITDA	Incluído na linha de Caixa gerada pelas operações
Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas	Incluído na linha Pagamento de locações
Pagamento de Juros	Inclui a linha de Pagamento de juros de empréstimos, Pagamento de juros de locações e Juros recebidos
Imposto sobre o Resultado	Imposto sobre o rendimento pago
Fundos gerados pelas Operações	
Pagamento de Capex	Inclui as linhas de Alienação de activos fixos tangíveis e activos intangíveis; Alienação de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; Aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis; Aquisição de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento. Inclui ainda aquisições de activos fixos tangíveis classificados como locação financeira ao abrigo de anteriores normativos (€6,7 milhões)
Variação de Capital Circulante	Incluído na linha de Caixa gerada pelas operações
Outros	Inclui a linha de Alienação de negócios (quando aplicável) e o remanescente incluído na linha de Caixa gerada pelas operações
Cash Flow	

**Jerónimo
Martins**



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018	73
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018	73
BALANÇO CONSOLIDADO Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018	74
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018	75
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018	76

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	Página
1 Actividade	77
2 Políticas contabilísticas	77
3 Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de actividade	90
4 Custos operacionais por natureza	93
5 Empregados.....	94
6 Custos financeiros líquidos.....	97
7 Imposto reconhecido na demonstração dos resultados.....	97
8 Activos fixos tangíveis	100
9 Activos intangíveis	102
10 Propriedades de investimento	105
11 Locações	106
12 Instrumentos financeiros derivados	108
13 Existências.....	111
14 Devedores, acréscimos e diferimentos	111
15 Caixa e equivalentes de caixa	112
16 Caixa gerada pelas operações	113
17 Capital e reservas	113
18 Resultado por acção.....	114
19 Empréstimos obtidos	114
20 Provisões	116
21 Credores, acréscimos e diferimentos.....	117
22 Garantias	117
23 Compromissos de capital.....	117
24 Contingências, activos contingentes e passivos contingentes	118
25 Partes relacionadas	120
26 Companhias subsidiárias.....	121
27 Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam	122
28 Interesses em joint ventures e associadas	122
29 Riscos financeiros	122
30 Informações adicionais exigidas por diplomas legais	127
31 Eventos subsequentes à data do balanço	127

O Grupo adoptou pela primeira vez em 1 de Janeiro de 2019, a nova norma IFRS 16 Locações, tendo aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que a informação comparativa relativa ao ano de 2018 não se encontra reexpressa (ver nota 2.1.1.).

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Notas	2019		2018	
		2019	2018	4.º Trimestre 2019	4.º Trimestre 2018
Vendas e prestação de serviços	3	18.638.220	17.336.708	4.975.978	4.536.775
Custo das vendas	4	(14.562.712)	(13.576.829)	(3.891.437)	(3.545.993)
Margem		4.075.508	3.759.879	1.084.541	990.782
Custos de distribuição	4	(3.031.343)	(2.874.490)	(792.193)	(747.266)
Custos administrativos	4	(322.294)	(289.299)	(91.568)	(87.353)
Outras perdas e ganhos operacionais	4.1	(15.840)	(9.376)	(7.847)	(2.300)
Resultados operacionais		706.031	586.714	192.933	153.863
Custos financeiros líquidos	6	(158.704)	(25.112)	(31.630)	(5.660)
Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas		(2)	188	(169)	55
Ganhos (perdas) em outros investimentos		1.901	-	(421)	-
Resultados antes de impostos		549.226	561.790	160.713	148.258
Imposto sobre o rendimento do exercício	7	(128.459)	(131.930)	(29.416)	(29.672)
Resultados líquidos		420.767	429.860	131.297	118.586
(antes de interesses que não controlam)					
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		30.901	28.816	7.993	9.642
Aos Accionistas de Jerónimo Martins		389.866	401.044	123.304	108.944
Resultado básico e diluído por acção - Euros	18	0,6204	0,6382	0,1962	0,1734

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Notas	2019		2018	
		2019	2018	4.º Trimestre 2019	4.º Trimestre 2018
Resultados líquidos		420.767	429.860	131.297	118.586
Outros rendimentos integrais:					
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados	5.2	1.746	224	1.746	224
Imposto relacionado	7.3	(393)	(50)	(393)	(50)
Itens que não serão reclassificados para resultados		1.353	174	1.353	174
Diferenças de conversão cambial		14.274	(29.436)	29.205	(7.482)
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	12	35	(285)	(371)	(86)
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	12	(4.444)	3.589	(4.021)	(102)
Imposto relacionado		170	195	533	(43)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados		10.035	(25.937)	25.346	(7.713)
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		11.388	(25.763)	26.699	(7.539)
Total de rendimentos integrais		432.155	404.097	157.996	111.047
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		30.845	28.864	7.937	9.690
Accionistas de Jerónimo Martins		401.310	375.233	150.059	101.357
Total de rendimentos integrais		432.155	404.097	157.996	111.047

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2019	2018
Activo			
Activos fixos tangíveis	8	3.969.937	3.687.053
Activos intangíveis	9	794.010	792.514
Propriedades de investimento	10	8.563	11.676
Direitos de uso	11.1	2.334.949	-
Activos biológicos		3.336	3.398
Partes de capital em joint ventures e associadas		5.193	3.245
Outros investimentos financeiros		1.327	1.321
Devedores, acréscimos e diferimentos	14	86.767	84.713
Impostos diferidos activos	7.3	138.130	114.840
Total de activos não correntes		7.342.212	4.698.760
Existências		1.038.627	970.653
Activos biológicos		5.563	3.790
Imposto sobre o rendimento a receber		11.469	5.035
Devedores, acréscimos e diferimentos	14	424.689	435.642
Instrumentos financeiros derivados	12	-	59
Caixa e equivalentes de caixa	15	929.311	545.988
Total de activos correntes		2.409.659	1.961.167
Total do activo		9.751.871	6.659.927
Capital próprio e passivo			
Capital		629.293	629.293
Prémios de emissão		22.452	22.452
Acções próprias		(6.060)	(6.060)
Outras reservas		(67.011)	(77.046)
Resultados retidos	17	1.396.293	1.209.259
		1.974.967	1.777.898
Interesses que não controlam		253.941	238.356
Total do capital próprio		2.228.908	2.016.254
Empréstimos obtidos	19	308.764	288.390
Responsabilidades com locações	11.2	1.999.293	-
Credores, acréscimos e diferimentos	21	764	774
Instrumentos financeiros derivados	12	-	62
Benefícios concedidos a empregados	5.2	69.669	65.069
Provisões para riscos e encargos	20	27.780	26.565
Impostos diferidos passivos	7.3	70.678	75.627
Total de passivos não correntes		2.476.948	456.487
Empréstimos obtidos	19	423.685	350.814
Responsabilidades com locações	11.2	384.980	-
Credores, acréscimos e diferimentos	21	4.182.149	3.794.411
Instrumentos financeiros derivados	12	3.056	159
Imposto sobre o rendimento a pagar		52.145	41.802
Total de passivos correntes		5.046.015	4.187.186
Total do capital próprio e passivo		9.751.871	6.659.927

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de euros

	Capital próprio atribuível aos Accionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.						Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital	Prémios de emissão de acções	Acções próprias	Outras Reservas		Resultados retidos			Total
				Cobertura fluxos de caixa	Reservas cambiais				
Balanço em 1 de Janeiro de 2018	629.293	22.452	(6.060)	184	(51.293)	1.193.319	1.787.895	225.298	2.013.193
Variações no Capital Próprio em 2018									
Diferença de conversão cambial				(3)	(29.292)		(29.295)		(29.295)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				(231)			(231)		(231)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras					3.589		3.589		3.589
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado						126	126	48	174
Outros rendimentos integrais	-	-	-	(234)	(25.703)	126	(25.811)	48	(25.763)
Resultado do exercício						401.044	401.044	28.816	429.860
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	(234)	(25.703)	401.170	375.233	28.864	404.097
Dividendos						(385.230)	(385.230)	(15.806)	(401.036)
Balanço em 31 Dezembro de 2018	629.293	22.452	(6.060)	(50)	(76.996)	1.209.259	1.777.898	238.356	2.016.254
Balanço em 1 de Janeiro de 2019	629.293	22.452	(6.060)	(50)	(76.996)	1.209.259	1.777.898	238.356	2.016.254
Variações no Capital Próprio em 2019									
Diferença de conversão cambial					14.451		14.451		14.451
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				28			28		28
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras					(4.444)		(4.444)		(4.444)
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado						1.409	1.409	(56)	1.353
Outros rendimentos integrais	-	-	-	28	10.007	1.409	11.444	(56)	11.388
Resultado do exercício						389.866	389.866	30.901	420.767
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	28	10.007	391.275	401.310	30.845	432.155
Dividendos (nota 17.3)						(204.241)	(204.241)	(15.260)	(219.501)
Balanço em 31 Dezembro de 2019	629.293	22.452	(6.060)	(22)	(66.989)	1.396.293	1.974.967	253.941	2.228.908

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de euros			
	Notas	2019	2018*
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		21.008.673	19.549.814
Pagamentos aos fornecedores		(17.750.432)	(17.092.462)
Pagamentos ao pessoal		(1.611.645)	(1.434.545)
Caixa gerada pelas operações	16	1.646.596	1.022.807
Imposto sobre o rendimento pago		(154.503)	(147.772)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		1.492.093	875.035
Actividades de investimento			
Alienação de activos fixos tangíveis e activos intangíveis		1.831	1.931
Alienação de outros invest. financeiros e de propriedades de investimento		5.000	2.096
Juros recebidos		3.611	2.101
Dividendos recebidos		96	46
Aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis		(575.529)	(719.759)
Aquisição de outros invest. financeiros e de propriedades de investimento		(6)	-
Aquisição e investimentos em <i>joint ventures</i> e associadas		(2.000)	(1.500)
Depósitos colaterais associados a dívida financeira		-	15.000
Fluxos de caixa de actividades de investimento		(566.997)	(700.085)
Actividades de financiamento			
Pagamento de juros de empréstimos obtidos		(33.057)	(26.446)
Pagamento de juros de locações	6	(132.642)	-
Variação líquida de empréstimos obtidos	19	99.937	128.322
Pagamento de locações	11.2	(264.197)	-
Pagamento de dividendos	17.3	(219.501)	(401.036)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(549.460)	(299.160)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		375.636	(124.210)
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		545.988	681.333
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		375.636	(124.210)
Efeito das variações cambiais		7.687	(11.135)
Caixa e equivalentes de caixa no final de Dezembro	15	929.311	545.988

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

* Conforme permitido pela IAS 7, par. 31-33, a informação relativa ao ano de 2018 foi reexpressa, com a transferência da linha de "Pagamento de juros de empréstimos obtidos" das actividades operacionais para as actividades de financiamento. Esta reclassificação permite alinhar o reporte externo com o reporte interno do Grupo, atendendo à sua natureza não financeira, onde o pagamento de juros de empréstimos obtidos é visto como fazendo parte das actividades de financiamento.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO INTERCALAR

	Valores expressos em milhares de euros			
			4.º Trimestre	4.º Trimestre
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa de actividades operacionais	1.492.093	875.035	424.010	347.448
Fluxos de caixa de actividades de investimento	(566.997)	(700.085)	(177.323)	(173.706)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	(549.460)	(299.160)	(47.062)	35.413
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	375.636	(124.210)	199.625	209.155

Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

1 Actividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe de Jerónimo Martins (Grupo), que inclui as Companhias detalhadas nas notas 26 e 28. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2019 encontram-se detalhados no Capítulo II – Relatório de Gestão.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500100144.

A JMH está cotada na Euronext Lisboa desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 19 de Fevereiro de 2020.

2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido o contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

Os montantes relativos aos trimestres, bem como as correspondentes variações, não se encontram auditados.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2019.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita a propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, activos biológicos e activos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e assunções que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e assunções adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.6).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação:

2.1.1 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pelo Grupo

Entre Novembro de 2017 e Março de 2019 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados pelo Grupo desde 1 de Janeiro de 2019:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1986/2017	IFRS 16 Locações (nova)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 498/2018	IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 1595/2018	IFRIC 23 Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento (nova)	Junho 2017	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 237/2019	IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Interesses de longo prazo em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 402/2019	IAS 19 Benefícios dos Empregados: Alteração, redução ou cancelamento do plano (alterações)	Fevereiro 2018	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 412/2019	Ciclo 2015-2017 de melhoria às normas IFRS: IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais; IFRS 11 Acordos Conjuntos; IAS 12 Impostos sobre o Rendimento e IAS 23 Custos de Empréstimos (alterações)	Dezembro 2017	1 Janeiro 2019

O Grupo implementou as alterações e a nova interpretação, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, com excepção da adopção da nova norma IFRS 16 Locações.

O Grupo adoptou pela primeira vez a nova norma IFRS 16 Locações, não tendo havido reexpressão das Demonstrações Financeiras comparativas. Conforme requerido pelas normas, a natureza e os efeitos destas alterações são os seguintes:

IFRS 16 Locações

A nova norma IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de: i. activos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os activos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e ii. depreciação dos activos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

O Grupo adoptou esta nova norma a partir de 1 de Janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado nas contas consolidadas, conforme permitido pelas disposições transitórias da norma, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios do Grupo no momento da transição.

As locações do Grupo dizem respeito principalmente a contratos de arrendamento de lojas e armazéns. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, o Grupo reconheceu em 1 de Janeiro de 2019, no seu Balanço Consolidado, direitos de uso de m EUR 2.403.441, responsabilidades com locações de m EUR 2.398.006 e um ajustamento em acréscimos e diferimentos de m EUR 5.435.

No que respeita aos compromissos anteriores com locações financeiras, na transição, os valores contabilísticos dos activos e passivos por locação a 31 de Dezembro de 2018 (m EUR 14.211 e m EUR 15.149, respectivamente) foram assumidos como direitos de uso e responsabilidades com locações de acordo com a IFRS 16 a 1 de Janeiro de 2019.

Na mensuração das responsabilidades com locações, o Grupo descontou os pagamentos das locações usando a sua taxa incremental de financiamento a 1 de Janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada encontra-se no intervalo entre 2,5% e 8,9%, atendendo às características dos contratos (activo subjacente e garantias, moeda e prazo).

Na aplicação da IFRS 16 pela primeira vez, o Grupo usou os expedientes práticos seguintes permitidos pela norma:

- i) o uso de apenas uma taxa de desconto para um portefólio de locações com características razoavelmente similares;
- ii) reconhecimento de locações operacionais com um prazo inferior a 12 meses na data da transição como locações de curto prazo;
- iii) exclusão dos custos directos iniciais na mensuração do activo sob direito de uso na data de aplicação inicial;
- iv) o uso de análise retrospectiva na determinação do prazo da locação quando o contrato inclui opções de prorrogação ou rescisão da locação.

A reconciliação entre os compromissos com locações operacionais divulgados pelo Grupo nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano anterior e as responsabilidades com locações reconhecidas na data inicial de aplicação é a seguinte:

Compromissos com locações operacionais divulgadas a 31 Dezembro 2018	3.063.579
Mais: contratos de serviço remensurados como contratos de locação	47.865
(Menos): locações de curto prazo reconhecidas numa base linear como despesa	(7.711)
(Menos): locações de reduzido valor reconhecidas numa base linear como despesa	(97)
Mais/(menos): ajustamentos como resultado de diferentes tratamentos de extensões e opções de cancelamento	527.141
Mais/(menos): outros ajustamentos resultantes da aplicação da IFRS 16 pela primeira vez	6.372
Responsabilidades com locações não descontadas reconhecidas a 1 Janeiro 2019	3.637.149
Descontadas usando a taxa incremental de financiamento (média 5,67%)	(1.239.143)
Responsabilidades com locações descontadas reconhecidas a 1 Janeiro 2019	2.398.006
Mais: responsabilidades com locações financeiras reconhecidas a 31 Dezembro 2018	15.149
Responsabilidades com locações reconhecidas a 1 Janeiro 2019	2.413.155

O impacto da adoção da nova norma IFRS 16 nos saldos de abertura a 1 Janeiro 2019 foi como se apresenta:

Valores expressos em milhares de euros

	Ajust. Transição		
	31/12/2018	IFRS 16	01/01/2019
Activo			
Activos fixos tangíveis	3.687.053	(14.211)	3.672.842
Activos intangíveis	792.514		792.514
Propriedades de investimento	11.676		11.676
Direitos de uso	-	2.417.652	2.417.652
Activos biológicos	3.398		3.398
Partes de capital em joint ventures e associadas	3.245		3.245
Outros investimentos financeiros	1.321		1.321
Devedores, acréscimos e diferimentos	84.713		84.713
Impostos diferidos activos	114.840		114.840
Total de activos não correntes	4.698.760	2.403.441	7.102.201
Existências	970.653		970.653
Activos biológicos	3.790		3.790
Imposto sobre o rendimento a receber	5.035		5.035
Devedores, acréscimos e diferimentos	435.642	(5.435)	430.207
Instrumentos financeiros derivados	59		59
Caixa e equivalentes de caixa	545.988		545.988
Total de activos correntes	1.961.167	(5.435)	1.955.732
Total do activo	6.659.927	2.398.006	9.057.933
Capital próprio e passivo			
Capital	629.293		629.293
Prémios de emissão	22.452		22.452
Acções próprias	(6.060)		(6.060)
Outras reservas	(77.046)		(77.046)
Resultados retidos	1.209.259		1.209.259
	1.777.898	-	1.777.898
Interesses que não controlam	238.356		238.356
Total do capital próprio	2.016.254	-	2.016.254
Empréstimos obtidos	288.390	(10.866)	277.524
Responsabilidades com locações	-	2.042.191	2.042.191
Credores, acréscimos e diferimentos	774		774
Instrumentos financeiros derivados	62		62
Benefícios concedidos a empregados	65.069		65.069
Provisões para riscos e encargos	26.565		26.565
Impostos diferidos passivos	75.627		75.627
Total de passivos não correntes	456.487	2.031.325	2.487.812
Empréstimos obtidos	350.814	(4.283)	346.531
Responsabilidades com locações	-	370.964	370.964
Credores, acréscimos e diferimentos	3.794.411		3.794.411
Instrumentos financeiros derivados	159		159
Imposto sobre o rendimento a pagar	41.802		41.802
Total de passivos correntes	4.187.186	366.681	4.553.867
Total do capital próprio e passivo	6.659.927	2.398.006	9.057.933

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2019 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou entre Novembro de 2019 e Janeiro de 2020 um conjunto de alterações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2075/2019	Alterações às Referências à Estrutura Conceptual nas normas IFRS (alterações)	Março 2018	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 2104/2019	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alteração de Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Material (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 34/2020	Reforma das taxas de juro de referência (alterações IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)	Setembro 2019	1 Janeiro 2020

Estas alterações são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela UE

O IASB emitiu entre Maio de 2017 e Outubro de 2018 a seguinte norma e alterações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	Maio 2017	1 Janeiro 2021
IFRS 3 Combinações de Negócios: Definição de Negócio (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura desta nova norma e alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, o Grupo não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2019, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores que obriguem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2 Bases de consolidação

Datas de referência

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2019, incluem os activos, os passivos e os resultados das Companhias do Grupo, entendido como o conjunto da JMH e das suas subsidiárias, empresas controladas conjuntamente (*joint ventures*) e associadas, as quais são apresentadas nas notas 26 e 28, respectivamente.

Concentração de actividades empresariais

No registo de transacções de concentração que envolvam entidades que se encontram sob controlo do Grupo, os activos e passivos são valorizados ao seu valor contabilístico, não havendo lugar ao apuramento de impactos em resultados.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle cessa.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos activos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer activo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e os

passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos directamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido de activos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os activos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controlam e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo justo valor quando o controle é perdido.

As políticas contabilísticas seguidas pelas subsidiárias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sempre que necessário, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa, mas não o controle, geralmente correspondentes a uma participação entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou prejuízos da associada depois da data da aquisição. A parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a parte nos movimentos pós-aquisição ocorridos em outros rendimentos integrais da associada é reconhecida também em outros rendimentos integrais com o correspondente ajustamento de contrapartida reconhecido na quantia registada do investimento. O investimento do Grupo em associadas inclui o *Goodwill* identificado na aquisição.

Quando a parte do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efectuado pagamentos em nome da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em acordos conjuntos

Acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui. O Grupo avaliou a natureza dos seus acordos conjuntos (ver nota 2.6) e para aqueles que determinou como sendo *joint ventures*, os mesmos foram contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os interesses em *joint ventures* são reconhecidos inicialmente pelo custo e ajustados depois para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição e outras variações em outros rendimentos integrais. Numa *joint-venture*, quando a parte do Grupo nas perdas é igual ou excede os seus interesses no empreendimento conjunto (que inclui todos os interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efectuado pagamentos em nome da *joint venture*.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do exercício.

O Grupo realiza testes de imparidade ao *Goodwill* numa base anual ou mais frequentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam uma potencial imparidade. O valor reconhecido de *Goodwill* é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Sempre que o valor contabilístico do *Goodwill* exceder o seu valor recuperável, a imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida (nota 2.5.1).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

Interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são directa, ou indirectamente, atribuíveis a JMH.

Transacções com interesses que não controlam que não resultem na perda do controle são contabilizadas como transacções de capital - isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos activos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam também são registados nos capitais próprios.

Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como activo financeiro.

Conversão das Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções.

A diferença cambial decorrente da conversão é registada directamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 12).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O Goodwill e os ajustamentos ao justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como activos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Saldos e transacções entre Empresas do Grupo

As transacções inter-companhias, os saldos e os ganhos não realizados entre subsidiárias e entre estas e a Empresa-Mãe são anulados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.

Ganhos não realizados decorrentes de transacções com empresas associadas ou joint ventures são eliminados de acordo com a parcela de interesse do Grupo nas associadas ou joint ventures. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do activo transferido.

2.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos em entidades estrangeiras ou quando estas respeitem a outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio, para os quais as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios.

As principais taxas de câmbio consideradas a esta data foram as indicadas abaixo:

Taxas de câmbio de referência do euro (x de moeda estrangeira por 1 euro)	 Zloty Polaco (PLN)	 Franco Suíço (CHF)	 Peso Colombiano (COP)
Taxa em 31 de Dezembro de 2019	4,2568	1,0854	3.685,7100
Taxa média do ano	4,2968	-	3.680,6200
Taxa em 31 de Dezembro de 2018	4,3014	1,1269	3.751,2000
Taxa média do ano	4,2614	-	3.489,6000

2.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço Consolidado se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os activos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1 Activos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os activos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, justo valor através de outros rendimentos integrais (ORI), justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efectiva, conforme apropriado.

A classificação dos activos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do activo financeiro e do modelo adoptado pelo Grupo para os gerir. Com excepção das contas a receber, o Grupo inicialmente mensura um activo financeiro pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso de um activo financeiro que não esteja ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos directamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensuradas pelo preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um activo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adoptado pelo Grupo para gerir activos financeiros refere-se à forma como os seus activos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adoptado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos activos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos activos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os activos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas especificas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os activos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efectiva e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o activo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Os activos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente créditos comerciais a receber.

ii. Activos financeiros ao justo valor através de ORI

O Grupo mensura os activos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas especificas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, rendimento de juros, reavaliação cambial e perdas ou reversões de imparidades são reconhecidas na demonstração dos resultados e tratadas da mesma maneira que os activos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para os resultados.

O Grupo não detém quaisquer activos financeiros nesta categoria.

iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, o Grupo pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ganhos ou perdas nestes activos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

O Grupo elegeu classificar de forma irrevogável os seus instrumentos de capital não cotados dentro desta categoria. Os instrumentos de capital são registados ao custo quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

iv. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos activos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os activos financeiros detidos para negociação, activos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados ou activos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os activos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objectivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Derivados, incluindo derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efectiva. Activos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adoptado. Activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui os instrumentos derivados não considerados para contabilidade de cobertura.

Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais do Grupo a receber fluxos de caixa expiram; ii. o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, o Grupo transferiu o controlo desses activos.

2.4.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura efectiva, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transacção directamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objectivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da taxa de juro efectiva. A amortização da taxa de juro efectiva é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respectivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5 Imparidade

2.5.1 Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 10), existências (nota 13) e impostos diferidos activos (nota 7.3), os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Independentemente de existirem indicadores de imparidade ou não, para o *Goodwill*, para activos intangíveis em curso e para outros activos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos do Grupo para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos de vender e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2 Imparidade de activos financeiros

Clientes, devedores e outros activos financeiros

O Grupo reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas (PCE) em activos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efectiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

As PCE são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCE são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento possíveis de ocorrer nos próximos 12 meses (PCE de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento do incumprimento (PCE considerando a vida do activo).

Para as contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito, mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do activo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, o Grupo tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

O Grupo considera um activo financeiro em incumprimento quando o prazo contratual de pagamento ultrapassou os 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo considera também um activo financeiro em incumprimento quando informação interna ou externa indica que é improvável que o Grupo receba integralmente as quantias contratuais pendentes, antes de considerar quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um activo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação do justo valor de propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos (incluindo *Goodwill*) é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Caso os pressupostos de fluxos de caixa se reduzam em 10%, face ao estimado, ou sendo considerada uma taxa de desconto superior em 100 p.b., de acordo com as projecções actuais das diferentes áreas de negócio, ainda assim todo o *Goodwill* é recuperável, não existindo qualquer risco de imparidade (ver nota 9.4).

Determinação do prazo das locações em contratos que contenham opções de rescisão e renovação – Grupo como locatário

O Grupo determina o prazo da locação como o período não cancelável da locação, tendo em conta os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o contrato, se for razoável que o Grupo venha a exercê-la, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo não venha a exercê-la.

O Grupo possui vários contratos de locação que incluem opções de extensão e rescisão e aplica julgamento ao avaliar se deve ou não exercer as opções de renovar ou rescindir um contrato de locação. Isto é, considera todos os factores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a data de início dos contratos, o Grupo reavalia o prazo das locações se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estejam sobre o seu controlo e que afetam a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customização significativa no activo da locação). Estas opções são utilizadas por forma a maximizar a flexibilidade operacional na gestão das locações. A maioria das opções de estender ou rescindir um contrato são exercíveis apenas pelas companhias do Grupo e não pelo locador.

Pagamentos variáveis de locação

Alguns contratos de locação contêm condições de pagamento variáveis em função do volume de vendas de uma determinada loja. Para uma loja individualmente, a percentagem dos pagamentos variáveis face ao total do valor da renda pode chegar a 62%, sendo que a percentagem sobre as vendas pode alterar significativamente de loja para loja. A remuneração variável é utilizada por diversos motivos, incluindo a diminuição dos custos fixos em lojas recém-implementadas. Os pagamentos variáveis em função das vendas da loja são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a condição que acionam esses pagamentos.

Um aumento de 5% nas vendas em todas as lojas do Grupo com contratos que incluam rendas variáveis, implicaria um aumento do pagamento total dos arrendamentos variáveis em aproximadamente 15%.

Locações – determinação da taxa de juro incremental

Na maioria das locações o Grupo não consegue determinar prontamente a taxa de juro implícita nos contratos, portanto utiliza a sua Taxa de Juro Incremental (TJI) para mensurar as responsabilidades com locações. A TJI é a

taxa de juro que o Grupo teria de pagar para obter empréstimos de prazo e garantias similares, para obter um ativo semelhante ao ativo da locação num ambiente económico semelhante. Desta forma, a TJI reflete o que o Grupo teria de pagar, o que requer uma estimativa quando não existem taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, em subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas necessitam ser ajustadas para refletir os termos e condições do arrendamento (por exemplo quando os contratos não estão na moeda funcional da Entidade). O Grupo estima a TJI utilizando informação observável (como taxas de juro de mercado) quando disponível, sendo necessário fazer algumas estimativas específicas da companhia. A TJI média utilizada pelo Grupo para descontar as responsabilidades com locações iniciais foi de 5,67%.

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles resultam de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado (ver nota 12).

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as Empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas do Grupo seria o seguinte:

	Impacto nas contas do Grupo	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Portugal	2.100	49
Polónia	1.010	10

Um montante positivo significa um ganho nas contas do Grupo.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades com estes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, a qualidade das obrigações e a identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, o Grupo definiu os seguintes intervalos:

Portugal

- Intervalo restrito [0,35% - 0,75%]
- Intervalo alargado [0,15% - 0,95%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos actuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 1,40% para 0,55%.

Polónia

- Intervalo restrito [1,80% - 2,20%]
- Intervalo alargado [1,60% - 2,40%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos actuários externos, decidiu reduzir a taxa de desconto de 2,80% para 2,00%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido do Grupo, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
	PT	PL			
Taxa de desconto	0,55%	2,00%	0,50%	(2.327)	2.476
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	4% / 3%	0,50%	1.810	(1.718)
Taxa de crescimento das pensões	3,00%		0,50%	612	(572)
Esperança média de vida	TV 88/90	GUS 2018	1 ano	1.144	(1.074)

Um montante positivo significa um aumento de responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável, ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando o Grupo espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar significativamente os resultados futuros.

Investimento em associadas

A Gestão avaliou o nível de influência que o Grupo tem na Novo Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., com uma percentagem de controlo de 30% e uma percentagem de interesse de 15,3%. Atendendo ao regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de resíduos, que impossibilita a distribuição de reservas e de resultados retidos por este tipo de sociedades aos seus accionistas, não poderá este investimento ser classificado nas contas do Grupo enquanto uma associada, sendo por isso classificado como outros investimentos financeiros.

Investimento em acordos conjuntos

O Grupo detém 51% dos direitos de voto no acordo conjunto da JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR). Com base nos acordos contratuais com o outro Investidor, o Grupo tem o poder de nomear e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente todos os quadros superiores com poderes para dirigir as actividades relevantes da JMR são colaboradores de uma outra sociedade detida a 100% por Jerónimo Martins. Por essas razões, a Gestão concluiu que o Grupo tem capacidade prática para dirigir as actividades relevantes da JMR e, portanto, detém o controlo sobre a Companhia. Nestes termos, JMR é classificada como uma subsidiária, assim como as entidades que a JMR controla directamente.

2.7 Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transacções actuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1). No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros detidos para venda e activos biológicos ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2). No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Outros investimentos financeiros

Os activos financeiros cotados encontram-se reflectidos no balanço ao seu justo valor. Os instrumentos de capital estão mensurados ao custo, deduzidos de imparidade uma vez que não é possível determinar o justo valor com fiabilidade.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados a serem pagos. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.8 Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados activos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os activos biológicos e os derivados over-the-counter contratados pelo Grupo, cujas avaliações são fornecidas pelas respectivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes.

2019	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	8.563	-	-	8.563
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	6.908	-	6.908	-
Activos biológicos de produção	1.991	-	1.991	-
Total de activos	17.462	-	8.899	8.563
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	415	-	415	-
Derivados de cobertura	2.641	-	2.641	-
Total de passivos	3.056	-	3.056	-

2018	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	11.676	-	-	11.676
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	5.188	-	5.188	-
Activos biológicos de produção	2.000	-	2.000	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	33	-	33	-
Derivados de cobertura	26	-	26	-
Total de activos	18.923	-	7.247	11.676
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de Negociação	31	-	31	-
Derivados de cobertura	190	-	190	-
Total de passivos	221	-	221	-

2.9 Instrumentos financeiros por categoria

	Activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados	Derivados designados como instrumentos de cobertura	Activos financeiros ao custo amortizado	Outros activos financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total activos e passivos financeiros	Activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2019								
Activos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	929.311	-	-	929.311	-	929.311
Outros investimentos financeiros	-	-	-	1.327	-	1.327	-	1.327
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	-	426.324	-	-	426.324	85.132	511.456
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	-	-	8.309.777	8.309.777
Total de activos	-	-	1.355.635	1.327	-	1.356.962	8.394.909	9.751.871
Passivos								
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	732.449	732.449	-	732.449
Responsabilidades com locações	-	-	-	-	2.384.273	2.384.273	-	2.384.273
Instrumentos financeiros derivados	415	2.641	-	-	-	3.056	-	3.056
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	3.879.714	3.879.714	303.199	4.182.913
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	220.272	220.272
Total de passivos	415	2.641	-	-	6.996.436	6.999.492	523.471	7.522.963
2018								
Activos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	545.988	-	-	545.988	-	545.988
Outros investimentos financeiros	-	-	-	1.321	-	1.321	-	1.321
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	-	436.672	-	-	436.672	83.683	520.355
Instrumentos financeiros derivados	33	26	-	-	-	59	-	59
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	-	-	5.592.204	5.592.204
Total de activos	33	26	982.660	1.321	-	984.040	5.675.887	6.659.927
Passivos								
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	639.204	639.204	-	639.204
Instrumentos financeiros derivados	31	190	-	-	-	221	-	221
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	3.493.499	3.493.499	301.686	3.795.185
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	209.063	209.063
Total de passivos	31	190	-	-	4.132.703	4.132.924	510.749	4.643.673

3 Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de actividade

3.1 Rédito de contratos com clientes

O Grupo opera principalmente na área da Distribuição Alimentar, com lojas em Portugal, Polónia e Colômbia. O rédito de contratos com clientes é reconhecido quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para os clientes considerando uma quantia que reflecte o montante que o Grupo espera ter direito a receber na troca por esses bens ou serviços.

Venda de bens

Na maioria das vendas de bens efectuadas pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente. Uma obrigação de desempenho corresponde a um compromisso de entregar bens ou serviços aos clientes que sejam distintos entre si.

Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, o Grupo difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo este reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira.

O Grupo implementou ainda programas de fidelização através da utilização de cartão cliente. Para as vendas efectuadas com recurso ao cartão cliente, o Grupo estima o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o rédito até ao momento em que o benefício é satisfeito ou expira.

Algumas vendas a clientes incluem direitos relativos a descontos comerciais de volume. O Grupo reconhece o rédito da venda dos bens líquido da estimativa do desconto comercial que se espera que o cliente venha a atingir na totalidade do ano.

Activos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução

Nas vendas a clientes, o Grupo estima os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: i. uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e ii. um activo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

Obrigações relativas a garantias

Na venda de bens, o Grupo presta as garantias em conjunto com os fornecedores, que decorrem da Lei, não vendendo extensões de garantias que devam ser reconhecidas como obrigação de desempenho separadas.

Actuação do Grupo como principal ou agente

O Grupo concluiu de forma genérica que actua como principal nos seus acordos de rédito, excepto para alguns serviços de agenciamento, dado que tipicamente controla os bens ou serviços antes destes serem transferidos para os clientes.

O Grupo opera em algumas lojas através de contratos de Mandato Comercial, celebrados com entidades terceiras, actuando o Grupo como principal, reconhecendo nessa medida a totalidade do rédito das vendas destas lojas.

Créditos comerciais a receber

Créditos comerciais a receber representam os direitos do Grupo a quantias que são incondicionais (apenas a passagem do tempo é requerida até que o pagamento do valor seja devido).

Activos e responsabilidades do contrato

Um activo do contrato é um direito a um valor em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente. Se o Grupo transferir bens ou serviços para um cliente antes do cliente pagar a quantia ou antes do pagamento ser devido, um activo do contrato é reconhecido pela quantia devida, que é condicional.

Uma responsabilidade do contrato é uma obrigação de transferir bens ou serviços para um cliente, para a qual o Grupo já recebeu a quantia (ou o valor já é devido) do cliente. Se o cliente pagar a quantia antes do Grupo lhe transferir os bens ou serviços, uma responsabilidade do contrato é reconhecida com a realização do pagamento ou o pagamento se torna devido (o que ocorrer primeiro). A responsabilidade do contrato é reconhecida como rédito quando o Grupo executa o contrato.

Serviços prestados e outros rendimentos

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço. Os proveitos relativos a descontos comerciais obtidos nas compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas, como dedução ao custo das mercadorias vendidas.

3.1.1 Saldos dos contratos comerciais

	2019	2018
Créditos comerciais a receber (nota 14)	64.188	58.417
Responsabilidades em contratos com clientes (nota 21)	3.628	3.722
Responsabilidades com reembolsos a clientes (nota 21)	788	1.041

Créditos comerciais a receber não são sujeitos a juros e são geralmente concedidos com prazo entre 30 e 90 dias.

Não existem quantias reconhecidas relativas a Activos dos contratos.

As responsabilidades em contratos com clientes incluem o rédito diferido relacionado com obrigações de performance futura e as quantias recebidas relativas à venda de cartões presente a cliente, as quais vão ser reconhecidas apenas como rédito quando os cartões presente forem redimidos ou expirarem.

Responsabilidades com reembolsos a clientes estão relacionadas com descontos de volume retrospectivos, relativos a vendas que incluem descontos comerciais baseados em quantidades anuais adquiridas.

Não existem quantias reconhecidas relativas a activos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução, considerando que as devoluções de activos cuja responsabilidade é assumida directamente pelo Grupo não é material no contexto das Demonstrações Financeiras do Grupo.

3.2 Reporte por segmentos de actividade

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporting interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente à Direcção Executiva e ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

A Gestão efectua o acompanhamento do desempenho das suas operações numa perspectiva geográfica e de acordo com a natureza do negócio. Considerando esta última perspectiva, foram identificados os segmentos de Retalho Portugal, Cash & Carry Portugal, Retalho Polónia e Retalho Colômbia. Para além destes, existem ainda outros negócios, que, no entanto, pela sua reduzida materialidade, não são reportados isoladamente.

A Gestão avalia o desempenho dos segmentos com base na informação sobre resultados antes de juros e impostos (EBIT). Esta mensuração exclui os efeitos de outras perdas e ganhos operacionais (ver nota 4.1).

As transacções entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, conforme descrito na nota 25.1, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo no tratamento de transacções com entidades não relacionadas.

Os segmentos operacionais identificados foram:

- Retalho Portugal: inclui a unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce);
- Cash & Carry Portugal: inclui a unidade de negócio por grosso do Recheio;
- Retalho Polónia: contém a unidade de negócio da insígnia Biedronka;
- Retalho Colômbia: contém a unidade de negócio da insígnia Ara;
- Outros, eliminações e ajustamentos: inclui i. as unidades de negócio de menor materialidade (Cafetarias e lojas de chocolates, negócio Agro-Alimentar em Portugal e Retalho de Saúde e Beleza na Polónia); ii. as empresas que compõem a Holding do Grupo; e iii. os ajustamentos de consolidação do Grupo.

Informação detalhada referente aos segmentos operacionais em Dezembro de 2019 e 2018

	Retalho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retalho Polónia		Retalho Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Vendas e prestação de serviços	4.407.917	4.269.640	1.007.100	980.590	12.620.507	11.691.177	783.935	599.420	(181.239)	(204.119)	18.638.220	17.336.708
Inter-segmentos	454.256	426.535	5.392	3.238	1.609	1.379	-	-	(461.257)	(431.152)	-	-
Clientes Externos	3.953.661	3.843.105	1.001.708	977.352	12.618.898	11.689.798	783.935	599.420	280.018	227.033	18.638.220	17.336.708
Cash flow operacional (EBITDA)	263.532	187.890	60.492	52.876	1.184.732	849.959	(28.392)	(72.504)	(43.466)	(58.395)	1.436.898	959.826
Depreciações e amortizações	(150.597)	(97.897)	(19.769)	(15.037)	(457.614)	(217.084)	(47.180)	(20.392)	(39.867)	(13.326)	(715.027)	(363.736)
Resultados antes de juros e impostos (EBIT)	112.935	89.993	40.723	37.839	727.118	632.875	(75.572)	(92.896)	(83.333)	(71.721)	721.871	596.090
Outras perdas e ganhos operacionais											(15.840)	(9.376)
Resultados financeiros e ganhos em investimentos											(156.805)	(24.924)
Imposto sobre o rendimento do exercício											(128.459)	(131.930)
Resultado líquido atribuível a JM											389.866	401.044
Total de activos	2.237.044	1.755.330	480.098	754.050	5.868.688	3.885.422	862.144	451.212	303.897	(186.087)	9.751.871	6.659.927
Total de passivos	1.722.147	1.272.571	457.056	735.172	4.710.273	2.805.321	845.056	433.076	(211.569)	(602.467)	7.522.963	4.643.673
Investimento em activos tangíveis e intangív	142.685	90.359	24.548	27.198	380.848	371.867	98.185	117.950	22.974	49.089	669.240	656.463

Reconciliação entre EBIT e resultados operacionais

	2019	2018
EBIT	721.871	596.090
Outras perdas e ganhos operacionais	(15.840)	(9.376)
Resultados operacionais	706.031	586.714

Activos financeiros com risco de crédito por segmento

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos activos financeiros, caracterizados por segmentos operacionais.

	Retailo Portugal		Cash & Carry Portugal		Retailo Polónia		Retailo Colômbia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	40.121	39.587	21.998	22.625	716.654	422.585	48.880	30.832	101.658	30.359	929.311	545.988
Outros investimentos financeiros	183	183	1.139	1.133	-	-	-	-	5	5	1.327	1.321
Devedores, acréscimos e diferimentos	104.783	101.550	69.487	55.519	284.905	314.941	18.943	14.506	(51.794)	(49.844)	426.324	436.672
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	33	-	-	-	26	-	59
Total	145.087	141.320	92.624	79.277	1.001.559	737.559	67.823	45.338	49.869	(19.454)	1.356.962	984.040

Informação por geografia

No quadro abaixo são apresentadas as vendas e prestações de serviços e os activos não correntes por geografia:

	Vendas e prestações de serviços		Activos não correntes ⁽¹⁾	
	2019	2018	2019	2018
Portugal	4.974.833	4.838.804	2.148.334	1.646.092
Polónia	12.879.452	11.898.484	4.248.875	2.493.965
Colômbia	783.935	599.420	713.586	354.584
Total	18.638.220	17.336.708	7.110.795	4.494.641

(1) Incluem Activos fixos tangíveis, Activos intangíveis, Direitos de uso, Propriedades de investimento e Activos biológicos.

4 Custos operacionais por natureza

Custos operacionais por natureza

Os custos operacionais por natureza incluem:

- custo das mercadorias vendidas, deduzido de rappel de fornecedores e descontos obtidos relacionados com a actividade comercial e com publicidade em loja. Inclui ainda as matérias-primas consumidas no fabrico de produtos pelas companhias;
- custos de distribuição relacionados com a actividade principal de retalho em loja, logística e armazenagem;
- custos administrativos, relativos às actividades de suporte nos escritórios;
- outras perdas e ganhos operacionais.

Outras perdas e ganhos operacionais

Incluem outras perdas e ganhos operacionais que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro do Grupo, bem como a sua comparabilidade, sendo por isso apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções. Estas perdas ou ganhos são excluídas dos indicadores de desempenho operacional adoptados pela Gestão.

	2019	2018
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(14.540.197)	(13.569.503)
Varição de produção	2.587	19.998
Descontos pronto pagamento líquidos e juros pagos a fornecedores	36.590	27.340
Comissões sobre meios de pagamento electrónicos	(35.463)	(32.957)
Outros custos suplementares	(5.951)	(4.650)
Fornecimentos e serviços externos	(688.601)	(634.639)
Publicidade	(110.422)	(111.799)
Rendas e alugueres	(17.922)	(390.262)
Custos com pessoal	(1.629.433)	(1.470.027)
Depreciações e amortizações de activos tangíveis e intangíveis	(393.612)	(363.736)
Depreciações de direitos de uso	(321.758)	-
Ganhos/perdas com activos tangíveis e intangíveis	(7.441)	(3.897)
Ganhos/perdas com direitos de uso	1.367	-
Custos de transporte	(204.325)	(187.649)
Outras naturezas de ganhos e perdas	(17.608)	(28.213)
Total	(17.932.189)	(16.749.994)

4.1 Outras perdas e ganhos operacionais

Os custos operacionais por natureza incluem as seguintes outras perdas e ganhos operacionais consideradas materiais, as quais são excluídas dos indicadores de desempenho do Grupo por forma a permitir uma maior comparabilidade entre os vários períodos:

	2019	2018
Processos de contencioso legal	(1.238)	-
Custos com programas de reestruturação organizacional	(6.833)	(7.936)
Write-off de activos e ganhos/perdas na alienação de activos tangíveis	(4.830)	(3.562)
Alterações aos planos de benefícios de empregados e pressupostos actuariais	(2.939)	2.122
Total	(15.840)	(9.376)

5 Empregados

5.1 Custos com pessoal

	2019	2018
Ordenados e salários	(1.217.524)	(1.116.591)
Segurança Social	(252.009)	(231.529)
Benefícios de empregados (nota 5.2)	(37.456)	(22.096)
Outros custos com pessoal	(122.444)	(99.811)
Total	(1.629.433)	(1.470.027)

Os outros custos com pessoal englobam, entre outros, seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação, contratações ocasionais e indemnizações.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 110.224 (2018: 105.514).

O número de empregados no final do ano foi de 115.428 (2018: 108.560).

Os valores comparativos de 2018 foram reclassificados, com o montante de m EUR 15.000 a ser transferido de Outros custos com pessoal para Benefícios de empregados, em virtude da conclusão, já em 2019, da implementação de um plano de compensação pós-emprego, de contribuição definida, para colaboradores do Grupo. O montante referido diz respeito à contribuição relativa ao ano de 2018. A contribuição relativa ao ano de 2019 ascendeu a m EUR 24.945.

5.2 Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais o Grupo efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração auferida pelos empregados incluídos nos planos.

Os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas pelo Grupo sobre as mesmas.

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais o Grupo garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente pelo Grupo.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método das rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Benefícios pós-emprego (Plano de compensação para colaboradores do Grupo)

O Grupo terminou em 2019 a implementação de um plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, o qual se traduz numa contribuição anual para uma fundação que garante a sua gestão por terceiros, de forma independente. Estas contribuições têm as características de um plano de contribuição definida, atendendo a que o Grupo não tem qualquer responsabilidade por fazer contribuições, para além do montante anual definido pelo Conselho de Administração. O Grupo não assume ainda qualquer risco, nomeadamente sobre o valor dos activos nos quais as suas contribuições forem investidas, nem sobre o valor final dos benefícios a atribuir, recaindo esse risco na sua totalidade sobre os participantes no plano.

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em algumas empresas do Grupo engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

Valores reflectidos em balanço nas rubricas de benefícios concedidos a empregados e credores, acréscimos e diferimentos:

	Benefícios concedidos a empregados		Credores, acréscimos e diferimentos	
	2019	2018	2019	2018
	Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	15.154	18.146	-
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	54.515	46.923	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	-	-	-	15.000
Total	69.669	65.069	-	15.000

Valores reflectidos na demonstração dos resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2019	2018	2019	2018
	Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	1.339	735	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	243	245	(1.746)	(224)
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	10.929	6.116	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	24.945	15.000	-	-
Total	37.456	22.096	(1.746)	(224)

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Saldo em 1 de Janeiro	15.000	-	18.146	19.707	46.923
Custos com juros	-	-	243	245	1.093	1.110
Custos dos serviços correntes	26.284	15.735	-	-	7.036	7.128
(Ganhos)/perdas actuariais						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	(1.353)	316
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	950	(144)	3.285	(2.658)
Alterações de experiência	-	-	(2.696)	(80)	868	220
Contribuições ou reformas pagas	(41.284)	(735)	(1.489)	(1.582)	(3.604)	(5.344)
Diferenças de conversão cambial	-	-	-	-	267	(624)
Saldo em 31 de Dezembro	-	15.000	15.154	18.146	54.515	46.923

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	Portugal		Polónia	
	2019	2018	2019	2018
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	GUS 2018	GUS 2015
Taxa de desconto	0,55%	1,40%	2,00%	2,80%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	3,00%	3,00%	3% - 4%	3% - 4%

Os pressupostos de mortalidade utilizados correspondem aos usualmente adoptados em Portugal e na Polónia, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia. A análise de sensibilidade aos pressupostos está descrita na nota 2.6.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos 10 anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	1.332	4.501	3.735
Prémios de antiguidade	5.397	24.330	32.689
Total	6.729	28.831	36.424

6 Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

Dividendos a receber

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

	2019	2018
Juros suportados com empréstimos obtidos	(26.484)	(21.745)
Juros suportados com locações	(132.642)	-
Juros obtidos	3.595	2.113
Dividendos	-	46
Diferenças de câmbio	(475)	(969)
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	2.955	-
Outras perdas e ganhos financeiros	(5.239)	(4.407)
Justo valor de investimentos financeiros detidos para negociação:		
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	(414)	(150)
Total	(158.704)	(25.112)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de justo valor e de cobertura de fluxos de caixa (nota 12).

Os outros custos e proveitos financeiros incluem, entre outros, custos com a emissão de dívida do Grupo, reconhecida em resultados através do método da taxa de juro efectiva.

7 Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevadas em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre o Goodwill e sobre as diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando não são afectados, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual o Grupo estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que é esperado vigorar no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para as transacções que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal, o Grupo incorpora os efeitos dessa incerteza nas estimativas para impostos, sempre que não for provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal dado pelo Grupo. Os ativos e passivos relacionados com interpretações fiscais incertas são apresentados como activos ou passivos por impostos diferidos.

Para os processos de contencioso fiscal e para todas as situações em que a posição das autoridades tributárias é já conhecida, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (em que a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou, procedendo-se ao seu pagamento, sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo.

7.1 Imposto sobre rendimento do exercício

	2019	2018
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(171.695)	(145.757)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	13.622	(1.937)
	(158.073)	(147.694)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	28.795	4.531
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(333)	91
	28.462	4.622
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	1.152	11.142
	1.152	11.142
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(128.459)	(131.930)

Os outros ganhos relativos a impostos registados incluem os juros de mora e compensatórios recebidos relativos a processos de contencioso decididos a favor do Grupo.

À semelhança dos anos anteriores, em 2018, foram reavaliados todos os processos de contencioso fiscal. Atendendo às decisões entretanto proferidas pelos Tribunais em processos equivalentes ou respeitantes à mesma matéria de facto, procedeu-se a uma redução das provisões, no montante de m EUR 6.826.

7.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

		2019		2018
Resultados antes de imposto		549.226		561.790
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal	22,5%	(123.576)	22,5%	(126.403)
Efeito fiscal gerado por:				
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	(6,3%)	34.674	(5,8%)	32.662
Resultados não tributados ou não recuperáveis	8,2%	(45.045)	7,0%	(39.381)
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(0,2%)	1.151	(2,0%)	11.142
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	0,4%	(2.383)	0,6%	(3.347)
Correcção da estimativa de anos anteriores	(2,5%)	13.622	0,3%	(1.937)
Equivalência patrimonial	-	-	(0,0%)	42
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(0,0%)	28	(0,1%)	626
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	1,3%	(6.930)	0,9%	(5.334)
Imposto sobre o rendimento do exercício	23,4%	(128.459)	23,5%	(131.930)

Em 2019 e 2018, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente.

Na Polónia, para 2019 e 2018, a taxa de imposto sobre o rendimento aplicada aos lucros fiscais foi de 19%.

Na Colômbia, a taxa de imposto sobre o rendimento foi de 33% em 2019 e 2018. Em 2019, não havendo resultados fiscais positivos, é aplicada uma taxa de imposto de 1,5% (2018: 3%) sobre o valor do património líquido.

A correção da estimativa de exercícios anteriores reconhecida em 2019 respeita à recuperação de imposto relativo a dupla tributação que havia sido pago em 2017, no contexto de uma operação de reorganização interna, da qual o Grupo recorreu, tendo-lhe sido atribuída razão em 2019.

7.3 Impostos diferidos activos e passivos

	2019	2018
Saldo inicial	39.213	34.446
Diferenças de conversão cambial	177	141
Reavaliações e reservas	(400)	4
Resultado do exercício (nota 7.1)	28.462	4.622
Saldo final	67.452	39.213

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2019	2018
Impostos diferidos activos	138.130	114.840
Impostos diferidos passivos	(70.678)	(75.627)
	67.452	39.213

O Grupo não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

2019	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos activos					
Provisões além dos limites legais	66.750	10.318	-	741	77.809
Actualização de activos para o justo valor	4.915	(533)	-	-	4.382
Benefícios concedidos a empregados	13.151	5.977	(393)	-	18.735
Efeito da aplicação da norma sobre locações	-	8.216	-	58	8.274
Outras diferenças temporárias	30.024	(1.126)	-	32	28.930
	114.840	22.852	(393)	831	138.130
Impostos diferidos passivos					
Actualização de activos para o justo valor	534	(8)	-	-	526
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	61.334	(5.780)	-	525	56.079
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12.315	-	-	129	12.444
Instrumentos de cobertura	(12)	-	7	-	(5)
Outras diferenças temporárias	1.456	178	-	-	1.634
	75.627	(5.610)	7	654	70.678
Variação líquida de imposto diferido	39.213	28.462	(400)	177	67.452
<hr/>					
2018	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos activos					
Provisões além dos limites legais*	59.209	9.202	(12)	(1.649)	66.750
Actualização de activos para o justo valor	4.979	(64)	-	-	4.915
Benefícios concedidos a empregados*	10.123	3.078	(50)	-	13.151
Outras diferenças temporárias	31.714	(1.611)	12	(91)	30.024
	106.025	10.605	(50)	(1.740)	114.840
Impostos diferidos passivos					
Actualização de activos para o justo valor	653	(119)	-	-	534
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	55.591	7.258	-	(1.515)	61.334
Diferenças de critérios contabilísticos em outros países	12.682	-	-	(367)	12.315
Instrumentos de cobertura	43	-	(54)	(1)	(12)
Outras diferenças temporárias	2.610	(1.156)	-	2	1.456
	71.579	5.983	(54)	(1.881)	75.627
Variação líquida de imposto diferido	34.446	4.622	4	141	39.213

* os valores de 2018 relativos a Provisões além dos limites legais e a Benefícios concedidos a empregados foram reexpressos

7.4 Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	Imposto	
	2019	2018
2018	-	4.857
2019	6.923	6.785
2020	6.772	6.762
2021	5.270	5.356
2022	2.151	1.476
2023 ou posterior	152.139	107.701
Total	173.255	132.937

8 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é incluído no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais. Aquando da sua capitalização, a vida útil estimada do activo tem em consideração as características da remodelação. Se a loja estiver arrendada, a vida útil não irá exceder o período do contrato de arrendamento.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção do Grupo utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

8.1 Movimentos ocorridos no exercício

2019	Terrenos e recursos naturais *	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo Inicial	514.836	3.612.975	1.968.811	300.631	146.007	6.543.260
Diferenças cambiais	3.014	26.031	12.804	1.658	1.641	45.148
Aumentos	8.191	281.207	220.019	17.729	131.130	658.276
Alienações e abates	(23)	(21.552)	(85.103)	(32.871)	(1.299)	(140.848)
Transferências e reclassificações	3.691	24.794	4.543	15.377	(46.501)	1.904
Transferências de/para propriedade de investimento	(1.748)	263	-	-	-	(1.485)
Alteração de política contabilística (ver nota 2.1.1)	-	-	-	(18.756)	-	(18.756)
Saldo final	527.961	3.923.718	2.121.074	283.768	230.978	7.087.499
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	1.377.459	1.266.726	212.022	-	2.856.207
Diferenças cambiais	-	8.380	6.626	1.115	-	16.121
Aumentos	-	172.722	179.100	27.650	-	379.472
Alienações e abates	-	(17.029)	(82.004)	(32.786)	-	(131.819)
Transferências e reclassificações	-	34	(909)	2.694	-	1.819
Transferências de/para propriedade de investimento	-	87	-	-	-	87
Perdas por imparidade	-	96	104	20	-	220
Alteração de política contabilística (ver nota 2.1.1)	-	-	-	(4.545)	-	(4.545)
Saldo final	-	1.541.749	1.369.643	206.170	-	3.117.562
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2019	514.836	2.235.516	702.085	88.609	146.007	3.687.053
Em 31 de Dezembro de 2019	527.961	2.381.969	751.431	77.598	230.978	3.969.937

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

2018	Terrenos e recursos naturais *	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo Inicial	495.017	3.227.785	1.715.787	254.097	410.306	6.102.992
Diferenças cambiais	(7.994)	(67.560)	(30.277)	(5.148)	(8.081)	(119.060)
Aumentos	12.331	356.046	315.904	32.837	(70.357)	646.761
Alienações e abates	-	(13.566)	(68.495)	(6.179)	(898)	(89.138)
Transferências e reclassificações	15.482	110.270	35.892	25.024	(184.963)	1.705
Saldo final	514.836	3.612.975	1.968.811	300.631	146.007	6.543.260
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	1.249.282	1.183.793	195.082	-	2.628.157
Diferenças cambiais	-	(20.069)	(15.705)	(3.104)	-	(38.878)
Aumentos	-	162.095	163.640	24.533	-	350.268
Alienações e abates	-	(14.340)	(63.956)	(6.051)	-	(84.347)
Transferências e reclassificações	-	56	(1.592)	1.531	-	(5)
Perdas por imparidade	-	435	546	31	-	1.012
Saldo final	-	1.377.459	1.266.726	212.022	-	2.856.207
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2018	495.017	1.978.503	531.994	59.015	410.306	3.474.835
Em 31 de Dezembro de 2018	514.836	2.235.516	702.085	88.609	146.007	3.687.053

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

Os aumentos de activos fixos tangíveis correspondem aos investimentos do Grupo em expansão de novas lojas e centros de distribuição, e em remodelações do parque de lojas existente. O programa de investimentos encontra-se melhor detalhado no ponto 3.1.3. - Execução do Programa de Investimento, do Capítulo II - Relatório Consolidado de Gestão.

As perdas por imparidade registadas em 2019 (m EUR 220), encontram-se reflectidas na linha da Demonstração dos resultados "Outros custos e perdas operacionais". Na nota 4.1 está incluído na linha de "Write-off de activos e ganho/perdas na alienação de activos tangíveis".

Não existem encargos financeiros capitalizados no valor dos activos tangíveis.

8.2 Garantias

Não foram dados quaisquer activos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

8.3 Activos fixos tangíveis em curso

Estão considerados em activos tangíveis em curso essencialmente valores referentes à construção e remodelação de lojas e de centros de distribuição.

8.4 Testes de imparidade

Conforme referido na nota 2.5.1, o Grupo analisa à data de cada balanço se existem indicadores de eventuais perdas por imparidade em activos fixos tangíveis.

Havendo indicadores de eventuais perdas por imparidade num activo ou unidade geradora de caixa, o Grupo calcula o seu valor de uso de acordo com o método de *Discounted Cash Flow* (DCF).

Os valores de uso são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, sendo elaboradas projecções, a cinco anos, de *cash flows* futuros para cada um dos activos ou unidades geradoras de caixa, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Essas estimativas são elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	8,0% (2018: 8,3%)	1% (2018:1%)
Cash & Carry Portugal	8,0% (2018: 8,3%)	1% (2018:1%)
Retalho Polónia	8,0% (2018: 8,5%)	1,5% (2018:1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2018: 10,1%)	1,5% (2018:1,5%)
Retalho Especializado Portugal	8,0% a 9,5% (2018: 8,3% a 10,5%)	1,7% (2018:1,7%)
Retalho Colômbia	11,0% (2018: 11,7%)	1,5% (2018:1,5%)

A taxa de desconto adoptada corresponde ao custo médio ponderado do capital (WACC) estimado para cada um dos segmentos operacionais das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado Polaco e Colombiano, onde ainda é considerado existir um potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio.

9 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo de histórico deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade (nota 2.5).

Os custos associados a *Goodwill* e Marcas Próprias gerados internamente são registados na conta de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados e de mão-de-obra directa.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros activos intangíveis

Despesas na aquisição de trespases, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que se estime a obtenção de benefícios económicos futuros e seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Activos intangíveis de vida útil indefinida

A marca Pingo Doce, para além do Goodwill, é o único activo intangível de vida útil indefinida, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixe de gerar benefícios económicos para o Grupo. O Goodwill e os activos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de imparidade à data do balanço e sempre que um determinado evento ou circunstância indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33
Trespases	5-6,66

Sempre que considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço.

9.1 Movimentos ocorridos no exercício

2019	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo Inicial	637.486	41.726	126.763	138.107	7.457	951.539
Diferenças cambiais	3.217	284	1.158	991	53	5.703
Aumentos	-	723	3.483	433	6.325	10.964
Alienações e abates	-	(6)	(312)	(246)	-	(564)
Transferências e reclassificações	-	2.093	1.271	203	(3.394)	173
Saldo final	640.703	44.820	132.363	139.488	10.441	967.815
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	34.161	23.294	101.570	-	159.025
Diferenças cambiais	-	251	172	760	-	1.183
Aumentos	-	2.940	3.462	7.738	-	14.140
Alienações e abates	-	(6)	(288)	(246)	-	(540)
Transferências e reclassificações	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldo final	-	37.346	26.640	109.819	-	173.805
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2019	637.486	7.565	103.469	36.537	7.457	792.514
Em 31 de Dezembro de 2019	640.703	7.474	105.723	29.669	10.441	794.010

2018	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo Inicial	646.632	37.014	126.807	139.055	10.549	960.057
Diferenças cambiais	(9.146)	(751)	(3.129)	(2.776)	(141)	(15.943)
Aumentos	-	2.270	2.077	2.332	3.023	9.702
Alienações e abates	-	-	(13)	(559)	-	(572)
Transferências e reclassificações	-	3.193	1.021	55	(5.974)	(1.705)
Saldo final	637.486	41.726	126.763	138.107	7.457	951.539
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	32.297	20.906	95.814	-	149.017
Diferenças cambiais	-	(675)	(371)	(1.877)	-	(2.923)
Aumentos	-	2.539	2.756	8.173	-	13.468
Alienações e abates	-	-	(2)	(549)	-	(551)
Transferências e reclassificações	-	-	5	-	-	5
Perdas por imparidade	-	-	-	9	-	9
Saldo final	-	34.161	23.294	101.570	-	159.025
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2018	646.632	4.717	105.901	43.241	10.549	811.040
Em 31 de Dezembro de 2018	637.486	7.565	103.469	36.537	7.457	792.514

O Grupo identificou como activos intangíveis de vida útil indefinida, para além do Goodwill, a marca Pingo Doce, com valor líquido de m EUR 9.228.

As despesas de desenvolvimento são relativas à implementação de sistemas de informação.

9.2 Garantias

Não foram dados quaisquer activos intangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

9.3 Activos intangíveis em curso

Estão considerados em activos intangíveis em curso valores referentes à implementação de projectos de simplificação de processos, direitos de usufruto e trespases.

9.4 Testes de imparidade do Goodwill e outros intangíveis

O Grupo tem o Goodwill alocado por cada área de negócio, sendo este composto da seguinte forma:

Áreas de Negócio	2019	2018
Retalho Portugal	246.519	246.519
Cash & Carry Portugal	83.836	83.836
Retalho Polónia	301.234	298.112
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9.114	9.019
Total	640.703	637.486

Como consequência da conversão cambial dos activos dos negócios da Polónia:

- o Goodwill afecto ao negócio da Polónia (Biedronka), no montante de m PLN 1.282.278, sofreu uma actualização no valor de m EUR 3.122 positivos;
- o Goodwill afecto ao negócio do Retalho de Saúde e Beleza na Polónia (Hebe), no montante de m PLN 38.796, sofreu uma actualização no valor de m EUR 95 positivos.

As unidades geradoras de caixa utilizadas na realização dos testes de imparidade do Goodwill, correspondem aos segmentos de negócio, sendo esse o nível mais baixo pelo qual o Goodwill é monitorizado pela Gestão.

Em 2019 foram efectuadas avaliações com base no valor de uso calculado de acordo com o método de DCF, que sustentam a recuperabilidade do valor de Goodwill.

Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projecções, a cinco anos, de cash flow futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, elaboradas com base na performance histórica de cada unidade de negócio, incorporando os impactos esperados dos seus planos de investimento, ponderados pelos riscos a que os negócios se encontram expostos.

A marca Pingo Doce não está a ser amortizada sendo sujeita anualmente a testes de imparidade, com os mesmos pressupostos que são utilizados para o Goodwill. O mesmo se aplica para os activos intangíveis em curso.

Estas avaliações foram elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

Áreas de Negócio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
Retalho Portugal	8,0% (2018: 8,3%)	1% (2018:1%)
Cash & Carry Portugal	8,0% (2018: 8,3%)	1% (2018:1%)
Retalho Polónia	8,0% (2018: 8,5%)	1,5% (2018:1,5%)
Retalho de Saúde e Beleza na Polónia	9,0% (2018: 10,1%)	1,5% (2018:1,5%)

A taxa de desconto adoptada corresponde ao WACC estimado para cada uma das áreas de negócio das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas, de 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado Polaco, onde ainda é considerado existir um potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio de acordo com os seus planos de negócio futuros.

A nota 2.6 apresenta a informação relativa à análise de sensibilidade aos testes de imparidade ao Goodwill.

10 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma yield que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados na avaliação de cada activo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma yield entre 8% e 9%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos/perdas em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

Sempre que, por alteração do uso dos activos fixos tangíveis, estes sejam transferidos para a rubrica propriedades de investimento, os activos são mensurados ao justo valor e qualquer excesso apurado face ao valor contabilístico é registado como excedente de revalorização. Os ganhos e perdas subsequentes de revalorização (justo valor) são registados em resultados, de acordo com a IAS 40.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas actividades operacionais do Grupo, a mesma é transferida para activos fixos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

	2019	2018
Saldo Inicial	11.676	13.714
Transferências	1.572	-
Variações de justo valor	(461)	(38)
Alienações	(4.224)	(2.000)
Saldo Final	8.563	11.676

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios inicialmente adquiridos para uso nas operações do Grupo e outros que foram efectivamente utilizados nessas operações durante um certo período de tempo, mas que se tornaram redundantes por não ser possível neles construir unidades geradoras de caixa, ou por se tornarem desnecessários para as operações devido a reestruturações das mesmas.

Estão considerados como activos não correntes todos as propriedades de investimento para os quais não é expectável a sua alienação no período inferior a 12 meses.

Em 2019, o montante de rendimentos obtidos com propriedades de investimento ascendeu a m EUR 56 (m EUR 74 em 2018), tendo sido reconhecidos custos no montante de m EUR 31 (m EUR 28 em 2018).

11 Locações

No início de cada contrato o Grupo avalia se o contrato é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um activo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo locado fica disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para reflectir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor entre o tempo de vida útil do ativo e o prazo da locação.

Os ativos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, o Grupo elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efetuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações o Grupo utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para reflectir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos). A taxa média ponderada aplicada foi de 5,67% (oscilando entre 2,5% e 8,9%), determinada tendo em consideração as características do contrato (activo subjacente, garantias do contrato, moeda e prazo).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos directos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efetuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

O Grupo aplica a excepção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a excepção de reconhecimento de contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor. Os pagamentos efetuados referente a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

As locações do Grupo referem-se principalmente a contratos de arrendamento de espaços comerciais e armazéns, com períodos iniciais entre 5 e 20 anos, que podem ter períodos de extensão. Os contratos de locação não impõem covenants.

Os direitos de uso são sujeitos a testes de imparidade, conforme referido na nota 2.5.1.

A nova norma IFRS 16 foi adoptada pelo Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2019, tendo sido aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que as contas comparativas de 2018 não foram reexpressas. Na transição, o direito de uso foi mensurado pela mesma quantia das responsabilidades com locações.

11.1 Movimentos ocorridos no exercício

2019	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Total
Custo				
Saldo Inicial	-	-	-	-
Diferenças cambiais	22.800	327	474	23.601
Aumentos	215.695	9.001	14.065	238.761
Actualizações contratos de direitos de uso	89.253	(17.677)	256	71.832
Alienações e abates	-	-	(93)	(93)
Transferências e reclassificações	-	-	(2.099)	(2.099)
Cancelamento de Contratos	(80.371)	(22.148)	(1.078)	(103.597)
Alteração de política contabilística (ver nota 2.1.1)	2.314.482	65.758	41.957	2.422.197
Saldo final	2.561.859	35.261	53.482	2.650.602
Amortizações e perdas por imparidade				
Saldo Inicial	-	-	-	-
Diferenças cambiais	2.039	53	132	2.224
Aumentos	297.687	8.878	15.193	321.758
Alienações e abates	-	-	(93)	(93)
Transferências e reclassificações	-	-	(1.838)	(1.838)
Cancelamento de Contratos	(9.474)	(541)	(928)	(10.943)
Alteração de política contabilística (ver nota 2.1.1)	-	-	4.545	4.545
Saldo final	290.252	8.390	17.011	315.653
Valor líquido				
Em 31 de Dezembro de 2018	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2019	2.271.607	26.871	36.471	2.334.949

11.2 Responsabilidades com locações

2019	Correntes	Não correntes	Total
Saldo inicial	-	-	-
Alteração de política contabilística (ver nota 2.1.1)	370.964	2.042.191	2.413.155
Aumentos (novos contratos)	30.032	208.729	238.761
Pagamentos	(258.043)	(6.154)	(264.197)
Transferências	259.869	(259.869)	-
Alteração / Cancelamento de contratos	(20.953)	(1.236)	(22.189)
Variações cambiais	3.111	15.632	18.743
Saldo final	384.980	1.999.293	2.384.273

11.3 Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

	2019
Amortização do exercício de direitos de uso	
Edifícios e outras construções	(297.687)
Equipamento básico e ferramentas	(8.878)
Equipamento de transporte e outros	(15.193)
	(321.758)
Juros do exercício das responsabilidades com locações	(132.642)
Ganhos (perdas) no cancelamento de contratos	1.367
Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações	2.955
	(128.320)
Gastos com locações de curto-prazo	(745)
Gastos com locações de activos de valor reduzido	(6.042)
Gastos com contratos de locação com rendas variáveis	(1.128)
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	(10.007)
Total de rendas e alugueres (nota 4)	(17.922)
Total de gastos do exercício com locações	(468.000)

Em 2019 os pagamentos relativos a locações ascenderam a m EUR 414.761.

12 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposto. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados directamente na demonstração dos resultados, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa e cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em outros rendimentos integrais. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Derivados não designados como instrumentos de cobertura

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IFRS 9. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

No início da relação de cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura e o objectivo da gestão dos riscos e a estratégia para realização da cobertura. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza dos riscos que estão a ser cobertos e como o Grupo irá medir se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de eficácia da cobertura. A relação de cobertura apenas qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura se cumprir com todos os requisitos de eficácia seguintes:

- (i) Existe uma “relação económica” entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (ii) O efeito do risco do crédito não “domina as alterações do valor” que resultam dessa relação económica;
- (iii) O rácio de cobertura da relação de cobertura é a mesma que resulta da quantidade do item coberto que o Grupo efectivamente cobre e a quantidade de instrumento de cobertura que o Grupo efectivamente usa para cobrir essa quantidade de item coberto.

As coberturas que cumprirem com todos os critérios de enquadramento para contabilidade de cobertura são registados conforme descrito abaixo:

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais, na reserva de cobertura de fluxos de caixa. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afectam os resultados (por exemplo, quando uma transacção ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transacção futura que resulta no reconhecimento de um activo não financeiro (por exemplo: Existências), os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do activo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

Risco de taxa de câmbio (cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras)

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem.

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objectivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais em outros rendimentos integrais (nota 2.2).

Os swaps cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos swaps cambiais são reconhecidas directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais (nota 2.2). Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

	Notional	2019				Notional	2018			
		Activo		Passivo			Activo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de negociação										
Forwards cambiais - compra de mercadorias (EUR/USD)	4 milhões USD	-	-	43	-	-	-	-	-	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/EUR)	92 milhões EUR	-	-	352	-	68 milhões EUR	33	-	31	-
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/USD)	6 milhões USD	-	-	20	-	-	-	-	-	-
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa										
Swap taxa de juro (PLN)	166 milhões PLN	-	-	26	-	177 milhões PLN	-	-	-	62
Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/USD)	2 milhões USD	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Derivados designados como cobertura de investimentos em operações estrangeiras										
Forwards cambiais (PLN)	649 milhões PLN	-	-	2.614	-	567 milhões PLN	26	-	128	-
Total de derivados de negociação		-	-	415	-		33	-	31	-
Total de derivados designados como cobertura		-	-	2.641	-		26	-	128	62
Total de derivados activos/passivos		-	-	3.056	-		59	-	159	62

Em Dezembro de 2019, estão incluídos nos valores apresentados os juros a receber ou a pagar vencidos até à data relativos a estes instrumentos financeiros no montante líquido a pagar de m EUR 0,1 (2018: m EUR 0,1).

Instrumentos financeiros derivados de negociação

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição inerente à compra de mercadorias em moeda estrangeira. Para esse efeito, o Grupo contratou em 2019 forwards cambiais em euros e em zlotys, com vencimentos até Abril de 2020, com notionals de m USD 9.700 e m EUR 91.800.

Cobertura de fluxos de caixa

Forwards cambiais

Em 2019 o Grupo tinha contratado um forward cambial para futura aquisição de mercadoria cujo notional ascende a m USD 1.500 e data de vencimento para Abril de 2020.

Swaps de taxa de juro

O Grupo procede à fixação de uma parte dos pagamentos futuros de juros de empréstimos, através da contratação de swaps de taxa de juro. O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos. O objectivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O risco de crédito do empréstimo não se encontra coberto. No entanto, a avaliação efectuada ao risco de crédito da JMH e a sua incorporação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados registados em balanço resultaria num impacto imaterial a 31 de Dezembro de 2019 e 2018. Estão contratados swaps de taxa de juro em zlotys.

Em resumo:

	Moeda	Montante financiamento	Montante coberto	Indextante coberto	Revisão de taxa	Maturidade financiamento e cobertura
JMNK/2020	PLN	331.974	165.987	Wibor 3 meses	Março	Junho 2020

Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição ao zloty. Para esse efeito, o Grupo contratou forwards cambiais, com vencimento em Abril de 2020.

Reflexos nas Demonstrações Financeiras

	2019	2018
Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de Janeiro	(162)	(2.284)
(Recebimentos) /pagamentos efectuados no exercício	1.979	(971)
Variação do justo valor de derivados de negociação (resultados)	(414)	(150)
Variação do justo valor de derivados de negociação (diferenças cambiais)	(2)	(1)
Variação do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (outras reservas)	35	(285)
Variação do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (diferenças cambiais)	-	(4)
Variação do justo valor de derivados de cobertura de invest. líquidos em entidades estrang. (reservas cambiais)	(4.444)	3.589
Custo com juros de derivados de cobertura (resultados)	(48)	(56)
Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro	(3.056)	(162)

13 Existências

As existências são valorizadas ao menor, entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal das actividades, deduzido dos custos directamente associados à venda.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, sendo o método de custeio utilizado no registo das saídas de inventário o FIFO (*First In, First Out*).

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

	2019	2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.347	7.855
Mercadorias	1.107.334	1.017.590
Produtos acabados e intermédios	1.902	2.945
	1.119.583	1.028.390
Ajustamento para o valor de realização	(80.956)	(57.737)
Existências líquidas	1.038.627	970.653

Ajustamentos em existências para o valor de realização:

	2019	2018
Saldo em 1 de Janeiro	(57.737)	(48.384)
Constituição, reforço e transferências	(23.255)	(10.330)
Redução e reversões	644	35
Diferença cambial	(608)	942
Saldo em 31 de Dezembro	(80.956)	(57.737)

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

14 Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1 e 2.5).

	2019	2018
Não correntes		
Outros devedores	65.385	63.522
Depósitos colaterais associados a dívida financeira	19.367	19.367
Custos diferidos	2.015	1.824
Total	86.767	84.713
Correntes		
Clientes comerciais	64.188	58.417
Outros devedores	124.371	128.523
Outros impostos a recuperar	7.617	7.945
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	228.513	240.757
Total	424.689	435.642

Do total da rubrica de outros devedores não correntes, m EUR 63.138 (m EUR 61.904 em 2018) respeitam a liquidações adicionais de imposto, bem como adiantamentos por conta de imposto, cujo reembolso foi já solicitado (nota 24).

O Grupo detém depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 19.367 (m EUR 19.367 em 2018), com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas, estando a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros à subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.. Estes depósitos serão libertados aquando do reembolso dos empréstimos.

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de m EUR 218.062 (m EUR 229.383 em 2018).

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 1.276 de custos com financiamentos contraídos, m EUR 1.889 de custos com seguros e m EUR 8.965 de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2019, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

Devedores correntes com valores vencidos são sujeitos a uma análise de probabilidade de perdas futuras, com base em informação histórica, atendendo à natureza da relação comercial estabelecida, bem como às garantias reais e seguros de crédito existentes, sendo reconhecidos reforços/reversões dos ajustamentos para perdas por imparidade quando tal se justifique (ver nota 29.2.1).

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

	2019	2018
Saldos devedores não considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	21.490	25.965
Vencidos há mais de 3 meses	12.386	7.835
Total	33.876	33.800
Saldos devedores considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	1.939	731
Vencidos há mais de 3 meses	12.551	14.168
Total	14.490	14.899

Dos valores vencidos a receber sem imparidade acima mencionados, m EUR 1.880 (2018: m EUR 1.190) encontram-se cobertos por garantias e seguros de crédito.

Os movimentos na imparidade registada para saldos devedores foram os seguintes:

	2019	2018
Saldo em 1 de Janeiro	20.111	24.195
Constituição, reforço e transferências	1.244	2.214
Redução e reversões	(1.945)	(4.324)
Diferença cambial	75	(276)
Utilização	(1.719)	(1.698)
Saldo em 31 de Dezembro	17.766	20.111

As perdas e reversões por imparidade relativas a outros devedores encontram-se incluídas na nota 4 - Custos operacionais por natureza, nas rubricas de "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" no que diz respeito a disputas comerciais com fornecedores, no montante de m EUR 1.055 (2018: m EUR 2.166), e na rubrica de "Outras naturezas de ganhos e perdas" quando relativas a clientes e outros devedores, no montante de m EUR (354) (2018: m EUR (56)).

15 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço do Grupo, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2019	2018
Depósitos à ordem	541.454	394.279
Aplicações de tesouraria	383.816	147.870
Caixa e equivalentes de caixa	4.041	3.839
Total	929.311	545.988

Os depósitos à ordem correspondem a valores em bancos para fazer face a necessidades correntes de tesouraria bem como a recebimentos de clientes em trânsito.

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo aplicados em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 29.2.1.

16 Caixa gerada pelas operações

	2019	2018
Resultados líquidos	389.866	401.044
Ajustamentos para:		
Interesses que não controlam	30.901	28.816
Impostos	128.459	131.930
Depreciações e amortizações	715.370	363.736
Provisões e outros custos e proveitos operacionais	33.288	16.251
Custos financeiros líquidos	158.704	25.112
Ganhos/perdas em empresas associadas	2	(188)
Ganhos/perdas em outros investimentos	(1.901)	-
Ganhos/perdas em activos tangíveis, intangíveis e direitos de uso	6.074	3.897
	1.460.763	970.598
Variações de capital circulante:		
Existências	(84.777)	(160.150)
Devedores, acréscimos e diferimentos	(5.770)	1.898
Credores, acréscimos e diferimentos	276.380	210.461
Total	1.646.596	1.022.807

17 Capital e reservas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

17.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2018: 629.293.220).

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida, não existindo acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pelo Grupo encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor de m EUR 22.452.

17.2 Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2019 o Grupo detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2019.

17.3 Dividendos

Os montantes distribuídos em 2019, de m EUR 219.501, correspondem a dividendos pagos aos accionistas da JMH no valor de m EUR 204.241 e aos interesses que não controlam que participam em Companhias do Grupo, no montante de m EUR 15.260.

17.4 Outras reservas e resultados retidos

Nas contas individuais da sociedade JMH é dada devida nota de todos os condicionalismos na utilização das reservas a distribuir e que compõem a situação patrimonial da Companhia, pelo que se recomenda a leitura expressa dessa informação.

18 Resultado por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

18.1 Resultado básico e diluído por acção

	2019	2018
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de acções ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	389.866	401.044
Resultado básico e diluído por acção – Euros	0,6204	0,6382

19 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que o Grupo tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Os custos financeiros de empréstimos genéricos ou específicos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de activos qualificáveis, que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficar disponíveis para o uso pretendido, são adicionados ao custo de tais activos, até ao momento em que os activos ficam efectivamente prontos para o uso pretendido.

Os rendimentos obtidos com o investimento temporário de empréstimos específicos ainda não utilizados nos activos qualificáveis são deduzidos aos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos.

O Grupo tem contratados programas de papel comercial no montante total de m EUR 335.000, dos quais m EUR 135.000 são de tomada firme. As emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis. Foram realizadas algumas emissões de papel comercial, sempre por prazos curtos, com vista a colmatar necessidades de tesouraria pontuais decorrentes da actividade normal do Grupo.

No ano anterior foi contratada uma linha de Money Market, na JMH e na JMR, SGPS, S.A., com um limite de m EUR 70.000, a qual foi utilizada com regularidade.

Foi efectuada a negociação de um novo empréstimo para a JM Nieruchomości Bis sp. z o.o. com um limite de m PLN 400.000, a dois anos, que foi parcialmente utilizado para pagar o financiamento de m PLN 300.000 que a empresa já detinha junto da mesma entidade bancária e que se vencia em Abril.

A Jerónimo Martins Colombia contratou um empréstimo em pesos colombianos, a médio e longo prazo, com o IFC, membro do World Bank Group, no montante de m COP 330.000.000, equivalente a m USD 93.000. No que respeita às linhas de financiamento de curto prazo que a Jerónimo Martins Colombia detém junto de bancos locais, as mesmas foram aumentadas em mais m COP 169.000.000, equivalente a cerca de m EUR 45.000, não estando integralmente utilizadas.

19.1 Empréstimos correntes e não correntes

2019	Saldo inicial	Alteração* pol. contab.	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes						
Empréstimos bancários	277.524	-	108.128	(79.420)	2.532	308.764
Responsabilidades com locação financeira	10.866	(10.866)	-	-	-	-
Total	288.390	(10.866)	108.128	(79.420)	2.532	308.764
Empréstimos correntes						
Descobertos bancários	-	-	33.782	-	317	34.099
Empréstimos bancários	346.531	-	(41.973)	79.420	5.608	389.586
Responsabilidades com locação financeira	4.283	(4.283)	-	-	-	-
Total	350.814	(4.283)	(8.191)	79.420	5.925	423.685

* Com a adoção da norma IFRS16, os valores foram reclassificados para "Responsabilidades com locações" (ver nota 11.2).

2018	Saldo inicial	Alteração pol. contab.	Cash flows	Transfer.	Diferenças cambiais	Saldo final
Empréstimos não correntes						
Empréstimos bancários	231.508	-	133.226	(79.390)	(7.820)	277.524
Responsabilidades com locação financeira	6.254	-	10.487	(5.649)	(226)	10.866
Total	237.762	-	143.713	(85.039)	(8.046)	288.390
Empréstimos correntes						
Descobertos bancários	6	-	(6)	-	-	-
Empréstimos bancários	297.526	-	(12.125)	79.390	(18.260)	346.531
Responsabilidades com locação financeira	1.973	-	(3.260)	5.649	(79)	4.283
Total	299.505	-	(15.391)	85.039	(18.339)	350.814

19.2 Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

2019	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Papel Comercial em EUR		50.000	50.000	-	-
Empréstimos em PLN		303.493	83.674	219.819	-
Empréstimos em COP		344.857	255.912	65.376	23.569
Descobertos bancários		34.099	34.099	-	-
Total	3,65%	732.449	423.685	285.195	23.569

2018	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Papel Comercial em EUR		50.000	-	50.000	-
Empréstimos em PLN		288.097	80.744	207.353	-
Empréstimos em COP		285.958	265.787	20.171	-
Responsabilidades com locações financeiras		15.149	4.283	10.232	634
Total	3,17%	639.204	350.814	287.756	634

O aumento dos empréstimos resulta essencialmente do nível de investimentos em 2019 no retalho na Polónia (Biedronka) e no retalho na Colômbia (Ara), cujo financiamento em moeda local (zloty e peso colombiano, respectivamente) explicam o incremento na taxa média de financiamento.

19.3 Dívida financeira líquida

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efectuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

	2019	2018
Empréstimos não correntes (nota 19.1)	308.764	288.390
Empréstimos correntes (nota 19.1)	423.685	350.814
Responsabilidades com locações não correntes (nota 11.2)	1.999.293	-
Responsabilidades com locações correntes (nota 11.2)	384.980	-
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	3.056	162
Acréscimos e diferimentos de juros	423	1.750
Depósitos à ordem (nota 15)	(541.454)	(394.279)
Aplicações de tesouraria (nota 15)	(383.816)	(147.870)
Depósitos colaterais associados a dívida financeira (nota 14)	(19.367)	(19.367)
Total	2.175.564	79.600

20 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos, incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para processos em contencioso

Provisões relacionadas com processos em contencioso envolvendo Empresas do Grupo são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas pelo Grupo, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2019	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Saldo final
Impostos	10.313	1.112	-	-	-	11.425
Processos judiciais em curso	6.649	5.114	(4.521)	60	(304)	6.998
Outros	9.603	464	(664)	8	(54)	9.357
	26.565	6.690	(5.185)	68	(358)	27.780

2018	Saldo inicial	Constituição, reforço e transferências	Redução e reversões	Diferença cambial	Utilização	Saldo final
Impostos	18.019	233	(6.826)	-	(1.113)	10.313
Processos judiciais em curso	4.328	3.489	(853)	(107)	(208)	6.649
Outros	6.961	2.927	(248)	(37)	-	9.603
	29.308	6.649	(7.927)	(144)	(1.321)	26.565

A rubrica de provisões para impostos destina-se a cobrir os eventuais desembolsos futuros resultantes dos processos em contencioso fiscal descritos na nota 24. Tratam-se na sua globalidade de processos que se encontram em disputa em diversos tribunais, sobre os quais não existe uma data previsível para a sua conclusão.

Em 2018, foram reavaliados todos os processos de contencioso fiscal. Atendendo às decisões entretanto proferidas pelos Tribunais em processos equivalentes ou respeitantes à mesma matéria de facto, procedeu-se nesse ano a uma redução das provisões, no montante de m EUR 6.826.

Os processos judiciais em curso para os quais o Grupo constitui provisões, dizem essencialmente respeito a disputas comerciais, laborais e regulatórias, das quais se estima poderem resultar desembolsos futuros. Por se

tratar de muitos processos de montante relativamente reduzido e respeitantes a diferentes períodos, o seu pagamento deverá ocorrer de forma faseada ao longo do tempo, mediante a conclusão dos mesmos em tribunal.

A provisão constituída para outros processos de contencioso, destina-se a cobrir a estimativa de desembolsos futuros, relativos a responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado de transacções efectuadas no passado, como sejam garantias prestadas com venda de negócios. Por se tratarem de eventos que na sua maioria não se encontram ainda em disputa com a contraparte, a probabilidade de desembolso no curto prazo é considerada remota.

21 Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2019	2018
Não correntes		
Outros credores comerciais	51	37
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	713	737
Total	764	774
Correntes		
Outros credores comerciais	3.320.957	3.039.806
Outros credores não comerciais	334.128	233.232
Outros impostos a pagar	120.791	113.996
Responsabilidades em contratos com clientes	3.628	3.722
Responsabilidades com reembolsos a clientes	788	1.041
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	401.857	402.614
Total	4.182.149	3.794.411

A rubrica de acréscimos de custos correntes, num total de m EUR 397.767, é composta essencialmente por remunerações a liquidar ao pessoal de m EUR 193.354, juros a pagar no valor de m EUR 47.030 e custos suplementares com a distribuição e promoção de produtos de consumo no valor de m EUR 12.525. Os restantes m EUR 144.858 correspondem a diversos custos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2019, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

22 Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2019	2018
Garantias prestadas a fornecedores	40.111	29.127
Garantias a favor da Autoridade Tributária	99.148	93.353
Outras garantias a favor do Estado	3.269	4.672
Outras garantias prestadas	7.908	6.501
Total	150.436	133.653

23 Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar, à data do balanço, são de m EUR 42.215 (m EUR 123.535 em 2018) e respeitam a obras não concluídas, contratos de empreitada e a contratos-promessa de aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos celebrados e cujas escrituras irão ocorrer oportunamente.

Não existem quaisquer compromissos de capital assumidos pelo Grupo em relação às joint ventures e associadas.

24 Contingências, activos contingentes e passivos contingentes

Activos contingentes são potenciais activos do Grupo que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo do Grupo. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Activos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

- No montante reconhecido em devedores não correntes (nota 14), encontram-se incluídos m EUR 62.472 (m EUR 61.242 em 2018) relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária.

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende que lhe assiste razão e mantém as reclamações e impugnações judiciais que apresentou contra essas liquidações, mantendo a expectativa quanto à recuperação integral desse montante.

Neste contexto, o Grupo solicitou de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efectiva restituição.

Em 2012, foi proferido um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), relativo a uma das impugnações judiciais apresentadas no âmbito deste processo, o qual julgou totalmente procedente, ordenando a anulação das referidas liquidações e o pagamento de juros indemnizatórios e indemnização pelas garantias prestadas. O Grupo procedeu ao reconhecimento do valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

Passivos contingentes

- Para além de diversas situações de litígio, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução as seguintes questões com maior relevância, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros, ou, procedendo ao seu pagamento (ver nota 20), sempre que entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo:

- a) A Autoridade Tributária (AT) informou a Recheio SGPS que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 81.952, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2003. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Na sequência daquela informação, veio a AT liquidar o correspondente valor de imposto de m EUR 20.888, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 19.581. Tendo, entretanto, sido julgada improcedente uma das impugnações judiciais, a Administração recorreu da mesma;
- b) A AT procedeu a algumas correcções em sede de IRC em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade JMR SGPS, as quais originaram liquidações adicionais de imposto, relativamente aos anos de 2002 a 2015, no montante total de m EUR 81.304, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 71.200. Entretanto, o Tribunal Tributário emitiu sentenças para os anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2007, as quais tendo sido parcialmente favoráveis ao Grupo foram já contestadas para instância superior;
- c) A AT liquidou, relativamente aos anos de 2002 a 2004, ao Feira Nova – Hipermercados, S.A. (Feira Nova) e ao Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. (Pingo Doce), o montante de m EUR 4.845. Estas liquidações são respeitantes a valores registados por estas Companhias como quebras (perdas em existências resultantes de deterioração ou roubo), que não foram aceites como custos fiscais em IRC, assim como ao

IVA em falta, decorrente da inexistência de evidência que os bens não foram vendidos. Entretanto, o Tribunal Tributário de Lisboa deu razão a Feira Nova relativamente a todas as liquidações de IVA, as quais ascendiam a cerca de m EUR 2.813. Os restantes processos correm os seus trâmites em sede judicial;

- d) A AT informou a JMH, de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;
- e) A AT procedeu à correcção de taxas de IVA aplicadas a determinados bens vendidos por algumas Companhias do Grupo. Com estas correcções o montante total de liquidações, relativamente aos anos de 2005 a 2017 no Pingo Doce, Feira Nova e Recheio ascende a m EUR 2.756, m EUR 1.300 e m EUR 551, respectivamente;
- f) A AT procedeu a algumas correcções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade Recheio, SGPS, as quais originaram liquidação adicional de imposto, relativamente aos anos de 2007 a 2014, no montante total de m EUR 16.580, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 15.829. O Tribunal Tributário de Lisboa pronunciou-se, entretanto relativamente ao exercício de 2008, dando total vencimento às pretensões da Recheio SGPS, tendo, no entanto, tal decisão sido recorrida pela AT;
- g) A AT informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de m EUR 6.800. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH, no entanto a AT recorreu dessa decisão para tribunal superior;
- h) A AT liquidou, relativamente ao ano de 2016, a JMR SGPS e a JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), os montantes, respectivamente, de m EUR 43.632 e m EUR 12.608, relativos à tributação em IRC de $\frac{1}{4}$ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal. Conforme explicado no Relatório & Contas de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016. Com base na avaliação dos nossos consultores jurídicos e fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que o Grupo conteste as referidas normas, pelo que, não foram constituídas quaisquer provisões para o montante liquidado e que se espera venha a ser liquidado, que resulta da aplicação das referidas normas transitórias de 2016, 2017, 2018 e 2019 - c. m EUR 225.000 em impostos;
- i) A Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária reclamou de Pingo Doce, Recheio e Hüssel as quantias de m EUR 18.782, m EUR 1.886 e m EUR 41, respectivamente, correspondente a liquidações da Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) relativas aos anos de 2012 a 2019. As referidas liquidações foram impugnadas judicialmente, por entender-se que as mesmas são indevidas, uma vez que, para além do mais, o diploma legal que criou a TSAM se encontra ferido de inconstitucionalidade. Apesar de terem sido já proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do Grupo mantêm o seu entendimento, tendo apresentado recurso para o Tribunal Constitucional que manteve a decisão. Pingo Doce apresentou uma queixa à Comissão Europeia tendo invocado como base o facto de a taxa constituir um auxílio ilegal do Estado. Os processos de impugnação continuam a correr o seu curso, procedendo o Grupo a uma avaliação regular do risco e probabilidade de desenlace. No entanto, na defesa dos seus legítimos interesses e por forma a não prejudicar a sua posição nestes litígios, não são apresentados os montantes das provisões que possam ter sido constituídas;
- j) Em acção judicial por si movida, um ex-senhorio da subsidiária Jeronimo Martins Polska S.A. (JMP) reclama desta o montante de m PLN 10.360, a título de indemnização por lucros cessantes, correspondentes a rendas que seriam devidas caso o contrato de arrendamento subjacente não tivesse sido resolvido pela sociedade. Dado que o locado foi entretanto vendido, JMP entende que a indemnização peticionada não é devida, pelo menos no que respeita ao montante reclamado, havendo que levar em conta o facto de o referido ex-senhorio ter podido dispor do bem, que, aliás, poderia também, em alternativa, ter sido arrendado a terceiros. O processo encontra-se a correr o seu curso, tendo o tribunal encaminhado as partes para mediação, cuja primeira sessão ocorreu em Agosto de 2019.

Activos contingentes

Existindo decisões tomadas pelos tribunais competentes, parcialmente favoráveis aos interesses do Grupo, sobre alguns dos processos que haviam sido pagos em 2016, e apesar de a AT ter recorrido dessas decisões para tribunais superiores, entende a Administração do Grupo que existe uma probabilidade significativa de o Grupo vir a obter reembolsos futuros. No entanto, conforme política acima descrita, a divulgação de eventuais montantes relativos a activos contingentes será efectuada quando se torne quantificável o seu recebimento.

25 Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com o Grupo, incluindo as que possuem ou estão sujeitas a influência ou controlo do Grupo.

25.1 Saldos e transacções com partes relacionadas

O Grupo é participado em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V. (SFMS), não tendo existido transacções directas entre esta e qualquer outra companhia do Grupo no exercício de 2019.

Não se encontram, à data de 31 de Dezembro de 2019, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas. Os saldos e transacções de Companhias do Grupo com partes relacionadas são as seguintes:

	Joint ventures		Outras entidades relacionadas (*)	
	2019	2018	2019	2018
Vendas e prestação serviços	-	-	116	198
Juros obtidos	54	32	-	-
Compras de mercadorias e fornecimentos de serviços	4.350	1.601	115.199	121.085

	Joint ventures		Outras entidades relacionadas (*)	
	2019	2018	2019	2018
Devedores, acréscimos e diferimentos	46	28	7	58
Credores, acréscimos e diferimentos	597	518	5.945	2.484

(*) As outras entidades relacionadas dizem respeito a outros investimentos financeiros, a sociedades participadas e/ou controladas pelo accionista maioritário de Jerónimo Martins, e sociedades detidas ou controladas por membros do Conselho de Administração do Grupo.

Todas as transacções com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transacções correspondem aos que seriam praticados com Empresas não relacionadas.

Os saldos que se encontram por liquidar entre as Companhias do Grupo e as partes relacionadas, por resultarem de acordos comerciais, são liquidados em dinheiro e estão sujeitos aos mesmos prazos de pagamento que são aplicados aos demais acordos celebrados pelas Companhias do Grupo com os seus fornecedores.

Não existem provisões para créditos duvidosos e não foram reconhecidos custos, durante o exercício, relacionados com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, com essas partes relacionadas.

25.2 Remunerações dos Administradores e Quadros Superiores

Os custos incorridos com remunerações fixas e variáveis e contribuições para planos de pensões atribuídas aos Administradores e Quadros Superiores foram:

	2019	2018
Salários e outros benefícios de curto prazo	23.857	22.924
Indemnizações	99	540
Plano de benefícios pós-emprego	876	562
Outros benefícios	1.258	1.225
Total	26.090	25.251

O Conselho de Administração é composto por 10 elementos no final do ano de 2019, sendo o número médio de Quadros Superiores do Grupo de 91 (2018: 90).

Consideram-se como Quadros Superiores os Membros das Direcções Executivas e equipas dirigentes das unidades de negócio do Grupo e os Directores do Centro Corporativo.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Capítulo IV - Governo da Sociedade.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores e Quadros Superiores, fazendo parte do plano de contribuições definidas descrito na nota 5.2.

Os custos incorridos com outros benefícios correspondem a benefícios de longo prazo, os quais se encontram descritos na nota 5.2.

26 Companhias subsidiárias

O controlo do Grupo é assegurado pela Empresa-mãe, Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as subsidiárias do Grupo, consolidadas pelo método integral.

Comp_Subsidiárias	Actividade	Sede	% Capital detido
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	-
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	Gestão de recursos humanos de topo do Grupo	Lisboa	100,00
New World Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Origins - Agro Business Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Warta - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Desimo, Lda.	Gestão e administração de bens imóveis e marcas comerciais	Lisboa	100,00
Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços de natureza contabilística e económica	Funchal	100,00
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A.	Cafetarias	Lisboa	100,00
Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A.	Venda a retalho de chocolates, confeitaria e afins	Lisboa	51,00
Jeronimo Martins Colombia S.A.S.	Comercialização e distribuição de bens de consumo	Bogotá (Colômbia)	100,00
Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.	Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas	Lisboa	100,00
Best-Farmer – Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	Agricultura e produção animal	Lisboa	100,00
Terra Alegre Lacticínios, S.A.	Indústrias do leite e derivados	Portalegre	100,00
Seaculture - Aquicultura, S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Lisboa	100,00
JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais na área da distribuição retalhista	Lisboa	51,00
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	Gestão, consultoria e logística de actividades retalhistas	Lisboa	51,00
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Lisboa	51,00
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	51,00
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	Formação profissional	Lisboa	51,00
EVA - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços nas áreas económica, financeira e gestão de investimentos	Funchal	51,00
Lidosol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	51,00
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	51,00
Jerónimo Martins Retail Services SA in liquidation	Exploração de marcas comerciais	Klosters (Suíça)	51,00
Jerónimo Martins Finance Company (2), Designated Activity Company	Sociedade de serviços financeiros	Dublin (Irlanda)	51,00
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e a retalho	Lisboa	100,00
Recheio - Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Masterchef, S.A.	Comércio a retalho e/ou por grosso de produtos alimentares ou não alimentares	Lisboa	100,00
Caterplus - Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.	Comércio por grosso de outros produtos alimentares	Lisboa	100,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	100,00
Santa Maria Manuela Turismo, S.A.	Transportes marítimos não costeiros de passageiros	Lisboa	100,00
Jeronimo Martins Polska S.A.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Kostrzyn (Polónia)	100,00
JM Nieruchomości Bis sp. z o.o.	Gestão e administração de imóveis	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Jeronimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.	Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Bliska Sp. z o.o.	Venda a retalho de produtos farmacêuticos, ortopédicos e de saúde	Varsóvia (Polónia)	100,00

Em 31 de Dezembro de 2019 ocorreu a fusão da companhia JM Nieruchomosci - Sp. z o.o. na Jeronimo Martins Polska S.A., da qual não resultou qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2019 as empresas Jerónimo Martins Retail Services S.A. in liquidation e a Jerónimo Martins Finance Company (2), Designated Activity Company, encontram-se em processo de liquidação, que se prevê estar concluído durante o primeiro trimestre de 2020.

27 Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam

Os interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2019 eram de m EUR 253.941 (2018: m EUR 238.356), dos quais m EUR 253.505 (2018: m EUR 237.757) relativos ao Grupo JMR (segmento Retailho Portugal – ver nota 3), onde o Grupo Ahold Delhaize detém uma participação de 49%.

As Demonstrações Financeiras relativas a esta área de negócio, integradas no consolidado pelo método integral, incluem os seguintes montantes relativos aos activos, passivos e resultados:

	2019	2018
Activos não correntes	1.853.609	1.389.192
Activos correntes	383.435	366.138
Passivos não correntes	(419.560)	(95.049)
Passivos correntes	(1.302.587)	(1.177.522)
Capital próprio	514.897	482.759
Vendas e prestações de serviços	4.407.917	4.269.640
Resultados líquidos	63.253	60.663
Outros rendimentos integrais	(115)	97
Total de rendimentos integrais	63.138	60.760

28 Interesses em joint ventures e associadas

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as empresas controladas conjuntamente (joint ventures) e empresas associadas, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

Companhia	Actividade	Sede	% Capital detido
Marismar - Aquicultura Marinha, Lda.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Funchal	50,00

29 Riscos financeiros

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: i. risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; ii. risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e iii. risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

29.1 Risco de preço

29.1.1 Risco cambial

A principal fonte de exposição a risco cambial advém das operações que Jerónimo Martins desenvolve na Polónia e também na Colômbia.

Além dessas exposições, o Grupo adquire, no âmbito das actividades comerciais das suas subsidiárias, mercadorias designadas em moeda estrangeira, primordialmente zloty e dólares americanos, no caso das operações Portuguesas em euros e dólares americanos no caso das operações Polacas e Colombianas. Regra

geral, são transacções com exposição temporal muito curta. Os riscos cambiais associados às importações são cobertos por compras a prazo da moeda de pagamento.

A gestão de risco cambial das Companhias operacionais está centralizada na Direcção de Operações Financeiras do Grupo. Sempre que possível, as exposições são geridas através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local. Quando tal não se revela possível, são contratadas operações, mais ou menos estruturadas tais como: *swaps*, *forwards* ou *opções*.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em instrumentos financeiros reconhecidos em 31 de Dezembro de 2019, era a seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2019	Euro	Zloty	Peso colombiano	Dólar EU	Total
Activos					
Caixa e equivalentes de caixa	160.433	719.998	48.880	-	929.311
Outros investimentos financeiros	1.327	-	-	-	1.327
Devedores, acréscimos e diferimentos	113.485	292.522	20.317	-	426.324
Total de activos financeiros	275.245	1.012.520	69.197	-	1.356.962
Passivos					
Empréstimos obtidos	49.999	337.592	344.858	-	732.449
Responsabilidades com locações	459.459	1.632.522	292.292	-	2.384.273
Instrumentos financeiros derivados	352	2.640	-	64	3.056
Credores, acréscimos e diferimentos	1.115.174	2.566.714	197.826	-	3.879.714
Total de passivos financeiros	1.624.984	4.539.468	834.976	64	6.999.492
Posição financeira líquida em balanço	(1.349.739)	(3.526.948)	(765.779)	(64)	(5.642.530)
Em 31 de Dezembro de 2018					
Total de activos financeiros	187.673	751.029	45.338	-	984.040
Total de passivos financeiros	1.130.600	2.577.652	424.672	-	4.132.924
Posição financeira líquida em balanço	(942.927)	(1.826.623)	(379.334)	-	(3.148.884)

Considerando a posição dos activos e passivos financeiros em balanço a 31 de Dezembro de 2019, uma depreciação do zloty face ao euro na ordem dos 10% teria um impacto positivo nos resultados de m EUR 10.223 e um impacto positivo de m EUR 335.636 nos capitais próprios (2018: um impacto positivo de m EUR 179.221 nos capitais próprios). Em relação ao peso colombiano, uma depreciação face ao euro de 10% teria um impacto positivo nos capitais próprios de m EUR 69.616 (2018: um impacto positivo de m EUR 34.485 nos capitais próprios).

29.1.2 Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe o Grupo a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma contínua. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. O Grupo está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro, do zloty e do peso Colombiano.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afectam proveitos ou custos de juros de instrumentos financeiros negociados a taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os proveitos ou custos de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado no momento da avaliação.

Para cada análise, qualquer que seja a moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efectuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados. As simulações são efectuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência e a respectiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de Dezembro de 2019, ignorando o efeito dos derivados de taxa de juro, uma subida de 50p.b. nas taxas de juro teria um impacto positivo, mantendo tudo o resto constante, de m EUR 976 (2018: negativo em m EUR 397). Estas simulações são realizadas no mínimo uma vez por trimestre, mas são revistas sempre que ocorrem alterações relevantes, tais como: emissão, resgate ou reestruturação de dívida, variações significativas nas taxas directoras e na inclinação das curvas de taxa de juro.

O risco de taxa de juro é gerido com recurso a operações envolvendo derivados financeiros contratados a custo zero no momento da contratação.

29.2 Risco transaccional

29.2.1 Risco de crédito

O Grupo gere de forma centralizada a sua exposição a riscos de crédito sobre os seus depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras, competindo às Direcções Financeiras das Unidades de Negócio a gestão do risco de crédito sobre os seus clientes e outros devedores.

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

Permite-se que o banco onde cada Companhia deposita as suas receitas de lojas possa ter uma notação de rating inferior ao definido na política geral, na condição, porém, de o valor máximo de exposição não poder ultrapassar dois dias de vendas dessa empresa operacional.

A seguinte tabela apresenta um resumo, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, da qualidade de crédito dos depósitos bancários, aplicações e instrumentos financeiros derivados de curto prazo com justo valor positivo:

Instituições financeiras	Rating	Saldo	
		2019	2018
Standard & Poor's	[A+ : AA]	154.623	38.728
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	178.097	194.991
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	112.992	78.997
Standard & Poor's	[B+ : BB]	16.391	604
Moody's	[Caa2 : Caa1]	527	618
Moody's	P -1	139.441	69.330
Fitch	[A- : A+]	99.463	63.648
Fitch	[BBB- : BBB+]	223.404	93.812
Fitch	[B- : BB+]	172	320
	Não disponível	160	1.160
Total		925.270	542.208

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela *Standard & Poor's*. Nos casos em que as mesmas não estão disponíveis recorre-se às notações da *Moody's* e da *Fitch*.

Em relação a clientes, o risco está essencialmente circunscrito aos negócios de *Cash & Carry*, já que os demais negócios operam numa base de venda a dinheiro ou com recurso a cartões bancários (débito e crédito). Este risco é gerido com base na experiência e conhecimento individual do cliente, bem como através de seguros de crédito e imposição de limites de crédito, cuja monitorização é feita mensalmente e revista anualmente pela Auditoria Interna.

A seguinte tabela apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes e outros devedores sem incumprimento, nem imparidade:

Qualidade de crédito dos activos financeiros		
	2019	2018
Saldos de novos clientes (menos de seis meses)	1.043	803
Saldos de clientes sem histórico de incumprimento	55.676	51.680
Saldos de clientes com histórico de incumprimento	6.308	7.029
Saldos de outros devedores com garantias prestadas	5.155	3.172
Saldos de outros devedores sem garantias prestadas	133.556	140.073
Total	201.738	202.757

A seguinte tabela apresenta uma análise da concentração de risco de crédito de valores a receber de clientes e outros devedores, tendo em conta a sua exposição para com o Grupo:

Concentração de risco de crédito dos activos financeiros				
	2019		2018	
	N.º	Saldo	N.º	Saldo
Cientes com saldo superior a 1.000.000 euros	5	9.906	5	7.860
Cientes com saldo entre 250.000 e 1.000.000 euros	28	11.874	17	6.699
Cientes com saldo inferior a 250.000 euros	8.788	42.548	8.500	42.725
Outros devedores com saldo superior a 250.000 euros	22	56.037	48	74.594
Outros devedores com saldo inferior a 250.000 euros	13.092	81.373	6.234	70.879
Total	21.935	201.738	14.804	202.757

A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2019 e 2018, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

29.2.2 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam não apenas garantir o desenvolvimento normal das actividades do Grupo, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques exógenos à actividade.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos anuais, que são revistos de forma regular durante o ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Adicionalmente, é de realçar que todos os instrumentos financeiros derivados que o Grupo contrata são liquidados pelo seu valor líquido.

Exposição ao risco de liquidez			
2019	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	50.125	30	-
Outros empréstimos	396.125	307.274	25.217
Instrumentos financeiros derivados	25	-	-
Credores	3.655.085	-	-
Responsabilidades com locações	406.785	1.285.225	1.963.073
Total	4.508.145	1.592.529	1.988.290

2018	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos			
Locações financeiras	4.283	10.232	634
Papel comercial	71	50.365	57
Outros empréstimos	364.229	237.991	-
Instrumentos financeiros derivados	48	23	-
Credores	3.273.038	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	378.882	1.204.567	1.480.130
Total	4.020.551	1.503.178	1.480.821

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

O Grupo, no âmbito da emissão de dívida de médio e longo prazo, contratou alguns covenants usuais neste tipo de financiamentos.

Estes covenants incluem:

- Limitações em alienação e penhor de activos, acima de determinados limites;
- Limitações nas fusões e/ou cisões quando as mesmas impliquem a saída de activos do perímetro de consolidação;
- Cláusula de manutenção do controlo da sociedade emitente pelo actual accionista;
- Um limite nos rácios de Dívida Líquida/EBITDA, com os cálculos efectuados de acordo com o normativo contabilístico pré IFRS 16;
- Cumprimento de Standards Sociais e Ambientais.

Em alguns casos, o não cumprimento destes rácios pode implicar o vencimento antecipado da dívida associada. Em Dezembro de 2019 o Grupo cumpria com todos os covenants assumidos na dívida que tinha emitida.

29.3 Gestão de risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua actividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus accionistas e a optimização do custo de capital.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*Gearing*), calculado de acordo com a seguinte fórmula: Dívida Líquida / Fundos de accionistas, e pelo rácio Dívida líquida/EBITDA. O Conselho de Administração estabeleceu como alvo um nível de *Gearing* inferior a 100%, consistente com uma notação de *rating* de investimento (*investment grade*) e um rácio Dívida líquida/EBITDA inferior a 3.

Os referidos rácios, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, calculados sem o efeito da adopção da norma IFRS 16, conforme são analisados pela Administração do Grupo, eram os seguintes:

	2019	2018
Capital investido	2.083.210	2.095.853
Dívida líquida	(192.165)	79.600
Fundos de accionistas	2.275.375	2.016.254
Gearing*	n.a.	3,9%
EBITDA	1.044.991	959.825
Dívida líquida / EBITDA	(0,2)	0,1

*A 31 de Dezembro de 2019 a dívida líquida era positiva.

30 Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto nos termos do artigo 508.º- F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- a) Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas no seu anexo;
- b) O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2019 foi de m EUR 843, dos quais m EUR 820 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 23 foram relativos a serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de formação prestada a colaboradores em programas não especificamente preparados para o Grupo;
- c) A nota 25 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

31 Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c), número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação; e
- ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2020



Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado)



Andrzej Szlezak
(Membro do Conselho de Administração)



António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
(Membro do Conselho de Administração)



Artur Stefan Kirsten
(Membro do Conselho de Administração)



Clara Christina Streit
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)



Elizabeth Ann Bastoni
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)



Francisco Seixas da Costa
(Membro do Conselho de Administração)



José Soares dos Santos
(Membro do Conselho de Administração)



Maria Angela Holguin
(Membro do Conselho de Administração)



Sérgio Tavares Rebelo
(Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Jerónimo Martins, SGPS, SA

Rua Actor António Silva, 7, 1649-033 Lisboa • Portugal • T.: +351 21 753 20 00

www.jeronimomartins.com

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 9.751.871 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.228.908 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo de 389.866 milhares de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções, a Demonstração Consolidada dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Adoção da IFRS 16 - Locações

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019.</p> <p>De acordo com as condições de transição previstas na IFRS 16, as novas regras foram adotadas retrospectivamente com o efeito acumulado a ser reconhecido na data de transição a 1 de janeiro de 2019, não existindo reexpressão das contas comparáveis de 2018. Com a adoção da IFRS 16, o Grupo reconheceu no Passivo</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis;▶ Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

responsabilidades com locações anteriormente classificadas como locações operacionais conforme previsto na IAS 17. Estas responsabilidades são mensuradas ao valor presente dos pagamentos remanescentes das locações, descontados com base numa taxa incremental de financiamento a 1 de janeiro de 2019. O ativo correspondente (Direitos de uso) foi mensurado inicialmente pela quantia que iguala as responsabilidades com locações, ajustada de quaisquer diferimentos ou acréscimos de gastos relacionados com as locações refletidas no balanço a 31 de dezembro de 2018.

A 31 de dezembro de 2019, o valor de balanço dos Direitos de uso nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 2.335 milhões de euros, o qual inclui os ativos relacionados com locações financeiras ao abrigo da anterior IAS 17.

As anteriores locações operacionais do Grupo cujas responsabilidades são agora registadas no Passivo dizem respeito, principalmente, a contratos de arrendamento de lojas e armazéns com diferentes prazos e diversas opções de extensão ou de rescisão.

Consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria na medida em que o cálculo das Responsabilidades com locações e Direitos de uso é complexo, envolvendo novos processos de recolha de informação e um significativo julgamento da Gestão na determinação de pressupostos como o prazo da locação e a taxa de desconto.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Entendimento e avaliação dos procedimentos realizados pelo Grupo relacionados com a adoção da IFRS 16;
- ▶ Execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes, destacando-se: i) identificação de contratos de locação; ii) reconhecimento do direito de uso e respetivo passivo de locação e iii) validações de controlos chave ao longo do processo *end-to-end*;
- ▶ Revisão dos pressupostos definidos pela Gestão, utilizados na avaliação dos contratos de locação, incluindo a avaliação de pressupostos como o prazo da locação, identificação de direito de uso e a apreciação das opções de renovação/término;
- ▶ Execução, para uma amostra de contratos, de testes de detalhe para concluir sobre a exatidão dos dados recolhidos para cada contrato de arrendamento selecionado;
- ▶ Obtenção da lista completa dos contratos de arrendamento e teste à integralidade da informação utilizada pela Gestão; e
- ▶ Reexecução, para uma amostra de contratos, do cálculo dos Direitos de uso e respetivo passivo financeiro.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações (nota 2.1.1, nota 2.6 e nota 11) apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os normativos aplicáveis.

2. Valorização de lojas próprias (ativos fixos tangíveis) e lojas arrendadas (direito de utilização)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O Grupo opera um número significativo de lojas em três países diferentes: Portugal, Polónia e Colômbia.

O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos e direitos de uso a si associados, é relevante para a nossa auditoria pela materialidade do seu valor (superior a 5.468 milhões de euros em 31 de dezembro de

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis e dos procedimentos realizados pelo Grupo relacionados com a adoção da IFRS 16;
- ▶ Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

2019), mas também pelo julgamento envolvido na identificação de indícios de imparidade e, caso existam, na avaliação subsequente da recuperabilidade dos montantes escriturados.

A Gestão avalia anualmente a existência de indícios de imparidade, focando-se principalmente no desempenho futuro das lojas, o qual depende de fatores externos tais como o tráfego da loja, o valor médio das compras e a existência de concorrência significativa.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa;

- ▶ Obtivemos os pressupostos utilizados para a análise de imparidade e efetuámos uma validação dos mesmos, através da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, assim como através da análise de tendências passadas, de forma a determinar a capacidade da Gestão em efetuar, com exatidão, uma estimativa dos pressupostos, nomeadamente a taxa de desconto calculada pelo Grupo;
- ▶ Efetuámos, para uma amostra de unidades geradoras de caixa, a reexecução dos cálculos aritméticos dos testes de imparidade, comparando o valor de uso com o valor contabilístico;

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os normativos aplicáveis.

3. Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ou "ganhos suplementares"), que se encontram reconhecidos no custo das vendas conforme divulgado nas notas 4, 13 e 14 das notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estes descontos estão associados a contratos de fornecimento de fornecedores e assumem várias formas de créditos e descontos. Estes descontos obtidos em contratos com fornecedores devem ser considerados como uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos (de acordo com a IAS 2 - Inventários).

O valor a ser deduzido ao custo das vendas depende da quantidade de produtos que estavam incluídos no acordo com o fornecedor que, à data de balanço, já tenham sido vendidos. Uma vez que o processo de cálculo e contabilização de alguns descontos que são materiais envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de descontos de fornecedores;
- ▶ Procedemos à compreensão e testes ao interface que efetua a ligação entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema utilizado para controlo dos Ganhos Suplementares;
- ▶ Testámos, para uma amostra de contratos de ganhos suplementares, a exatidão dos principais indicadores colocados no Sistema, e efetuámos o recálculo dos valores contabilizados;
- ▶ Efetuámos uma análise dos saldos devedores de fornecedores, nomeadamente quanto à validação das notas de crédito subsequentemente emitidas e avaliação de indícios de imparidade;
- ▶ Obtivemos confirmação externa de fornecedores para uma amostra de descontos (confirmação de transações);
- ▶ Obtivemos o suporte para os principais ajustamentos manuais, de forma a verificar a exatidão dos montantes contabilizados e verificar que se encontravam registados no período correto;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

consolidadas, consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Efetuamos procedimentos detalhados de revisão analítica, nomeadamente análise mensal, variação face ao ano anterior, análise de rácios de descontos sobre as vendas e descontos sobre as compras; e
- ▶ Realizámos procedimentos de corte de operações para verificar que os montantes se encontram contabilizados no período correto.

Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

4. Litígios e contingências fiscais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O risco associado aos assuntos fiscais e às disputas com a Autoridade Fiscal são monitorizados, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria. Tendo por base a opinião expressa pelos consultores jurídicos e fiscais do Grupo, assim como o parecer de advogados externos sobre questões fiscais específicas, e de acordo com o julgamento da Gestão, os litígios com a Autoridade Fiscal são reconhecidos como passivo ou divulgados como passivo contingente de acordo com a IAS 37 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes).

Com referência a 31 de dezembro de 2019, o total de contingências fiscais, líquido de provisões e pagamentos efetuados ao abrigo de regimes especiais, ascende a aproximadamente 94,3 milhões de euros.

O Grupo divulga um risco, que resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2016, 2017, 2018 e 2019, relacionado com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas, o qual ascende a cerca de 225 milhões de euros. Durante o exercício de 2019 foi recebida a nota de liquidação da Autoridade Tributária referente ao exercício de 2016, no montante de 56 milhões de euros.

Considerando a complexidade e o grau de julgamento inerente a estas questões fiscais, assim como o nível de incerteza associado ao resultado final, consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais;
- ▶ Obtivemos, através do envio de carta com pedido de detalhe dos processos em curso, o entendimento dos advogados que representam o Grupo sobre os temas fiscais;
- ▶ Efetuamos a leitura das atas das reuniões da Gestão e indagámos a Gestão, o departamento legal e o departamento fiscal sobre o curso das principais contingências fiscais; e
- ▶ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso com o apoio de especialistas fiscais internos.

Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

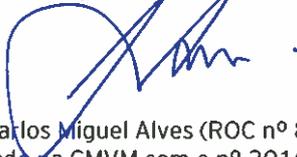
Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato correspondente aos exercícios de 2017 e 2018, e nomeados para o mandato de 2019 a 2021 na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019;

- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria do Grupo em 18 de fevereiro de 2020; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 04 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Registado na CMVM com o nº 20160515

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Accionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as actividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas consolidadas e individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Actividade de fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efectuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, tendo para tal realizado reuniões regulares com os Administradores e Directores das áreas funcionais do centro corporativo, com os membros da Direcção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas, que também exerce as funções de Auditor Externo, dos quais recebeu total colaboração.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Do Auditor Externo e dos responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada e individual da Sociedade, com quem também reuniu regularmente, obteve a informação necessária e suficiente para aferir a exactidão dos documentos de prestação de contas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, assegurando, dessa forma, que os mesmos correspondem a uma correcta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

A Comissão acompanhou, em particular, o desenvolvimento dos processos de contencioso fiscal e legal que envolvem as companhias do Grupo, tendo obtido dos serviços da Sociedade todos os esclarecimentos necessários para a cabal aferição das provisões existentes e das contingências a que o Grupo se encontra exposto.

No seguimento da entrada em vigor de nova legislação comunitária em matéria de comunicação de transacções a Autoridades Fiscais, obteve dos responsáveis da Sociedade os esclarecimentos necessários quanto aos procedimentos em implementação que asseguram o cumprimento da referida legislação.

Acompanhou os impactos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade que resultaram da adopção, em 2019, da nova norma contabilística IFRS 16 *Leases*, nomeadamente a forma como se procedeu à sua comunicação, tendo presente a inexistência de informação que assegure comparabilidade dos principais indicadores de performance financeira.

No cumprimento da Política de Gestão de Risco Financeiro, acompanhou, em particular, as operações de financiamento da subsidiária Colombiana, as operações de cobertura dos fluxos de dividendos a pagar pelas suas subsidiárias Polacas e os critérios que devem despoletar uma alteração na actuação em termos de cobertura do risco de taxa de juro, contando, para tal, com a colaboração da Direcção de Operações Financeiras, tendo verificado a adequação das acções tomadas pela Sociedade, em cumprimento das políticas emanadas pelo Conselho de Administração.

Tendo presente o agravamento a nível mundial dos riscos associados a Ciber-segurança, reuniu com o responsável de Segurança de Informação, tendo obtido os esclarecimentos necessários quanto aos riscos a que o Grupo se encontra exposto, aos trabalhos desenvolvidos e aos planos de mitigação previstos para 2020.

Obteve dos diversos serviços da Sociedade, nomeadamente dos responsáveis pela área financeira, pela gestão de risco e pela auditoria interna, e dos representantes do Auditor Externo, todas as informações e esclarecimentos

solicitados, que lhe permitiram verificar a adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna, seguindo o seu plano anual de actividades, as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados, assim como as acções implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas, quer por este departamento, quer pelo Auditor Externo, e que se encontram vertidas nos relatórios por este emitidos. Esta Comissão aprovou ainda o plano de actividades para o ano de 2020, bem como a alocação dos recursos necessários à sua prossecução.

Acompanhou a evolução das questões suscitadas pelo Revisor Oficial de Contas, assim como as conclusões do trabalho de auditoria por este efectuado que originaram a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva.

No âmbito das suas competências a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Procedeu à verificação e aprovação de todos os serviços distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo às empresas do Grupo, assegurando que os mesmos, para além de terem sido prestados por funcionários que não participaram nos trabalhos de auditoria, corresponderam a serviços não proibidos nos termos da lei. Garantiu ainda que os montantes pagos por estes serviços em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido nem condicionam a opinião do Auditor Externo.

Por fim, verificou ainda, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade inclui todos os elementos referidos no artigo 245.º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais; e
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
- ii) o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 5 de Março de 2020



Sérgio Tavares Rebelo
(Presidente da Comissão de Auditoria)



Clara Christina Streit
(Vogal)



Elizabeth Bastoni
(Vogal)

Jerónimo
Martins



Governo da Sociedade

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	141
Secção A - ESTRUTURA ACCIONISTA	141
Subsecção I - Estrutura de Capital	141
Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas	143
Secção B - ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	145
Subsecção I - Assembleia Geral	145
A. Composição da Mesa da Assembleia Geral	145
B. Exercício do Direito de Voto	145
Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)	147
A. Composição	147
B. Funcionamento	165
C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	169
Subsecção III - Fiscalização (Comissão de Auditoria)	171
A. Composição	171
B. Funcionamento	173
C. Competências e Funções	175
Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas	175
Subsecção V - Auditor Externo	175
Secção C - ORGANIZAÇÃO INTERNA	178
Subsecção I – Estatutos	178
Subsecção II - Comunicação de Irregularidades	178
Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos	179
Subsecção IV - Apoio ao Investidor	185
Subsecção V - Sítio de Internet	187
Secção D – REMUNERAÇÕES	190
Subsecção I - Competência para a Determinação	190
Subsecção II - Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos	190
Subsecção III - Estrutura das Remunerações	190
Subsecção IV - Divulgação das Remunerações	197
Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias	198
Subsecção VI - Planos de Atribuição de Acções ou Opções sobre Acções (“Stock Options”)	199
Secção E - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	200
Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo	200
Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios	201
PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	202
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adoptado	202
2. Análise de Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adoptado	202
3. Outras Informações	212

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

Secção A ESTRUTURA ACCIONISTA

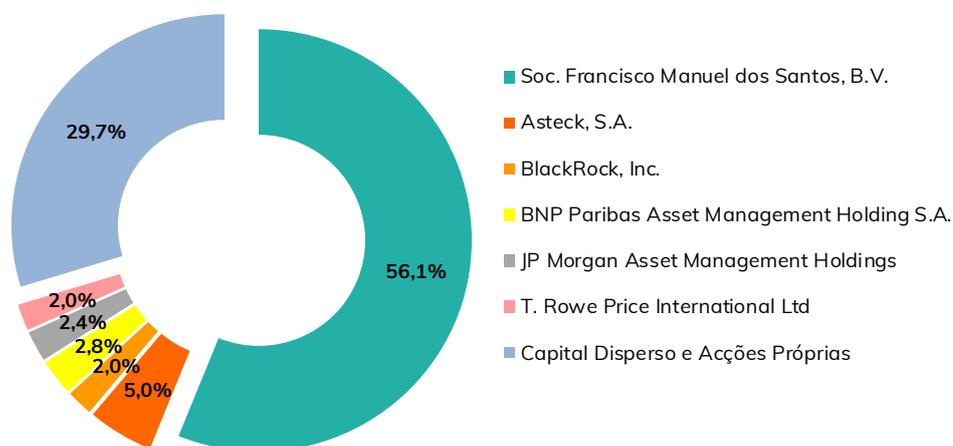
Subsecção I Estrutura de Capital

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Acções, Distribuição do Capital Pelos Accionistas, etc), Incluindo Indicação das Acções Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Acções, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

O capital social da Sociedade é de 629.293.220 euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em seiscentos e vinte e nove milhões duzentos e noventa e três mil duzentas e vinte acções, no valor nominal de um euro cada uma.

Todas as acções são ordinárias, não existem diferentes categorias de acções, estando todas as acções admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa.

A distribuição do capital da Sociedade é a seguinte, com referência a 31 de Dezembro de 2019*:



* De acordo com as últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data assumindo-se, salvo informação disponibilizada em contrário ao emitente, que o número de acções detidas é igual ao número de direitos de voto detidos. Ver Ponto 7.

2. Restrições à Transmissibilidade das Acções, Tais Como Cláusulas de Consentimento Para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Acções (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b) CVM)

As acções de Jerónimo Martins são livremente transmissíveis, não existindo restrições à respectiva transmissibilidade.

3. Número de Acções Próprias, Percentagem de Capital Social Correspondente e Percentagem de Direitos de Voto a Que Corresponderiam as Acções Próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) CVM)

A Sociedade mantém em carteira 859 mil acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção (preço ajustado pela renominalização do capital social), e representativas de 0,14% deste, que corresponderia a igual percentagem dos direitos de voto.

4. Acordos Significativos de Que a Sociedade Seja Parte e Que Entrem em Vigor, Sejam Alterados ou Cessem em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade Na Sequência de uma Oferta Pública de Aquisição, Bem Como os Efeitos Respective, Salvo se, Pela Sua Natureza, a Divulgação dos Mesmos For Seriamente Prejudicial Para a Sociedade, Excepto se a Sociedade for Especificamente Obrigada a Divulgar Essas Informações Por Força de Outros Imperativos Legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j) CVM)

Não existem acordos significativos (incluindo contratos de financiamento) de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a Que se Encontre Sujeita a Renovação ou Revogação de Medidas Defensivas, em Particular Aquelas que Prevejam a Limitação do Número de Votos Susceptíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Accionista de Forma Individual ou em Concertação com Outros Accionistas

Não foram adoptadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do Órgão de Administração e que sejam susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração, ou que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

6. Acordos Parassociais Que Sejam do Conhecimento da Sociedade e Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g) CVM)

No seguimento da comunicação relativa a participação qualificada efectuada à Sociedade, em 2 de Janeiro de 2012, foi a mesma informada da existência de acordo parassocial relativo ao exercício do direito de voto, nos seguintes termos:

“Mais se informa que, em conformidade com o disposto no Artigo 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Código dos Valores Mobiliários, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*] domina a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., por poder exercer os correspondentes direitos de voto nos termos de acordo parassocial.

De harmonia com o estabelecido no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mormente na alínea b) do seu n.º 1, por força do sobredito acordo parassocial, os direitos de voto inerentes às acções de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. objecto da compra e venda anteriormente mencionada permanecem imputados à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*].

A Sociedade desconhece, contudo, a existência de eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

* Denominação social alterada em 2015 para "Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E."

Subsecção II Participações Sociais e Obrigações Detidas

7. Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas que, Directa ou Indirectamente, São Titulares de Participações Qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) CVM e art. 16.º CVM), com Indicação Detalhada da Percentagem de Capital e de Votos Imputável e da Fonte e Causas de Imputação

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º CVM, com base na totalidade das acções de acordo com a alínea b) do n.º 3 do Artigo 16.º CVM, a 31 de Dezembro de 2019, são identificados na tabela abaixo.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2019*

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,14%	353.260.814	56,14%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,00%	31.464.750	5,00%
BNP Paribas Asset Management Holding S.A. Através de Fundos de Investimento por si geridos	n.d.**	n.d.**	n.d.**	2,77%
JP Morgan Asset Management Holdings Através de Fundos de Investimento por si geridos	14.815.917	2,35%	14.815.917	2,35%
De entre os quais, através de JP Morgan Investment Management	n.d.**	n.d.**	n.d.**	2,04%
T. Rowe Price Group, Inc. Através de T. Rowe Price International Ltd	12.821.174	2,04%	12.694.305	2,02%
BlackRock, Inc.	n.d.**	n.d.**	12.620.324	2,01%

* Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

** Informação não disponibilizada ao emitente.

8. Indicação Sobre o Número de Acções e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e De Fiscalização

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Artigo 447.º CSC)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.18		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.19	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Andrzej Szlezak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Elizabeth Ann Bastoni ²	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
Hans Eggerstedt ⁴	19.700	-	-	-	-	-	n.a.	-
Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos ⁴	26.455 ²	-	-	-	-	-	n.a.	-
José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos ³	n.a.	-	-	-	-	-	20.509	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ¹	n.a.	-	-	-	-	-	353.260.814	-
María Angela Holguín Cuéllar ³	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.; Ver Ponto 20.

² Das quais 1.500 acções são detidas pelo cônjuge.

³ Iniciou funções enquanto Administrador a 11 de Abril de 2019.

⁴ Cessou funções enquanto Administrador a 11 de Abril de 2019.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. confirmou não deter quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2019, e não ter realizado, durante 2019, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

9. Poderes Especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que Respeita a Deliberações de Aumento de Capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i) CVM), com Indicação, Quanto a Estas, da Data em Que Lhe Foram Atribuídos, Prazo Até ao Qual Aquela Competência Pode Ser Exercida, Limite Quantitativo Máximo do Aumento do Capital Social, Montante Já Emitido ao Abrigo da Atribuição de Poderes e Modo de Concretização dos Poderes Atribuídos

Qualquer aumento de capital carece de deliberação prévia da Assembleia Geral de accionistas.

10. Informação Sobre a Existência de Relações Significativas de Natureza Comercial entre os Titulares de Participações Qualificadas e a Sociedade

Face à política que tem vindo a ser seguida pela Sociedade sobre este tema, não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Titulares de Participação Qualificada ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, fora das condições normais de mercado.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada.

Secção B ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

Subsecção I Assembleia Geral

A. Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e Cargo dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e Respetivo Mandato (Início e Fim)

No dia 11 de Abril de 2019 foram eleitos, para o triénio 2019-2021, Abel Bernardino Teixeira Mesquita e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respectivamente.

B. Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais Restrições em Matéria de Direito de Voto, Tais Como Limitações ao Exercício do Voto Dependente da Titularidade de um Número ou Percentagem de Acções, Prazos Impostos Para o Exercício do Direito de Voto ou Sistemas de Destaque de Direitos de Conteúdo Patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f) CVM)

A Sociedade e o seu Conselho de Administração valorizam particularmente os princípios da livre transmissibilidade das acções e da livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração.

Assim, o Artigo Vigésimo Quarto dos Estatutos da Sociedade estabelece a regra de que a cada acção corresponde um voto.

Nesta linha, a Sociedade não estabeleceu mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada acção ordinária, designadamente não estão estatutariamente atribuídos direitos especiais a accionistas ou previstos limites ao exercício do direito de voto, nem existe nenhuma regra estatutária especial sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De igual forma, a presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número mínimo de acções.

De acordo com o Artigo Vigésimo Sexto dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória, desde que se ache presente ou representado mais de 50% do capital social.

Participação em Assembleia Geral

Nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e no Artigo Vigésimo Terceiro dos Estatutos da Sociedade puderam participar e votar, nas reuniões da Assembleia Geral, os accionistas que reuniram as seguintes condições:

- i. Na Data de Registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, eram titulares de acções da Sociedade que lhes conferiam pelo menos um voto;
- ii. Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, declararam, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao respectivo intermediário financeiro a sua intenção de participar na reunião;
- iii. Até ao final do dia da Data de Registo, o respectivo intermediário financeiro enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral informação sobre o número de acções registadas em nome do referido accionista na Data de Registo.

Voto por Correspondência

De acordo com o número três do Artigo Vigésimo Quinto dos Estatutos, é ainda admitido o voto por correspondência. Estatutariamente, os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral e cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Em caso de presença do accionista ou do seu representante na Assembleia Geral, considera-se revogado o voto por correspondência emitido.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas depois da data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

A Sociedade disponibiliza no seu sítio institucional um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Como os seus estatutos são omissos nesta matéria, a Sociedade fixou em 48 horas antes da realização da Assembleia Geral o prazo para a recepção do voto por correspondência, acolhendo e, de certa forma, indo mais longe do que o disposto na recomendação da CMVM sobre esta matéria.

Voto por Meios Electrónicos

A Sociedade reconhece também que a utilização de meios informáticos potencia o exercício dos direitos dos accionistas e, nesse sentido, adopta, desde 2006, os mecanismos adequados para que estes possam votar por meios electrónicos nas Assembleias Gerais. Assim, os accionistas deverão manifestar a intenção de exercer o seu direito por esta via ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, junto da sede social ou através do sítio institucional de Jerónimo Martins, em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>. Na referida manifestação de interesse, os accionistas deverão indicar a morada do intermediário financeiro de registo dos valores mobiliários para a qual, subsequentemente, será enviada uma carta registada, que contém o endereço electrónico a usar para exercício do direito de voto e um código identificador, a referir na mensagem de correio electrónico, com que o accionista poderá exercer o mesmo.

13. Indicação da Percentagem Máxima dos Direitos de Voto Que Podem Ser Exercidos Por Um Único Accionista ou Por Accionistas Que Com Aquele Se Encontrem em Alguma das Relações do n.º 1 do Art. 20.º CVM

A Sociedade não definiu regras que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

14. Identificação das Deliberações Accionistas Que, Por Imposição Estatutária, Só Podem Ser Tomadas Com Maioria Qualificada, Para Além Das Legalmente Previstas e Indicação Dessas Maiorias

Não existe nenhuma regra estatutária especial sobre quóruns deliberativos.

Subsecção II Administração e Supervisão (Conselho de Administração)

A. Composição

15. Identificação do Modelo de Governo Adoptado

A Sociedade adoptou o modelo de governo Anglo-Saxónico correspondente à modalidade prevista na alínea b) do Artigo 278.º CSC em que a administração e fiscalização da Sociedade se encontram estruturadas através de um Conselho de Administração, que compreende a Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

16. Regras Estatutárias Sobre Requisitos Procedimentais e Materiais Aplicáveis à Nomeação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM). Política de Diversidade.

O Artigo primeiro do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade prevê que este órgão tenha a composição que venha a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos previstos no número um do Artigo Décimo Segundo do Pacto Social, sendo presidido pelo respectivo Presidente, escolhido em Assembleia Geral.

O número três do Artigo nono do referido Regulamento do Conselho de Administração prevê que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos seus membros, o Conselho de Administração procederá à cooptação, cabendo à Comissão de Auditoria, se tal não ocorrer no prazo de 60 dias a contar da falta, designar o substituto.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 289.º CSC, as propostas para a eleição dos Administradores (e demais órgãos sociais) indicaram as qualificações profissionais e as actividades profissionais exercidas, nos últimos cinco anos, das pessoas cuja eleição foi proposta pelos accionistas da Sociedade. Tais elementos constituíram fundamentação suficiente a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo, à função a desempenhar pelos referidos candidatos.

Política de Diversidade

No ordenamento jurídico-societário português cabe exclusivamente aos accionistas a competência para seleccionar e designar ou eleger os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades comerciais.

Assim sendo, uma vez que os accionistas não se confundem com a Sociedade, não se afigura que a esta seja juridicamente possível definir ou aplicar uma política de diversidade nos moldes previstos na al. r), do n.º 1, do Artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Julho.

Isto não significa, porém, que na selecção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade (respectivamente, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), os accionistas não tenham vindo a aplicar critérios de diversidade que procuram combinar os atributos individuais de cada um dos membros, como a independência, a integridade, a experiência e a competência, com as especificidades da Sociedade, designadamente o seu modelo de governo, a sua dimensão, a sua estrutura accionista e o seu modelo de negócio.

Pode-se mesmo continuar a afirmar que, na actual composição do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, os accionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, conforme se pode verificar dos pontos 1.3.1. do Capítulo I, e dos pontos 17 a 19, e 26 do Capítulo IV deste Relatório.

Faz-se ainda referência ao Plano para a Igualdade (de género), divulgado pela Sociedade a 16 de Setembro de 2019, onde se encontram definidos, nomeadamente, os objectivos a prosseguir pela Sociedade a este respeito, quais as medidas concretas a implementar, quem é responsável pela sua implementação, e quais os indicadores a serem utilizados para mensuração do respectivo atingimento.

A Sociedade tem, assim, por adoptados os aludidos critérios e requisitos de diversidade através da sua enunciação no presente documento, e da sua aprovação por parte do Conselho de Administração e pelos seus accionistas.

17. Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e um máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. Ao longo do ano de 2019, o Conselho teve a composição indicada abaixo, contando actualmente com dez membros efectivos, eleitos em Assembleia Geral realizada em 11 de Abril de 2019 para o triénio 2019-2021:

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013
- Administrador-Delegado
- Primeira designação em 31 de Março de 1995
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Andrzej Szlezak

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Artur Stefan Kirsten

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 9 de Abril de 2010 (cessação de mandato em Fevereiro de 2011)
- Nova designação em 9 de Abril de 2015.
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Clara Christina Streit

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Elizabeth Ann Bastoni

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 11 de Abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-Executivo, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., nos termos do n.º 4 do Artigo 390º C.S.C.
- Primeira designação em 31 de Março de 1995 (cessação de mandato em 29 de Junho de 2001)
- Nova designação em 15 de Abril de 2004 (cessação de mandato em 9 de Abril de 2015)
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

María Angela Holguín Cuéllar

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 11 de Abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Sérgio Tavares Rebelo

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Hans Eggerstedt

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 29 de Junho de 2001
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018. Manteve-se em funções até 11 de Abril de 2019

Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018. Manteve-se em funções até 11 de Abril de 2019

18. Distinção dos Membros Executivos e Não Executivos do Conselho de Administração e, Relativamente aos Membros Não Executivos, Identificação dos Membros Que Podem Ser Considerados Independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração através da integração de Administradores Não-Executivos e de Administradores Independentes a par do Administrador Executivo, no âmbito de delegação de competências, encontrando-se efectuada supra no n.º 17, para onde se remete, a respectiva discriminação. O critério de distinção utilizado pela Sociedade coincide com o da Recomendação 2005/162/CE, da Comissão da União Europeia, de 15 de Fevereiro de 2005, considerando-se Administradores Executivos aqueles que sejam encarregados da gestão corrente e, *a contrario sensu*, Administradores Não-Executivos aqueles que o não sejam.

O Conselho de Administração integra, assim, Administradores Não-Executivos, em particular Administradores Independentes dotados de um conjunto de competências técnicas diversificadas, redes de contactos e ligações com entidades nacionais e internacionais que permitem enriquecer e otimizar a gestão da Sociedade numa óptica de criação de valor e de adequada defesa dos interesses de todos os seus accionistas e restantes stakeholders, o que assegura uma efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do Conselho de Administração.

De acordo com os princípios pelos quais a Sociedade se rege, embora os Administradores respondam perante todos os accionistas por igual, a independência da actuação do Conselho de Administração face a estes é ainda reforçada pela existência de Administradores Independentes.

De acordo com as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018), doravante referidas como “Recomendações IPCG 2018”, e atendendo ao disposto na recomendação III.4, que estabelece os critérios da avaliação da independência feita pelo órgão de administração, são considerados Administradores Independentes os Administradores, António Viana Baptista, Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni, Francisco Seixas da Costa, María Angela Holguín Cuéllar e Sérgio Rebelo.

De notar que os Administradores Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni e Sérgio Rebelo são igualmente membros da Comissão de Auditoria, ficando, assim, sujeitos aos critérios de independência previstos no n.º 5 do Artigo 414.º CSC, os quais são cumpridos. Qualquer dos membros da Comissão de Auditoria cumpre também as regras de incompatibilidade previstas no Artigo 414.º-A, n.º 1 CSC com excepção da prevista na alínea b). Hans Eggerstedt, que assumiu funções de Administrador da Sociedade, e membro da Comissão de Auditoria até 11 de Abril de 2019, não podia ser considerado independente atendendo aos supra referidos critérios.

Sendo o número de independentes de acordo com os critérios supra explanados de seis, de entre um total de dez Administradores, afigura-se cumprida a recomendação III.4 (Recomendações IPCG 2018).

19. Qualificações Profissionais e Outros Elementos Curriculares Relevantes de Cada Um dos Membros do Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, ingressou, em 1983, na Direcção de Operações do Pingo Doce. Em 1985, integrou o Departamento de Vendas e Marketing da Iglo/Unilever e, cinco anos mais tarde, assume funções como Director Adjunto das Operações Recheio. Em 1995, é nomeado Director-Geral desta Companhia. Entre 1999 e 2000, assume a responsabilidade pelas operações na Polónia e no Brasil. Em 2001, passa também a ser responsável pelas operações da área de Distribuição em Portugal. É Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. desde 31 de Março de 1995, sendo Administrador-Delegado desde 9 de Abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013.

Andrzej Szlezak tem nacionalidade polaca e é licenciado em Filologia Inglesa e em Direito pela Adam Mickiewicz University em Poznan, Polónia, tendo sido aprovado no exame judicial em 1981 e admitido na *Chamber of Legal Advisors (Poznan Chapter)* em 1994. Em 1979, iniciou o seu percurso académico na referida universidade, no qual obteve os graus de doutoramento e pós-doutoramento (“*Habilitated Doctor*”) em Direito, em 1985 e 1992, respectivamente. Em 1994, foi-lhe atribuído o cargo de Professor da Adam Mickiewicz University (Law School) que exerceu até 1996. Actualmente é Professor na Warsaw School of Social Sciences and Humanities. Em 1991, juntou-se à sociedade de advogados Soltysinski, Kawecki & Szlezak (“SK&S”), da qual se tornou sócio em 1993 e sócio senior em 1996. Durante a sua prática na SK&S prestou aconselhamento jurídico em numerosas transacções de privatização e reestruturação em diversos sectores da economia polaca (principalmente em projectos de M&A, societário e *greenfield*). Desde 1999, tem sido árbitro no Tribunal Arbitral na Câmara do Comércio Polaca (KIG) em Varsóvia, exercendo actualmente funções de *Deputy Chairman* do Board de Arbitragem deste Tribunal. Tem igualmente sido nomeado como árbitro em diversos processos (nacionais e internacionais) perante a ICC *International Court of Arbitration* em Paris e em processos *ad hoc* conduzidos de acordo com as regras de arbitragem UNCITRAL. É ainda autor de várias publicações, incluindo em língua estrangeira, nas áreas de direito civil, comercial e arbitragem. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

António Viana-Baptista tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980), possui Pós-Graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981) e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, 1983). Entre 1985 e 1991, foi Sócio (*Principal Partner*) da McKinsey & Co. nos escritórios de Madrid e Lisboa. Entre 1991 e 1998, exerceu o cargo de Administrador no Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2002, foi *Chairman* e CEO da Telefónica International. Entre 2002 e 2006, foi Presidente Executivo (*Chairman & CEO*) da Telefónica Móviles S.A. Entre 2006 e 2008, foi Presidente Executivo (*Chairman & CEO*) da Telefónica España. Entre 2000 e 2008, foi membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se actualmente como consultor desta instituição. É Administrador Não-Executivo da Semapa, SGPS, S.A. e da Atento, S.A., acumulando também funções de Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL. Foi membro da Comissão de Auditoria da Sociedade nos mandatos 2010-2012, e 2013-2015. É Administrador Não-Executivo da Sociedade desde, 9 de Abril de 2010.

Artur Stefan Kirsten tem nacionalidade alemã e obteve o seu mestrado em Economia e Informática, entre 1981 e 1986, na FernUniversität Hagen e na Georg-August-Universität Göttingen. Em 1991, obteve o seu Doutoramento (Dr. rer. pol.), ao que se seguiu o Stanford Executive Program na Graduate School of Business da Universidade de Stanford, na Califórnia. Desde 1995, lecciona em diferentes universidades alemãs e no estrangeiro. Em 2001, foi nomeado Professor Catedrático na Westfaelische University em Gelsenkirchen. Foi, entre 2011 e 2018, Director Financeiro (CFO) da Vonovia SE (anteriormente denominada “Deutsche Annington SE”) onde desempenhou igualmente funções como membro do Conselho de Gestão desde 1 de Janeiro de 2011. Foi membro do Conselho de Administração da Sociedade no período compreendido entre Abril de 2010 e Fevereiro de 2011 e é actualmente membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos BV. Os seus cargos anteriores foram como Administrador-Delegado (CEO) da Majid Al Futtaiim Group LLC, uma sociedade de promoção imobiliária com negócios focados no imobiliário, retalho e empreendimentos nos Emirados, e como Director Financeiro (CFO) da Metro AG e da ThyssenKrupp AG na Alemanha. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Clara Christina Streit tem dupla nacionalidade, norte-americana e alemã, e tem um Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça. É professora assistente nas Universidades Nova e Católica de Lisboa e Administradora Não-Executiva independente em várias empresas europeias. Começou a sua carreira como Consultora na McKinsey & Company de onde saiu em 2012 como Senior Partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. De 2013 a 2017, assumiu funções como membro do Conselho de Supervisão e Presidente da Comissão de Nomeações da companhia de seguros holandesa Delta Lloyd N.V.. É Administradora

do Bank Vontobel AG, desde 2011, onde também é membro da Comissão de Nomeações e Remunerações. É, desde 2013, membro do Conselho de Supervisão da empresa imobiliária alemã Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE"). Entre Maio de 2015 e Abril de 2018 assumiu funções como membro do Conselho de Administração, da Comissão de Controlo Interno, Risco e Governo da Sociedade e da Comissão de Recursos Humanos e de Nomeações da empresa Unicredit S.p.A, sediada em Milão. Em 2017, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão, do Comité de Risco, e do Comité de Nomeações e Corporate Governance do NN Group, N.V. e, em 2019, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG. É Administradora Não-Executiva da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Elizabeth Ann Bastoni tem nacionalidade norte-americana, possui um bacharelato em artes pelo Providence College e uma licenciatura em Literatura da Civilização Francesa da Universidade de Sorbonne, em Paris. Iniciou a sua carreira em Paris em 1989 na KPMG em Prática Tributária Internacional onde desempenhou vários cargos, incluindo o de Senior Manager em Business Development. Entre 1998 e 2003, foi Responsável Global de Remunerações, Benefícios e Programas para Expatriados na Lyonnaise des Eaux a nível global. Antes de se juntar à The Coca-Cola Company em 2015, ocupou cargos directivos na área de RH do Grupo Thales, com sede em Paris. Da The Coca-Cola Company transitou para a Carlson, onde desempenhou funções como Responsável de Recursos Humanos e Comunicação. Foi membro do Conselho de Administração da Carlson Wagonlit Travel e Administradora Não-Executiva do Grupo Rezidor Hotel desde 2011. É Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC, Administradora da Société BIC, Presidente do Conselho de Administração da Limeade, Inc. e Presidente da Comissão de Remunerações e Nomeações da Limeade Inc. Foi Presidente da Comissão de Vencimentos do Grupo Jerónimo Martins entre 2016 e 2018. É Administradora Não-Executiva da Sociedade desde 11 de Abril de 2019.

Francisco Seixas da Costa tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa. Inicia a sua carreira diplomática em 1975 como diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1995 e 2001, foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo tido várias funções oficiais, entre outras, negociador português do Tratado de Amesterdão, de 1995 a 1997, Coordenador português da negociação do quadro financeiro plurianual da UE, de 1997 a 1999, e Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Interno da União Europeia, em 2000. De 2001 a 2002 foi Embaixador, Representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e de 2002 a 2004 foi Embaixador, Representante permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em Viena. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador no Brasil, em Brasília e, entre 2009 e 2013, foi Embaixador em França e Representante Permanente junto da UNESCO (desde 2012), em Paris. Desde 2013, é membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A.. Desde 2014, é docente da Universidade Autónoma de Lisboa. Em Abril de 2016, foi eleito Administrador e membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis e, em 2017, foi nomeado membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.. É Presidente do Conselho Fiscal da PMM – SGPS S.A. e Presidente do Conselho Assessor da A.T. Kearney Portugal, Consultadoria de Gestão, Lda.. É colunista e colaborador de diversas publicações e autor de várias obras sobre questões internacionais e de segurança. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

José Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, é licenciado em Biologia Marinha pela Universidade Clássica de Lisboa em 1986, com formação executiva no IMD (1995) e em Harvard (1997), é também membro Alumni de Stanford (2000). É membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos SGPS, S.E., desde 2001, e Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., desde a sua fundação. Foi membro do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015. É Presidente da Unilever Fima, Lda., da Gallo Worldwide, Lda. e da JMDB Representação e Distribuição de Marcas Lda., desde 1995. Administrador Executivo e Curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos, desde 2009. É presidente do Oceanário de Lisboa, S.A. desde Setembro de 2015, e Presidente do Conselho de

Curadores e Conselho de Administração da Fundação Oceano Azul, desde Dezembro de 2016. É Presidente da Movendo Capital B.V., desde 2017. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., desde 11 de Abril de 2019.

María Angela Holguín Cuéllar tem nacionalidade colombiana, é licenciada em Ciências Políticas da Universidade de los Andes, uma especialização em Administração e Gestão Pública pela mesma universidade e uma especialização em Diplomacia e Estratégia do Centre d' Études Diplomatiques et Stratégie. Nas últimas duas décadas de experiência no sector público e privado ocupou cargos importantes no governo colombiano, incluindo na Presidência da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Gabinete do Procurador-Geral da Colômbia. Como parte da sua vasta experiência profissional no campo das relações diplomáticas, ocupou, entre outros, o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia (2010-2018) e Vice-Ministra (1998), Embaixadora e Representante Permanente das Nações Unidas (2004–2006) e embaixadora da Colômbia na Venezuela (2002–2004). Desempenhou igualmente o cargo de Directora Regional para a América Latina da Worldview International Foundation (2000-2002) e de Representante na Argentina do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina (2008-2010). Para além disso, foi Coordenadora para a Colômbia na IADB Assembly e na Inter-American Investment Corporation (1997), e Directora Executiva da Conferência Regional para a Infância na América Latina (1997). É membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V. (sociedade que integra o Grupo). É Administradora Não-Executiva da Sociedade desde 11 de Abril de 2019.

Sérgio Tavares Rebelo tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem um M.Sc. em Investigação Operacional pelo Instituto Superior Técnico, bem com um M.A. e um Ph.D. em Economia pela University of Rochester. Iniciou a sua carreira académica como assistente na Universidade Católica Portuguesa, em 1981. Em 1988, ingressa como *Assistant Professor of Finance* na Northwestern University, passando a *Associate Professor of Finance*, em 1991. Entre 1992 e 1997, é *Associate Professor* do *Department of Economics* da University of Rochester e, desde Julho de 1997, é *Tokai Bank Distinguished Professor of International Finance*, Kellogg School of Management, da Northwestern University. Publica, desde 1982, inúmeros artigos e livros na área da economia e finanças. Desde Abril de 2012, é Membro do *Advisory Council to the Global Markets Institute* na Goldman Sachs e, entre 2015 e 2018, assumiu funções como Administrador Não-Executivo da Integrated DNA Technologies. É actualmente Presidente da Comissão de Auditoria da Sociedade. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

Hans Eggerstedt tem nacionalidade alemã, é licenciado em Economia pela Universidade de Hamburgo e ingressou, em 1964, na Unilever, onde desenvolveu toda a sua carreira. Entre outros cargos, foi Director de Operações de Retalho e de Gelados e Congelados na Alemanha, Presidente e CEO da Unilever Turquia, Director Regional para a Europa Central e de Leste e Director Financeiro e de Informação e Tecnologia da Unilever. É nomeado para o Conselho de Administração da Unilever N.V. e Unilever PLC em 1985, cargo que manteve até 1999. Entre 2003 e 2012 foi Administrador Não-Executivo da COLT Telekom Group S.A., Luxemburgo. Foi Administrador Não-Executivo da Sociedade, de 29 de Junho de 2001 até 11 de Abril de 2019.

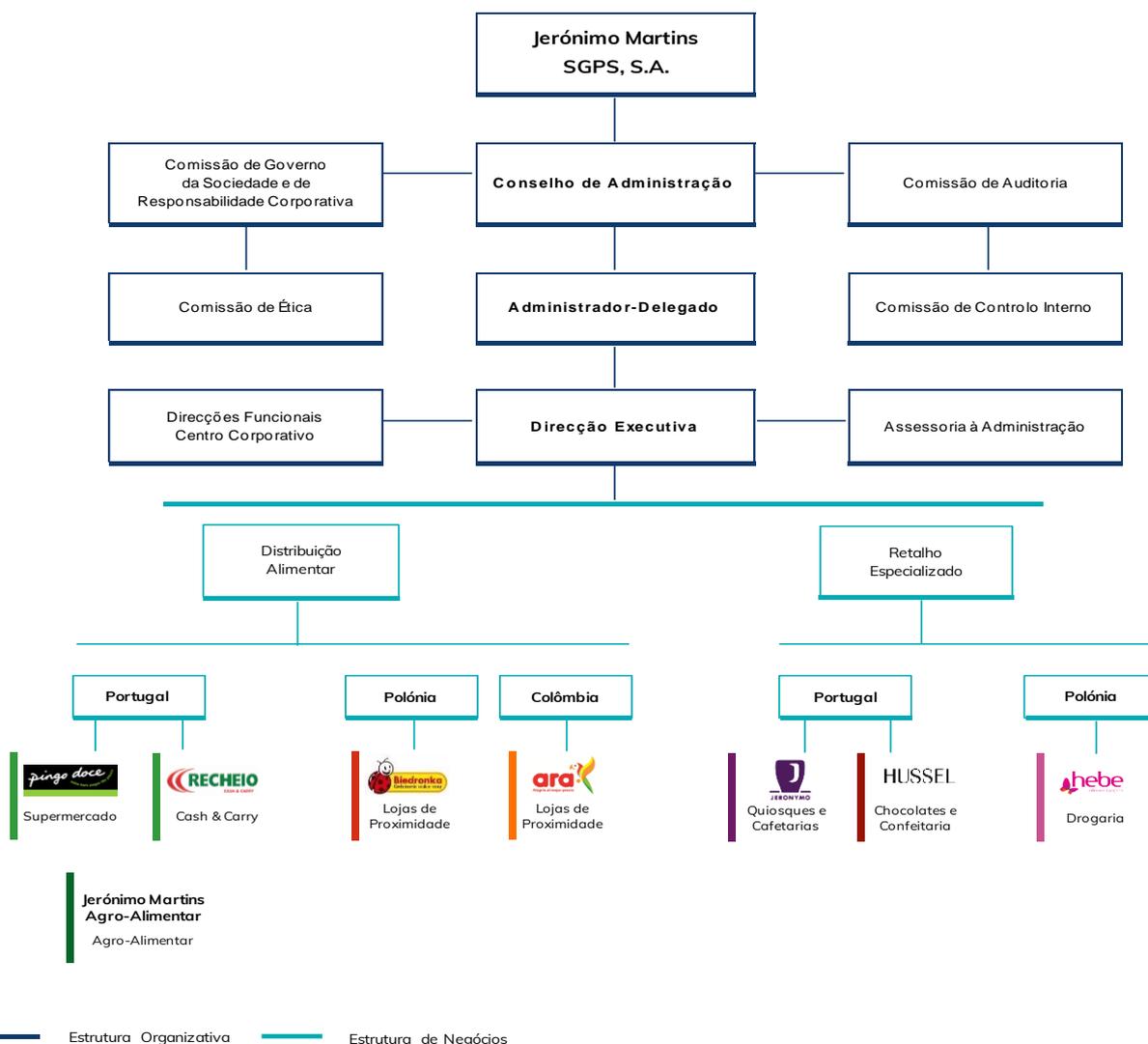
Henrique Soares dos Santos tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão e Alumni do INSEAD. Começou a sua carreira em 1993 como Trainee em Contabilidade de Gestão na Fima - Produtos Alimentares S.A. e, um ano depois, era Assistente do Director de Contabilidade de Gestão. Foi Controlador de Orçamento de Jerónimo Martins, SGPS, S.A., entre 1996 e 1997, ano em que se tornou Gestor de Tesouraria da Eurocash Sp z.o.o na Polónia até 1998. No ano seguinte, passou a desempenhar as funções de Controller Financeiro de Jerónimo Martins Retail Activity Polska Sp z.o.o.. Em 2001, foi Vice-Controlador do Grupo e, no mesmo ano, foi nomeado Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração de Jerónimo Martins, SGPS, S.A., cargo que ocupou até 2002. Desempenhou ainda as funções de Secretário da Sociedade e Director de

Segurança de Informação de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.. Foi membro do Conselho de Administração da Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A.. É membro do Conselho de Administração de Jerónimo Martins - Serviços, S.A., da Arica Holding B.V., da Sindcom – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. assim como da Nesfia - Sociedade Imobiliária, S.A. e Sociedade Francisco Manuel dos Santos, II, S.A.. Foi Administrador Não-Executivo da Sociedade, de 9 de Abril de 2015 até 11 de Abril de 2019.

20. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais, Habituais e Significativas, dos Membros do Conselho de Administração com Accionistas a Quem Seja Imputável Participação Qualificada Superior a 2% dos Direitos de Voto

Membro do Órgão de Administração	Tipo de Relação	Titular de Participação Qualificada
Artur Stefan Kirsten	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
José Soares dos Santos	Presidente Executivo	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade



Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, para além da representação institucional da Sociedade, desempenha funções de especial responsabilidade na direcção das respectivas reuniões, no acompanhamento da execução das deliberações tomadas por este Órgão, na participação nas reuniões das restantes comissões emanadas do Conselho de Administração e na definição da estratégia global da Sociedade.

Delegação de Poderes e Coordenação de Administradores Não Executivos

O Conselho de Administração, mediante deliberação, delegou em um Administrador-Delegado diversas competências no âmbito da gestão corrente da Sociedade, o qual, nesses termos, pode:

- a. gerir os negócios sociais e efectivar as operações relativas ao objecto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, enquanto sociedade gestora de participações sociais;
- b. representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, e comprometer-se em arbitragens, podendo, para o efeito, designar mandatários, assim como transigir, confessar e desistir das mesmas;
- c. contrair empréstimos e outras operações financeiras, no mercado financeiro nacional ou estrangeiro, emitir valores mobiliários representativos de dívida no âmbito da competência do Conselho de Administração e aceitar a fiscalização das entidades mutuantes, sempre até ao montante de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) e com integral respeito pelo disposto nos Estatutos da Sociedade;
- d. decidir sobre a prestação, pela Sociedade, de apoio técnico e financeiro, incluindo através da concessão de empréstimos às sociedades de cujas acções, quotas ou partes sociais seja, no todo ou em parte, titular;
- e. decidir sobre a alienação ou locação de bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer desinvestimentos, até ao montante de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) ou, independentemente de tal limite, quando tal alienação ou locação se encontre prevista nos Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
- f. decidir sobre a aquisição ou tomada em locação de quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer investimentos, até ao montante de €50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), ou, independentemente de tal limite, quando tal aquisição ou tomada em locação se encontre prevista em Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovado pelo Conselho de Administração;
- g. designar as pessoas a propor às Assembleias Gerais das sociedades referidas na alínea d) supra, para preenchimento de cargos nos respectivos órgãos sociais, indicando aquelas a quem caberá exercer funções executivas;
- h. aprovar políticas e normas transversais às sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tais como manuais de procedimentos, regulamentos e ordens de serviço, maxime no que diz respeito a (i) Recursos Humanos, (ii) Controlo Operacional, (iii) Segurança Alimentar e Controlo de Qualidade e (iv) Reporte e Investimentos;
- i. aprovar os planos de expansão respeitantes às actividades de cada uma das áreas de negócio, bem como das sociedades do Grupo não abrangidas em áreas de negócios;
- j. aprovar a estrutura orgânica das sociedades do Grupo;
- k. decidir as instruções ou orientações a dar pela Sociedade às administrações das sociedades suas subsidiárias, quanto às matérias referidas nesta delegação de poderes, nos termos e com observância do disposto na lei aplicável.

Para efeitos do disposto na delegação de poderes, consideram-se como previstos nos Planos de Médio e Longo Prazo, (entendidos estes como planos de actividades, de investimentos e projecções financeiras a três anos), as aquisições, alienações, investimentos ou desinvestimentos cujo montante não exceda em mais de 10% a respectiva rubrica constante desses Planos.

Em 2019, manteve-se em funções a Direcção Executiva, órgão consultivo que, conforme referido no ponto 29, tem como objectivo fundamental coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho, no âmbito da gestão corrente dos negócios que constituem o objecto social da Sociedade.

Contudo, o Conselho de Administração retém, nos termos do respectivo Regulamento Interno, poderes sobre as matérias estratégicas de gestão do Grupo, em particular as que se prendem com a definição de políticas gerais da Sociedade e da estrutura empresarial do Grupo e as que, devido à sua importância e natureza especiais, podem impactar substancialmente a actividade deste último.

Para além dos poderes delegados, cabe ainda ao Administrador Delegado: submeter ao Conselho de Administração, para deliberação, os planos consolidados de médio e longo prazo do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram, acompanhados do seu parecer, incluindo planos de actividades, de investimentos e projecções financeiras a três anos (“planos de médio e longo prazo”); os orçamentos, incluindo as metas financeiras do exercício seguinte, do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram; dos documentos de prestação de contas e os resultados consolidados do Grupo Jerónimo Martins e de cada uma das áreas de negócio que o integram; a realização de investimentos não abrangidos pela delegação de poderes.

Ao Administrador-Delegado estão também vedadas as matérias a que se refere o n.º 4 do Artigo 407.º CSC.

Para além dos poderes sobre matérias estratégicas para a gestão do Grupo, o Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida societária ao procurar sempre informar-se devidamente e ao assegurar a supervisão da gestão da Sociedade, encontrando-se implementados mecanismos nesse sentido.

Neste contexto, em cada reunião do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado apresenta informação relativa à actividade desenvolvida pela Sociedade desde a última reunião, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos complementares que os Administradores Não-Executivos entendam necessários. Em 2019, toda a informação solicitada pelos Administradores Não-Executivos foi completa e tempestivamente fornecida pelo Administrador-Delegado.

Adicionalmente, e considerando que o Administrador-Delegado é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração, foi aprovado por deliberação do dito Conselho um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade.

Tal Mecanismo explicita que os membros do Conselho de Administração que não integrem uma Comissão Executiva ou que não sejam Administradores-Delegados mantêm responsabilidade, nos termos fixados pelo Artigo 407.º, n.º 8 CSC, pela vigilância sobre a actuação da Comissão Executiva ou dos Administradores-Delegados e, bem assim, pelos prejuízos causados por actos ou omissões destes, quando, tendo conhecimento de tais actos ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

A actividade de supervisão e fiscalização dos Administradores Não-Executivos é também exercida no seio das Comissões Especializadas, e grupos de trabalho da Sociedade em que aqueles participem e nos órgãos societários das sociedades subsidiárias de que façam parte.

Ainda nos termos de tal Mecanismo, os Administradores-Delegados ou o Presidente da Comissão Executiva, consoante aplicável, bem como os Administradores a quem tenha sido atribuído um encargo especial ao abrigo do Artigo 407.º, n.ºs 1 e 2 CSC, deverão:

- a) sempre que tal se mostre necessário, prestar aos Administradores com funções não executivas informação relevante relativamente à execução dos poderes que lhes tenham sido delegados ou do encargo especial que lhes tenha sido atribuído;
- b) satisfazer, em prazo razoável, qualquer pedido de informação que lhes seja submetido por qualquer dos Administradores com funções não executivas, para efeitos do desempenho das respectivas funções, devendo a referida informação ser igualmente disponibilizada aos demais membros do Conselho de Administração.

Prevê-se no dito Mecanismo que os Administradores com funções não executivas possam realizar reuniões *ad hoc*, por iniciativa de quaisquer dois deles, cabendo a respectiva convocatória ao Secretário da Sociedade (que da mesma dará conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração), nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Com vista a permitir uma participação independente e informada dos Administradores com funções não executivas nas reuniões do Conselho de Administração ou nas reuniões das Comissões Especializadas, de grupos de trabalho ou de Órgãos Societários de sociedades de que façam parte, atrás referidos, prevê o Mecanismo competir ao Secretário da Sociedade disponibilizar-lhes a agenda definitiva dos trabalhos e a respectiva documentação preparatória nos termos e com observação dos prazos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Compete ainda ao Secretário da Sociedade, de acordo com o Mecanismo implementado, diligenciar pela remessa aos Administradores que o solicitem de cópia das actas da Direcção Executiva, bem como de quaisquer actas dos Órgãos Sociais ou das Comissões Especializadas criadas pelo Conselho de Administração, e prestar-lhes, no âmbito das suas competências, quaisquer informações respeitantes a deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva ou a quaisquer decisões dos Administradores-Delegados.

Estrutura Organizativa e Repartição de Competências

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. é a *Holding* do Grupo e, como tal, é responsável pelas grandes linhas orientadoras das várias áreas de negócio, bem como por assegurar a coerência entre os objectivos definidos e os recursos disponíveis. Os serviços da *Holding* integram um conjunto de Direcções Funcionais que constituem, simultaneamente, áreas de apoio ao Centro Corporativo e de prestação de serviços às Áreas Operacionais das sociedades do Grupo, nas diferentes geografias em que estas operam.

Em termos operacionais, Jerónimo Martins encontra-se organizada em dois segmentos de negócio: i. Distribuição Alimentar e ii. Retalho Especializado, estando o seu foco maior no primeiro. A Distribuição – Alimentar e o Retalho Especializado - estão, por sua vez, organizados por Áreas Geográficas e Áreas Operacionais (estas com diferentes insígnias e formatos). A Sociedade tem ainda operações na área Agro-Alimentar que servem, essencialmente, de suporte à Distribuição Alimentar, para já, apenas em Portugal, garantindo o abastecimento e diferenciação em categorias relevantes.

Direcções Funcionais da Holding

À *Holding* cabe: i. a definição e a implementação da estratégia de desenvolvimento do portefólio do Grupo; ii. o planeamento e controlo estratégico dos vários negócios e a manutenção da sua consistência com os objectivos globais; iii. a definição de políticas financeiras e o respectivo controlo; e iv. a definição de políticas de Recursos Humanos, assumindo directamente a implementação da Política de Desenvolvimento de Quadros (*Management Development Policy*).

As Direcções Funcionais da *Holding* estão organizadas da seguinte forma:



Ambiente – Define a estratégia ambiental, políticas e procedimentos transversais em todas as geografias onde o Grupo Jerónimo Martins está presente, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos e procurando identificar oportunidades de minimização dos impactos ambientais negativos, directos e indirectos, decorrentes das suas operações e produtos, sobre a cadeia de valor.

Tendo por base a avaliação de riscos ambientais, as tendências, a informação científica disponível e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas, a estratégia ambiental do Grupo tem como prioridades o combate às alterações climáticas, a protecção da biodiversidade e a correcta gestão de resíduos, tendo sido estabelecidos objectivos, programas e metas específicos no âmbito da gestão de cada uma destas prioridades.

Os principais compromissos e acções desenvolvidas em 2019, bem como os resultados alcançados, podem ser encontrados no Capítulo V (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), destacando-se, no ano:

- O cálculo da pegada de plástico de uso único (sendo 2018 o ano de referência);
- O cálculo da quantidade de resíduos encaminhados pelos diferentes métodos de gestão;
- Desenvolvimento e divulgação a fornecedores de Marca Própria de especificações técnicas para ecodesign de embalagens.

Assuntos Jurídicos – Assegura assistência jurídica permanente à Sociedade, elaborando contratos, pareceres e estudos, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisão, implementando políticas de planeamento de risco e dando apoio às restantes Direcções Funcionais. Assegura ainda a necessária coordenação entre os departamentos jurídicos das sociedades subsidiárias nas diversas jurisdições em que operam.

Em 2019, a Direcção em causa continuou a centrar a sua actividade no acompanhamento da evolução das regras e recomendações societárias, nas diversas operações de reorganização do Grupo e no apoio ao Conselho de Administração e às diversas Direcções Funcionais, entre outras matérias, nos projectos de expansão internacional do Grupo.

Desempenhou ainda um papel activo em matéria de prevenção de litígios, através do aconselhamento jurídico e da formação interna.

Auditoria Interna – Avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, zelando pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às respectivas operações.

Esta Direcção reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria. As actividades desenvolvidas encontram-se referidas no ponto 50.

Comercial - Responsável pela definição, coordenação e implementação de estratégia e políticas comerciais globais comuns às várias geografias onde o grupo opera.

Tem como principal missão liderar a coordenação e integração das áreas comerciais das diferentes companhias operacionais na prossecução dos seguintes principais objectivos:

- Actividades de *procurement* e negociações conjuntas com produtores e fornecedores internacionais de Marcas Próprias, Frescos e Non-Food;
- Promover a partilha de *know-how* e informação entre as diferentes geografias;
- Incentivar e operacionalizar a inovação comum associada às Marcas Próprias;
- Desenvolvimento de marcas globais (a utilizar por diferentes companhias operacionais do Grupo) em categorias específicas;
- Potenciar e coordenar todas as outras sinergias comerciais entre companhias.

Comunicação e Responsabilidade Corporativas – A Direcção assegura a gestão estratégica da marca Jerónimo Martins e é responsável por preservar e desenvolver o capital reputacional do Grupo. Esta missão é prosseguida através do envolvimento num contínuo diálogo com os vários stakeholders externos não-financeiros e da incorporação de preocupações ambientais, sociais e éticas nas decisões do dia-a-dia ao longo da cadeia de valor. Funciona também como agente de integração inter-departamental, desenvolvendo esforços para garantir o alinhamento das mensagens e práticas com os valores e objectivos do Grupo.

Em 2019, a Direcção promoveu a criação e dinamização de Comités de Sustentabilidade nas Companhias do Grupo, que têm como missão assegurar uma correcta gestão de prioridades e o alinhamento entre as políticas do Grupo e as práticas das Companhias. Foi também realizada uma auscultação a stakeholders, que serviu de base à actualização da matriz de materialidade, que pretende aferir a adequação da estratégia e prioridades definidas em matéria de Responsabilidade Corporativa face às expectativas de dez públicos, nos três países em que o Grupo tem operações.

Na 7ª edição da Conferência de Sustentabilidade de Jerónimo Martins, dedicada ao tema “Plastic Pollution: What Now?”, promoveu-se a discussão sobre a poluição por plástico, as medidas prioritárias no combate a este flagelo e as melhores práticas na gestão e utilização deste material.

A Direcção concebeu e operacionalizou também a celebração do 30.º aniversário da entrada de Jerónimo Martins na Bolsa de Valores de Lisboa.

Detalhes adicionais sobre os projectos desenvolvidos por esta área no ano em análise podem ser consultados no Capítulo V (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”).

Controlo Financeiro – É responsável pela prestação de informação financeira de suporte à tomada de decisão pelos Órgãos de Governo da Sociedade. Agrega as áreas de Consolidação e Contabilidade, Planeamento e Controlo Financeiro.

A área da Consolidação e Contabilidade prepara a informação financeira consolidada que serve de base ao cumprimento das obrigações legais e estatutárias, e apoia o Conselho de Administração, através da implementação e monitorização das políticas e dos princípios contabilísticos adoptados pelo Grupo.

Procede ainda à supervisão da conformidade do reporte financeiro das diversas sociedades do Grupo com estes normativos, apoiando as Companhias na avaliação contabilística de transacções não usuais, assim como nas operações de reestruturação e expansão.

A área de Planeamento e Controlo coordena e suporta o processo de criação dos Planos Estratégicos que servem de base à tomada de decisão estratégica pelos Órgãos de Governo da Sociedade.

Desenvolve uma função de controlo, monitorizando o desempenho das diferentes unidades de negócio do Grupo e apurando eventuais desvios face aos planos. Deste modo, disponibiliza à Direcção Executiva informações e propostas para assegurar medidas correctivas que permitam alcançar os objectivos estratégicos definidos.

Efectua ainda a avaliação financeira de todos os projectos de investimento relevantes para o Grupo, suportando a Direcção Executiva na sua aprovação e acompanhamento.

Em 2019, deu continuidade à implementação de projectos de reorganização societária, bem como de automação de processos, visando a simplificação organizacional e eficiência administrativa. Procede à implementação das ferramentas e alterou os sistemas de reporting, necessários para suportar a adopção da norma contabilística IFRS 16 – Leases. Manteve o acompanhamento e monitorização do desempenho das unidades de negócio e apoio ao desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo do Grupo.

Desenvolvimento de Negócio – Responsável por projectos de desenvolvimento de negócio focados em oportunidades e desafios que estão directamente relacionados com as Companhias do Grupo, nomeadamente no apoio ao desenvolvimento de iniciativas específicas e na coordenação transversal de projectos multidisciplinares.

De igual forma, este departamento é responsável pela análise e estruturação de oportunidades para o desenvolvimento do portefólio do Grupo.

Em 2019, o Departamento coordenou diversos projectos estratégicos das diferentes Companhias do Grupo, bem como reflexões estratégicas no que respeita o desenvolvimento do portefólio do Grupo.

Estratégia e Expansão Internacional – Responsável pela prospecção e avaliação de oportunidades de desenvolvimento do portefólio de negócios do Grupo e pela condução de projectos de natureza estratégica que envolvam fusões e aquisições.

No âmbito do desenvolvimento do portefólio de negócios, tem como responsabilidade a pesquisa, análise e avaliação de oportunidades de expansão e valorização do Grupo, através de novos mercados e negócios que potenciem o desenvolvimento de unidades de negócio com materialidade para integrem o portefólio Jerónimo Martins.

Durante 2019, liderou e apoiou diversos projectos estratégicos e continuou a desenvolver a actividade de prospecção de novos mercados e negócios.

Fiscalidade – Presta assessoria em matéria tributária a todas as Sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a optimização, do ponto de vista fiscal, das acções de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as Autoridades Fiscais.

Em 2019, prestou o suporte técnico necessário em todas as operações de reestruturação societária. Acompanhou a implementação nas diversas jurisdições onde o Grupo está presente da nova Directiva comunitária (conhecida por “DAC6”), sobre cooperação administrativa na área da tributação. Adicionalmente, através das associações, nacionais e internacionais, representativas do sector assegurou a defesa dos interesses do Grupo, quer pela colaboração prestada na clarificação e implementação de nova legislação, quer no debate público de novas normas legislativas.

Gestão de Risco – Responsável pela implementação das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo, bem como pela prestação do necessário suporte aos Órgãos de Governo da Sociedade na identificação dos riscos que possam comprometer a estratégia definida pelo Grupo, assim como os seus objectivos de negócio.

As actividades desenvolvidas na área de Gestão de Risco encontram-se detalhadas nos números 52 a 55 deste Relatório.

Logística e Supply Chain - O seu objetivo é promover a inovação e eficiência dos modelos de negócio do Grupo, em todas as dimensões das respectivas Cadeias de Abastecimento, facilitando o desenvolvimento e crescimento das diversas unidades de negócio nas diferentes geografias.

Tendo esta missão em mente, a Direcção trabalhou em 2019 quatro pilares estratégicos, que se irão manter nos próximos anos:

- Planear e definir com cada área de negócio, os modelos da Cadeia de Abastecimento *End to End*, que melhor se adaptam à evolução de cada mercado;
- Contribuir para a evolução dos modelos de abastecimento dos fornecedores, por forma a que se traduza em melhorias de escala, e ganhos de produtividade na cadeia de valor;
- Desenhar um novo modelo de infraestrutura física, moderno e tecnologicamente avançado, construindo de raiz ou adaptando centros de distribuição existentes, de forma a que sejam referência no sector, prestando nessas plataformas um nível de serviço de excelência às lojas;
- Promover e fomentar as boas práticas, e o aumento de sinergias, entre as equipas das diversas geografias.

Marketing e Consumidor - Direcção responsável pela visão estratégica da área de Marketing assente numa perspectiva *consumer centric*, com especial foco na área digital.

É prioridade desta área desenvolver o conhecimento aprofundado dos clientes, de forma a melhorar a experiência que os mesmos têm com cada uma das insígnias do Grupo, recorrendo, para tal, a

metodologias e ferramentas na área de *Data e Insights* de Consumidor que permitam estabelecer uma interação relevante e uma melhor experiência em pontos de contacto.

Em 2019, esta Direcção concretizou o projecto da loja no *Campus* da Universidade Nova em Carcavelos, a primeira loja em Portugal sem caixas de pagamento e que tem, entre outras coisas, a primeira solução de venda ao cliente com base em visão por computador (sub-domínio da Inteligência Artificial) na Europa. Prosseguiu a implementação da Ferramenta de Analytics e apoiou as Companhias do Grupo em actividades de Marketing, Comunicação e Digital.

Operações Financeiras – Integra as áreas de Gestão de Risco Financeiro, Gestão de Tesouraria e de Seguros, sendo a actividade da primeira objecto de uma descrição detalhada nos pontos 52 a 55.

A Gestão de Tesouraria tem como responsabilidade gerir a relação com as instituições financeiras que desenvolvem ou têm potencial para desenvolver negócio com o Grupo Jerónimo Martins, garantindo que cumprem os critérios estabelecidos para tal, e assegurando igualmente a negociação das melhores condições possíveis para o Grupo. Efectua ainda o planeamento de tesouraria com o objectivo de negociar e implementar, para todas as Companhias do Grupo, as fontes de financiamento mais adequadas à respectiva geração de *cash flow*, ou aplicar os excedentes de modo a maximizar o retorno minimizando o risco.

Grande parte das actividades de tesouraria de Jerónimo Martins está centralizada na *Holding*, sendo esta a estrutura que presta serviços às restantes sociedades do Grupo. São igualmente centralizados nesta direcção os serviços de negociação e gestão das apólices de seguros do Grupo, tendo ainda a responsabilidade pela gestão da relação com os corretores e seguradores que trabalham com o Grupo.

Dando cumprimento às actividades atrás descritas, durante o ano 2019, foi emitida nova dívida, para refinanciamento da entretanto vencida e foi contratado um financiamento com a International Finance Corporation (IFC), membro do World Bank, para a subsidiária colombiana. No que respeita aos seguros, foi efectuada a renegociação anual, reforçando uma vez mais a abordagem integrada de todas as geografias onde o Grupo opera.

Privacidade dos Dados – Responsável pela definição e implementação das políticas, procedimentos, metodologias e regras em todas as unidades de negócio das diversas geografias onde Jerónimo Martins opera. Garante, igualmente, o relacionamento com as equipas de advogados internos, os Encarregados de Protecção de Dados das diversas sociedades do Grupo, bem como com as autoridades competentes.

Em 2019, a Direcção em causa continuou a centrar a sua actividade na monitorização das actividades de tratamento de dados pessoais, com vista à implementação de controlos adequados, bem como ao acompanhamento de projectos relevantes nesta matéria. Desempenhou ainda um papel activo na comunicação e formação interna sobre esta matéria.

Qualidade e Desenvolvimento Marca Própria – Responsável pela definição, planeamento, implementação e controlo das políticas, procedimentos, metodologias e regras nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantindo desta forma a aplicação e transversalidade das melhores práticas nesta área.

Em 2019, as principais actividades desenvolvidas centraram-se:

- na concretização das actividades de controlo dos produtos e fornecedores;
- na revisão da *check-list* de auditoria a fornecedores, com a inclusão de requisitos de *food fraud* e *food defense*;
- na melhoria contínua dos produtos das Marcas Próprias através da reformulação de produtos existentes;
- no controlo anti-fraude e ingredientes OGM (Organismos Geneticamente Modificados);
- na manutenção das certificações em Qualidade e Segurança Alimentar;

- na continuação do processo de roll-out da ferramenta informática QMS (Quality Management System) para todas as geografias;
- na revisão dos *Guidelines* Corporativos para Produtos Marca Própria – Perecíveis, Alimentar e Não Alimentar;
- na continuação da implementação de um programa de melhoria de fornecedores na Colômbia, com o objectivo de aumentar a respectiva produtividade e a segurança alimentar dos produtos fornecidos.

Qualidade das Operações e Segurança Alimentar – Responsável por, nas três geografias, garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos perecíveis e processos, ao longo de toda a cadeia de abastecimento, em todas as suas etapas: produtores e fornecedores, recepção e armazenamento, lojas, cozinhas e fábrica de massa fresca.

Para tal define, planeia, implementa, e controla as políticas, regras e requisitos do Grupo, para produtos e fornecedores, promovendo o alinhamento das estruturas locais e a partilha das melhores práticas, sempre com vista à melhoria contínua da Qualidade e Segurança Alimentar dos seus produtos, e à satisfação dos clientes.

Recursos Humanos – Alicerçada na cultura e valores de Jerónimo Martins, esta área de abrangência corporativa tem por missão definir a estratégia e as políticas globais de recursos humanos e de responsabilidade social interna, que permitam ao Grupo continuar a ser um empregador de referência, actuando ao nível dos principais pilares do ciclo de vida do colaborador – Atracção, Desenvolvimento, Formação, Compensação e Benefícios – zelando pela respectiva implementação e cumprimento de forma sustentável, incluindo a promoção das suas boas práticas, salvaguardando as particularidades das diferentes geografias onde o Grupo opera e as singularidades das suas Companhias.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional, em 2019, encontram-se detalhadas no Capítulo V (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), subcapítulo 8 – Ser um Empregador de Referência.

Relações com Investidores – Responsável pela comunicação com os investidores – accionistas ou não, institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título Jerónimo Martins. É igualmente da responsabilidade desta Direcção a coordenação de todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional encontram-se detalhadas nos pontos 56 e 58.

Segurança – Responsável pela implementação de uma estratégia de segurança com a finalidade de garantir a protecção dos colaboradores, dos clientes, dos valores e dos activos do Grupo Jerónimo Martins. Neste âmbito, a Direcção de Segurança define e coordena os procedimentos em termos de prevenção de segurança de pessoas e património das companhias, intervindo sempre em situações de furtos, roubos e outras actividades ilícitas e/ou violentas perpetradas nas instalações do Grupo.

Em 2019 foi concluída a plataforma de risco de segurança que serve de suporte às auditorias das lojas em Portugal. Esta plataforma será futuramente implementada na Polónia e na Colômbia. Na sequência da implementação do plano de segurança corporativo, foram realizadas auditorias de segurança em todas as geografias: para suporte do plano de expansão na Colômbia, como reforço de controlos de segurança na Polónia, e aplicado a actividades de risco de quebra em Portugal. De forma a melhorar a comunicação e divulgação de informação de segurança, foi lançado o portal de segurança na intranet OurJM.

Segurança de Informação – Responsável pelo planeamento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de segurança da informação e de cibersegurança em todas as Companhias do Grupo, assente na gestão de riscos, prevenção, detecção, resposta e recuperação de incidentes.

Reportam a esta Direcção Corporativa os *Information Security Officers* (ISO) de cada país, que asseguram a implementação da estratégia de segurança de informação e a conformidade com as Políticas e Normas de Segurança da Informação em vigor. Prestam ainda apoio às respectivas Companhias através da avaliação e mitigação de riscos de cibersegurança de projectos e actividades.

Entre as iniciativas realizadas em 2019, destacam-se a implementação de um sistema de classificação da informação transversal a todas as geografias, a cooperação com as autoridades nacionais de cibersegurança nas áreas de formação e preparação de ciberincidentes, bem como o reforço da sensibilização dos colaboradores para as boas práticas de segurança.

Sistemas de Informação – Tem como missão assegurar o alinhamento da estratégia de Sistemas de Informação do Grupo com a das diferentes unidades de negócio que incorporam o respectivo portefólio.

Assim, assegura a criação de valor e através da disponibilização e implementação de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação, suportando o crescimento do portefólio e respectivos negócios de forma sustentável.

Esta Direcção é responsável por definir e implementar a Estratégia Global de Sistemas de Informação do Grupo, por promover a inovação com recurso à tecnologia e por harmonizar e garantir sinergias de sistemas, políticas e processos de gestão de Sistemas de Informação.

Áreas Operacionais

O modelo de organização de Jerónimo Martins tem como principal objectivo assegurar a especialização nos vários negócios do Grupo, através da criação de áreas geográficas e áreas operacionais que garantam a proximidade necessária aos diversos mercados.

O negócio de Distribuição Alimentar está dividido por áreas geográficas – Portugal, Polónia e Colômbia – e, dentro destas, por áreas operacionais. Em Portugal, existem duas áreas operacionais: Pingo Doce (Supermercados) e Recheio (Cash & Carry) que integra também a divisão de Food Service através da Caterplus. Na Polónia conta com a unidade operacional Biedronka (lojas alimentares) e na Colômbia com a Ara (lojas alimentares).

No portefólio do Grupo encontra-se ainda um segmento de negócio dedicado ao Retailho Especializado, contando em Portugal com as áreas operacionais Jeronymo (cafetarias) e Hussel (lojas de chocolates e confeitaria) e na Polónia com a Hebe (drogarias).

O Grupo tem vindo a efectuar investimentos na área Agro-Alimentar, iniciando actividade nas áreas dos Lacticínios, Agro-Pecuária e Aquacultura, com o principal foco na protecção e diferenciação da cadeia de abastecimento das operações de Distribuição Alimentar em Portugal.

B. Funcionamento

22. Existência e Local Onde Pode ser Consultado o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no sitio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

23. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade de Cada Membro do Conselho de Administração às Reuniões Realizadas

O Conselho de Administração, cujas competências se encontram descritas no Artigo Décimo Terceiro do Pacto Social, reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, com qualquer um dos seus Administradores a poder fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente.

Durante o ano 2019, o Conselho de Administração reuniu sete vezes e em todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link mencionado no ponto 62 (“Endereços Relevantes”).

Os Administradores que não compareceram pessoalmente nas reuniões do Conselho de Administração fizeram-se representar, na maior parte dos casos, nos termos estatutários, tendo o grau de assiduidade de cada Administrador às referidas reuniões, durante o exercício das respectivas funções, sido o seguinte:

Pedro Soares dos Santos	100%
Andrzej Szlezak	100%
António Viana-Baptista	86%
Artur Stefan Kirsten ¹	86%
Clara Christina Streit	100%
Elizabeth Ann Bastoni ¹³	83%
Francisco Seixas da Costa	100%
Hans Eggerstedt ²	100%
Henrique Soares dos Santos ²	100%
José Soares dos Santos ³	100%
María Angela Holguín Cuéllar ³	100%
Sérgio Rebelo	100%

¹ Sempre que não compareceu pessoalmente fez-se representar nos termos estatutários.

² Apenas se tiveram em conta as reuniões do Conselho de Administração realizadas até 11 de Abril de 2019, data em que cessou as funções.

³ Apenas se tiveram em conta as reuniões do Conselho de Administração realizadas a partir de 11 de Abril de 2019, data da respectiva eleição / designação como Administrador.

24. Indicação dos Órgãos da Sociedade Competentes Para Realizar a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontra-se cometida à Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral (ver infra pontos 66 e seguintes).

Efectivamente, cabe à Comissão de Vencimentos, no âmbito da Política de Remunerações definida, apreciar o desempenho individual e colectivo dos Administradores Executivos, ponderar a sua influência e impacto nos negócios de Jerónimo Martins e aferir o respectivo alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade.

Conforme referido infra (ver ponto 27), não existem actualmente na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores. Não obstante, o desempenho dos Administradores Executivos que integram comissões de composição mista (i.e., composta também por não Administradores) é avaliado, nos mesmos termos já referidos, pela Comissão de Vencimentos.

Todos os anos, em Novembro, a discussão no seio do Conselho de Administração dos planos estratégicos do Grupo e das diferentes áreas de negócio tem inerente a avaliação do desempenho no exercício do Conselho de Administração, das comissões internas existentes, e do seu Administrador Delegado, tendo em conta, não só aspectos qualitativos, por comparação com os planos e orçamento aprovados, mas também os principais projectos em curso, incluindo os de expansão do portefólio. Esta avaliação do ano é depois complementada aquando da aprovação do Relatório de Gestão e das contas do exercício.

25. Critérios Pré-Determinados Para a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

Os critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos resultam do estabelecido na Política de Remunerações descrita infra no ponto 69.

26. Disponibilidade de Cada um dos Membros do Conselho de Administração, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas pelos Membros Daquele Órgão no Decurso do Exercício

No decurso do exercício, os membros do Órgão de Administração desempenharam também funções em outras sociedades, a saber:

Pedro Soares dos Santos

Administrador da Jerónimo Martins Serviços, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Polska, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.*
Administrador da Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.*
Administrador da Recheio, SGPS, S.A.*
Administrador da JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins Inovação, S.A.*
Administrador da Santa Maria Manuela Turismo, S.A.*
Administrador da Arica Holding B.V.
Presidente do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
Presidente do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Andrzej Szlezak

Presidente do Conselho de Supervisão da Agora, S.A.
Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*

António Viana-Baptista

Administrador (Não-Executivo) da Semapa, SGPS, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da Atento, S.A.
Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL

Artur Stefan Kirsten

Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia Finance B.V.
Administrador da Movendo Capital, B.V.
Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
Membro do Conselho de Supervisão da Flaschenpost SE

Clara Christina Streit

Administradora (Não-Executiva) da Vontobel Holding AG, Vontobel Bank AG (Zurique)
Membro do Conselho de Supervisão da Vonovia SE
Membro do Conselho de Supervisão do NN Group N.V.
Membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG

Elizabeth Ann Bastoni

Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC
Administradora da Société BIC
Presidente do Conselho de Administração da Limeade, Inc.

Francisco Seixas da Costa

Presidente do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian
Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil, SGPS, S.A.
Membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da EDP Renováveis, S.A.
Membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis, S.A.
Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil Engenharia e Construções África, S.A.
Membro da Comissão de Auditoria da Mota-Engil Engenharia e Construções África, S.A.
Membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A.
Presidente do Conselho Fiscal da PMM – SGPS, S.A.
Presidente do Conselho Assessor da A. T. Kearney Portugal, Consultadoria de Gestão, Lda.

José Soares dos Santos

Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.
Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.
Presidente da Movendo Capital B.V.
Presidente do Conselho de Gerência da Unilever Fima, Lda.
Presidente do Conselho de Gerência da Gallo Worldwide, Lda.
Presidente do Conselho de Gerência da JMDB Representação e Distribuição de Marcas, Lda.
Presidente da Oceanário de Lisboa, S.A.
Administrador da REF Eastern European Opportunities Luxembourg S.a.r.l.
Administrador da REF Eastern Opportunities Sp. z o.o.

María Angela Holguín Cuéllar

Administradora (Não-Executiva) da Hoteles Estelar S.A.
Administradora (Não-Executiva) da Satagro Zomac S.A.S.
Administradora (Não-Executiva) da Gases del Pacifico S.A.C.
Administradora (Não-Executiva) da Gases del Norte del Perú S.A.C.
Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Sérgio Tavares Rebelo

Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Hans Eggerstedt (até 11 de Abril de 2019)

Administrador da Arica Holding B.V.

Henrique Soares dos Santos (até 11 de Abril de 2019)

Administrador da Nesfia – Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador da Jerónimo Martins - Serviços, S.A.*

Administrador da Arica Holding B.V.

Administrador da Sindcom – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.

Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, II, S.A.

As funções exercidas noutras sociedades não afectaram a disponibilidade dos Administradores para acompanhar os assuntos da Sociedade, como aliás decorre do grau de assiduidade constante do ponto 23.

C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado

27. Identificação das Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administração, e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento de Funcionamento

Actualmente – sem prejuízo da Comissão de Auditoria referida nos pontos 30 a 33, cujo regulamento se encontra disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”) – apenas a Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC), referida no ponto 29, conta entre os seus membros, com uma maioria de Administradores da Sociedade, subsumindo-se no conceito de comissão interna da sociedade.

Encontram-se ainda criadas outras comissões na Sociedade, integradas por membros do Conselho de Administração e também por outras pessoas que não são Administradores, analisadas no ponto 29.

28. Identificação de Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um Administrador-Delegado, responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho, de acordo com a respectiva delegação de competências, e uma Direcção Executiva, responsável por coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

O cargo de Administrador-Delegado é desempenhado por Pedro Soares dos Santos.

29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Actividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências

a) Comissões Internas da Sociedade

Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC)

A CGSRC é constituída por um mínimo de três e um máximo de nove membros, não obrigatoriamente Administradores, designados pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente.

O Conselho de Administração designou para Presidente da CGSRC o actual Presidente do Conselho de Administração, Pedro Soares dos Santos e os Administradores da Sociedade Andrzej Szlezak e José Soares dos Santos. Integram esta Comissão, de igual forma, Artur Santos Silva e Maria de Fátima Barros.

* Sociedades que integram o Grupo

No desempenho da sua missão, a CGSRC colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo-lhe as propostas de orientação estratégica no domínio da Responsabilidade Corporativa, assim como acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i. ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii. à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii. aos códigos internos de ética e de conduta; e iv. aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus accionistas ou outros stakeholders.

Em particular, no que tange ao governo societário, cabe-lhe acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Sociedade e a sua consistência com as recomendações, padrões e melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, dirigindo ao Conselho de Administração as recomendações e propondo as alterações tidas por adequadas, tendo reunido uma vez em 2019.

b) Outras Comissões

Direcção Executiva

A Direcção Executiva da Sociedade, cujo mandato coincide com o mandato do Conselho de Administração que a designar, é constituída pelo Administrador-Delegado, Pedro Soares dos Santos, que a preside, por Ana Luísa Virgínia, António Barracho, António Serrano, Carlos Martins Ferreira, Isabel Pinto, Luís Araújo, Marta Lopes Maia, Nuno Abrantes, Pedro Leandro e Sara Miranda. De acordo com o respectivo regulamento, à Direcção Executiva cabe aconselhar o Administrador-Delegado, no âmbito da respectiva delegação de poderes, no exercício das seguintes funções:

- controlo da implementação, pelas Sociedades do Grupo, da orientação estratégica e das políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo financeiro e contabilístico do Grupo e das Sociedades que o integram;
- coordenação superior das actividades operacionais a cargo das diversas sociedades do Grupo, integradas ou não em áreas de negócio;
- lançamento de novos negócios e acompanhamento dos mesmos até à sua implementação e integração nas respectivas áreas de negócio;
- implementação da política de gestão de Recursos Humanos definida para os quadros superiores de todo o Grupo.

Em 2019, a Direcção Executiva reuniu para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido elaboradas actas das respectivas reuniões, as quais foram entregues ao Presidente do Conselho de Administração e ao Secretário da Sociedade.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética de Jerónimo Martins é composta por três a cinco membros nomeados pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa. Desde 19 de Dezembro de 2019, esta Comissão é constituída por António Serrano, Germán Barreto, Dominik Wolski e Sara Maia. A Comissão de Ética tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo em todas as sociedades que o integram.

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética: i. estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta de Jerónimo Martins e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito; ii. zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento deste Código, ao proceder, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes destas acções de controlo; iii. apreciar as questões que, igualmente no âmbito do cumprimento deste Código de Conduta, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pela CGSRC, e, ainda, analisar, em abstracto, aquelas

que sejam levantadas por qualquer colaborador, cliente ou parceiro de negócio; iv. submeter à CGSRC a adopção de quaisquer medidas que considere convenientes, onde se incluem a revisão de procedimentos internos e propostas de alteração do próprio Código de Conduta; e, por fim; v. elaborar um relatório anual, a apresentar à CGSRC, sobre as actividades desenvolvidas.

A Comissão de Ética reporta funcionalmente à CGSRC, que tem atribuições em matéria de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, incluindo as relativas aos códigos internos de ética e de conduta. Das reuniões realizadas em 2019, para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, foram lavradas as respectivas actas.

Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI), nomeada pelo Conselho de Administração e reportando à Comissão de Auditoria, tem como competências específicas a avaliação da qualidade e fiabilidade do sistema de controlo interno e do processo de preparação das demonstrações financeiras, assim como a avaliação da qualidade do processo de monitorização em vigor nas sociedades do Grupo, com vista a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos a que estas estão sujeitas. No desempenho desta última atribuição, compete à CCI obter informações regulares sobre as contingências, de natureza legal ou fiscal, que afectam as Companhias do Grupo.

A CCI reúne mensalmente, em regra, para exercício das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas actas de tais reuniões. É composta por um Presidente (Alan Johnson) e quatro Vogais (Henrique Soares dos Santos, Jerónimo David Duarte, Joanna Peschak e Jorge Santos Dias). Nenhum dos elementos é Administrador Executivo da Sociedade.

Em 2019, a CCI prosseguiu as suas actividades de supervisão e avaliação dos riscos e processos críticos, tendo apreciado os relatórios preparados pelo Departamento de Auditoria Interna. Uma vez que nestas reuniões é convidado a participar um representante da equipa de Auditoria Externa, são também dadas a conhecer a esta Comissão as conclusões dos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

Subsecção III Fiscalização (Comissão de Auditoria)

A. Composição

30. Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adoptado

O órgão de fiscalização da Sociedade consiste na Comissão de Auditoria, em consequência do modelo de governo anglo-saxónico adoptado.

Para além das competências que lhe são atribuídas por lei, as quais implicam o devido acompanhamento, avaliação e pronúncia acerca da estratégia definida pelo Conselho de Administração de que, aliás, emana, e a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, prevê o Regulamento da Comissão de Auditoria competir a esta, no desempenho das suas atribuições:

- fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos, podendo, para este efeito, recorrer à colaboração da CCI, que lhe reportará regularmente os resultados do seu trabalho, evidenciando as situações que deverão ser analisadas pela Comissão de Auditoria;

- avaliar regularmente a auditoria externa;
 - aprovar os planos de actividade no âmbito da gestão de risco e acompanhar a sua execução, procedendo, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes das acções de auditoria e das revisões de procedimentos efectuadas;
 - zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno de gestão de risco nas sociedades de que Jerónimo Martins seja titular de acções, quotas ou partes sociais, controlando o efectivo cumprimento dos seus objectivos;
 - aprovar os programas de actividades de auditoria interna, cujo respectivo Departamento lhe reportará funcionalmente, e externa;
-
- seleccionar, sob proposta da Direcção Executiva, o prestador de serviços de auditoria externa;
 - fiscalizar a revisão legal de contas;
 - apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste serviços adicionais à Sociedade;
 - emitir parecer prévio sobre negócios de relevância significativa entre a Sociedade e os seus accionistas titulares de participação qualificada – ou entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, estabelecendo os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância.

Para o cabal desempenho das suas funções, a Comissão de Auditoria solicita e aprecia toda a informação de gestão que considere necessária, bem como tem acesso irrestrito à documentação produzida pelos auditores da Sociedade, podendo-lhes solicitar qualquer informação que entenda necessária e sendo a primeira destinatária dos relatórios finais elaborados pelos auditores externos.

Durante o ano que passou, a Comissão de Auditoria prestou particular atenção à gestão do risco financeiro, nomeadamente no que concerne à cobertura de risco cambial, à evolução dos processos judiciais pendentes, ao processo de adopção de novas normas contabilísticas e à análise dos relatórios e controlo das medidas de correcção propostas pela Auditoria Interna.

31. Composição da Comissão de Auditoria, Com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação, e Data do Termo de Mandato de Cada Membro. Política de Diversidade.

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, um dos quais será o seu Presidente.

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos designados em simultâneo com os membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último Órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria, os quais não podem exercer funções executivas na Sociedade.

No que respeita a alterações da composição da Comissão de Auditoria em 2019, há que assinalar que, na Assembleia Geral realizada em 11 de Abril de 2019, foi deliberado proceder à eleição do novo elenco de membros deste órgão para o triénio 2019-2021.

Assim, os titulares eleitos para o triénio 2016-2018 mantiveram-se em funções, por força da lei, até 11 de Abril de 2019.

A composição da Comissão de Auditoria ao longo do período em análise, foi a seguinte:

Sérgio Tavares Rebelo

- Presidente da Comissão de Auditoria
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Clara Christina Streit

- Primeira designação em 14 de Abril de 2016
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Elizabeth Ann Bastoni

- Primeira designação em 11 de Abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2021

Hans Eggerstedt

- Primeira designação em 30 de Março de 2007
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018. Manteve-se em funções até 11 de Abril de 2019

Política de Diversidade

Aplica-se, a este respeito, o referido no ponto 16.

32. Identificação dos Membros da Comissão de Auditoria Que se Considerem Independentes, nos Termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem o regime das incompatibilidades previsto no n.º 1 do Artigo 414.º-A CSC, com excepção da alínea b). Sérgio Tavares Rebelo, Clara Christina Streit e Elizabeth Ann Bastoni cumprem ainda os critérios legais de independência estabelecidos no Artigo 414.º, n.º 5 CSC.

Quanto a Hans Eggerstedt, que assumiu funções até ao dia 11 de Abril de 2019, remete-se para o referido no n.º 18.

33. Qualificações Profissionais de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria e Outros Elementos Curriculares Relevantes

As qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 19 (“Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração”).

Refira-se apenas em termos adicionais que a larga experiência dos elementos que integram a Comissão em cargos estatutários, bem como a sua competência técnica nesta matéria, têm constituído uma especial mais-valia para a Sociedade.

O Presidente da Comissão de Auditoria, Sérgio Tavares Rebelo, é reconhecido internacionalmente como um dos melhores economistas da actualidade, distinguindo-se enquanto professor de Finanças Internacionais na Kellogg School of Management. Tendo sido consultor de inúmeras instituições financeiras, que incluem, entre outros, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Portugal, ocupou também vários cargos em organizações sem fins lucrativos. A sua ímpar formação académica e os seus conhecimentos em matérias de gestão de risco, nomeadamente, financeiro, para

além da sua assertividade e discernimento no levantamento de questões sobre os negócios e os países onde operam, garantem uma especial competência para assegurar a presidência do órgão de fiscalização da Sociedade.

B. Funcionamento

34. Existência e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento da Comissão de Auditoria

O Regulamento da Comissão de Auditoria encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

35. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade às Reuniões Realizadas de Cada Membro da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, uma vez a cada três meses e tem como competências a fiscalização da administração da Sociedade, exercendo as competências que lhe são atribuídas por lei e pelo Artigo Vigésimo dos Estatutos.

Durante o ano 2019, a Comissão de Auditoria reuniu seis vezes e de todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no *link* indicado no ponto 62 (“Endereços Relevantes”). O grau de assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria às reuniões, aferido em termos da sua presença física, durante o exercício das respectivas funções, foi o seguinte:

Sérgio Rebelo	100%
Clara Christina Streit ¹	100%
Elizabeth Ann Bastoni ²	75%
Hans Eggerstedt ³	100%

¹ Apenas se tiveram em conta as reuniões da Comissão de Auditoria realizadas a partir de 11 de Abril de 2019, data da respectiva eleição / designação como membro da Comissão de Auditoria.

² Sempre que não compareceu pessoalmente, a respectiva falta foi justificada.

³ Apenas se tiveram em conta as reuniões da Comissão de Auditoria realizadas até 11 de Abril de 2019, data em que cessou as funções.

36. Disponibilidade de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas Pelos Membros Daquela Órgão no Decurso do Exercício

Os membros da Comissão de Auditoria mostraram-se sempre disponíveis para o exercício das suas funções ao longo de 2019, participando na vida societária sempre que tal se revelou necessário ou em que consideraram adequada a sua intervenção.

As funções que os membros da Comissão de Auditoria exercem em outras sociedades encontram-se descritas no ponto 26.

C. Competências e Funções

37. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis À Intervenção do Órgão de Fiscalização Para Efeitos de Contratação de Serviços Adicionais ao Auditor Externo

De acordo com o disposto na Lei n.º 148/2015 de 9 de Setembro, a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, fica sujeita à verificação de adequação (sob o ponto de vista das ameaças à independência e das medidas de salvaguarda eventualmente necessárias) e aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

38. Outras Funções dos Órgãos de Fiscalização

As competências atribuídas à Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 30.

Subsecção IV Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896.

40. Indicação do Número de Anos Em Que o Revisor Oficial de Contas Exerce Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade há cerca de três anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de Abril de 2017.

41. Descrição de Outros Serviços Prestados Pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas exerce também as funções de Auditor Externo da Sociedade, conforme referido no ponto 42, sendo feita referência no ponto 46 a outros trabalhos efectuados pelo Revisor Oficial de Contas para a Sociedade.

Subsecção V Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo Designado Para os Efeitos do Art. 8.º CVM e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa no Cumprimento Dessas Funções, Bem Como o Respectivo Número de Registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896.

No âmbito das suas funções, durante o ano 2019, o Auditor Externo acompanhou a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, participando nas reuniões da Comissão de

Controlo Interno, reportando quaisquer deficiências detectadas no exercício da sua actividade, bem como apresentando as recomendações necessárias relativamente aos processos e mecanismos analisados.

O Auditor Externo pôde verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, através da análise das actas das reuniões da Comissão de Vencimentos, da política de remuneração em vigor e da demais informação contabilístico-financeira necessária para o efeito.

43. Indicação do Número de Anos em que o Auditor Externo e o Respeitivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções Exercem Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

A Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como o sócio que a representa, exercem funções de Auditor Externo junto da Sociedade há cerca de três anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de Abril de 2017.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo e do Respeitivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções

A Sociedade não tem definida política específica quanto à periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respectivo Revisor Oficial de Contas. A mesma segue, no entanto, o previsto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que prevê no n.º 2 do seu artigo 54.º, que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos, sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas poderá, nos termos do n.º 3 do supra citado artigo, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos, ou de três mandatos com a duração de três anos.

45. Indicação do Órgão Responsável Pela Avaliação do Auditor Externo e Periodicidade com que Essa Avaliação é Feita

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo, o que faz anualmente.

46. Identificação de Trabalhos, Distintos dos de Auditoria, Realizados pelo Auditor Externo Para a Sociedade e/ou Para Sociedades que com ela se Encontrem em Relação de Domínio, Bem Como Indicação dos Procedimentos Internos Para Efeitos de Aprovação da Contratação de Tais Serviços e Indicação das Razões para a sua Contratação

Os serviços que não são de revisão legal de contas e auditoria externa, solicitados por Sociedades do Grupo ao Auditor Externo e a outras entidades pertencentes à mesma rede, no montante total de 23.086 euros, dizem respeito a serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de formação prestada a colaboradores em programas não especificamente preparados para o Grupo.

Todos estes serviços foram necessários à regular actividade das Sociedades do Grupo, sendo que, após devida ponderação, o Auditor Externo e/ou as entidades pertencentes à mesma rede foram considerados como aqueles que melhor poderiam prestá-los. Para além de terem sido prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo, estes serviços são

laterais aos trabalhos dos auditores, não afectando, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício da sua função.

Conforme resulta do procedimento referido no ponto 37, todos os serviços acima mencionados foram sujeitos a aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

47. Indicação do Montante da Remuneração Anual Paga Pela Sociedade e/ou por Pessoas Colectivas em Relação de Domínio ou de Grupo ao Auditor e a Outras Pessoas Singulares ou Colectivas Pertencentes à Mesma Rede e Discriminação da Percentagem Respeitante aos Seguintes Serviços

Relativamente a 2019, o total de remunerações pagas ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, foi de 843.147 euros.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se da seguinte forma:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	108.500	12,9%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	10.000	1,2%
Por entidades que integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	711.561	84,4%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	13.086	1,5%

Secção C ORGANIZAÇÃO INTERNA

Subsecção I Estatutos

48. Regras Aplicáveis à Alteração dos Estatutos da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM)

Não estão estatutariamente definidas quaisquer regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade, pelo que a esta matéria se aplicam os termos definidos por Lei.

Subsecção II Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade

Desde 2004, a Comissão de Ética de Jerónimo Martins implementou um sistema de comunicação bottom-up que garante a possibilidade de todos os colaboradores, independentemente da sua função, reportarem eventuais irregularidades ocorridas no Grupo, bem como quaisquer outros comentários que entendam fazer, em particular no que diz respeito ao cumprimento do Código de Conduta.

No Código de Conduta estão definidos os princípios e valores do Grupo Jerónimo Martins, designadamente o respeito pela lei, a integridade e a responsabilidade social corporativa e um conjunto de normas de conduta como a não-discriminação e igualdade de oportunidades, a lealdade nas negociações com fornecedores, a prevenção de conflitos de interesses, entre outras.

A Comissão de Ética fez divulgar junto de todos os colaboradores do Grupo, através dos canais de comunicação internos, o seu endereço de e-mail e o teor do Código de Conduta, do qual é entregue um exemplar a cada colaborador aquando da sua admissão em qualquer das Companhias do Grupo. Sem prejuízo do contacto para o e-mail da Comissão de Ética, os colaboradores podem sempre consultar a sua chefia hierárquica caso necessitem de qualquer esclarecimento a respeito do Código de Conduta ou pretendam reportar qualquer irregularidade, podendo ainda utilizar o Serviço de Atendimento ao Colaborador, um canal interno disponível em cada um dos países em que o Grupo se encontra presente.

No ano de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou uma Política Anticorrupção, a qual é aplicável a todas as sociedades do Grupo Jerónimo Martins e a todos os seus colaboradores – abrangendo cargos de gestão ou em regime de mandato -, e seja qual for a natureza do vínculo contratual, função ou país no qual desempenhem a respectiva actividade, a qual visa concretizar os princípios de actuação e os deveres enunciados no Código de Conduta em matéria de honestidade e integridade. Esta Política estabelece normas de actuação com o objectivo de prevenir condutas ilícitas que constituam a prática de actos de corrupção e acautelar potenciais situações de conflitos de interesses. No que diz respeito a conflitos de interesses, a Política Anticorrupção determina a comunicação imediata de existência do conflito e a abstenção da prática de qualquer acto ou tomada de decisão relativamente aos quais se manifeste o conflito. Nos termos desta Política, todos os colaboradores que tenham conhecimento ou suspeita fundada de situações que não cumpram as disposições da Política, devem reportar superiormente tais situações e, em caso de dúvida quanto à existência de um conflito de interesses, consultar a Comissão de Ética.

A Comissão de Ética salvaguarda o tratamento confidencial dos contactos que são direccionados para o seu endereço de e-mail.

Subsecção III Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno

Cabe ao Departamento de Auditoria Interna avaliar a qualidade e eficácia dos sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Os objectivos do Controlo Interno passam por assegurar a eficiência das operações, a fiabilidade dos relatórios financeiros e operacionais e o respeito pelas leis e regulamentos. Para a sua validação e com base na avaliação dos riscos operacionais e dos processos críticos de cada Companhia, é definido o plano de actividades do Departamento de Auditoria Interna.

Os resultados das auditorias são mensalmente avaliados na Comissão de Controlo Interno – a qual reporta à Comissão de Auditoria - e reportados à Direcção Executiva do Grupo. Trimestralmente, os mesmos são disponibilizados à Comissão de Auditoria, órgão que, conforme melhor enquadrado no ponto 52, tem a responsabilidade de proceder à aprovação dos planos de actividade da área de Gestão de Risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. Com a mesma regularidade, é efectuado um ponto de situação das recomendações acordadas com os responsáveis das áreas auditadas.

Durante o exercício de 2019, realizaram-se, entre outras, auditorias a processos de gestão de stocks, recolha de fundos, gestão de contas a pagar e a receber, proveitos suplementares, qualidade e segurança alimentar, investimentos e sistemas de informação.

51. Explicação das Relações de Dependência Hierárquica e/ou Funcional Face a Outros Órgãos ou Comissões da Sociedade

O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria. O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna é também vogal da Comissão de Controlo Interno que, por sua vez, reporta à Comissão de Auditoria.

Ver organograma constante do ponto 21.

52. Existência de Outras Áreas Funcionais com Competências no Controlo de Riscos

a) Sistema Corporativo de Gestão de Risco

O Grupo, e em particular o seu Conselho de Administração, presta grande atenção aos riscos que afectam o negócio e seus objectivos e está dedicado a assegurar que a Gestão do Risco é uma componente efectiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo.

O enquadramento da Gestão de Risco encontra-se detalhado na Política de Gestão de Risco do Grupo, na qual se define o Sistema Corporativo de Gestão de Risco e se estabelecem as funções e responsabilidades pela sua execução.

a.1) Objectivos da Gestão de Risco

O Sistema Corporativo de Gestão de Risco não pretende eliminar completamente o risco das actividades do Grupo, mas sim assegurar que são desenvolvidos todos os esforços para que o risco seja gerido de forma adequada, maximizando as oportunidades potenciais e minimizando os seus efeitos adversos.

O Sistema Corporativo de Gestão de Risco do Grupo tem por objectivo estruturar e organizar consistentemente a forma como o Grupo identifica e avalia os riscos, assegurando que estes são analisados de forma abrangente, considerando as dependências e correlações entre as várias áreas de risco, promovendo o alinhamento do processo em toda a organização. Neste estabelece-se, também, os procedimentos para reporting, com vista a assegurar a adequada monitorização e o acompanhamento das medidas de mitigação e de controlo dos riscos.

Devido à dimensão e dispersão geográfica das actividades de Jerónimo Martins, uma Gestão de Risco bem-sucedida depende da activa participação de todos os colaboradores, os quais devem assumir essa preocupação como parte integrante das suas funções, em particular através da identificação, reporte e mitigação dos riscos associados à sua área de responsabilidade. Todas as actividades têm assim de ser desenvolvidas com a compreensão da natureza do risco e a consciência do potencial impacto de eventos inesperados sobre a Companhia e a sua reputação.

O Grupo está empenhado em assegurar que todos os colaboradores recebem orientações e formação adequada sobre os princípios de Gestão de Risco, sobre os critérios e processos definidos na Política de Gestão de Risco e sobre as suas responsabilidades individuais na gestão efectiva dos riscos.

a.2) Organização da Gestão de Risco

O modelo de Governo da Gestão de Risco encontra-se definido de forma a assegurar a eficácia da Estrutura da Gestão de Risco (*Risk Management Framework*), encontrando-se alinhado com o Modelo das Três Linhas de Defesa, que distingue entre três grupos (ou linhas) que envolvem uma Gestão de Risco efectiva, e que são:

- Primeira Linha de Defesa (Operações de Negócio: Responsáveis pelo Risco) – responsável pelas actividades quotidianas de Gestão do Risco, alinhadas com a estratégia de negócio, os procedimentos internos existentes e a política de Gestão de Risco;
- Segunda Linha de Defesa (Funções de Supervisão / Compliance: Gestores de Risco Corporativo e de Unidade de Negócio) – responsável pela análise e reporting da Gestão de Risco, bem como pelo desenvolvimento de políticas com vista a melhorar a eficiência dos processos de Gestão de Risco. Esta segunda linha também inclui funções como o Controlo Financeiro, Segurança, Qualidade e Segurança Alimentar, entre outras áreas corporativas;
- Terceira Linha de Defesa (Supervisão Independente: Auditoria Interna e Auditoria Externa) – responsável por garantir a eficácia dos mecanismos de governo, Gestão de Risco e de controlo interno, incluindo a forma como as primeiras e segundas linhas de defesa asseguram os objectivos de controlo e Gestão de Risco.

A estrutura organizacional da Gestão de Risco considera as seguintes funções e responsabilidades:

- o Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e da Política de Gestão de Risco e pela definição dos objectivos em matéria de assunção de riscos, cabendo-lhe ainda providenciar para que sejam criados os sistemas de controlo necessários, com vista a garantir que os riscos incorridos estão em conformidade com os objectivos fixados;
- a Comissão de Auditoria aprova os planos de actividade da área de Gestão de Risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. As suas responsabilidades incluem, nomeadamente, proceder a uma avaliação dos níveis de exposição global ao risco e assegurar que os mesmos

são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovados pelo Conselho de Administração, rever as acções de mitigação definidas para os riscos considerados mais críticos, acompanhar o planeamento e desenvolvimento de iniciativas de gestão de risco, rever periodicamente os principais tipos de risco do Grupo;

- o Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direcção Executiva, assegura a implementação da estratégia e da Política de Gestão de Risco definida pelo Conselho de Administração, bem como promove uma cultura atenta ao risco na organização, assegurando que a Gestão de Risco se encontra embutida em todos os processos e actividades;
- o Comité de Risco assiste e aconselha a Direcção Executiva, enquanto órgão coadjuvante do Administrador-Delegado, na avaliação e monitorização de medidas de mitigação dos diferentes tipos de risco e garantir a existência de uma estrutura de Gestão de Risco eficaz, que assegura que os níveis de exposição ao risco se encontram alinhados com os objectivos e estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das competências a cargo da Comissão de Auditoria;
- a Direcção de Gestão de Risco Corporativo é responsável pela implementação da estrutura de Gestão de Risco e pela coordenação de todas as actividades de Gestão de Risco, oferecendo suporte à Direcção Executiva e ao Comité de Risco na identificação de exposição a riscos que possam comprometer a estratégia e os objectivos do Grupo. A Direcção de Gestão de Risco Corporativo é também responsável pela coordenação e alinhamento das práticas seguidas pelas Companhias nos Planos de Continuidade de Negócio (PCN);
- o Gestor de Risco da Unidade de Negócio é responsável pela implementação das iniciativas de Gestão de Risco ao nível das Companhias e pelo suporte das actividades dos respectivos Responsáveis pelo Risco;
- os Responsáveis pelo Risco compreendem todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou actividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas actividades;
- o Departamento de Auditoria Interna baseia o seu trabalho no conjunto de riscos significativos, conforme identificados pela gestão, auditando os processos de Gestão de Risco em toda a Organização, de forma a garantir a eficácia e eficiência na Gestão de Risco e a prestar suporte activo no processo de Gestão de Risco.

53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Actividade

Riscos Estratégicos

A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização de factores como as tendências sociais, políticas e macroeconómicas: a evolução demográfica, as preferências dos consumidores, o ciclo de vida dos negócios, a dinâmica dos mercados (financeiros, de trabalho, de recursos naturais e energéticos), a situação geopolítica, a actividade da concorrência, a inovação tecnológica, a disponibilidade de recursos, as alterações ao nível legal e regulatório e o escrutínio social a que as actividades do Grupo se encontram expostas.

Esta informação é utilizada pela equipa de gestão para compreender as necessidades de mercado e, assim, identificar ameaças e oportunidades nas indústrias e sectores em que desenvolve actividade, nomeadamente em termos de potencial de rentabilidade e crescimento, mas também em termos de alinhamento estratégico e adequação do seu modelo de negócio às condições de mercado actuais e futuras.

Riscos Operacionais

Resulta da condução das normais funções do negócio constantes da cadeia de valor do Grupo, focando-se nos riscos que resultam dos processos operacionais das suas unidades.

A classe de riscos operacionais considera os riscos relacionados com a gestão de categorias e *sourcing*, gestão de stocks, gestão de fundos, logística e *supply chain* e na eficiência e segurança na utilização de recursos e activos.

Os riscos de fraude, branqueamento de capitais e corrupção são igualmente considerados na avaliação das actividades operacionais mais relevantes e a adequabilidade e alcance dos controlos e das medidas de mitigação são, também, revistas e reconsideradas sempre que necessário.

Riscos de Segurança Alimentar¹

O Grupo procura disponibilizar produtos e soluções alimentares mais saudáveis, assegurando e impondo medidas de segurança alimentar em estrita observância com os *standards* de segurança alimentar.

As Direcções de Qualidade e Segurança Alimentar das diferentes Companhias do Grupo têm sob sua responsabilidade a: i. prevenção, através de auditorias de selecção, avaliação e acompanhamento de fornecedores; ii. monitorização, através do acompanhamento do produto ao longo de todo o fluxo logístico para análise do cumprimento de requisitos de boas práticas e de certificação; iii. monitorização, através da análise de produto na avaliação do cumprimento dos requisitos de qualidade e segurança alimentar; e iv. formação, através da realização periódica de simulacros e acções de sensibilização.

As Companhias são continuamente monitorizadas por técnicos de controlo de qualidade, para assegurar a implementação de procedimentos e avaliar a eficiência dos processos de formação e a adequabilidade das instalações e equipamento.

Riscos Ambientais²

Assegurar a gestão eficiente de recursos, ao mesmo tempo que se promove a preservação ambiental, é fundamental para o crescimento sustentado dos negócios do Grupo Jerónimo Martins. Dada a dimensão das suas Companhias, têm sido realizados estudos sobre os impactos dessas actividades nos ecossistemas e serviços e recursos que estes proporcionam nos seguintes âmbitos: i. Práticas de gestão agrícola com foco no consumo de água e energia, biodiversidade e gestão económica; ii. Análise de Risco sobre o Pescado comercializado nas unidades do Grupo; iii. Análise de riscos e oportunidades associadas aos impactos decorrentes das alterações climáticas e da utilização da água nas actividades do Grupo; e iv. Mapeamento das *commodities* de desflorestação, suas origens e métodos de produção nos produtos de Marcas Próprias e Perecíveis.

Também em 2019, o Grupo Jerónimo Martins iniciou uma análise dos riscos e oportunidades financeiros associados ao fenómeno das alterações climáticas, considerando para isso cenários possíveis de aumento da temperatura média global e seguindo a metodologia proposta pela *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD).

Decorrentes das alterações climáticas, da utilização da água e *commodities* associadas à desflorestação, foram identificadas as seguintes tipologias de risco:

¹ As acções desenvolvidas em 2019 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de qualidade e segurança alimentar são detalhadas no Capítulo V ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"), subcapítulo 4 - "Promover a Saúde pela Alimentação".

² As acções desenvolvidas em 2019 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de protecção do ambiente são detalhadas no Capítulo V ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 5 - "Respeitar o Ambiente" e 6 - "Comprar com Responsabilidade".

- Regulamentar, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental;
- Física, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como os produtos agrícolas, ou na disrupção da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos;
- Reputacional, associados às expectativas dos *stakeholders* quanto à redução das emissões de carbono e contribuição para o combate à desflorestação por parte do Grupo.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a gestão das mesmas, é analisada pelo Grupo como parte dos processos de avaliação de risco.

Riscos de Segurança Física e de Pessoas

A Direcção de Segurança tem a responsabilidade de assegurar a existência de condições que garantam a integridade física das pessoas e das instalações.

A gestão do risco de segurança física e de pessoas envolve a definição e divulgação de normas e instruções de trabalho, a realização de acções de sensibilização e formação de colaboradores, de auditorias realizadas às lojas, a elaboração da avaliação de riscos de todos os estabelecimentos e a execução de simulacros de emergência.

Riscos de Sistemas de Informação

Os riscos associados a Sistemas de Informação são analisados considerando as suas diferentes componentes: planeamento e organização, desenvolvimento, inovação, gestão de operações, segurança de informação e continuidade.

A componente de Segurança de Informação no Grupo está a cargo de uma Direcção dedicada em exclusivo a essa matéria e consiste na implementação e manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio, desenvolvendo actividades de monitorização e controlo no sentido de identificar e mitigar potenciais vulnerabilidades.

Riscos de Regulação

O cumprimento da legislação é assegurado pelos Departamentos Jurídicos das Companhias do Grupo.

Ao nível da *Holding*, a Direcção de Assuntos Jurídicos garante, igualmente, a coordenação e a implementação de estratégias para a protecção dos interesses de Jerónimo Martins em caso de litígio, gerindo ainda o aconselhamento externo.

O *compliance* em matéria de dados pessoais é acompanhado pelo Encarregado de Protecção de Dados Pessoais, suportado pelo Departamento de Privacidade, e em estreita colaboração com a Direcção de Assuntos Jurídicos da *Holding*, com os Departamentos Jurídicos das Companhias e com o Departamento de Segurança de Informação.

No sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de natureza fiscal, a Direcção de Fiscalidade da *Holding* presta assessoria às sociedades do Grupo, para além de supervisionar também o contencioso fiscal destas.

Riscos Financeiros

Factores de Risco

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e

risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Sociedade.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A informação sobre os riscos financeiros aos quais o Grupo se encontra exposto encontra-se detalhada na nota 29 – Riscos Financeiros, do Capítulo III do Relatório e Contas.

54. Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Risco assume um processo contínuo de avaliação de riscos, sendo parte integral do processo normal de decisão e dos processos de gestão.

O processo de Gestão de Risco do Grupo encontra-se alinhado com as recomendações do standard internacional ISO 31000 e visa principalmente distinguir o que é irrelevante do que é material, requerendo uma gestão activa, que envolve para tal a consideração das fontes de risco, da probabilidade de ocorrência de determinado evento e das consequências da sua manifestação no contexto do ambiente de controlo.

O Grupo prepara e mantém um perfil de risco agregado, listando todos os riscos operacionais e estratégicos com relevo e os respectivos mecanismos de mitigação e de controlo implementados, o qual é actualizado regularmente com informação resultante dos processos correntes de avaliação de risco.

Como parte dos processos de planeamento Estratégico e Operacional é realizada uma revisão anual global, com a coordenação da Direcção de Gestão de Risco Corporativa, para que a informação relativa aos principais riscos seja devidamente actualizada e considerada durante o planeamento. Desta forma, despoleta o desenvolvimento das opções em análise, bem como a identificação de novas acções que reforcem a defesa dos objectivos a desenvolver.

55. Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m) CVM)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro do Grupo, nomeadamente, garantindo que o Grupo tem implementadas políticas adequadas, que garantem de forma razoável que as transacções são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites (GAAP - Generally Accepted Accounting Principles), e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e detecção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização do desempenho.

Controlos adicionais resultam da supervisão desenvolvida pela Comissão de Auditoria e das avaliações de fiabilidade asseguradas pela Comissão de Controlo Interno a respeito da preparação e divulgação de informação financeira e ainda das actividades de monitorização desenvolvidas pelo Departamento de Planeamento e Controlo do Grupo, relativamente ao desempenho das diferentes unidades de negócio e da análise dos desvios face aos planos aprovados.

Subsecção IV Apoio ao Investidor

56. Serviço Responsável pelo Apoio ao Investidor, Composição, Funções, Informação Disponibilizada Por Esses Serviços e Elementos Para Contacto

Composição

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins tem a seguinte composição:

Responsável: Cláudia Falcão

Equipa: Ana Maria Marcão, Hugo Fernandes e Teresa Balsas

Principais Funções

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins é responsável pela comunicação com todos os investidores – institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título da Sociedade. São igualmente da responsabilidade do Gabinete todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Política de Comunicação de Jerónimo Martins com o Mercado de Capitais

A política de comunicação de Jerónimo Martins com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante - descrição histórica, desempenho actual e perspectivas futuras - que, com respeito pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Companhia junto dos investidores, accionistas, analistas e do público em geral.

A estratégia de comunicação financeira delineada para cada ano pauta-se pelos princípios de transparência, rigor e consistência que asseguram que toda a informação relevante é transmitida de forma não discriminatória, clara e completa aos seus stakeholders.

Informação Disponibilizada

O Gabinete elabora anualmente um Plano de Comunicação para o Mercado Financeiro, que, devidamente enquadrado na estratégia global de comunicação de Jerónimo Martins, se pauta pelos princípios acima enunciados.

Neste sentido, com o objectivo de transmitir ao mercado uma visão actualizada e clara das estratégias das diferentes áreas de negócio do Grupo em termos de desempenho operacional e de perspectivas, o Gabinete organiza e participa num conjunto de eventos, com o objectivo de dar a conhecer os vários negócios de Jerónimo Martins, as suas estratégias e perspectivas de futuro e, em simultâneo, acompanhar o desenvolvimento das actividades do ano, mediante o esclarecimento de eventuais questões.

Ao longo de 2019, foram promovidas acções que permitiram ao mercado financeiro um diálogo não apenas com o próprio Gabinete, mas também com a equipa de gestão do Grupo. Destacam-se as seguintes:

- reuniões com analistas financeiros e investidores;
- respostas às questões dirigidas ao Gabinete, colocadas via correio electrónico para endereço próprio;
- conferências telefónicas;
- divulgação de comunicados ao mercado através da extranet da CMVM, do sítio institucional de Jerónimo Martins, da Euronext Lisboa e da remessa de mensagens de e-mail dirigidas a todos os investidores e analistas financeiros que constam da base de dados criada e actualizada pelo Gabinete;
- apresentações realizadas à comunidade financeira: apresentação de resultados, roadshows, conferências e Assembleia Geral Anual de accionistas;
- organização de visitas às operações da Polónia e da Colômbia, com o management das respectivas Companhias;
- processo contínuo de actualização da página de relação com investidores no sítio institucional da Sociedade.

Com o objectivo de tornar a informação facilmente acessível a todos os stakeholders, as comunicações regularmente efectuadas pelo Gabinete são integralmente disponibilizadas no sítio institucional de Jerónimo Martins em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

O sítio disponibiliza, em português e inglês, não só a informação obrigatória, como também informação de carácter geral sobre o Grupo e as Companhias que o integram, e ainda outros dados considerados relevantes, designadamente:

- comunicados ao mercado sobre factos relevantes;
- contas anuais, incluindo o Relatório Anual sobre a actividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, contas semestrais e trimestrais do Grupo;
- indicadores económico-financeiros e dados estatísticos, actualizados semestral ou anualmente, consoante a Companhia ou área de negócio;
- a mais recente apresentação do Grupo realizada à comunidade financeira e acervo histórico;
- informações sobre o desempenho do título em bolsa;
- calendário anual de eventos societários, divulgado no início de cada ano, incluindo, entre outros, as reuniões da Assembleia Geral de accionistas e a divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- informação sobre o Governo da Sociedade;
- Código de Conduta de Jerónimo Martins;
- Estatutos da Sociedade;
- regulamentos internos em vigor;
- informações relativas às Assembleias Gerais de accionistas;
- actas das reuniões da Assembleia Geral de accionistas, ou respectivos extractos;
- acervo histórico das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às Assembleias Gerais de accionistas.

Contactos

O contacto com o Gabinete é possível através da Representante para as Relações com o Mercado e Responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores – Cláudia Falcão – e do endereço de e-mail: investor.relations@jeronimo-martins.com.

As principais coordenadas de acesso ao Gabinete são as seguintes:

Morada: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033, Lisboa
Telefone: +351 21 752 61 05

57. Representante Para as Relações com o Mercado

A representante de Jerónimo Martins para as relações com o mercado é a responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores, Cláudia Falcão.

58. Informação Sobre a Proporção e o Prazo de Resposta aos Pedidos de Informação Entrados no Ano ou Pendentes de Anos Anteriores

No âmbito das questões dirigidas ao Gabinete de Relações com Investidores, ao longo de 2019, foram registados 351 contactos presenciais com investidores e analistas financeiros e 575 pedidos de informação colocados via correio electrónico ou através de contacto telefónico, tendo sido dada aos mesmos resposta imediata ou dentro de um prazo adequado à natureza do pedido.

Subsecção V Sítio de Internet

59. Endereço (s)

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português e em inglês e pode ser acedido através dos seguintes endereços:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/>

60. Local Onde se Encontra Informação Sobre a Firma, a Qualidade de Sociedade Aberta, a Sede, e Demais Elementos Mencionados no Art. 171.º CSC

As informações relativas ao Artigo 171.º CSC encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/contactos/>

61. Local Onde se Encontram os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/estatutos-e-regulamentos/>

62. Local Onde se Disponibiliza Informação Sobre a Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais, do Representante Para as Relações com o Mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou Estrutura Equivalente, Respectivas Funções e Meios de Acesso

A informação em causa encontra-se disponível no sítio institucional de Jerónimo Martins e pode ser acedida através dos seguintes links:

- Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/conselho-de-administracao/>

Comissão de Auditoria

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/comissao-de-auditoria/>

Assembleia Geral

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/assembleia-geral/>

Revisor Oficial de Contas

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/revisor-oficial-de-contas-e-auditor-externo/>

- Identidade do representante para as Relações com o Mercado:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

- Informação atinente ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

63. Local Onde se Disponibilizam os Documentos de Prestação de Contas, Que Devem Estar Acessíveis Pelo Menos Durante Cinco Anos, Bem Como o Calendário Semestral de Eventos Societários, Divulgado no Início de Cada Semestre, Incluindo, Entre Outros, Reuniões da Assembleia Geral, Divulgação de Contas Anuais, Semestrais e, Caso Aplicável, Trimestrais

O local onde se disponibiliza a informação em causa é o sítio institucional de Jerónimo Martins, através dos seguintes links:

- Documentos de prestação de contas:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

- Calendário semestral de eventos societários:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/calendario-financeiro/#1505502691919-400fdf9d-c43897ff-f66f7e8e-3b65>

64. Local Onde são Divulgados a Convocatória Para a Reunião da Assembleia Geral e Toda a Informação Preparatória e Subsequente Com Ela Relacionada

O local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

65. Local Onde se Disponibiliza o Acervo Histórico com as Deliberações Tomadas nas Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o Capital Social Representado e os Resultados das Votações, com Referência aos Três Anos Antecedentes

O local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado, os resultados das votações, com referência aos anos antecedentes, incluindo os últimos três, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

Secção D REMUNERAÇÕES

Subsecção I Competência para a Determinação

66. Indicação Quanto À Competência para a Determinação da Remuneração dos Órgãos Sociais, do Administrador-Delegado e dos Dirigentes da Sociedade

Nos termos do Artigo Vigésimo Nono dos Estatutos, a remuneração dos Órgãos Sociais é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão por esta nomeada. Ao abrigo desta última possibilidade, entenderam os accionistas de Jerónimo Martins designar uma Comissão de Vencimentos para fixar a remuneração dos titulares de Órgãos Sociais.

A Comissão de Vencimentos é eleita por um período de três anos, estando em curso o mandato para o triénio 2019-2021.

A remuneração dos restantes dirigentes da Sociedade é determinada pela respectiva Administração.

Subsecção II Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos

67. Composição da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos, Incluindo Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas Contratadas Para Lhe Prestar Apoio e Declaração Sobre a Independência de Cada Um dos Membros e Assessores

Em Assembleia Geral, realizada em 11 de Abril de 2019, foram eleitos para integrar a Comissão de Vencimentos, para o triénio em curso, Jorge Ponce de Leão (Presidente), Chittaranjan Kuchinad e Erik Geilenkirchen.

Nenhum dos referidos elementos da Comissão de Vencimentos é Membro do Órgão de Administração da Sociedade ou tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os Membros do Conselho de Administração que possam afectar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

No ano em análise, a Comissão de Vencimentos solicitou à Sociedade que obtivesse, junto de consultor especializado, estudo retributivo comparativo, a fim de garantir que os níveis remuneratórios dos órgãos sociais do Grupo eram adequados e em linha com as práticas internacionais, sendo este o contexto em que o Grupo opera. Foram, assim, contratados pela Sociedade em 2019 para o referido efeito os serviços da consultora Mercer. A Comissão de Vencimentos considerou, tendo em conta, nomeadamente, o respectivo currículo e portefólio de clientes, que tal consultora oferecia garantias de independência, evidenciada no estudo apresentado. Foi autorizada pela Comissão de Vencimentos a contratação da referida consultora para a prestação de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

Elizabeth Bastoni (Presidente cessante da Comissão de Vencimentos) e Erik Geilenkirchen encontravam-se presentes na qualidade de representantes da Comissão de Vencimentos, na Assembleia Geral Anual da Sociedade que teve lugar em 11 de Abril de 2019.

68. Conhecimentos e Experiência dos Membros da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos em Matéria de Política de Remunerações

Os Membros da Comissão de Vencimentos têm vastos conhecimentos e experiência internacional em matérias de gestão e de política de remuneração, o que lhes confere as competências necessárias para um exercício efectivo e adequado das respectivas funções.

Jorge Ponce de Leão é licenciado em Direito, estando ligado à área do Direito do Trabalho desde o início da década de 1970, nas qualidades de consultor jurídico externo e no seio de algumas empresas nacionais. Foi chefe dos Serviços Jurídicos e Fiscais (Grupo Jerónimo Martins – área industrial), e Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. durante a década de 1990. Desempenhou funções de gestão na área de Recursos Humanos da Radiotelevisão Portuguesa, foi CEO da SAIP SGPS e Presidente do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal, e da NAV – Navegação Aérea de Portugal, E.P.E..

Chittaranjan Kuchinad tem formação académica em estatística (licenciatura em Estatística / Economia pela Universidade de Bombaim, na Índia, e um Master em Estatística pela Universidade Marquette, nos Estados Unidos da América). Tem vasta experiência no desenho e financiamento de programas de compensação e benefícios na Europa, Ásia/Pacífico e América Latina. Iniciou a sua carreira como consultor na Wyatt e na Towers Perrin. Prestou serviços a inúmeras empresas de média e grande dimensão, tendo sido consultor principal de clientes de grande dimensão, nomeadamente, a IBM Ásia / Pacífico, IBM América Latina, Coca-Cola, Gillette, InchCape e Citibank. Foi Director de Compensação Internacional na McDonald's Corporation, Director Sénior de Recursos Humanos da Nike, Inc. Ásia-Pacífico, Executive Vice President de Recursos Humanos e Senior Vice President de Compensação Total da Starbucks Coffee Company. Foi Director de Recursos Humanos da ASDA (Walmart), da Guess?, Inc., e da Jacobs Douwe Egberts, e tem vindo a desempenhar as funções de Director de Recursos Humanos da Save The Children.

Erik Geilenkirchen tem um Master em Engenharia Mecânica. Desde 1989 a sua actividade profissional tem dado especial enfoque à área dos recursos humanos, tendo desempenhado funções durante nove anos no Grupo Hay. Posteriormente, assumiu as funções de Vice-Presidente de Recursos Humanos do Grupo Ahold (Ásia/Pacífico), Vice-Presidente Senior (Ásia/Pacífico) no Grupo Philips com responsabilidades na área de recursos humanos e Chief Human Resources Officer do Grupo Cofra Holding. É o fundador do sítio "IntelligentBoardRoom.com".

Os membros da Comissão de Vencimentos receberam, ao longo do ano, informação por parte das várias companhias do Grupo quanto à respectiva actividade, permitindo à Comissão, no âmbito dos objectivos individuais de performance do Administrador Delegado, verificar se as estratégias de remuneração existentes estão alinhadas com um posicionamento competitivo no mercado.

Subsecção III Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização a Que se Refere o Art. 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho

A Comissão de Vencimentos entendeu justificar-se a manutenção dos princípios básicos que constituem o cerne da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Sociedade, reforçando e destacando aspectos da política de remunerações que são de importância decisiva para a sustentabilidade do negócio do Grupo, especialmente:

- o contexto internacional deve servir de base e comparação para a remuneração competitiva dos órgãos sociais, considerando que é crucial a manutenção da capacidade de atracção e retenção do melhor talento num contexto supranacional;

- o alinhamento das remunerações com as responsabilidades inerentes às funções desempenhadas pelos membros dos órgãos sociais, a sua disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da Sociedade;
- a importância de premiar o compromisso com a estratégia global do Grupo e os interesses de longo prazo dos accionistas, a obtenção de resultados de excelência e a demonstração da atitude e comportamentos adequados;
- a necessidade de salvaguarda dos interesses da Sociedade.

Continuou, não obstante, a ter-se em atenção o actual quadro legislativo e recomendatório, bem como a estrutura organizativa adoptada pelo Conselho de Administração.

No que respeita à organização do Conselho de Administração, continuaram a ser especialmente ponderadas pela Comissão de Vencimentos as seguintes características, designadamente:

- a existência de um Administrador-Delegado, responsável pela gestão corrente da Sociedade, bem como de Administrador ou Administradores a quem tenham sido atribuídos ou possam vir a ser atribuídos encargos especiais;
- a participação de Administradores Não-Executivos em Comissões Especializadas, que assim são chamados a devotar tempo acrescido aos assuntos da Sociedade.

Em face deste modelo organizativo, e os princípios adoptados, e entretanto reforçados, a Comissão de Vencimentos considerou as medidas descritas abaixo.

A remuneração de Administradores não executivos será composta, exclusivamente, por uma componente fixa.

Relativamente à remuneração de Administradores com funções executivas, e no sentido de assegurar que a respectiva remuneração está alinhada com as melhores práticas de mercado a nível internacional a Comissão de Vencimentos reforçou a importância de manter um processo de definição de objectivos e de avaliação do desempenho para revisão e/ou actualização com periodicidade trianual.

Em particular no que respeita à remuneração do Administrador Delegado, entendeu a Comissão de Vencimentos manter a existência de duas componentes, uma variável e outra fixa. A componente fixa da remuneração corresponde a um salário mensal pago 14 vezes, sendo o montante estabelecido tendo em conta as obrigações e responsabilidades atribuídas ao Administrador Delegado da Sociedade, o seu desempenho e a comparação com o mercado para funções similares. A componente variável é fixada anualmente pela Comissão de Vencimentos, está limitada ao dobro da componente fixa, e tem por base uma avaliação de desempenho individual anual que atende ao grau de cumprimento de um conjunto de objectivos quantitativos previstos nos planos de negócios do Grupo e aprovados pelo Conselho de Administração, e em prioridades de natureza qualitativa consideradas relevantes para a sustentabilidade do negócio.

Para o cálculo do desempenho individual, os objectivos individuais quantitativos têm o peso de 50%, e reflectem a performance financeira relacionada com o crescimento real da empresa e o retorno gerado para os accionistas. São considerados, nesta dimensão, os seguintes indicadores financeiros: o crescimento das vendas, os resultados líquidos, Economic Value Added (EVA), e Gearing (rácio de dívida financeira sobre capitais próprios). Os objectivos individuais qualitativos têm, igualmente, o peso de 50% no cálculo do desempenho individual. A Comissão de Vencimentos procede à avaliação da real implementação de projectos transversais às companhias do Grupo que assegurem a competitividade futura dos negócios e a sustentabilidade a longo prazo, utilizando para o efeito os seguintes indicadores de mensuração: visão estratégica e alocação de recursos/investimentos, saúde organizacional e agenda de talento, e relações multi-stakeholders. O desempenho e resultados atingidos neste último indicador são medidos por analistas ESG (Environmental, Social and

Governance), de acordo com a informação divulgada pela Sociedade sobre políticas, práticas e indicadores de desempenho nestas matérias.

As referidas dimensões, quantitativa e qualitativa, e correspondentes indicadores chave de desempenho, por natureza de longo prazo, são considerados essenciais para assegurar o sucesso futuro do negócio e têm um calendário que pode exceder um ano.

Para cálculo da atribuição da componente variável anual, são considerados os seguintes critérios: se o desempenho atingir menos de 100% dos objectivos fixados, não há lugar à atribuição da componente variável anual, e, se o desempenho for igual ou superior a 100% dos objectivos fixados, é devido um montante situado num intervalo entre 50% e 100% do montante máximo de remuneração variável.

Tendo presente quanto se expôs acima, foi adoptado um processo relativamente ao ciclo de desempenho do Administrador Delegado, que inclui a avaliação do seu desempenho anual, com revisões trimestrais, baseada em evidências concretas e na monitorização regular do nível de cumprimento dos indicadores e metas aprovadas pela Comissão de Vencimentos. De acordo com os procedimentos estabelecidos, o ciclo de desempenho é concluído com a atribuição da componente variável no primeiro trimestre do ano seguinte ao avaliado, depois de apurados os resultados do exercício, com o respectivo pagamento a ter lugar no primeiro semestre.

O total das componentes fixa e variável deve assegurar uma remuneração competitiva no mercado internacional e servir de incentivo ao desempenho individual e colectivo, através da definição e cumprimento de objectivos ambiciosos com vista a garantir elevados crescimentos e níveis de retorno adequados para os accionistas. A Comissão de Vencimentos considera que a política adoptada está em linha com as melhores práticas das empresas cotadas. Atendendo, contudo, às pressões do mercado na procura por talento e competências ao nível executivo, a Comissão de Vencimentos irá, periodicamente, analisar a competitividade da Sociedade na matéria em causa.

Atento o contributo das diversas geografias e áreas de negócio onde o Grupo opera, a Comissão de Vencimentos entende ainda adequado que o pagamento da remuneração dos Administradores com funções executivas, quer na componente fixa, quer na componente variável, possa ser repartido, entre a Sociedade e sociedades subsidiárias cujos órgãos de administração por aqueles sejam integrados, em proporção fixada pela Comissão de Vencimentos.

A Comissão de Vencimentos considera que a remuneração dos Administradores com funções executivas permite o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. O alinhamento com os interesses de longo prazo da Sociedade resulta reforçado pela circunstância de o actual Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado ser membro da família que constitui o accionista maioritário da Sociedade. Por essa razão, a Comissão de Vencimentos decidiu não haver lugar a diferimento da remuneração variável. Pelo mesmo motivo entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de montantes máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros do órgãos sociais, sem prejuízo de quanto fica atrás referido quanto à proporção entre a remuneração fixa e a remuneração variável dos administradores executivos. Pelas mesmas razões, entende a mesma Comissão ser desnecessária a previsão de mecanismos que permitam solicitar a restituição de uma remuneração variável.

Na Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos, melhor descrito no ponto 76, tendo a Comissão de Vencimentos declarado, para o exercício em apreço, que este benefício se deveria manter inalterado em 2019.

Tal como estabelecido pela Comissão de Vencimentos em 2010, mantém-se os *fringe benefits* seguro de vida e de saúde para administradores com funções executivas.

A remuneração dos membros da Comissão de Auditoria, à semelhança dos Administradores com funções não executivas, continuará a ser composta, exclusivamente, por uma componente fixa.

No que respeita a Administradores que integrem comissões especializadas (compostas ou não exclusivamente por Administradores) ou órgãos de fiscalização das sociedades subsidiárias da Sociedade, e que não exercem funções executivas na Sociedade, o montante que lhes é pago pode diferir dos restantes, sendo que a Comissão de Vencimentos entende adequado, em ambos os casos, manter a atribuição de senhas de presença, tendo em atenção que as funções exercidas nos referidos órgãos e Comissões implicam uma maior exigência em termos de disponibilidade. Pode também ser atribuída uma remuneração fixa adicional aos administradores não executivos que sejam encarregados de tarefas específicas.

O Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral continuarão a ser remunerados através da atribuição de senhas de presença.

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com contrato de prestação de serviços de revisão das contas com o Grupo Jerónimo Martins, o qual abrange a quase totalidade das suas subsidiárias. A respectiva remuneração deverá estar em linha com o que se pratica no mercado.

A Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade, nem tem conhecimento de que os mesmos o hajam feito com terceiros.

A ausência de um período de diferimento da remuneração variável torna desnecessária a existência de mecanismos destinados a impedir a celebração por Administradores Executivos de contratos que subvertam a razão de ser dessa componente da remuneração.

A Comissão de Vencimentos faz notar que não foi paga pela Sociedade a ex-administradores – executivos ou não – qualquer indemnização, relativamente à cessação das suas funções, não tendo a Sociedade adoptado nenhum instrumento jurídico do qual resulte, directa ou indirectamente, o pagamento aos administradores de quaisquer montantes além dos previstos na lei, pela cessação de funções antes do termo do mandato.

A Política de Remunerações foi sujeita à apreciação da Assembleia Geral Anual realizada no ano transacto.

70. Informação Sobre o Modo Como a Remuneração É Estruturada de Forma a Permitir o Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade, bem como Sobre o Modo Como é Baseada na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos

Como resulta da Política de Remunerações descrita no ponto 69, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos Membros do Conselho de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de componentes de remuneração fixa e variável e a dependência da definição da remuneração variável de uma estrutura de dimensões qualitativas e quantitativas relevantes para o negócio e de indicadores chave de desempenho, baseando-se a fixação da componente variável no grau de cumprimento de objectivos quantitativos previstos nos planos de negócio do Grupo aprovados pelo Conselho de Administração, determinam que o desempenho da gestão da Sociedade seja efectuado tendo em atenção os interesses da Sociedade e dos accionistas, não só no curto prazo, mas também no médio e no longo prazo.

Dentro dos princípios da política de remunerações em vigor, e de forma a assegurar alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Comissão de Vencimentos considerou adequado rever o processo de definição de objectivos e avaliação do desempenho de Administradores com funções executivas, em particular do Administrador-Delegado, tendo acompanhado o progresso das metas qualitativas e quantitativas, numa base trimestral. Definiu ainda metas qualitativas claras e mensuráveis, nomeadamente com base em relatórios de analistas ESG (Ambiental, Social e de Governo da Sociedade).

Com base na análise rigorosa e detalhada de múltiplas fontes de evidência internas e também independentes, a Comissão de Vencimentos acompanhou o progresso dos vários indicadores de desempenho, quer quantitativos (crescimento das vendas, resultados líquidos, EVA e gearing), quer qualitativos (visão estratégica e alocação de recursos / investimentos, saúde organizacional e gestão do talento, e relações multi-stakeholders).

Como referido no ponto 69, a Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência à Existência de Uma Componente Variável da Remuneração e Informação Sobre Eventual Impacto da Avaliação de Desempenho Nesta Componente

A remuneração de Administradores com funções executivas compreende uma componente variável dependente, para além do mais, de avaliação de desempenho em função do cumprimento efectivo dos objectivos e metas, medido pelo comportamento dos indicadores qualitativos e quantitativos. Ver pontos 69 e 70.

72. Diferimento do Pagamento da Componente Variável da Remuneração, com Menção do Período de Diferimento

Não existe um período de diferimento de pagamento da remuneração variável. Ver ponto 69.

73. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Acções Bem Como Sobre a Manutenção, Pelos Administradores Executivos, Dessas Acções, Sobre Eventual Celebração de Contratos Relativos a Essas Acções, Designadamente Contratos de Cobertura (Hedging) ou de Transferência de Risco, Respectivo Limite, e Sua Relação Face ao Valor da Remuneração Total Anual

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B CVM.

74. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Opções e Indicação de Período de Diferimento e do Preço de Exercício

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B CVM.

75. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de Quaisquer Outros Benefícios Não Pecuniários

Ver pontos 69 a 71. Os Administradores com funções executivas beneficiam ainda dos *fringe benefits* seguro de vida e de saúde.

76. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões ou de Reforma Antecipada Para os Administradores e Data em Que Foram Aprovados em Assembleia Geral, em Termos Individuais

Em Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos.

Trata-se de um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em que é fixado previamente o valor da contribuição - sendo actualmente a percentagem de desconto mensal para o Fundo de 17,5% - variando o valor dos benefícios em função dos rendimentos obtidos. Cabe à Comissão de Vencimentos a definição da taxa de contribuição da empresa.

São considerados Participantes do Plano, tal como definidos no respectivo regulamento, os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que, no caso específico dos Administradores Executivos que se encontrassem em funções à data da Assembleia Geral de 2005, aqueles que optassem pelo presente Plano de Pensões deixariam de estar em condições de elegibilidade relativamente ao Plano de Complemento de Reforma, ao renunciarem expressa e irrevogavelmente a este.

A data da reforma coincide com o próprio dia ou o dia um do mês seguinte àquele em que o Participante complete a idade normal de reforma, conforme estabelecido no Regime Geral da Segurança Social. Um Participante será considerado em estado de invalidez total e permanente, se for reconhecido como tal pela Segurança Social Portuguesa.

O salário pensionável é o salário base ilíquido mensal pago pela Sociedade e por quaisquer sociedades suas subsidiárias directas ou indirectas, multiplicado por 14 e dividido por 12. A este valor mensal fixo acresce, no final de cada ano civil, um valor variável constituído por todos os valores auferidos a título de remuneração variável da referida Sociedade e sociedades subsidiárias.

Adicionalmente, para Administradores que se encontrassem em exercício de funções à data da referida Assembleia Geral de 2005, aplica-se o regime complementar de pensões ou de reforma, nos termos de cujo Regulamento têm direito a Complemento de Reforma os Administradores que, cumulativamente, tenham: i. mais de 60 anos; ii. exercido funções executivas; e iii. desempenhado cargos de Administrador há mais de 10 anos. Este complemento foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de 1996 e apenas podem beneficiar do mesmo Administradores que não tenham optado pelo Plano de Pensão de Reforma anteriormente referido.

Subsecção IV Divulgação das Remunerações

77. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, pelos Membros dos Órgãos de Administração da Sociedade, Proveniente da Sociedade, Incluindo Remuneração Fixa e Variável e, Relativamente a Esta, Menção às Diferentes Componentes que lhe Deram Origem

A remuneração ilíquida auferida pelos Membros do Órgão de Administração, paga pela Sociedade, durante o exercício de 2019, totalizou 1.697.145,81 euros, correspondendo 1.012.750,00 euros a remuneração fixa, 378.000,00 euros a remuneração variável e 306.395,81 euros de contribuições para o plano de pensão de reforma.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)		
	Componente Fixa	Componente Variável *	Plano de Pensões de Reforma
Pedro Soares dos Santos	239.750,00	378.000,00	306.395,81
Andrzej Szlezak	83.000,00	-	-
António Viana-Baptista	80.000,00	-	-
Artur Stefan Kirsten	80.000,00	-	-
Clara Christina Streit	80.000,00	-	-
Elizabeth Ann Bastoni ¹	90.000,00	-	-
Francisco Seixas da Costa	80.000,00	-	-
Hans Eggerstedt	-	-	-
Henrique Soares dos Santos	-	-	-
José Soares dos Santos	80.000,00	-	-
María Angela Holguín Cuéllar	80.000,00	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	120.000,00	-	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2019, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2018

¹ Inclui o montante de 10.000,00 euros pagos por desempenho de funções enquanto membro da Comissão de Vencimentos, no período entre 1 de Janeiro de 2019 e 11 de Abril de 2019.

78. Montantes a Qualquer Título Pagos Por Outras Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo ou Que Se Encontrem Sujeitas a um Domínio Comum

Adicionalmente em relação aos valores referidos no ponto 77, foi pago a Administradores por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade durante o exercício de 2019 um valor total ilíquido de 1.277.250,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável *
Pedro Soares dos Santos ¹	445.250,00	702.000,00
Andrzej Szlezak ²	40.000,00	-
María Angela Holguín Cuéllar ²	20.000,00	-
Sérgio Tavares Rebelo ²	70.000,00	-

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2019, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2018

¹ Por exercício de funções em Órgão de Administração

² Por exercício de funções em Órgão de Fiscalização

79. Remuneração Paga Sob a Forma de Participação nos Lucros e/ou de Pagamento de Prémios e os Motivos Por Que Tais Prémios e/ou Participação nos Lucros Foram Concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou prémios (para além da remuneração variável referida nos pontos 77 e 78, definida nos termos da Política de Remunerações descrita no ponto 69).

80. Indemnizações Pagas ou Devidas a Ex-Administradores Executivos Relativamente à Cessação Das Suas Funções Durante o Exercício

Não foi paga durante o exercício, nem existe qualquer obrigação de pagamento de indemnização, em caso de cessação das funções durante o mandato do Órgão de Administração.

81. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, Pelos Membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade, Para Efeitos da Lei N.º 28/2009, de 19 de Junho

A remuneração auferida pelos Membros da Comissão de Auditoria, nessa qualidade, em 2019, de forma agregada foi no montante líquido de 60.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra os valores remuneratórios líquidos pagos individualmente:

Comissão de Auditoria	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável
Sérgio Tavares Rebelo (Presidente)	20.000,00	-
Clara Christina Streit	20.000,00	-
Elizabeth Ann Bastoni	20.000,00	-
Hans Eggerstedt	-	-

82. Indicação da Remuneração No Ano de Referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração paga pela Sociedade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no ano em referência foi no montante de 7.500,00 euros.

Subsecção V Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações Contratuais Previstas Para a Compensação a Pagar por Destituição Sem Justa Causa de Administrador e Sua Relação Com a Componente Variável da Remuneração

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar a Administradores em caso de destituição sem justa causa, sendo esta matéria regulada pela legislação aplicável.

Ver Ponto 69.

84. Referência à Existência e Descrição, Com Indicação dos Montantes Envolvidos, de Acordos Entre a Sociedade e os Titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, na Aceção do n.º 3 do Art. 248.º-B CVM, que Prevejam Indemnizações em caso de Demissão, Despedimento Sem Justa Causa ou Cessação da Relação de Trabalho na Sequência de Uma Mudança de Controlo da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I) CVM)

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos Órgãos de Administração, dirigentes ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho em sequência de mudança de controlo da Sociedade.

Subsecção VI

Planos de Atribuição de Acções ou Opções sobre Acções (“Stock Options”)

85. Identificação do Plano e dos Respectivos Destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

86. Caracterização do Plano (Condições de Atribuição, Cláusulas de Inalienabilidade de Acções, Critérios Relativos ao Preço das Acções e o Preço de Exercício das Opções, Período Durante o Qual as Opções Podem Ser Exercidas, Características das Acções ou Opções a Atribuir, Existência de Incentivos Para a Aquisição de Acções e ou o Exercício de Opções)

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

87. Direitos de Opção Atribuídos Para a Aquisição de Acções (“Stock Options”) De Que sejam Beneficiários os Trabalhadores e Colaboradores da Empresa

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

88. Mecanismos de Controlo Previstos Num Eventual Sistema de Participação dos Trabalhadores no Capital na Medida em que os Direitos de Voto Não Sejam Exercidos Directamente Por Estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e) CVM)

Na Sociedade não existe qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital.

Secção E TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Subsecção I Mecanismos e Procedimentos de Controlo

89. Mecanismos Implementados Pela Sociedade Para Efeitos de Controlo de Transacções Com Partes Relacionadas

Negócios com Membros do Órgão de Administração; Conflitos de Interesses

Os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, quando existam, ficam sujeitos ao disposto no Artigo 397.º CSC, pelo que só podem ser celebrados mediante deliberação do Conselho de Administração que os autorize, na qual o Administrador interessado não pode votar, e que deverá ser precedida de parecer favorável da Comissão de Auditoria.

Tendo em conta a eleição de Andrzej Szlezak (sócio da sociedade de advogados Sołtysiński Kawecki & Szlezak (SK&S), um dos *External Legal Counsels* do Grupo Jerónimo Martins) para o cargo de Administrador de Jerónimo Martins, para o mandato 2013-2015, o Conselho de Administração autorizou, desde 2013, nos termos do n.º 2 do Artigo 397.º CSC e com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, a manutenção de contratos de prestação de serviços jurídicos entre a Sociedade e as suas subsidiárias e a referida sociedade de advogados.

Em caso de conflito de interesses entre um Administrador, por conta própria ou de terceiro, e a Sociedade, aplicam-se as previsões da Política Anticorrupção supra referida no ponto 49, sem prejuízo do que é referido abaixo.

Neste tipo de casos, tem igualmente aplicação o disposto no n.º 6 do Artigo 410.º CSC. Assim, não pode esse Administrador votar nas deliberações que o Conselho de Administração da Sociedade venha a adoptar quanto a algum assunto relativamente ao qual se verifique divergência entre o interesse, directo ou indirecto, do Administrador, e o interesse da sociedade, devendo tal Administrador informar o Presidente do Conselho de Administração quanto a tal situação de conflito.

Negócios com Outras Partes Relacionadas

No sentido de proceder à definição do tipo, âmbito, e o valor mínimo dos negócios com partes relacionadas que requerem a sua aprovação prévia, e daqueles que, por serem de valor mais elevado, requerem também parecer prévio do órgão de fiscalização, o Conselho de Administração da Sociedade, através de deliberação de 30 de Julho de 2013, adoptou os procedimentos e critérios deliberados pela Comissão de Auditoria no âmbito de negócios com outras partes relacionadas referidos no ponto 91.

90. Indicação das Transacções Que Foram Sujeitas a Controlo no Ano de Referência

Não existiram e, conseqüentemente, não foram sujeitas a controlo, em 2019, quaisquer transacções que preenchessem os critérios previstos nos pontos 89 e 91.

91. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art. 20.º CVM

Neste ponto, cumpre referir que em termos de procedimento, a Comissão de Auditoria – que, atendendo ao modelo de governo Anglo-Saxónico da Sociedade, emana do Conselho de Administração - tem como competência, de acordo com o respectivo Regulamento, emitir parecer prévio sobre negócios de relevância significativa entre a Sociedade e os seus accionistas titulares de participação qualificada – ou entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Artigo 20.º CVM –, estabelecendo os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância.

A Comissão de Auditoria aprovou o procedimento e os critérios a aplicar nestas situações que, como mencionado no ponto 89, foram adoptados pelo Conselho de Administração.

Assim, ficam sujeitos a avaliação e parecer prévio da Comissão de Auditoria, os negócios ou operações entre, por um lado, a Sociedade ou as sociedades integrantes do Grupo Jerónimo Martins e, por outro, os titulares de Participações Qualificadas ou entidades que com eles se encontrem em qualquer relação, que preencham um dos seguintes critérios:

- tenham um valor igual ou superior a 3 (três) milhões de euros ou a 20% das vendas do accionista em causa;
- embora tenham um valor inferior ao resultante da aplicação dos critérios referidos na alínea anterior, quando somados com o valor dos demais negócios celebrados com o mesmo accionista titular de Participação Qualificada durante o mesmo exercício, perfaçam um valor acumulado igual ou superior a cinco milhões de euros;
- independentemente do valor, possam causar um impacto material na reputação da Sociedade, no que respeita à sua independência nas relações com titulares de Participações Qualificadas.

Subsecção II Elementos Relativos aos Negócios

92. Indicação do Local dos Documentos de Prestação de Contas Onde Está Disponível Informação Sobre os Negócios Com Partes Relacionadas, de Acordo Com a IAS 24

A informação sobre negócios com partes relacionadas encontra-se na nota 25 – Partes Relacionadas do Capítulo III do Relatório e Contas.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adoptado

A Sociedade adoptou o Código de Governo das Sociedades do IPCG (que se encontra publicado no sítio da internet desta instituição em <https://cgov.pt/base-de-dados/codigos-de-governo>, por entender que o mesmo assegura um nível adequado de protecção dos interesses dos accionistas e de transparência do Governo Societário.

A Sociedade rege-se ainda pelo seu Código de Conduta, cujo conteúdo coteja com aspectos ligados ao governo da mesma, e que pode ser consultado no seu sítio institucional. Todos os seus Órgãos Sociais se regem por regulamentos, documentação que igualmente se encontra disponibilizada no sítio institucional da Sociedade em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adoptado

2.1. Declaração de Cumprimento

A Sociedade cumpre na sua essência as recomendações do IPCG ínsitas no Código de Governo das Sociedades de 2018. Admite-se, porém, que existem algumas recomendações que não foram adoptadas na íntegra conforme melhor se refere infra, sem prejuízo do explain apresentado.

De seguida, apresenta-se a indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018), as adoptadas, as adoptadas parcialmente, as não adoptadas e as não aplicáveis, bem como remissão para o texto do Relatório onde se pode aferir o cumprimento ou a justificação para a não adopção ou adopção parcial destas recomendações.

Esclarece-se que, no que se refere às recomendações de conteúdo múltiplo, constantes da “tabela de recomendações múltiplas do CGS do IPCG de 2018”, disponível em <https://cam.cgov.pt/pt/documentos/1344-tabela-de-recomendacoes-multiplas>, quando na tabela abaixo se referir que uma recomendação foi adoptada, tal significa que a Sociedade considera que todas as “sub-recomendações” abrangidas nessa recomendação se encontram adoptadas.

Nos casos em que a Sociedade considera ter adoptado parcialmente uma determinada recomendação, faz-se a referência na tabela infra quanto às “sub-recomendações” que se consideram ter sido adoptadas, e apresenta-se a necessária justificação, em relação às “sub-recomendações” não adoptadas nas alíneas, abaixo, do presente ponto 2.1., apresentadas após a tabela.

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo I. PARTE GERAL		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos accionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, Secção C, Subsecção IV, pontos 56 e 58
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência,	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 16 a 19 e 26, Subsecção III, pontos 31 e 33

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respectiva composição.		
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas actas detalhadas das respectivas reuniões.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 22 e 23, Subsecção III, pontos 34 e 35
I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.	Adoptada	Parte I, Secção C, ponto 61
I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 23, Subsecção III, ponto 35, Secção C, Subsecção V, ponto 62
I.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de detecção e prevenção de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49
I.3. Relação entre órgãos da sociedade		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adoptadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as actas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respectivas convocatórias e actas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, pontos 30 e 35
I.4 Conflitos de interesses		
I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respectivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Secção E, Subsecção I, ponto 89
I.4.2. Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, ponto 54,

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOPÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
		Secção E, Subsecção I, ponto 89
I.5. Transacções com partes relacionadas		
I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Adoptada	Parte I, Secção E, Subsecção I, pontos 89 e 91
I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.	Adoptada	Parte I, Secção E, Subsecção I, ponto 90
Capítulo II. ACCIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de acções necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada acção corresponde um voto.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.2. A sociedade não deve adoptar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, pontos 12 e 14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via electrónica.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos accionistas na assembleia por meios telemáticos.	Não Adoptada	Parte II, ponto 2.1.a)
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 13
II.6. Não devem ser adoptadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos administradores.	Adoptada	Parte I, Secção A, Subsecção I, pontos 4 e 5, Secção B, Subsecção I, ponto 12
Capítulo III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO		
III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (<i>lead independent director</i>) para, designadamente, (i) actuar, sempre que necessário, como interlocutor com o	Não Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.b)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.		
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa colectiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa colectiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares directa ou indirectamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um accionista titular de participações qualificadas. 	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).	Não aplicável	
III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 24
III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de	Não aplicável	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.		III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52, 54 e 55
III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 52, 54 e 55
III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	Parcialmente Adoptada (Sub-recomendações III.9.(1) e (2))	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 24, 25, 27 e 29, e Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Parte II, ponto 2.1.c)
III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, pontos 50 a 55
III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, ponto 52
III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afectos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais irregularidades.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 52 e 54

Capítulo IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de actuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Parcialmente Adoptada (Sub-recomendação IV.1.(1))	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.d)
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objectivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
IV.3. O órgão de administração deve fixar objectivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 54
IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efectivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 52

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
Capítulo V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES		
V.1 Avaliação Anual de Desempenho		
V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21, 24, 25 e 27, e Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70
V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30
V.2 Remunerações		
V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66, Subsecção II, ponto 67
V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou acções da própria sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 74
V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente: <ul style="list-style-type: none"> i. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adoptada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados; ii. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo; iii. O número de acções e de opções sobre acções concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições; iv. Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável; v. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excepcionais e a indicação dos elementos específicos objecto de derrogação; vi. Informações quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores. 	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 76 e Subsecção IV, ponto 80, e Subsecção V, pontos 83 e 84
V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos accionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por accionistas.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
V.3 Remuneração dos Administradores		
V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 71
V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Não Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 72, e Parte II, ponto 2.1.e)
V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos directa ou indirectamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 74
V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Subsecção IV, pontos 77 a 79 e 81
V.3.6. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, directa ou indirectamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Subsecção V, pontos 83 e 84
V.4. Nomeações		
V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma susceptível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 16 a 19

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.		
V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Não Adoptada	Parte II, ponto 2.1.f)
V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes .	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.g)
V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de selecção transparentes que incluam mecanismos efectivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Não Aplicável	Parte II, ponto 2.1.h)

Capítulo VI. GESTÃO DE RISCO

VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 52, e 54
VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua actividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respectivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respectiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 54
VI.3. A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 52 e 55

Capítulo VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VII.1 Informação Financeira

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção V, ponto 61
--	----------	--

VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir: i. Os critérios e o processo de selecção do revisor oficial de contas; ii. A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37, e Parte II, ponto 2.1.i)
--	----------	--

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
<p>iii. Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;</p> <p>iv. Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.</p>		
<p>VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.</p>	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37, Subsecção V, ponto 46
<p>VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção V, ponto 45
<p>VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.</p>	Não aplicável	Parte II, ponto 2.1.j)
<p>VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detectado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.</p>	Não aplicável	Parte II, ponto 2.1.j)

À luz do texto recomendatório em causa, as seguintes recomendações, também referenciadas na tabela supra, não foram cumpridas na íntegra. Seguem-se as correspondentes explicações.

a) No que se refere à Recomendação II.4, importa atentar no facto de que a Sociedade, para além de criar condições para a participação presencial dos respectivos accionistas nas reuniões da Assembleia Geral, admite ainda, em termos estatutários, a expressão de voto por correspondência por parte dos accionistas. Adicionalmente, desde 2006 que a Sociedade implementou os mecanismos adequados para a votação por meios electrónicos por parte dos respectivos accionistas.

Entende a Sociedade ter criado, da forma acima referida, as necessárias e suficientes condições para uma participação expressiva dos accionistas nas reuniões da Assembleia Geral da Sociedade, tendo-se verificado uma participação média destes, nestas reuniões, entre 2014 e 2019, de 82,13%.

Acresce que a participação dos accionistas por via telemática nas Assembleias Gerais não corresponde à prática do mercado português, conforme evidenciado pelo benchmark.

b) Quanto à Recomendação III.1, explica-se que a coordenação dos administradores não executivos no seio da Sociedade se encontra assegurada por intermédio de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade. Não obstante o dever legal de vigilância que sobre os mesmos impende, sub Artigo 407.º, n.º 8 CSC, e sem prejuízo do mesmo, instituiu a Sociedade, assim, um mecanismo de comunicação por parte dos Administradores-Delegados, ou do Presidente da Comissão Executiva, consoante o caso, que assegura a prestação de informação relevante aos administradores não executivos quanto ao exercício dos poderes delegados, ou do encargo especial atribuído. De igual forma, prevê o referido Mecanismo a satisfação de qualquer pedido de informação por parte de qualquer administrador não executivo, para o desempenho das respectivas funções. Encontra-se ainda previsto em tal Mecanismo a possibilidade de realização de reuniões ad hoc por parte dos Administradores Não-Executivos, e a atribuição ao Secretário da

Sociedade do encargo de disponibilização atempada aos Administradores Não-Executivos da Sociedade da agenda definitiva dos trabalhos e documentação preparatória das reuniões do Conselho de Administração e das Comissões especializadas onde tenham assento e, bem assim, de remessa aos Administradores que o solicitem, de cópia das actas de reuniões da Direcção Executiva, e de quaisquer Órgãos Sociais.

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II.

c) Com referência à Recomendação III.9, a Sociedade não dispõe de uma Comissão de Nomeações para quadros dirigentes, pelas razões explicitadas na al. f) infra.

d) No que respeita à Recomendação IV.1., explica-se que a Sociedade apenas a cumpre parcialmente considerando que, embora tenha sido aprovado um Regulamento do Conselho de Administração que define o regime o regime de actuação dos seus membros não regula, contudo, o exercício de funções executivas por parte de administradores executivos em entidades fora do Grupo. Não obstante, a ratio subjacente à Recomendação em causa encontra-se acautelada atendendo ao carácter familiar da Sociedade, ao facto do respectivo Administrador-Delegado ser um membro da família que detém o controlo da Sociedade, ao teor do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade em vigor, da Delegação de Poderes a favor do actual Administrador-Delegado, e as obrigações legais a cargo dos administradores, nomeadamente, os deveres de lealdade e, em especial, os deveres de cuidado que impendem sobre os mesmos, nos termos do Artigo 64º C.S.C..

Ver ponto ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II.

e) Com respeito à Recomendação V.3.2., cumpre referir que a Política de Remuneração da Sociedade não prevê o diferimento do pagamento de toda ou de parte da componente variável da remuneração, acreditando a Comissão de Vencimentos ter encontrado, até ao momento, os mecanismos que permitem o alinhamento entre os interesses de Administradores Executivos e os interesses de longo prazo da Sociedade e dos accionistas, ao possibilitar o crescimento sustentado dos negócios desta e a correspondente criação de valor para aqueles. Note-se que a administração executiva da Sociedade tem vindo a ser exercida por membros da família que detém o controlo da Sociedade, pelo que o alinhamento de interesses de longo prazo entre a administração executiva e a Sociedade se encontra naturalmente assegurado.

Ver ponto 69 da Parte I, Secção D, Subsecção III.

f) Com respeito à Recomendação V.4.2., há que explicar que o Grupo Jerónimo Martins tem atravessado um momento de elevado crescimento, tendo actualmente operações em três países, e empregando já mais de cem mil colaboradores. A Direcção de Recursos Humanos da Sociedade desenvolveu, assim, os estudos necessários, e implementou os mecanismos apropriados para proceder à gestão dos seus colaboradores, a todos os níveis, e disponibilizar as necessárias ferramentas às sociedades do Grupo, tanto no momento da contratação inicial, como na subsequente progressão de carreiras. Acresce que, tendo a Sociedade uma notória dimensão familiar, a Política de Recursos Humanos e, sobremaneira, a sua selecção e recrutamento reveste especial importância e suscita especial atenção por parte do Administrador-Delegado, ele próprio membro da família controladora.

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II (“Recursos Humanos”), e a explicação constante da alínea c) supra.

g) No que concerne à Recomendação V.4.3., ver a explicação constante da alínea anterior

h) Com referência à Recomendação V.4.4., ver a explicação constante da alínea f) supra.

i) Quanto à Recomendação VII.2.1. há que clarificar que a Sociedade considera adoptada a Recomendação em causa, atendendo a que o Regulamento da Comissão de Auditoria da Sociedade contempla grande parte das alíneas desta Recomendação, o que apenas não sucede nos casos em que a específica matéria se encontra especificamente regulada na lei aplicável, nacional e comunitária (respectivamente, na Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro, no Artigo 77.º da Lei n.º140/2015, de 7 de Setembro, e no Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Abril de 2014).

Em coerência com as disposições constantes da “Nota Sobre Interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018” sobre as Recomendações VII.2.4 e VII.2.5, na parte em que consideram que, quando a actuação de um órgão da Sociedade se encontre coberto pelo regime legal vigente, não devem tais aspectos ser considerados autonomamente, raciocínio que é igualmente aplicável no caso vertente, considera-se adoptada a presente Recomendação.

j) No que respeita às Recomendações VII.2.4. e VII.2.5., cumpre referir que a Sociedade não atribuiu ao ROC as funções objecto destas Recomendações, pelo que as mesmas devem ser consideradas como não aplicáveis, tendo aplicação as disposições constantes da “Nota Sobre Interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 – Nota n.º 1” sobre esta matéria.

3. Outras Informações

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.

**Jerónimo
Martins**



**RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
NA CRIAÇÃO DE VALOR**

RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO-FINANCEIRA

Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor

1. A Nossa Abordagem	215
2. Envolvimento com os Stakeholders	217
3. Highlights 2019.....	219
4. Promover a Saúde pela Alimentação.....	221
5. Respeitar o Ambiente	236
6. Comprar com Responsabilidade.....	252
7. Apoiar as Comunidades Envolventes	266
8. Ser um Empregador de Referência	278
9. Compromissos para 2018-2020	295
10. Tabela de Indicadores	300

1. A Nossa Abordagem

Enquanto especialista alimentar, acreditamos que podemos fazer a diferença pela criação de valor de uma forma sustentável e socialmente responsável, influenciando práticas e processos que têm um impacto relevante no ambiente e nas pessoas. É por isso que estimulamos a adopção de boas práticas e de elevados padrões de qualidade ao longo da cadeia de valor, na alimentação, no ambiente, na forma como compramos, nos empregos que criamos e no apoio às comunidades.

Para garantir a continuidade do nosso negócio, que conta com mais de 225 anos de existência, baseamo-nos na nossa estratégia de Responsabilidade Corporativa, formada por cinco pilares de actuação, transversal às nossas Companhias. Esta procura responder aos desafios identificados pelos nossos stakeholders¹ e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas²:

I – Promover a Saúde pela Alimentação

A promoção da saúde pela alimentação materializa-se em duas estratégias de actuação:

- i. fomentar a qualidade e diversidade dos produtos alimentares que as Companhias comercializam;
- ii. garantir a segurança alimentar no sentido mais lato, abrangendo a disponibilidade, acessibilidade e sustentabilidade dos produtos comercializados.

II – Respeitar o Ambiente

Trabalhamos diariamente para reduzir os impactes ambientais dos nossos processos e da nossa cadeia de fornecimento, melhorando a eficiência e adoptando medidas e tecnologias com uma menor pegada ecológica. São três as áreas de actuação prioritárias: alterações climáticas, biodiversidade e gestão de resíduos.

III - Comprar com Responsabilidade

Acompanhamos as origens e processos de desenvolvimento dos produtos que trazemos para o mercado, promovendo a integração de critérios éticos, sociais e ambientais ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Privilegiamos o desenvolvimento de relacionamentos comerciais duradouros, a prática de preços justos e o apoio à produção local nos países onde estamos presentes.

IV - Apoiar as Comunidades Envoltentes

Estamos comprometidos com as comunidades dos países onde operamos, promovendo a coesão social e procurando contribuir para quebrar ciclos de pobreza e malnutrição, através de apoios a projectos e causas junto dos grupos mais frágeis da sociedade: crianças e jovens, e idosos carenciados.

V - Ser um Empregador de Referência

Através da criação de emprego, procuramos estimular o desenvolvimento socioeconómico nos mercados onde actuamos. Fazemo-lo através de políticas salariais equilibradas e de um ambiente de trabalho estimulante e positivo, numa relação de compromisso firme com os nossos colaboradores, que são beneficiários de políticas de responsabilidade social, extensíveis às suas famílias.

¹ Os 10 principais temas materiais encontram-se referidos no subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders", e no website www.jeronimomartins.com.

² O subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores", incluída no final deste Capítulo, demonstra a ligação entre cada um dos indicadores reportados e os Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável para o qual contribuem.

Grupo Jerónimo Martins mantém-se nos principais Índices ESG

A nossa actuação nos pilares de Responsabilidade Corporativa continua a ser reconhecida por um conjunto alargado de stakeholders, entre os quais analistas de Ambiente, Sociedade e Governance (ESG).

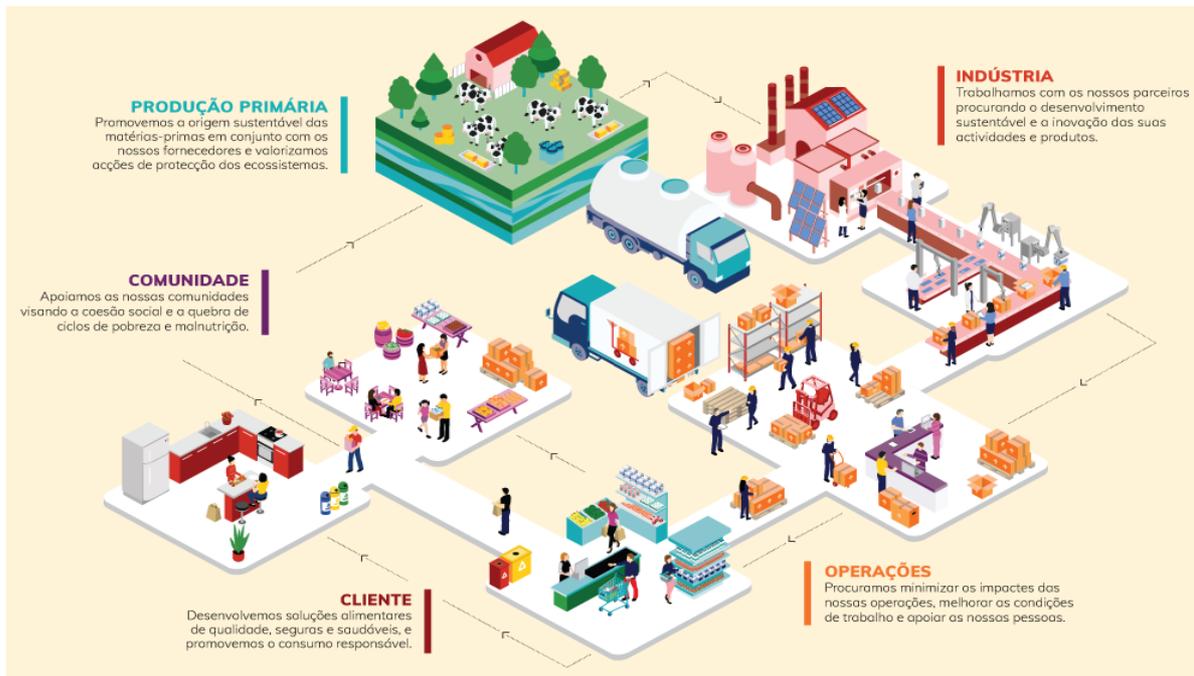
Em 2019, fomos distinguidos como “Líder” pelo Global Child Forum ocupando o 4.º lugar neste ranking europeu que avalia as empresas quanto às práticas implementadas sobre os direitos das crianças. Fomos ainda incluídos, pela primeira vez, no índice Ethibel Pioneer Investment Register.

Melhorámos também a avaliação no programa Forests do CDP, obtendo a classificação A- (Liderança) para as quatro commodities avaliadas (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira). No programa Water Security, a que respondemos pela primeira vez, fomos distinguidos com o nível B (Gestão). Já no CDP Climate Change, mantivemo-nos no patamar “Liderança”, com A-.

Continuámos presentes nos índices FTSE Russel: FTSE4Good Developed Index, FTSE4Good Europe Index e FTSE 4Good Developed Minimum Variance. O mesmo sucedeu com a nossa presença nos índices STOXX Global ESG Leaders, STOXX Global ESG Environmental Leaders, Ethibel Excellence Investment Registers, Ethibel Sustainability Index Excellence Europe, Euronext Vigeo Eurozone 120 e Euronext Vigeo Europe 120, entre outros índices.

Estes índices identificam as empresas que melhor gerem os riscos ESG e são utilizados, por exemplo, em produtos de investimento estruturados e como benchmark. Estas inclusões resultam do reconhecimento dos compromissos, acções e resultados do Grupo na área da sustentabilidade e no desenvolvimento dos seus negócios a longo prazo.

Modelo de Negócio e Relação com o Desenvolvimento Sustentável



2. Envolvimento com os Stakeholders

Promovemos um diálogo regular com as nossas partes interessadas (stakeholders), porque acreditamos que este envolvimento é importante para identificar, priorizar e gerir aspectos de sustentabilidade com impacte relevante sobre a sociedade e sobre o negócio. Para o efeito, utilizamos diferentes canais de comunicação, com o objectivo de promover um maior alinhamento com as necessidades e expectativas dos nossos stakeholders.

Stakeholders	Interlocutores	Canais de Comunicação
Accionistas e Investidores	Direcção de Relações com Investidores.	Website corporativo, e-mail, relatórios e contas, revista corporativa semestral, comunicados financeiros, reuniões, conferências, roadshows, Investor's Day e assembleias gerais.
Analistas	Direcção de Relações com Investidores, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail, relatórios e contas, revista corporativa semestral, comunicados financeiros, reuniões, conferências e Investor's Day.
Organismos Oficiais, Entidades de Supervisão e Autarquias Locais	Direcção de Relações com Investidores, Direcções Fiscais, Direcções Jurídicas, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail e correio físico, revista corporativa semestral e reuniões.
Fornecedores, Parceiros e Prestadores de Serviços	Direcções Comerciais, Marketing, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Segurança Alimentar, Ambiente, Regionais de Operações, Técnicas, Expansão, TI e Comissão de Ética.	Portal JM Direct, visitas de acompanhamento, auditorias de qualidade e segurança alimentar, ambiente e sociais, reuniões de negócios, contactos directos e revista corporativa semestral.
Colaboradores	Direcções de Recursos Humanos, Escola de Formação, Comissão de Ética e Serviços de Atendimento ao Colaborador.	Serviços de Atendimento ao Colaborador (linha telefónica, correio físico e electrónico), revistas internas, intranet, website de Responsabilidade Social Interna, reuniões operacionais e de gestão, relações interpessoais, avaliação anual de desempenho, sessões de formação e estudos de clima interno.
Clientes e Consumidores	Serviço de Apoio ao Cliente, Provedoria do Cliente e Comissão de Ética.	Linhas "verdes" de contacto telefónico, e-mail, website corporativo, canais de social media e correio físico.
Comunidades Locais	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Lojas e Centros de Distribuição.	Visitas de acompanhamento, reuniões, protocolos e parcerias/mecenato, questionários de impacto social.
Jornalistas	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, comunicados de imprensa, conferências de imprensa, reuniões, relatórios e contas e revista corporativa semestral.
ONGs e Associações	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Visitas de acompanhamento, reuniões, parcerias/mecenato e revista corporativa semestral.

Integramos, ainda, ao nível institucional e ao nível das nossas Companhias, diversas organizações e iniciativas nacionais e internacionais na área da Responsabilidade Corporativa que nos permitem acompanhar as tendências nestas dimensões, definir prioridades estratégicas e melhorar os nossos processos de gestão³.

Realizámos em 2019 uma revisão dos aspectos materiais a considerar no âmbito da nossa estratégia e reporte de Responsabilidade Corporativa⁴, em linha com os requisitos da *Global Reporting Initiative* (GRI), na sua versão GRI Standards, um exercício que desenvolvemos de três em três anos.

³ Para mais detalhes sobre a forma como nos relacionamos com os nossos stakeholders e sobre as organizações que o Grupo integra consulte www.jeronimomartins.com, na área de "Responsabilidade".

⁴ Para mais informação sobre o processo de materialidade realizado em 2019, consulte o canal de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

Neste sentido, aumentámos o âmbito da análise face a 2016, tendo sido, pela primeira vez, realizados questionários e entrevistas aos públicos interessados nas actividades do Grupo na Colômbia. Foram ainda considerados novos temas nesta revisão, como por exemplo o desperdício alimentar e o combate à desflorestação. No total, o estudo contou com mais de 3.400 respostas, de 10 públicos distintos das três geografias onde operamos, incluindo as da gestão de topo de Jerónimo Martins e suas Companhias.

Como resultado desta análise, foi possível identificar dez temas materiais:

- Qualidade e segurança alimentar;
- Redução dos materiais de embalagem e utilização de materiais sustentáveis;
- Ética e transparência;
- Combate ao desperdício alimentar;
- Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais;
- Oferta de produtos a preços acessíveis;
- Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais na cadeia de abastecimento;
- Missão, Visão e Estratégia;
- Apoio a projectos sociais;
- Integração dos princípios de economia circular.

A qualidade e segurança alimentar mantém-se como o aspecto com maior relevância para o Grupo Jerónimo Martins e para os seus stakeholders. Já os aspectos relacionados com questões de *governance* são agora mais valorizados, face ao exercício anterior. Por outro lado, temas como a redução dos materiais de embalagem e utilização de materiais sustentáveis ganharam uma maior relevância neste exercício. Nos subcapítulos seguintes são divulgadas as acções desenvolvidas em 2019 que consolidam os temas materiais atrás referidos.

No sentido de assegurar o cumprimento, divulgação e reforço dos Princípios de Responsabilidade Corporativa⁵, o Grupo conta, ainda, com a Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa que colabora com o Conselho de Administração e com a Comissão de Ética⁶.

A página do Grupo na rede social profissional LinkedIn contava com mais de 183.000 seguidores no fim de 2019, mantendo-se como um meio importante para a divulgação das actividades do Grupo, entre as quais se incluem as acções desenvolvidas no âmbito dos cinco pilares da Responsabilidade Corporativa. Neste contexto, ao longo de 2019, divulgaram-se 97 posts relacionados com a Responsabilidade Corporativa, tendo-se verificado mais de 1,4 milhões de impressões⁷.

⁵ Os Princípios de Responsabilidade Corporativa encontram-se descritos no canal de "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁶ As competências de cada uma destas Comissões estão descritas em www.jeronimomartins.com, na área de "Investidor".

⁷ Este indicador diz respeito ao número de vezes que cada post foi exibido a usuários do LinkedIn.

3. Highlights 2019

I - Promover a Saúde pela Alimentação

- As reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria, de Perecíveis e de ingredientes utilizados em Perecíveis preveniram a entrada no mercado de 1.487 toneladas de açúcar, 300 de gordura saturada, 90 de gordura e 14 de sal;
- Conscientes da procura cada vez maior por opções vegan e vegetarianas, foi lançada a gama Go Vege na Polónia e em Portugal com, respectivamente, 13 e 7 produtos;
- O Pingo Doce criou o programa “Menos Sal Portugal” em parceria com a CUF (José de Mello Saúde), com o propósito de sensibilizar a sociedade portuguesa para os efeitos nocivos do consumo excessivo de sal. Este programa compreendeu um estudo, que abrangeu mais de 300 voluntários, sobre o impacto da educação alimentar na mudança de comportamentos e em vários indicadores de saúde, contando com especialistas da Nova Medical School e da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto;
- Realizámos cerca de 10.000 auditorias internas às infra-estruturas do Grupo, complementadas por cerca de 110.000 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, e mais de 63.000 análises a produtos. Mais de 110.000 horas de formação em higiene e segurança alimentar foram ministradas a mais de 32.000 colaboradores.

II - Respeitar o Ambiente

- A pegada de carbono do Grupo, por 1.000 euros de vendas, reduziu 21,3%, face a 2018, contribuindo para o cumprimento do objectivo de redução para o triénio 2018-2020;
- O consumo de energia, por 1.000 euros de vendas, sofreu uma redução de 6,3% face a 2018;
- O Grupo manteve a pontuação de “A-” no CDP Climate Change 2019, continuando no patamar “Liderança”;
- Foram implementados 76 novos projectos de ecodesign de embalagens, contribuindo para a poupança anual de mais de 3.500 toneladas de materiais. Desde o seu arranque, em 2010, este projecto já evitou a utilização de mais de 24.000 toneladas destes materiais;
- O Grupo respondeu pela primeira vez ao programa Water Security do CDP em 2019, tendo obtido uma pontuação global “B”, ficando no patamar “Gestão”.

III - Comprar com Responsabilidade

- Cerca de 90% das compras de produtos alimentares comercializados pelo Grupo foram realizadas a fornecedores locais, mantendo este rácio acima dos 80% estabelecidos como objectivo;
- Foram introduzidas mais de 110 novas referências de produtos com certificados de sustentabilidade (ex., certificação biológica, FSC, UTZ e Rainforest Alliance, entre outros) nos produtos de Marca Própria e Frescos nas insígnias do Grupo;
- Mais de 30% dos ovos frescos de Marca Própria do Grupo comercializados em 2019 foram “cage-free” (ex., produzidos no solo, ao ar livre ou em modo biológico), contribuindo para o objectivo de aumentar progressivamente esta proporção até 100% em 2025. Este objectivo foi atingido pelo Pingo Doce no 2º semestre de 2019;
- Verificou-se o cumprimento das linhas definidas para a estratégia de pescada sustentável do Grupo;
- Jerónimo Martins obteve, no CDP Forests 2019, uma pontuação global de “A-” para todas as commodities avaliadas: óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira.

IV - Apoiar as Comunidades Envolventes

- Os apoios oferecidos pelo Grupo totalizaram mais de 43,4 milhões de euros, um aumento de 37% face a 2018. Para além disso, foram doadas mais de 15,6 mil toneladas de produtos alimentares, o que representa um aumento de 36% face a 2018, numa prossecução do esforço de combate ao desperdício alimentar, à fome e à subnutrição. Na Polónia, o programa de doações alimentares a instituições sociais foi alargado para 1.639 lojas;

- O Pingo Doce lançou o programa Bairro Feliz, apoiando 157 causas locais com mais de 150.000 euros, enquanto a Biedronka manteve o projecto de apoio a séniores em situação de vulnerabilidade, com um cartão mensal para compras, investindo mais de 2,3 milhões de euros;
- Com as novas edições do Prémio de Literatura Infantil, a Biedronka e o Pingo Doce reforçaram o compromisso de promoção dos hábitos de leitura nas crianças. Desde o seu lançamento, o total investido em prémios a autores e ilustradores ascende a 550.000 euros, tendo sido comercializados cerca de 340.000 livros;
- Na Colômbia, o protocolo com o Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar) permitiu apoiar mais de 8.500 crianças de 640 creches comunitárias com produtos de higiene pessoal;
- Mais de 520 colaboradores do Grupo contribuíram com mais de 2.800 horas de voluntariado em várias acções de apoio comunitário.

V - Ser um Empregador de Referência

- Criámos 6.868 postos de trabalho, o que representa um aumento líquido de 6,3% comparativamente a 2018. Proporcionámos ainda 757 estágios em contexto real de trabalho nas diferentes Companhias do Grupo;
- Foram atribuídos 137 milhões de euros em prémios aos colaboradores, um aumento de 24% face a 2018, e 13.663 colaboradores foram promovidos, representando um aumento de 14% face a 2018;
- Foram proporcionadas mais de 4,5 milhões de horas de formação a colaboradores, distribuídas por mais de 79.000 acções de formação;
- O investimento em iniciativas de apoio aos colaboradores nas áreas da Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar ascenderam a 20 milhões de euros. Na Polónia, através do programa “Możesz Liczyć na Biedronkę” (Podes Contar com a Biedronka) foi concedido apoio financeiro a mais de 5.100 colaboradores em situação de vulnerabilidade. Em Portugal, o Fundo de Emergência Social, que conta com a colaboração de assistentes sociais, permitiu apoiar mais de 970 colaboradores.

4. Promover a Saúde pela Alimentação

4.1 Introdução

Conscientes da importância que um Grupo como o nosso pode ter para influenciar a mudança de comportamentos e contribuir para sociedades com estilos de vida mais responsáveis, temos uma preocupação constante com a qualidade dos ingredientes, os perfis nutricionais dos produtos e a segurança na confecção dos alimentos. Desta forma estamos cada vez mais preparados para melhorar a nossa oferta e disponibilizar inovações que sejam relevantes e valorizadas pelos consumidores.

A partir da observação de padrões alimentares de sociedades em que o consumo excessivo de açúcar, sal, gordura e gorduras saturadas tem resultado num aumento da prevalência de doenças como a obesidade, a diabetes, a osteoporose e as doenças cardiovasculares, sabemos que é prioritário trabalhar na redução da incorporação daqueles ingredientes.

De forma a contribuímos para a mudança de hábitos alimentares, temos vindo a reforçar o investimento no desenvolvimento de produtos de Marca Própria nutricionalmente equilibrados, menos processados, ao mesmo tempo que promovemos a democratização do acesso aos mesmos. Os consumidores com necessidades ou preferências dietéticas específicas, como intolerâncias a determinados ingredientes, encontram também uma vasta gama de soluções nas nossas lojas.

Esta estratégia está alinhada com as prioridades definidas nos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030, bem como com as expectativas dos stakeholders nas actividades do Grupo e que foram auscultados durante o ano.

As principais linhas de actuação do Grupo pretendem, de uma forma resumida, garantir a qualidade, a diversidade e a segurança alimentar.

4.2. Qualidade e Diversidade

A aplicação da Política da Qualidade e Segurança de Produto⁸ visa melhorar, de forma contínua e sustentada, os processos de desenvolvimento e monitorização de produtos de Marca Própria (alimentares e não-alimentares) e Perecíveis. Esta política assenta nos seguintes princípios e práticas:

- a aplicação de padrões complementares, em virtude de potenciais omissões da legislação onde operamos e a evidenciação científica na tomada de decisões;
- o envolvimento com stakeholders, no sentido de proactivamente compreender as suas expectativas, tendências de consumo e criar/fortalecer parcerias;
- a proibição de testes em animais, a aplicação do princípio da precaução quanto a organismos geneticamente modificados e à nanotecnologia, o compromisso de substituir microplásticos por materiais biodegradáveis que não representem riscos para a cadeia alimentar e ecossistemas, e testes quanto a materiais de embalagem destinados a entrar em contacto com alimentos;
- primazia da rastreabilidade e existência de procedimentos robustos de defesa, mitigação e gestão de risco em matéria de segurança dos produtos;
- comunicação transparente e intuitiva na rotulagem dos nossos produtos para além do exigido pela lei, por forma a tornar a decisão de compra mais informada por parte do consumidor.

Adicionalmente, a Política Nutricional do Grupo⁸ é um documento complementar aos compromissos das Companhias para com os produtos alimentares de Marca Própria e está alinhada com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, entre outras. As dimensões abordadas nesta

⁸ Esta política encontra-se disponível a todos os consumidores e demais partes interessadas no website corporativo de Jerónimo Martins, canal "Responsabilidade", página "Promover a Saúde pela Alimentação" em www.jeronimomartins.com.

política são o perfil nutricional, os ingredientes, a rotulagem, o tamanho das porções, a melhoria contínua, a comunicação e a educação, e apoiam-se, entre outras, nas seguintes directrizes:

- restrições na utilização de corantes, conservantes e outros aditivos sintéticos supérfluos;
- quantidades máximas admitidas de ingredientes como o sal, açúcar ou gordura em produtos destinados a crianças;
- estratégias de reformulação nutricional;
- diversidade na oferta e desenvolvimento de produtos para pessoas de diferentes faixas etárias e com necessidades ou preferências nutricionais específicas;
- materiais de embalagem permitidos para contacto com géneros alimentares;
- rótulos que incluam informação clara e intuitiva aos clientes sobre saúde, nutrição, porções e promoção de estilos de vida saudáveis;
- planos de monitorização de produto, onde se incluem testes sensoriais, auditorias e controlos laboratoriais.

Também as *Guidelines* de Desenvolvimento de Produtos de Marca Própria e de Perecíveis reforçam os princípios listados nas duas políticas já referidas. Em 2019 procedemos à revisão destas *Guidelines*, definindo especificações para produtos *plant-based* (numa óptica de resposta às tendências de consumo de dietas *vegan* e *vegetarianas*) e produtos dirigidos a pessoas com mais de 55 anos (adaptação dos perfis nutricionais para esta faixa etária). Estas especificações permitem que haja um fornecimento adequado, nesses produtos, de proteína e ácidos gordos essenciais ao organismo, vitaminas e minerais.

4.2.1 Lançamentos

Em colaboração com os nossos parceiros de negócio, mantivemos um forte investimento no lançamento de produtos de Marca Própria e de Perecíveis, respondendo assim às necessidades sempre em evolução dos consumidores, aos estilos de vida modernos e oferecendo, em simultâneo, produtos que contribuem de forma positiva para padrões de consumo mais responsáveis.

Polónia

Destacam-se os seguintes lançamentos, em 2019, de produtos de Marca Própria da Biedronka:

- 17 referências de peixe (filetes de truta, arenque, esturjão, pescada e cavala) sob a marca *Marinero*, a maioria fontes de ómega 3;
- três misturas de vegetais *Vital Fresh*, produtos inovadores no mercado polaco dado não possuírem aditivos;
- a bebida *Latte* de Baunilha sob a marca *Café d'Or*, cujo leite utilizado não contém lactose, sem adição de açúcares nem adoçantes, sendo um produto com conteúdo de açúcar 41% inferior ao *benchmark* do mercado polaco;
- o *Goulash* estilo-húngaro sob a marca *Culineo*, pioneiro no mercado polaco devido ao elevado teor de carne bovina (27%) face ao *benchmark*. Sem conservantes, corantes, nem o potenciador de sabor glutamato de sódio.

Foram lançados 21 produtos biológicos dirigidos a consumidores que preferem alimentos produzidos através de métodos sustentáveis, sem recurso a fitofármacos. Destacam-se os seguintes produtos da gama *Go Bio*:

- pós de plantas e raízes para suplemento em compotas, iogurtes e refeições: *Arónia Preta*, que é uma fonte de magnésio, fibra e vitamina E, ajudando respectivamente ao normal funcionamento dos ossos, do sistema digestivo, e combatendo a oxidação das células; *Alcachofra-de-Jerusalém*, rica em proteína e potássio, o que contribui para uma normal pressão sanguínea; *Maca* (raiz de erva peruana), rica em cobre, que contribui para o normal funcionamento do sistema nervoso, sendo também uma fonte de cálcio;
- sêmola de *couscous* e sêmola de trigoilhão (*bulgur*);
- sementes de quinoa, fonte de fibra e proteína.

Foram lançadas quatro referências sem glúten com incidência na oferta de Charcutaria: salsichas, fiambres de porco, galinha e peru Głodniaki.

Nesta categoria, os produtos lançados pela Biedronka são *clean label*, ou seja, sem adição de glutamato de sódio, fosfatos ou outros aditivos usados na indústria alimentar para garantir a conservação ou potenciar o sabor e coloração (conhecidos pela sigla “E”). Este compromisso levou a que a Biedronka tenha restringido 47% dos aditivos aprovados pela União Europeia e pela legislação polaca, algo que implica investimentos em equipamentos e métodos inovadores. Destaque em 2019 para os produtos regionais: entre outros, salsicha de fiambre fatiada Biedronka Premium e o bacon fumado e patê da marca Kraina Wedlin Select.

No âmbito da nova gama Nasza Spizarnia (A Nossa Despensa), o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural distinguiu com o selo [Poznaj Dobrą Żywność](#) (Explore a Boa Comida) cinco produtos quanto à sua qualidade, perfil nutricional, composição e métodos de produção, entre outros⁹. Os produtos que obtiveram esta distinção foram os cogumelos marinados, os enlatados de mirtilos, as framboesas e o mix de frutos do bosque.

Go Vege

A crescente tendência para a diversificação das dietas do consumidor polaco e a necessidade de um mercado cada vez mais democratizado, deram o mote para a Biedronka ter lançado a gama Go Vege. São produtos aptos para vegans e vegetarianos e, entre outros critérios exigidos legalmente*, não contêm organismos geneticamente modificados (OGM) na sua composição.

13 referências chegaram ao mercado entre as quais: o gelado de chocolate e baunilha, duas variedades de manteiga de amendoim (feitas apenas com amendoim e sendo fontes de proteína), o tofu e o tofu fumado (com elevado teor de proteína – 12g/100g e 13g/100g respectivamente – por forma a complementar a ingestão reduzida ou ausência de proteína animal na dieta, sendo também fontes de cálcio), três variedades de sumos (fontes de vitamina C e potássio) e uma bebida de aveia, sendo esta de produção biológica.

Adicionam-se a esta gama dois novos produtos de outras marcas exclusivas: o *falafel com hummus Smacznego* (rico em fibra e sem conservantes), e o preparado de vegetais para refeições *Plony Natury*.

*As alegações quanto à aptidão para consumo vegan devem considerar o cumprimento de determinados critérios, tais como a aplicação do Regulamento do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Polónia, constante no Diário Legislativo de 2015, item 29, que actualiza questões relacionadas com o tema da rotulagem de alimentos; ausência no processo de produção de ingredientes de origem animal; boas práticas de produção por forma a minimizar a contaminação cruzada de ingredientes não vegetais; e não conter OGM. As auditorias a fornecedores são realizadas por especialistas da Biedronka.

Portugal

Destacam-se os seguintes lançamentos durante o ano:

- mais de 80 produtos sem glúten, como as massas espirais e esparguete Pura Vida, e as pizzas frescas de Queijo e Fiambre e Quatro Queijos sem glúten e sem lactose, únicas no mercado de Marca Própria;
- 13 referências sem lactose, como os iogurtes Pura Vida natural, e os iogurtes líquidos de maçã e de morango e cereais, o leite magro, e o queijo também da mesma gama;
- sumos Veggie 5 de fruta e beterraba, e Veggie 7 de fruta e espinafres, sem corantes e contendo apenas açúcares naturalmente presentes na fruta. Estabilizados por hiperpressão a frio, tornando desnecessário o recurso a pasteurização ou adição de conservantes;
- Bolsas 100% Fruta e Legumes, em três variedades. Não contêm corantes nem conservantes e apenas açúcar proveniente da fruta, sendo alternativas para os lanches

⁹ A avaliação aos produtos submetidos a esta iniciativa é desenvolvida pelo Colégio Científico do Programa Poznaj Dobrą Żywność, uma entidade auxiliar do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, contando com especialistas de medicina, nutrição, alimentação humana e animal, jurídicos e economia. Os critérios de análise compreendem as seguintes dimensões: composição das matérias-primas, características microbiológicas, características organolépticas, conteúdo nutricional, aditivos funcionais, quantidade de aditivos e métodos de produção.

ocasionais das crianças;

- Farinha Láctea Multifrutos Sem Açúcar Cuida Bebê;
- Bolachas Matinais Sem Açúcar, feitas de cereais integrais, são ricas em fibra e preparadas com óleo de girassol.

Na gama Pura Vida, destinada a democratizar a oferta de produtos sem adição de açúcar, glúten e lactose, para públicos com necessidades ou preferências dietéticas específicas, foram lançados 24 produtos, fixando-se em 112 o total de referências. Destacam-se, além dos referidos anteriormente, três referências de Sobremesas para Vegetarianos, de morango, ananás e frutos vermelhos, não contendo glúten, edulcorantes ou corantes artificiais e sendo fonte de vitamina C, a bebida de avelã, e a Granola com Sementes Ancestrais, fonte de fibra, que é importante para o bom funcionamento do sistema digestivo e com baixo teor de sal.

Foram ainda lançados 10 produtos da gama Go Bio, certificados quanto à sua produção biológica: três variedades de bolsas de fruta dirigidas a crianças, o chá verde em saquetas, o xarope de agave (uma alternativa ao açúcar) e a noz com casca. A gama Go Bio tinha em 2019, 43 referências.

Também em Portugal a gama Go Vege chegou ao mercado com sete produtos, entre os quais o penne de ervilha, o fusilli de lentilhas vermelhas, manteiga de amendoim e, ainda, tofu natural e fumado.

Sob a marca Pingo Doce, destaque para o lançamento de três produtos destinados a consumidores vegetarianos, como os hambúrgueres (estilo-frango e estilo-bovino) feitos apenas com ervilhas e cereais (não contendo soja), assim como os nuggets estilo-frango. Estes produtos foram especialmente concebidos para consumidores vegetarianos. Todas estas alternativas alimentares não têm intensificadores de sabor ou aromas de origem animal e são fonte de proteína.

Lançou-se a Maionese Com Baixo Teor de Sal Pingo Doce, um produto que contém menos 80% de sal do que o valor médio do mercado (em Agosto de 2019), devido às propriedades do tomilho bela luz, uma erva aromática endémica da Península Ibérica, que confere sabor, permitindo substituir o sal.

Na área de Perecíveis, foram lançados novos produtos para o mercado:

- Pão Grão D'Ouro, sem adição de aditivos, feito com cereais, todos fontes de fibra e que contribuem para o regular funcionamento do sistema digestivo;
- Pão 100% Integral, feito de farinha integral, sendo fonte de fibra.

Nas Meal Solutions e Take Away, os restaurantes Pingo Doce lançaram pratos contendo mais legumes: quiche de espargos com cogumelos, bacalhau com broa (contendo couve e cebola), lombo de bacalhau com crumble de tomate seco e azeitonas (contendo molho de pimento assado). Também se adicionaram outros ingredientes como os frutos secos ao lombo de porco com arroz.

Para os consumidores vegetarianos, e em adição aos pratos apenas de legumes, o Pingo Doce lançou seis pratos, entre os quais: a paella (baixo teor de gordura saturada), o chilli (fonte de proteína), e ainda a quinoa cozida.

Na área das Sopas, destaca-se o lançamento de três referências sem adição de sal e com baixo teor de gordura saturada: a sopa Juliana e o creme de Legumes, ambas sem batata, e a sopa de Feijão Verde.

A variedade da oferta na estação Primavera-Verão foi complementada com três saladas: arroz selvagem com camarão e alho francês, niçoise e salteado de legumes da horta (com baixo teor de gordura saturada, é um acompanhamento importante para cumprir os 400g de hortícolas diários recomendados pela Organização Mundial da Saúde).

Colômbia

Destaque para o lançamento de três iogurtes meio-gordo sem lactose Lactif, contendo fibra pro e pré-biótica, importante para o regular funcionamento do sistema digestivo.

4.2.2 Reformulações

No conjunto das três geografias, reformulámos as receitas de 75 produtos alimentares¹⁰ (35 na Polónia, 39 em Portugal e um na Colômbia).

A estratégia para a reformulação de produtos está focada em alimentos que:

- sejam consumidos por públicos maioritariamente infantis;
- contenham quantidades elevadas de sal, açúcar, gordura, gordura saturada e/ou aditivos considerados supérfluos;
- sejam consumidos em grandes quantidades e, como tal, a sua reformulação possa ter um impacto positivo sobre a saúde pública;
- possam ser percebidos como saudáveis, mas cujo perfil nutricional necessita ser ajustado.

Reformulações Totais

Em 2019, o Grupo evitou a entrada no mercado de:

- 1.487 toneladas de açúcar;
- 300 toneladas de gordura saturada (inclui substituição de ingredientes para perecíveis);
- 90 toneladas de gordura;
- 14 toneladas de sal.

Polónia

Os teores de açúcar foram reduzidos em 21 produtos, com destaque para as pierogi (massa recheada) Pyszne Danie cuja redução atingiu os 50% – um total de 66 toneladas evitadas – e os iogurtes fermentados Aktiplus, em quatro variedades, cujo teor foi reduzido entre os 19% e 29%.

No que diz respeito à gordura, oito referências viram as suas receitas ser reformuladas. Destaque para os nuggets de galinha Danie Express, com reduções entre os 3% e os 8% e que representaram mais de duas toneladas não colocadas no mercado.

Nove referências viram as quantidades de gordura saturada ser reduzidas. As duas variedades de cheeseburguers de aves e de porco Danie Express são alguns exemplos.

Cortámos, também, entre 7% a 26% a quantidade de sal presente na composição de oito produtos, entre os quais os preparados para guisado estilo-inglês Nasze Smaki, os pães para cachorro-quente Pano e o molho para carne sob a marca Madero.

Outros produtos foram reformulados na óptica de remoção de aditivos supérfluos, nomeadamente substituindo aromas artificiais e/ou corantes por ingredientes naturais em três referências de chocolates Magnetic. As receitas de 13 referências foram revistas na óptica de remoção de, entre outros, espessantes, emulsionantes ou potenciadores de sabor.

¹⁰ Número de produtos reformulados face a diferentes ingredientes. No processo de actualização de receitas, o mesmo produto pode ser revisto quanto à presença de ingredientes distintos ou apenas a um desses ingredientes, motivo pelo qual o somatório apresentado poderá não corresponder ao número de referências reformuladas de cada ingrediente descrito. Inclui Perecíveis.

Produtos Não-Alimentares

Algumas substâncias têm sido removidas considerando a prevenção de potenciais impactes na saúde dos consumidores e/ou sobre os ecossistemas. Na Polónia, destacam-se três referências de toalhetes para crianças Dada cujos conservantes sintéticos foram removidos, sendo agora produtos reconhecidos na Polónia pelo Instytut Pomnik – Centrum Zdrowia Dziecka (Centro de Saúde Infantil). Adicionam-se duas referências de géis para a barba Skino aos quais, além da remoção de conservantes potencialmente alérgenos, foram adicionados ingredientes naturais hidratantes como extracto de aloé vera e vitamina E.

Também na Polónia, uma fragrância percebida como alergénica foi removida de quatro referências dos produtos de cosmética Be Beauty. Destaque para o “Creme de Noite com Q10” a que foi removida a ceratina, sendo agora um produto apto para vegans. Foi também adicionada vitamina A.

Em 2019, um total de 12 produtos não-alimentares foram lançados como aptos para vegans.

Portugal

Houve uma redução da quantidade de açúcar em seis produtos das Marcas Próprias do Pingo Doce e do Recheio. Destacam-se as Bolachas Maria Pingo Doce e Amanhecer, muito consumidas por crianças, cuja redução correspondeu a mais de 110 toneladas removidas do mercado.

As quantidades de sal foram revistas nas receitas da Polpa de Tomate com Cebola e Alho das marcas Pingo Doce, Masterchef e Amanhecer, tendo sido diminuído o seu teor em 50%. Este valor equivale a mais de uma tonelada de sal que deixou de ser consumida.

No caso da gordura saturada, substituímos o óleo de palma por óleo de girassol ou por azeite em 25 referências. Destaque para as Bolachas Maria Pingo Doce e Amanhecer cuja revisão da receita resultou em 131 toneladas de gordura saturada evitadas.

No gelado Super Rolito, o óleo de coco foi retirado, reduzindo a gordura presente no mesmo. Também os Chouriços de Porco Preto viram a gordura e gordura saturada serem reduzidas.

A alguns produtos foram também removidos ingredientes supérfluos: o intensificador de sabor (glutamato monosódico), foi removido de cinco referências de fiambre da perna extra Pingo Doce; os corantes do topping de morango MasterChef, utilizado pelos profissionais do canal HoReCa; a proteína lisozima do ovo (um alérgeno e conservante) dos queijos flamengo; e os adoçantes artificiais das bolachas Pura Vida de 5 Cereais Integrais.

Destaque ainda para o preparado Mix Folar, utilizado na confecção de produtos de Padaria no Pingo Doce e no qual se substituiu o óleo de palma por óleo de girassol, estimando-se uma eliminação de 3,7 toneladas de gordura saturada¹¹.

No contexto da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) do Governo Português, destaca-se a seguinte evolução dos compromissos assumidos pelo Pingo Doce em 2019¹²:

- reduzir o teor de sal:
 - nas sopas das *Meal Solutions* e *Take Away*, até um máximo de 0,3g/100g em 2023. Iniciou-se a redução de sal em sete referências cuja média de sal se encontrava superior a 0,7g/100g, um objectivo intermédio até atingir o estipulado, cujo impacto será avaliado em 2020;

¹¹ O peso de ingredientes removidos considera o consumo anual dos mesmos ingredientes antes e após a sua substituição.

¹² Os compromissos reportados em 2018 referiam-se aos discutidos com a Direcção-Geral de Saúde, aos quais o Pingo Doce proactivamente aderiu, sendo sujeitos posteriormente a redesenho quanto aos períodos de implementação pelo sector agroalimentar.

- no pão de fabrico próprio até um máximo de 1g/100g em 2021. Foram ajustadas as receitas de produção a 85% do total de referências após serem efectuadas análises e desenvolvidos painéis sensoriais, sendo a média referente às referências recolhidas de 1,08g/100g. As referências por finalizar terão as suas receitas revistas em 2020;
 - nos quatro *best-sellers* das refeições, por forma a atingir a meta de 0,9g/100g até 2023. Considerando que existem duas referências com teores entre os 0,1g e os 0,2g abaixo deste limite, duas outras receitas serão revistas em 2020;
 - em batatas fritas e snacks em 12% até 2022. As *baselines*¹³ das médias ponderadas de sal por cada 100g não foram ainda determinadas pelos vários intervenientes do sector agroalimentar.
- reduzir o teor de açúcar:
 - reduzir nos néctares de fruta o teor médio de açúcares totais em 7% e o teor médio de açúcar adicionado em 14%, ambos até 2023. As *baselines*¹³ por cada 100ml de produto não foram ainda determinadas pelos vários intervenientes do sector agroalimentar;
 - reduzir o teor médio de açúcares adicionados aos leites achocolatados em 10% até 2022. As *baselines*¹³ por cada 100ml de produto não foram ainda determinadas pelos vários intervenientes do sector agroalimentar;
 - redução de 10% em média ponderada, do teor de açúcar, na categoria de bebidas refrigerantes, até 2022. As *baselines*¹³ por cada 100g de produto não foram ainda determinadas pelos vários intervenientes do sector agroalimentar.

Colômbia

A revisão da receita da bebida energética Be Power, em que se reduziu o teor de açúcar em 7 p.p., resultou num total de 8 toneladas de açúcar que não entraram no mercado.

Reformulações Nutricionais de Produtos		Biedronka ¹⁴	Pingo Doce	Recheio	Ara
Produtos reformulados ¹⁵	Produtos	35	20	19	1
Reformulações – Sal	Produtos	9	3	3	-
Quantidade de Sal Evitada	Toneladas ¹⁶	12	1	1	-
Reformulações – Açúcar	Produtos	21	3	3	1
Quantidade de Açúcar Evitada	Toneladas ¹⁶	1.365	68	46	8
Reformulações – Gordura	Produtos	8	2	1	-
Quantidade de Gordura Evitada	Toneladas ¹⁶	87	2	1	-
Reformulações – Gordura Saturada	Produtos	9	13	12	-
Quantidade de Gordura Saturada Evitada	Toneladas ¹⁶	61	120	115	-

4.2.3 Promoção de Escolhas Mais Saudáveis

Com a intenção de promover uma oferta cada vez mais alinhada com as necessidades dos consumidores, temos feito um trabalho de ajustamento de porções dos produtos de Marca Própria, conforme análise de mercado, e de disponibilização de informação intuitiva na embalagem. Estas práticas também auxiliam a redução do desperdício alimentar, um combate assumido pelo Grupo em cada um dos seus cinco pilares da estratégia de Responsabilidade Corporativa, a jusante da cadeia.

¹³ Como ponto de partida para o processo de reformulação, considera-se a composição nutricional a 31 de Março de 2018.

¹⁴ Inclui produtos Perecíveis.

¹⁵ Um produto pode ter a sua receita revista face a mais do que um ingrediente. O método de contagem única, e não de referências, é feito com este propósito.

¹⁶ A quantidade de toneladas removidas é obtida através do seguinte método de cálculo: quantidade destes ingredientes presentes na fórmula das referências abrangidas multiplicada pelo número de unidades compradas ou vendidas no ano.

As prioridades são:

- desenhar (ou reformular) as receitas de produtos quanto à sua quantidade e formato;
- indicar voluntariamente o número de porções de cada embalagem, em todos os produtos;
- indicar voluntariamente o tempo médio de consumo após abertura, para auxiliar o consumo adequado de produtos que têm uma utilização longa;
- usar apenas uma data de validade, sempre que a lei o permita, para evitar a confusão dos consumidores com outras datas impressas, como as de produção de lotes.

No caso das Marcas Próprias Pingo Doce, Amanhecer, Gourmês e Masterchef, e logo na fase de design inicial de um produto, é feito o ajustamento do tamanho das porções ou a formatação de *packaging* que facilite o consumo e reduza um potencial desperdício alimentar. É o caso do lançamento em packs das Bolachas Matinais 0% Açúcares.

Disponibilizamos também, de forma voluntária, informação na embalagem sobre o tempo médio de consumo após abertura, auxiliando os consumidores na gestão dos seus produtos. São os casos de produtos mais perecíveis como as maioneses, leites e doces de fruta.

Informação de Produto

Os Manuais de *Packaging* do Grupo prevêem a divulgação na rotulagem das características e benefícios dos produtos de Marca Própria, cumprindo os requisitos técnicos e legais, nomeadamente no que diz respeito à composição nutricional e apresentando tabelas nutricionais completas, com valores por 100 gramas e por dose.

A adoção voluntária de informação nutricional mais intuitiva na frente das embalagens tem sido uma prioridade para o Grupo, com a preocupação de permitir ao consumidor uma decisão mais consciente e informada sobre os produtos que compra.

Em Portugal, mantivemos:

- a adoção do símbolo “Sem OGM” para produtos constituídos maioritariamente por um ingrediente que pudesse potencialmente ter sido modificado geneticamente. Em 2019, o símbolo esteve em 22% do total de referências em causa, um aumento de 8 p.p. face a 2018;
- a adoção de ícone calórico para 91% das referências de bebidas alcoólicas, um aumento de 2 p.p. face a 2018¹⁷;
- a adoção, também para bebidas alcoólicas, de simbologia que desaconselha o consumo por parte de grávidas. Neste caso, 91% das referências apresentou esta simbologia, um aumento de 43 p.p. face a 2018¹⁷;
- a manutenção da iconografia para produtos fontes de Ómega 3, sem lactose, sem glúten, sem açúcares adicionados e sem gordura;
- a manutenção da identificação de produtos de charcutaria Pingo Doce que tenham menor teor de gordura e sal, de acordo com os requisitos do programa “Escolha Saudável”, em colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.

Na Polónia, assinalamos:

- a adoção da indicação de fibra na tabela nutricional no verso das embalagens;
- a adoção da simbologia europeia para produtos biológicos, em cumprimento dos regulamentos comunitários (EC) No. 834/2007 e (EC) No. 889/2008 sobre produção, rotulagem e controlo;
- a adoção de simbologia própria com base em critérios exigidos, entre outros, pela legislação polaca (ver caixa de destaque – Go Vege) para consumidores *vegan* e para vegetarianos, acompanhando os lançamentos e reformulações que se destinam a consumidores com necessidades ou preferências alimentares específicas;

¹⁷ Valor(es) de 2018 corrigido(s).

- a manutenção da iconografia para produtos fontes de Ómega 3, sem lactose e sem glúten;
- a adopção, em bebidas alcoólicas, de simbologia para índice calórico (3% das referências apresentavam esta indicação, mais 0,3 p.p. do que em 2018), de aviso para mulheres grávidas (7% das referências, mais 0,6 p.p. do que em 2018)¹⁷ e para a condução responsável (23% das referências, mais 4,4 p.p. do que em 2018)¹⁷.

Mantivemos a parceria com a Polskie Stowarzyszenie Osób z Celiakią i na Diecie Bezglutenowej (Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten) para o acompanhamento da produção e lançamento de produtos sem glúten, garantindo quer a ausência de contaminação cruzada, quer a certificação do produto final.

No que diz respeito a organismos geneticamente modificados (OGM), uma nova legislação será aplicada em 2020 quanto à rotulagem de produtos habitualmente modificados, como o milho, colza, soja e beterraba. Voluntariamente, foram adicionados outros ingredientes ao processo de análise: trigo e tomate, e o algodão no caso de produtos não-alimentares. Além dos requisitos exigidos aos fornecedores, as Companhias do Grupo fazem análises laboratoriais no sentido de cumprir a sua Política de Qualidade e Segurança de Produto quanto à divulgação da presença de OGM sempre que esta não for passível de ser evitada, no limite da quantificação do método de 0,1% (mais exigente do que os 0,9% determinados pela legislação comunitária para rotulagem obrigatória).

Na Colômbia, manteve-se a adopção voluntária de indicações nutricionais de ingredientes recomendados diariamente, sendo apresentados valores para calorias, gordura, sódio, açúcar e proteínas.

Informação noutros Meios

Os princípios da Dieta Mediterrânica, classificada como Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, regem o desenvolvimento de produtos e a comunicação do Pingo Doce há mais de 10 anos. Além das embalagens dos produtos, onde se divulgam conselhos de confecção e de acompanhamento com vegetais ou fruta, também a revista bimestral “Sabe Bem” (com uma tiragem média de 150.000 exemplares) é um dos principais meios de comunicação desta dieta, publicando receitas que incentivam também o reaproveitamento de excedentes alimentares.

Destacamos o lançamento em 2019 do livro “À Mesa com o Pingo Doce”, com receitas práticas em linha com os princípios da Dieta Mediterrânica, e métodos de confecção que melhor respondem aos actuais estilos de vida dos consumidores portugueses, nomeadamente quanto ao tempo disponível para confeccionar refeições em casa. As receitas foram aprovadas pela equipa de nutrição do Pingo Doce e por especialistas de culinária, tendo mais de 750.000 exemplares sido distribuídos aos clientes.

O website do Pingo Doce tem sido ao longo dos anos uma importante ferramenta para incentivar a adopção desta dieta. Adicionalmente, publica uma lista de produtos sem lactose ou sem glúten, com o objectivo de auxiliar os consumidores na sua escolha, sendo esta lista actualizada todos os meses pela equipa de nutrição do Pingo Doce, de acordo com o controlo analítico efectuado aos produtos de Marca Própria.

A Biedronka lançou um folheto com base na Pirâmide de Nutrição Saudável e Actividade Física para Adultos destinada aos consumidores polacos, cuja tiragem foi de 1,4 milhões de exemplares, informando sobre os cinco grupos de alimentos – e a proporção com que devem ser consumidos diariamente –, assim como a manutenção de actividade física, que contribuem para uma dieta equilibrada.

Adicionalmente, foram também publicados 56 artigos em vários órgãos de comunicação social, descrevendo os perfis nutricionais, a qualidade dos produtos Biedronka e os seus benefícios para a saúde. A estes, juntam-se ainda 61 artigos (mais 60% face a 2018) divulgados através de meios internos dirigidos a colaboradores.

A Companhia participou numa conferência científica na Polónia para disseminar informação sobre educação alimentar: a [Wsztechnica Żywniowa](#) (Universidade da Nutrição), que assinalou a sua 25.ª edição. O evento foi organizado pela Faculdade de Ciências da Nutrição Humana e do Consumo da Universidade das Ciências da Vida de Varsóvia. A conferência contou com organizações do sector agroalimentar e da sociedade civil, como a Nestlé, o Carrefour, a Fundação Kulczyk e a Polska Federacja Producentów Żywności Związek Pracodawców (Federação Polaca dos Produtores de Alimentos), tendo a apresentação da Biedronka focado a importância da escolha dos alimentos para uma dieta equilibrada e o trabalho de cooperação que é realizado com os fornecedores.

4.2.4 Parcerias e Apoios

O Grupo mantém um diálogo regular com instituições públicas e privadas de referência, com o objectivo de aprender e partilhar conhecimento sobre alimentação, nutrição e saúde, o que permite interagir com novos públicos numa lógica de enriquecimento para todas as partes envolvidas.

Em Portugal, o Pingo Doce é um membro activo nas comissões técnicas dedicadas à qualidade alimentar da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED). Foi dada continuidade às parcerias com organizações que visam contribuir para uma alimentação saudável, das quais se destacam:

- a Direcção Geral de Saúde (DGS), no âmbito do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS), tendo o Pingo Doce disponibilizado 29 receitas sobre a Dieta Mediterrânica desenvolvidas pela sua equipa de nutrição. Adicionalmente, a DGS participou em cinco artigos publicados na revista “Sabe Bem” do Pingo Doce, sendo ainda divulgados no blogue do PNPAS “Nutrimento” em [nutrimento.pt](#);
- a Associação Portuguesa de Celiacos, para a identificação e divulgação de produtos sem glúten;
- a Fundação Portuguesa de Cardiologia, para a identificação de produtos de charcutaria com menor teor de gordura e sal, sob o símbolo “Escolha Saudável”;
- a Associação Portuguesa de Nutricionistas, para o patrocínio do Congresso da Nutrição e Alimentação.

Na Polónia, além dos acordos estabelecidos anteriormente para a publicação de informação sobre alimentação saudável e a identificação mais intuitiva de produtos alimentares, mantivemos as seguintes iniciativas:

- apoio ao 4.º Congresso Nacional de Nutrição sob o tema “Obesidade, Anorexia e Bulimia nas Crianças e Jovens”, organizado pelo Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco. Foi desenvolvida uma brochura institucional para acompanhar este evento, sendo ainda disponibilizados aos participantes produtos das marcas exclusivas;
- apoio ao projecto [Zielona Kraina](#) (Terra Verde), desenvolvido em parceria com o fornecedor Green Factory, da marca exclusiva Vital Fresh. Este projecto tem por objectivo promover hábitos alimentares saudáveis entre as crianças de escolas primárias. Mais de 7.400 alunos participaram em 379 acções deste programa, que se desenrolou em 120 escolas de 15 cidades polacas no ano lectivo 2018/2019. Decorreram também workshops nutricionais no âmbito do programa, com o apoio de 29 nutricionistas;
- aprofundamento da parceria com o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança), com o qual a Biedronka colabora desde 2012, para o desenvolvimento de produtos destinados a utilização por crianças, introduzindo numa plataforma pública todos os produtos que receberam uma avaliação positiva desta entidade quanto à segurança dos mesmos. Em [epozytywnaopinia.pl](#) podem também ser encontradas informações sobre sugestões de uso e artigos de opinião dirigidos aos pais.

Na Colômbia, a Ara manteve a sua participação nas comissões de trabalho do Instituto Colombiano de Normas Técnicas (ICONTEC) para a discussão e criação de normas de qualidade e segurança alimentar, aplicáveis a todas as categorias de produtos.

Menos Sal Portugal

O consumo médio de sal em Portugal é de cerca de 10 gramas por dia, sendo o dobro da quantidade recomendada pela Organização Mundial da Saúde. Esta prática configura já um problema de saúde pública no país, afectando um terço da população portuguesa. O consumo excessivo de sal está associado a doenças, como a hipertensão, que têm muitas vezes consequências, como AVC ou enfarte do miocárdio. Segundo o estudo PHISA – Portuguese Hypertension and Salt Study, realizado em 2014, estima-se que existam 2 milhões de hipertensos em Portugal.

O Pingo Doce criou o programa «Menos Sal Portugal», em parceria com a CUF (José de Mello Saúde), com o propósito de sensibilizar a sociedade portuguesa para os efeitos nocivos do consumo excessivo de sal, tendo sido realizado um estudo sobre o impacto da educação alimentar na mudança de comportamentos e em vários indicadores de saúde. Contando com especialistas da Nova Medical School e da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, o estudo científico juntou mais de 300 voluntários entre os 20 e os 70 anos da área metropolitana de Lisboa. Durante três meses, os participantes integraram também um programa de (re)educação alimentar, orientado por especialistas, para a redução do consumo de sal.

Foi ainda lançado um website dedicado – menossalportugal.pt – e um folheto com recomendações distribuído nas lojas Pingo Doce, tendo-se também oferecido uma colher “meia pitada” com o objectivo de concretizar a quantidade de sal recomendada por dia e incentivar o controlo do uso de sal na confecção de refeições domésticas.

4.3. Qualidade e Segurança Alimentar

Investimos continuamente na certificação e monitorização dos nossos processos, instalações e equipamentos, por forma a garantirmos produtos de qualidade e em condições de serem consumidos em segurança. Para isso, contamos não só com os nossos técnicos de Qualidade e Segurança Alimentar, como também recorremos a auditores externos e laboratórios independentes e acreditados.

Destaque, na Polónia, para a criação dos Requisitos Básicos de Qualidade aplicados aos produtos Perecíveis. Este documento, que reúne os standards aplicados pelo Grupo e informação em matéria de qualidade, assim como requisitos específicos para as categorias de Fruta e Vegetais, Peixe e Carne, é mandatário para todos os fornecedores da Biedronka.

Foram ainda revistos os critérios de Boas Práticas de Produção e de Boas Práticas de Higiene, vigentes desde 2014, quanto à carne vendida aos balcões, no âmbito da verificação e adequação dos procedimentos aos critérios críticos.

Em 2019 realizámos cerca de 10.000 auditorias internas às infraestruturas do Grupo, complementadas por cerca de 110.000 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, e mais de 63.000 análises a produtos.

4.3.1 Certificações

Durante o ano de 2019 as seguintes certificações foram renovadas ou estendidas a novas infraestruturas:

- Certificação ISO 22000:2005, sobre o processo de armazenagem e distribuição de produtos alimentares de origem animal e *plant-based* em todos os 16 Centros de Distribuição na Polónia, e ao processo de desenvolvimento de produtos alimentares na sede da Biedronka;
- Certificação ISO 22000:2005 e FSSC 22000 para a Fábrica de Sopas na Polónia, obtida pela primeira vez, no âmbito de pronto-a-comer após aquecimento e embalamento individualizado;

- Certificação ISO 9001:2015 para o Desenvolvimento de Marcas Próprias, em Portugal, e Acompanhamento do Produto após Lançamento/Fornecedor após Lançamento;
- Certificação HACCP segundo o Codex Alimentarius:
 - totalidade das Cozinhas Centrais do Pingo Doce, na vertente de Segurança Alimentar;
 - 16 lojas Recheio Cash & Carry;
 - plataformas Food Service da Caterplus no Porto e Lisboa;
 - Centros de Distribuição de Azambuja, Modivas, Alfena e Algez, na vertente de Segurança Alimentar;
- Certificação do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, de acordo com a Norma Portuguesa ISO 22000:2005, em 21 lojas Recheio e uma plataforma Food Service da Caterplus em Tavira.

Em 2019, todos os Centros de Distribuição da Polónia renovaram a certificação para manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento CE 834/2007.

4.3.2 Auditorias

Para além das auditorias internas, foram ainda efectuadas auditorias aos fornecedores de produtos Perecíveis e de Marca Própria e a fornecedores em geral, cujos resultados podem ser consultados no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”.

Polónia

As lojas da Biedronka e os Centros de Distribuição foram alvo de auditorias, tanto por equipas internas, como por auditores externos para verificação da adequação de instalações, equipamentos e procedimentos.

Lojas e Centros de Distribuição	Biedronka			Centros de Distribuição		
	2019	2018	Δ 2019/2018	2019	2018	Δ 2019/2018
Auditorias Internas	4.899	5.161	-5%	29	32	-9%
Auditorias de Acompanhamento	79	127	-38%	0	0	-
Auditorias Externas	73	0	-	27	24	+13%
Desempenho HACCP*	86%	81%	+5 p.p.	95%	95%	-

*Na Biedronka, a implementação HACCP é avaliada com base em referenciais próprios, que, por sua vez, se baseiam no Codex Alimentarius. Nos Centros de Distribuição, a taxa de conformidade diz respeito à certificação ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do Codex Alimentarius.

Registou-se um decréscimo nas auditorias de acompanhamento devido ao desempenho que se verificou após as auditorias internas, razão pela qual também a avaliação final de HACCP foi melhor face a 2018. No caso dos Centros de Distribuição, o número de auditorias está em linha com a planificação anual, devendo-se o aumento de auditorias externas ao regular controlo por parte das entidades oficiais.

Recorremos a laboratórios externos acreditados para as análises a superfícies de trabalho, equipamentos e manipuladores de produtos e matérias-primas e produtos finalizados em loja, com o objectivo de controlar os riscos microbiológicos. Foram efectuadas 7.151 análises, um aumento de 189% face a 2018, que se deveu essencialmente a um alargamento do âmbito de análises à fruta e vegetais, à exposição do pão fresco, a uma maior frequência das análises ao frango assado em loja, assim como ao aumento do número de lojas com serviço de charcutaria a pedido do cliente.

Portugal

Auditorias realizadas ao Pingo Doce e ao Recheio:

Lojas e Centros de Distribuição	Pingo Doce			Recheio			Centros de Distribuição		
	2019	2018	Δ 2019/2018	2019	2018	Δ 2019/2018	2019	2018	Δ 2019/2018
Auditorias Internas	888	873	+2%	85	84	+1%	33	39	-15%
Auditorias de Acompanhamento	1.505	1.415	+6%	211	250	-16%	39	40	-3%
Auditorias Externas	35	15	+133%	15	55	-73%	8	10	-20%
Desempenho HACCP*	84%	90%	-6 p.p.	87%	88%	-1 p.p.	91%	93%	-2 p.p.

*No Pingo Doce, tal como no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no Codex Alimentarius e adequados às realidades em que as Companhias operam.

O aumento das auditorias internas e de acompanhamento no Pingo Doce deveu-se ao cumprimento do plano definido para as lojas da Companhia, que se expandiram em 2019. No Recheio, a diminuição das auditorias de acompanhamento resultou da implementação do sistema de gestão da segurança alimentar, de acordo com a Norma Portuguesa ISO 22000:2005, feita em 2018, cujas melhorias foram implementadas no decorrer do ano, tornando desnecessário o mesmo volume de auditorias.

Igualmente, no que diz respeito aos Centros de Distribuição, os decréscimos de auditorias internas e de acompanhamento podem explicar-se pelo facto de, durante o ano, terem sido revistas as periodicidades das mesmas, considerando a maturidade do sistema de segurança alimentar.

Foram ainda efectuadas 99.142 análises de Qualidade e Segurança Alimentar nas lojas Pingo Doce, Recheio e nos Centros de Distribuição, entre outras estruturas como a Fábrica de Massa Fresca, visando superfícies de trabalho, manipuladores de Perecíveis e de produtos em loja, assim como análises à água e ao ar (um aumento de 1% face a 2018). Estas análises são feitas por laboratórios externos acreditados.

Colômbia

Foram realizadas auditorias às lojas Ara e aos Centros de Distribuição por equipas internas.

Lojas e Centros de Distribuição	Ara			Centros de Distribuição		
	2019	2018	Δ 2019/2018	2019	2018	Δ 2019/2018
Auditorias Internas	1.740	495	+252%	3	3	0%
Auditorias de Acompanhamento	414	1.664	-75%	4	0	-
Boas Práticas de Higiene e Qualidade*	80%	72%	+8 p.p.	87%	95%	-8 p.p.

*A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas, nas quais os critérios visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controle e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspectos de higiene e controlo de qualidade (i) das instalações para o manuseamento do produto, tais como temperatura; (ii) das embalagens; e (iii) relativos aos procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

O aumento do número de auditorias internas a lojas, deveu-se à expansão da rede da Ara e a uma nova conceptualização sobre auditorias: incluíram-se auditorias técnicas de seguimento face aos desempenhos obtidos. No caso das auditorias de acompanhamento, e pelo motivo apresentado anteriormente, foi dada prioridade a medidas correctivas prioritárias.

As melhorias no desempenho de segurança alimentar deveram-se ao acompanhamento das lojas, bem como ao investimento feito na formação às equipas operacionais, incluindo a responsáveis de distrito.

Foram realizadas 3.440 análises, entre superfícies de trabalho, manipuladores de Perecíveis, produtos manipulados nas lojas e também à água, o que representa uma diminuição de 65% face a 2018. Esta

diminuição explica-se pelos novos métodos de controlo, nomeadamente reportando-se amostras ao invés de parâmetros analisados.

4.3.3 Análises

Os produtos comercializados são alvo de verificação quanto à sua segurança e qualidade. As análises são conduzidas em laboratórios externos acreditados.

Polónia

Número de Análises/Amostras recolhidas	2019	2018	Δ 2019/2018
Marca Própria – Alimentar	14.061	12.431	+13%
Marca Própria – Não-Alimentar	903	825	+9%
Fruta e Vegetais	1.540	1.069	+44%
Carne e Pescado	790	300	+163%
Padaria	695	80	+769%
Ovos	391	353	+11%

No caso das Marcas Próprias da Biedronka, os aumentos devem-se a um maior número de fornecedores abrangidos, bem como ao aumento de produtos comercializados, fruto da expansão das operações. O aumento verificado nas análises dos Perecíveis deveu-se a novas metodologias de contabilização das análises microbiológicas e físico-químicas, assim como ao início de análises feitas à pasteleria fresca, integrada na categoria de Padaria, à venda em loja.

Portugal

Número de Análises/Amostras recolhidas	2019	2018	Δ 2019/2018
Marca Própria – Alimentar*	17.247	15.790	+9%
Marca Própria – Não-Alimentar	4.415	4.560	-3%
Fruta e Vegetais	2.900	2.815	+3%
Carne	1.171	1.182	-1%
Pescado	1.197	928	+29%
Padaria	947	479	+98%
Meal Solutions	2.170	1.359	+60%

*Incluindo análises de rotina à presença de glúten, organismos geneticamente modificados, lactose, denominação de espécies, análises de controlo e análises extras.

O aumento de 10% das análises de produtos de Marca Própria alimentar deve-se essencialmente à inclusão da substância acrilamida no plano de controlo analítico para avaliação de risco, garantindo assim a monitorização daquele contaminante cujos limites foram revistos em regulamento comunitário. Foram também efectuadas análises extra-rotina.

Relativamente aos produtos de Marca Própria não-alimentar, o decréscimo deveu-se fundamentalmente a não terem ocorrido mudanças de fornecedor, tal como se verificou em 2018, altura em que se fizeram análises extra na sequência do relançamento das gamas de higiene do bebé e higiene feminina.

Os aumentos verificados nas categorias de Perecíveis explicam-se pelo reforço feito ao plano de controlo analítico do pescado e fruta e vegetais, nomeadamente em parâmetros que são requisitos legais, e pela entrada de novos fornecedores.

O incremento verificado na área de Padaria deve-se a análises inerentes ao desenvolvimento de novos produtos, bem como à monitorização da informação nutricional declarada nos rótulos dos produtos fabricados nas nossas operações (como a Fábrica de Massa Fresca). O aumento verificado na área de Meal Solutions deve-se a análises a novos produtos, bem como a validações de datas de durabilidade.

Colômbia

Número de Análises/Amostras recolhidas	2019	2018	Δ 2019/2018
Marca Própria – Alimentar	11.951	6.970	+71%
Marca Própria – Não-Alimentar	2.834	1.076	+163%
Fruta e Vegetais	39	52	-25%
Carne	27	14	+93%
Pescado	3	11	-73%
Padaria	0	6	-100%

Foram realizadas 14.854 análises laboratoriais a produtos, o que traduz um aumento de 83% face a 2018. O aumento significativo na análise de produtos de Marca Própria acompanha o volume de produtos comercializados, assim como a expansão da rede de lojas no país.

No caso dos Perecíveis, o aumento na categoria de Carne deve-se ao maior número de fornecedores, em resultado da expansão referida. Os decréscimos observados no Pescado são uma consequência de menos referências à venda na gama de Perecíveis; na Fruta e Vegetais, uma nova metodologia de contabilização de análises – por amostragem e não por parâmetro analisado – entrou em vigor; e no caso da Padaria, o ciclo anual não considerou um produto prioritário naquela geografia para análise face aos desempenhos anteriores.

4.3.4 Formação

A formação na Polónia¹⁸, abrangeu 16.136 colaboradores num total de 26.369 horas¹⁹ e cobriram temas como a actualização dos sistemas de gestão de segurança alimentar no âmbito das normas internacionais FSSC 22000 e ISO 22000:2018.

Em Portugal²⁰, foram ministradas 47.779 horas de formação¹⁹ a 10.538 colaboradores em temas como:

- sistema de gestão de segurança alimentar implementado nas Companhias;
- defesa alimentar (food defense/security) no âmbito da prevenção e combate à adulteração intencional de alimentos;
- rotulagem de géneros alimentícios;
- destruição térmica de microrganismos em processos de esterilização;
- boas práticas na manipulação de produtos perecíveis.

Na Colômbia²¹, um total de 39.029 horas de formação¹⁹ foram ministradas a 5.824 colaboradores, em temas como os aspectos de qualidade dos produtos perecíveis, boas práticas de produção e de higiene, assim como a gestão de cadeia de frio.

	Volume de Formação ¹⁹		N.º Pessoas Formadas	
	2019	2018	2019	2018
Grupo	113.177	125.139	32.498	35.731*
Portugal	47.779	51.743	10.538	11.805*
Polónia	26.369	39.671	16.136	18.652
Colômbia	39.029	33.725	5.824	5.274

* Valor corrigido.

¹⁸ Compreende as lojas Biedronka e os Centros de Distribuição na Polónia;

¹⁹ Volume de formação, indicador calculado da seguinte forma: número de pessoas formadas x número de horas ministradas de conteúdos de Higiene e Segurança Alimentar.

²⁰ Compreende o Pingo Doce, Recheio, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, Hussel e Jerónimo Martins Restauração e Serviços.

²¹ Compreende as lojas Ara e os Centros de Distribuição na Colômbia.

5. Respeitar o Ambiente

5.1. Introdução

De acordo com o 6.º *Global Environmental Outlook*²², publicado pelo UNEP²³, prevê-se que o aumento da população, as tendências de urbanização e o desenvolvimento económico, irão resultar no aumento da procura de recursos naturais, tais como alimentos, energia e água. No sentido de se garantir um desenvolvimento sustentável até 2050, o relatório identifica várias acções que devem ser implementadas: melhoria da eficiência energética, introdução de tecnologias com emissões de carbono reduzidas (ex.: energias renováveis), alteração de comportamentos por parte de consumidores e empresas e promoção de iniciativas de reflorestação. O UNEP defende ainda medidas que passam por uma melhor gestão das áreas protegidas, pela agricultura sustentável e pelo uso e armazenamento eficientes de água.

No Grupo Jerónimo Martins trabalhamos diariamente para reduzir os impactes ambientais dos nossos processos e da nossa cadeia de fornecimento, melhorando a eficiência e adoptando medidas e tecnologias com uma menor pegada ecológica. A nossa Política Ambiental²⁴, que estabelece linhas de actuação e objectivos de melhoria, actua sobre três prioridades: preservar a biodiversidade, combater as alterações climáticas e gerir os resíduos de forma responsável.

Auditorias Ambientais e Certificação Ambiental

Com o objectivo de melhorar o nosso desempenho ambiental, os Centros de Distribuição (CD) têm Sistemas de Gestão Ambiental implementados com base na norma ISO 14001. Na Biedronka, 16 CD têm esta certificação e no Pingo Doce e Recheio manteve-se a certificação de quatro CD. No total, mais de 65% dos CD do Grupo (20 em 30) são certificados por esta norma. O nosso objectivo é ter 25 estabelecimentos com certificação ambiental no final de 2020.

Para garantir o cumprimento dos procedimentos de gestão ambiental, realizamos ainda auditorias internas em lojas, armazéns e CD. Em 2019, foram realizadas 4.788 auditorias ambientais na Biedronka, 269 no Pingo Doce e 18 no Recheio, um aumento de 39% face a 2018. Na Colômbia, o processo de realização de auditorias regulares às lojas Ara será iniciado em 2020. Em 2019, a pontuação média foi de 87%, um aumento de 3 p.p. face a 2018. Sempre que a pontuação obtida nas auditorias é inferior a 100%, são definidas acções correctivas.

5.2. Biodiversidade

O mais recente relatório²⁵ do IPBES²⁶ sobre biodiversidade e serviços dos ecossistemas alerta para o facto de cerca de um em oito milhões de espécies de animais e plantas se encontrarem em risco de extinção, sendo necessário adoptar medidas para reduzir a perda de biodiversidade.

O Grupo reconhece que a sua actividade tem impactes na biodiversidade e nos serviços dos ecossistemas, associados principalmente à especialização em Frescos, que se traduz na comercialização de Carne, Peixe, Fruta e Vegetais, entre outros produtos Perecíveis. Por esse motivo, as nossas políticas e estratégias de actuação reflectem o esforço contínuo de mapeamento e mitigação desses impactes:

- a montante, e em parceria com os fornecedores, promovemos iniciativas de sensibilização e monitorização, como são os casos do projecto de agricultura sustentável ou as acções de

²² O 6.º *Global Environmental Outlook* da UNEP, publicado em 2019, está disponível em: www.unenvironment.org/resources/global-environment-outlook-6.

²³ UNEP é a sigla, em língua inglesa, para o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (United Nations Environment Programme).

²⁴ Disponível para consulta na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

²⁵ O relatório "The Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services" do IPBES, publicado em 2019, está disponível em: ipbes.net/global-assessment-report-biodiversity-ecosystem-services.

²⁶ IPBES é a sigla, em língua inglesa, para a Plataforma Intergovernamental para a Biodiversidade e Serviços do Ecossistema (*Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*).

combate à desflorestação no âmbito do nosso compromisso Zero Desflorestação Líquida até 2020;

- nas nossas operações, promovemos, por exemplo, a preservação das espécies de peixe selvagem (com base na estratégia de pescado sustentável), introduzimos produtos e serviços com um melhor perfil ambiental e social (ex.: produtos com certificados de sustentabilidade) e trabalhamos na implementação de práticas sustentáveis na produção de carne bovina, leite e aquacultura;
- a jusante, junto de consumidores e da população em geral, e em parceria com centros de investigação e/ou Organizações Não Governamentais²⁷, promovemos projectos de sensibilização e de preservação de ecossistemas, habitats e espécies dos quais as nossas actividades dependem e/ou que são por elas afectados.

Estas iniciativas são descritas neste subcapítulo e no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”.

Parceria para Protecção de Araras na Colômbia

Em 2019 iniciámos, em parceria com a Fundação ProAves, um projecto de protecção de duas espécies de araras na Colômbia, com o objectivo de contribuir para a preservação da biodiversidade e aumentar a sensibilização ambiental das comunidades locais.

No âmbito do projecto, foi avaliado o estado de conservação das espécies Arara Vermelha (*Ara chloropterus*) e Arara Verde (*Ara militaris*), bem como do seu habitat, na Reserva Florestal de Montes de Oca, em Guajira. A Reserva tem uma elevada biodiversidade, contando com pelo menos 200 espécies de plantas, 164 aves, 35 mamíferos e 45 anfíbios e répteis. A conservação de áreas florestais onde as duas espécies habitam e se reproduzem é fundamental para a sua conservação. Por isso, em 2019, no âmbito deste projecto, foram plantadas 1.000 árvores de 16 espécies, numa área total de 58 km².

Na vertente da sensibilização ambiental, as actividades foram realizadas em escolas e através de comunicação em cartazes com a comunidade Montes de Oca. A acção abrangeu mais de 200 crianças com o objectivo de as sensibilizar para a protecção do habitat destas espécies e para que as soubessem identificar e assim preencher os formulários de monitorização de avistamento destas espécies. Em três meses foram recolhidos 50 formulários onde as mesmas foram avistadas. Esta informação serve ainda para adaptar medidas de conservação adequadas, em linha com os objectivos do projecto.

5.3. Alterações Climáticas

Em 2018, o IPCC²⁸ alertou para a necessidade de limitar a subida média da temperatura a 1,5°C²⁹ face aos níveis pré-industriais, de modo a reduzir os efeitos das alterações climáticas que já se fazem sentir. O Painel publicou dois novos relatórios³⁰ em 2019, que alertam para a degradação dos sistemas naturais. Os impactes nestes sistemas serão intensificados, esperando-se por isso uma pressão crescente com reflexos nos sistemas produtivos e, conseqüentemente, na segurança alimentar. Como resposta, o IPCC voltou a reforçar a importância de se reduzir significativamente as emissões de carbono e de aumentar as iniciativas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, em linha com o Acordo de Paris.

Espera-se também que as políticas energéticas seguidas pelos Estados-Membro promovam a transição para uma economia de baixo carbono ou mesmo neutra em carbono. Um dos exemplos é o Pacto Ecológico Europeu³¹, que pretende atingir, de forma justa e inclusiva, a neutralidade carbónica na União Europeia até 2050. É expectável que estas políticas impactem vários sectores, como a energia, os edifícios, os transportes e a agricultura.

²⁷ Para saber mais sobre estas acções, consulte, neste subcapítulo, a secção 5.5 “Parcerias e Apoios” e no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade” a secção 6.3. “Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção”.

²⁸ IPCC é a sigla, em língua inglesa, para Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change).

²⁹ O relatório do IPCC “Global Warming of 1.5°C”, publicado em 2018, está disponível em www.ipcc.ch/sr15.

³⁰ Os relatórios “Climate Change and Land” e “The Ocean and Cryosphere in a Changing Climate”, ambos disponíveis em www.ipcc.ch/srcc1 e www.ipcc.ch/srocc.respectivamente.

³¹ Lançado em Dezembro de 2019, o Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal, na língua inglesa), está disponível em ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024.

Estima-se assim que quer os riscos físicos, associados aos impactes das alterações climáticas, quer os riscos de transição, associados às políticas de redução de carbono, venham a reflectir-se na grande maioria das empresas. É neste contexto que surgem as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures, uma iniciativa promovida pelo sector financeiro, que permite às empresas quantificar e divulgar os riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas, bem como os seus planos de acção. Em linha com estas recomendações, o Grupo iniciou, em 2019, o processo de avaliação dos impactos e oportunidades nas suas actividades com base em diferentes cenários climáticas.

A nossa estratégia passa ainda por implementar medidas de redução de consumos energéticos e das emissões de carbono associadas, por exemplo, a processos logísticos e gases de refrigeração. Procuramos também combater a desflorestação, nomeadamente através da gestão das *commodities* relacionadas com este risco: óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira³². Em 2019, fomos novamente distinguidos com a classificação “A-” no Carbon Disclosure Project (CDP) Climate, posicionando-nos no patamar “Liderança”, perto de atingir a pontuação máxima (A). Este programa avalia o nosso desempenho em termos de estratégia climática, incluindo a transparência no reporte de informação e a gestão de risco.

5.3.1 Pegada de Carbono

Em 2019, as emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 totalizaram 903.261 toneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO₂e), uma diminuição de 15,4% face a 2018, que se justifica, sobretudo, pela aquisição de certificados de energia renovável, em Portugal. Pelo mesmo motivo, o valor específico diminuiu de 0,0616 para 0,0485 toneladas de CO₂e por cada mil euros de vendas, cumprindo o objectivo do Grupo de reduzir as suas emissões de carbono em 5% por cada mil euros de vendas.

Pegada de Carbono (t CO ₂ e/’000 €)	2019	2018	Δ 2019/2018
Valor específico (âmbitos 1 e 2)	0,0485	0,0616	-21,3%

Pegada de Carbono (t CO ₂ e)	2019	2018	Δ 2019/2018
Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)³³	903.261	1.067.728	-15,4%
▪ Biedronka	804.630	846.167	-4,9%
▪ Hebe	11.074	8.801	+25,8%
▪ Pingo Doce ³⁴	29.810	141.181	-78,9%
▪ Recheio	5.806	19.897	-70,8%
▪ Ara	36.686	38.039	-3,6%
▪ Agro-Alimentar	15.255	*13.642	+11,8%
Pegada de Carbono (âmbito 1 – impactes directos)	212.304	233.404	-9,0%
▪ Fugas de gases refrigerantes	104.338	128.509	-18,8%
▪ Utilização de CO ₂	20.988	21.733	-3,4%
▪ Consumo de combustíveis	54.755	55.971	-2,2%
▪ Frota de ligeiros	21.247	17.552	+21,1%
▪ Emissões entéricas (gado bovino)	10.976	9.639	+13,9%
Pegada de Carbono (âmbito 2 – impactes indirectos)	690.957	834.324	-17,2%
▪ Consumo de electricidade (<i>location-based</i>)	831.491	829.000	+0,3%
▪ Consumo de electricidade (<i>market-based</i>)	674.212	817.551	-17,5%
▪ Aquecimento (<i>location-based</i>)	16.745	16.773	-0,2%
Pegada de Carbono (âmbito 3 – outros impactes indirectos)	246.660	211.837	+16,4%
▪ Transporte de mercadorias para as lojas (Distribuição)	179.118	148.556	+20,6%
▪ Gestão de resíduos	46.166	41.368	+11,6%
▪ Consumo de energia em lojas franchising	19.070	19.881	-4,1%

³² Para saber mais sobre estas acções, consulte, o subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.3. “Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção”.

³³ As emissões de âmbito 2 baseiam-se em factores de emissão do tipo *location-based* (aquecimento) e *market-based* (electricidade), conforme tabela “Pegada de Carbono – Indicadores”.

³⁴ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os CD, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

Pegada de Carbono (t CO ₂ e)	2019	2018	Δ 2019/2018
▪ Viagens de avião de colaboradores	2.306	2.032	+13,5%

* Valores corrigidos para acomodar o valor dos Certificados de Energia Renovável desta área de negócio (1.453 de um total de 126.020 t CO₂e).

Notas: O cálculo da pegada de carbono das diferentes actividades (sob controlo operacional do Grupo e que representam 99,9% do volume de negócios) segue a metodologia do “Greenhouse Gas Protocol” do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e do World Resources Institute (WRI), nos seus três níveis: impactes directos, indirectos e de terceiros. Os valores apresentados tiveram em conta factores de emissão definidos pelo IPCC para gases refrigerantes e emissões entéricas do gado bovino, pela Direcção-Geral de Energia e Geologia em Portugal, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético) na Colômbia, pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões), para combustíveis e aquecimento, pela Agência Internacional de Energia, pelos fornecedores (electricidade), pelo “Greenhouse Gas Protocol” (combustíveis utilizados na frota de ligeiros e transporte de mercadorias e viagens aéreas) e pelo UK Government GHG Conversion Factors for Company Reporting (resíduos).

5.3.2 Consumos de Água e Energia

Outra das linhas de acção da nossa estratégia de combate às alterações climáticas passa pela maior eficiência na utilização de recursos como a água e a energia. É por isso que, quando remodelamos ou construímos novas infra-estruturas, estes critérios são incluídos nos projectos. Neste âmbito, destacamos as seguintes medidas:

- sistemas de controlo e gestão de energia;
- móveis refrigerados e arcas congeladoras com portas e tampas;
- tecnologias de iluminação mais eficientes, como LED e instalação de claraboias;
- instalação de energias renováveis³⁵;
- sistemas de racionalização dos consumos de água: redutores de caudal, torneiras com temporizadores, sensores de regulação para máquinas de gelo e recolha de águas pluviais para utilização em sistemas de rega ou de lavagem de equipamentos.

Desde 2014 que estas medidas implicaram um investimento superior a 145 milhões de euros, tendo sido evitada a emissão de mais de 230.000 toneladas de CO₂e, com um período de retorno de 6,5 anos.

Como complemento às medidas tecnológicas de redução de consumos de água e energia, também investimos em projectos de promoção da adopção de boas práticas comportamentais. Com as nossas “Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia”, projecto iniciado em 2011 nas lojas Pingo Doce e Recheio, conseguimos reduzir os consumos de água e energia em 341.653 m³ e 48.080.140 kWh. Suportado em reportes regulares de *benchmarking* interno, este projecto já gerou uma poupança acumulada de mais de 6,1 milhões de euros.

Nos edifícios de escritórios, o projecto Let’s Go Green permitiu uma redução no consumo de electricidade de 289.013 kWh, tendo-se verificado um aumento de 287 m³ no consumo de água, entre 2015 e 2019. O aumento do consumo de água está associado à disponibilização de serviços de saúde e bem-estar para os colaboradores do edifício-sede em Lisboa. Relativamente aos consumos específicos por colaborador, estes reduziram em 42% e 21%, respectivamente. No final de 2019, e no âmbito deste projecto, as garrafas de água de plástico de utilização única no edifício-sede de Lisboa foram substituídas por garrafas de água de vidro reutilizáveis nas salas de reuniões. Adicionalmente, deixaram de ser comercializadas no espaço para refeições, neste local, as garrafas de água de plástico de utilização única. Esta medida irá evitar o equivalente a cerca de 1.000 quilos de plástico de utilização única por ano. Motivados pelos resultados entretanto obtidos em cinco edifícios administrativos em Portugal, este projecto foi alargado em 2019 à sede da Biedronka, encontrando-se a ser implementado também na sede da Ara.

³⁵ Ver tabela “Energias Renováveis” neste subcapítulo.

Extracção e consumo de água por fonte

Consumo total (m ³ /000 €)	2019	2018	Δ 2019/2018
Valor específico	0,258	*0,232	+11,2%

Consumo total (m ³)	2019	2018	Δ 2019/2018
Consumo de água total	4.814.635	*4.026.757	+19,6%
▪ Rede municipal e privada	4.620.947	*3.848.859	+20,1%
▪ Água subterrânea e superficial	184.648	173.992	+6,1%
▪ Outras fontes	9.040	3.906	+131,4%
▪ Água reciclada	0	0	-
Consumo de água por unidade de negócio			
▪ Pingo Doce	1.605.575	1.685.771	-4,8%
· Rede municipal e privada	1.434.947	1.531.088	-6,3%
· Água subterrânea e superficial	169.154	152.790	+10,7%
· Outras fontes	1.474	1.893	-22,1%
· Água reciclada	0	0	-
▪ Recheio	111.443	125.223	-11,0%
· Rede municipal e privada	99.352	104.915	-5,3%
· Água subterrânea e superficial	12.081	20.308	-40,5%
· Outras fontes	0	0	-
· Água reciclada	0	0	-
▪ Biedronka	849.323	831.912	+2,1%
· Rede municipal e privada	849.323	831.912	+2,1%
· Água subterrânea e superficial	0	0	-
· Outras fontes	0	0	-
· Água reciclada	0	0	-
▪ Hebe	17.486	16.344	+7,0%
· Rede municipal e privada	17.486	16.344	+7,0%
· Água subterrânea e superficial	0	0	-
· Outras fontes	0	0	-
· Água reciclada	0	0	-
▪ Ara	180.996	130.012	+39,2%
· Rede municipal e privada	170.681	127.999	+33,3%
· Água subterrânea e superficial	2.749	0	-
· Outras fontes	7.566	2.013	+275,9%
· Água reciclada	0	0	-
▪ Agro-Alimentar	2.049.822	*1.237.495	+65,6%
· Rede municipal e privada	2.049.158	*1.236.601	+65,7%
· Água subterrânea e superficial	664	894	-25,7%
· Outras fontes	0	0	-
· Água reciclada	0	0	-

* Valores corrigidos para autonomizar o volume de água captado para rega no negócio Agro-Alimentar.

Os aumentos dos consumos de água devem-se à expansão das operações, nomeadamente no que se refere às unidades de produção da Jerónimo Martins Agro-Alimentar. Neste caso particular, o incremento deve-se sobretudo à actividade de produção de culturas para alimentação do gado bovino, iniciada, em 2018, na nossa unidade de Monte do Trigo. Esta opção permite-nos reduzir as emissões de carbono associadas ao transporte da alimentação até às nossas instalações, reduzir o consumo de ração animal e melhorar o bem-estar animal, com uma alimentação com qualidade controlada. Durante o ano de 2020, iremos avaliar medidas de mitigação com o objectivo de limitar esta tendência, nomeadamente testando o cultivo de pastagens biodiversas.

Adicionalmente, respondemos, pela primeira vez em 2019, ao programa “Water Security” do CDP que analisa a gestão da água enquanto recurso crítico, o Grupo foi classificado no nível “B” (Gestão). Com a participação neste programa, o Grupo Jerónimo Martins distinguiu-se como a única empresa portuguesa avaliada em todos os programas CDP: “Climate Change”, “Forests” e “Water Security”.

Águas residuais por tipo de destino

Quantidade total (m ³)	2019	2018	Δ2019/2018
Quantidade de águas residuais por destino	2.389.136	2.297.422	+4,0%
▪ Saneamento municipal	2.327.331	*2.231.889	+4,3%
▪ Meio natural	61.805	*65.533	-5,7%
Quantidade de águas residuais por unidade de negócio			
▪ Pingo Doce	1.284.460	1.348.617	-4,8%
· Saneamento municipal	1.229.639	1.287.673	-4,5%
· Meio natural	54.821	60.944	-10,0%
▪ Recheio	89.146	100.178	-11,0%
· Saneamento municipal	86.393	96.533	-10,5%
· Meio natural	2.753	3.645	-24,5%
▪ Biedronka	679.459	665.530	+2,1%
· Saneamento municipal	679.459	665.530	+2,1%
· Meio natural	0	0	-
▪ Hebe	13.989	13.075	+7,0%
· Saneamento municipal	13.989	13.075	+7,0%
· Meio natural	0	0	-
▪ Ara	144.797	104.010	+39,2%
· Saneamento municipal	140.566	*103.066	+36,4%
· Meio natural	4.231	*944	+348,2%
▪ Agro-Alimentar	177.286	66.012	+168,6%
· Saneamento municipal	177.286	66.012	+168,6%
· Meio natural	0	0	-

* Valores corrigidos para autonomizar o valor das descargas de águas residuais no meio natural na Colômbia.

Em 2019, a água proveniente das redes municipais ou de fornecedores privados representou mais de 95% do total consumido pelas nossas actividades. No caso de captações subterrâneas, e para as quais detemos as licenças necessárias, esta opção é utilizada em operações menos exigentes em termos de qualidade da água (ex.: rega e sistemas de refrigeração). As descargas de águas residuais no meio natural representaram cerca de 2,5% do volume total de águas residuais gerado, as quais são devidamente tratadas antes da sua rejeição. No que diz respeito ao reaproveitamento de água, em Portugal e na Colômbia (dois CD) foram recolhidos cerca de 9.000 m³ de água da chuva para utilização nos sistemas de refrigeração, rega e lavagem exterior de camiões, um aumento de 4,5 vezes face a 2018.

Consumo de energia

Consumo total (GJ/000 €)	2019	2018	Δ 2019/2018
Valor específico	0,373	0,398	-6,3%

Consumo total (GJ)	2019	2018	Δ 2019/2018
Consumo de energia	6.946.140	6.904.040	+0,6%
▪ Biedronka	4.158.478	4.249.910	-2,2%
▪ Hebe	89.517	67.722	+32,2%
▪ Pingo Doce ³⁴	1.861.830	1.852.788	+0,5%
▪ Recheio	220.222	207.183	+6,3%
▪ Ara	524.857	459.691	+14,2%
▪ Agro-Alimentar	91.236	66.747	+36,7%
Consumo de energia por tipologia			
▪ Electricidade*	5.492.450	5.592.914	-1,8%
▪ Combustíveis	1.156.424	1.144.080	+1,1%
▪ Aquecimento	164.866	167.046	-1,3%

* Inclui produção de energia elétrica de fontes renováveis em regime de auto-consumo (ex.: painéis fotovoltaicos).

Os aumentos dos consumos de energia devem-se também à expansão das operações, ao aumento do número de lojas e outras infra-estruturas, nomeadamente no que se refere ao investimento nas unidades de produção da Jerónimo Martins Agro-Alimentar. Quando comparados os consumos de energia por cada mil euros de vendas, verifica-se uma diminuição de 6,3%, cumprindo assim o objectivo anual do Grupo de reduzir o seu consumo específico em 2%.

Energias renováveis

Tecnologia	N.º edifícios	Energia (kWh/ano)	Poupança* (t CO ₂ e/ano)
Painéis fotovoltaicos para autoconsumo	6	2.132.811	618
▪ Pingo Doce ³⁴	2	1.447.775	415
▪ Recheio	1	669.087	192
▪ Biedronka	3	15.949	11
Postes de iluminação e sistema de vigilância alimentados a partir de painéis fotovoltaicos e/ou aerogeradores	7	**32.619	10
▪ Pingo Doce ³⁴	1	263	0,1
▪ Recheio	4	11.301	3
▪ Biedronka	1	1.659	2
▪ Agroalimentar	1	18.396	5
Colectores solares para aquecimento das águas sanitárias e/ou utilização no sistema de ar condicionado	**13	**1.405.980	403
▪ Pingo Doce ³⁴	6	1.270.200	364
▪ Recheio	7	135.780	39
Bombas de calor geotérmico (Biedronka)	15	1.634.392	1.176

* Estes valores reflectem a actualização dos factores de emissão da electricidade (location-based).

** Valores corrigidos após reavaliação do funcionamento das diferentes tecnologias em cada edifício.

O investimento em energias renováveis – com os projectos de fotovoltaico a ganharem relevância – resultou, em 2019, na produção de cerca de 5,2 milhões de kWh³⁶ o que representa um aumento de 18%, face a 2018. Adicionalmente, o Grupo investe na compra de electricidade proveniente de fontes de energia renovável para alimentar todas as suas operações em Portugal.

Energias Renováveis

No Grupo Jerónimo Martins a energia proveniente de fontes renováveis já representa mais de 500.000 MWh, ou seja, 25% do total da energia consumida em 2019 e um aumento de 85% face a 2018.

Dando continuidade à autoprodução de energia eléctrica iniciada em Portugal em 2018 (CD de Algoz e Loja do Recheio de Tavira), continuámos a investir na instalação de painéis fotovoltaicos no CD de Alfena e em 3 lojas da Biedronka. Esta acção reforçou a autonomia energética em 8% face a 2018, correspondendo a mais de 2,1 milhões de kWh e uma redução de mais de 618 toneladas de CO₂e.

Em Portugal e desde 1 de Julho de 2018, a electricidade contratada e necessária para as operações das nossas insígnias é proveniente de fontes renováveis. Esta decisão estratégica levou a adquirir, em 2019, o equivalente a cerca de 200.000 toneladas de CO₂e em certificados de energia renovável.

5.3.3 Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos

A maior eficiência dos processos de logística está também associada à redução dos respectivos impactes, nomeadamente em termos da pegada de carbono. Com esse foco, temos implementado diversas medidas, de que se destacam:

- no Pingo Doce³⁴, no final de 2019, 81% das viaturas de transporte de mercadorias cumpriam os requisitos Euro 5 (129 veículos) e Euro 6 (148 veículos). Na Polónia, 95% das viaturas de transporte de mercadorias cumpriam os requisitos Euro 5 (500 veículos ao serviço da Biedronka e 14 ao serviço da Hebe) e Euro 6 (604 veículos ao serviço da Biedronka e cinco ao serviço da Hebe). Na Colômbia, 32% dos camiões ao serviço da Ara cumpriam os requisitos Euro 5 (81 veículos);
- a operação de *backhauling*³⁷ na Biedronka correspondeu a um volume de 798.098 paletes recolhidas, mais 27% do que em 2018, tendo resultado numa poupança de 1.777.804 km e evitado a emissão de 1.481 toneladas de CO₂e. Na Hebe, o mesmo projecto envolveu um volume de 12.145 paletes recolhidas, cinco vezes mais do que em 2018, tendo resultado numa poupança de 34.523 km e evitado a emissão de 23 toneladas de CO₂e. No Pingo Doce³⁴, esta operação

³⁶ Este investimento equivale a uma redução de custos associados ao consumo de electricidade de aproximadamente 480.000 euros por ano.

³⁷ Após entrega de produtos nas nossas lojas, a rota de regresso inclui a passagem pelas instalações de fornecedores do Grupo para recolher mercadorias e transportá-las até ao CD.

representou um volume de 303.870 paletes, mais 53% do que em 2018, tendo resultado numa poupança de 10.296.348 km, a que equivale à emissão de 9.099 toneladas de CO₂e. Na Ara, esta operação foi iniciada em 2019, tendo resultado numa poupança de 46.393 km e evitado a emissão de 36 toneladas de CO₂e;

- no Pingo Doce³⁴ foi ainda iniciado o projecto de *fronthauling*³⁸, tendo correspondido a um volume de 21.894 paletes entregues, resultando numa poupança de 71.783 km e evitando a emissão de 63 toneladas de CO₂e;
- no Pingo Doce, introduzimos na frota exclusiva dois camiões a gás natural liquefeito e sete camiões de baixo peso³⁹, permitindo uma redução total de 221 toneladas de CO₂e;
- na Ara, foi iniciado um projecto de transporte de mercadorias não paletizadas para otimizar as cargas no transporte entre as instalações dos fornecedores e os nossos CD, envolvendo sete fornecedores e resultando numa poupança de 1.276.916 km, o que equivale a 1.999 toneladas de CO₂e;
- também na Ara foi iniciado o projecto *by-truck*, recorrendo a atrelados para transporte de mercadorias entre os CD de duas regiões e as lojas mais distantes, resultando numa poupança de 24.080 km e evitando a emissão de 19 toneladas de CO₂e.

5.3.4 Gestão de Gases de Refrigeração

A refrigeração desempenha um papel essencial nas nossas operações, uma vez que o controlo de temperatura contribui para assegurar a qualidade e segurança alimentar dos produtos e consequentemente para a conservação dos bens alimentares, permitindo assim prevenir o desperdício. Para reduzir as emissões de carbono associadas aos sistemas de frio e climatização, recorreremos a tecnologias de controlo de fugas e, de forma crescente, utilizamos gases de refrigeração naturais. Estas acções estão ainda enquadradas nos nossos compromissos voluntários de redução de gases com efeito de estufa (GEE), entre eles a resolução do The Consumer Goods Forum para a promoção da utilização de gases de refrigeração naturais.

Em 2019, destacamos as seguintes acções implementadas para reduzir as nossas emissões de GEE associadas aos gases de refrigeração:

- substituição de gases fluorados por gases de refrigeração natural (ex.: dióxido de carbono e amoníaco) em centrais de refrigeração;
- em Portugal, o CD de Alfena dispõe de equipamentos de arrefecimento e refrigeração através de CO₂ (máquinas de gelo, câmara de congelados e de refrigerados da cantina);
- 328 lojas Biedronka, 264 lojas Pingo Doce, 38 lojas Recheio e 193 lojas da Ara têm arcas congeladoras que recorrem unicamente a propano;
- encontram-se instaladas tecnologias de refrigeração que recorrem unicamente a CO₂ em 76 lojas e uma cozinha central do Pingo Doce, 10 lojas do Recheio, 912 lojas e seis CD da Biedronka e um CD da Ara, um aumento de 55% face a 2018, o que corresponde a cerca de 25% do universo total de lojas do Grupo;
- a fábrica de lacticínios e sete CD (cinco do Pingo Doce e dois da Ara) têm armazéns refrigerados (frio positivo e/ou negativo) com sistemas mantidos a amoníaco combinado com glicol, um aumento de 60% face a 2018 e que representa mais de 45% do universo destas instalações no Grupo.

Sempre que possível, as novas lojas e as sujeitas a grandes remodelações recorrem à utilização de equipamentos com fluidos de baixo potencial de aquecimento global – no caso das instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado – e de gases refrigerantes 100% naturais – no caso de instalações de frio industrial.

³⁸ Após a entrega de produtos nos nossos CD, a rota de regresso dos fornecedores às suas instalações inclui a passagem pelas lojas do Grupo para entregar mercadoria.

³⁹ Os veículos de baixo peso permitem reduzir o consumo de combustível e, portanto, as emissões de CO₂.

5.4. Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos

De acordo com a Comissão Europeia⁴⁰, numa economia circular os produtos devem manter-se na economia o máximo de tempo possível, a utilização de recursos naturais e a produção de resíduos devem reduzir-se ao mínimo e, no final da sua vida útil, os produtos devem ser reaproveitados por forma a continuarem a gerar valor. Procuramos otimizar a utilização de recursos através do desenvolvimento de embalagens e produtos reutilizáveis e/ou recicláveis, da redução da produção de resíduos e, sempre que possível, do correcto encaminhamento para valorização dos resíduos gerados nas nossas operações.

Em linha com estes princípios, o Grupo assumiu o compromisso de que todas as embalagens de Marca Própria serão 100% recicláveis até 2025, antecipando em cinco anos o alinhamento com a Estratégia Europeia para os Plásticos e com a Directiva Europeia 2019/904.

Paralelamente, o Grupo aderiu ao *New Plastic Economy Global Commitment*, onde constam os seguintes compromisso principais, a implementar até 2025:

- eliminação de componentes problemáticos (ex.: PVC, EPS e XPS⁴¹) das embalagens de plástico de Marca Própria;
- promover modelos baseados em práticas de reutilização;
- garantir que todas as embalagens de plástico de Marca Própria são reutilizáveis ou recicláveis;
- incorporar pelo menos 25% de conteúdo reciclado nas embalagens de plástico;
- reduzir em 10% o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de volume de negócios, face a 2018.

5.4.1 Materiais Consumidos e Iniciativas de Redução

É nosso objectivo conhecer a origem e os métodos de produção dos recursos materiais utilizados, promovendo cadeias de abastecimento e práticas de consumo mais sustentáveis.

Principais materiais consumidos

Consumo total (toneladas/000 000€)	2019	2018	Δ2019/2018
Valor específico	27,47	28,28	-2,9%

Consumo total (toneladas)	2019	2018	Δ 2019/2018
Consumo de materiais	511.952	490.366	+4,4%
▪ Biedronka	421.927	406.903	+3,7%
▪ Hebe	1.349	1.334	+1,1%
▪ Pingo Doce ³⁴	53.494	52.388	+2,1%
▪ Recheio	12.948	12.045	+7,5%
▪ Ara	22.234	17.696	+25,6%
Embalagens de produtos de Marca Própria	474.019	451.247	+5,0%
▪ Papel e cartão	167.816	*160.719	+4,4%
▪ Cartão para líquidos ⁴²	16.389	*15.717	+4,3%
▪ Plástico	134.498	*126.541	+6,3%
▪ Vidro	122.614	*117.630	+4,2%
▪ Aço	17.879	*17.298	+3,4%
▪ Outros materiais**	14.823	*13.342	+11,1%
Embalagens de serviço	10.727	9.704	+10,5%
▪ Plástico	8.071	7.486	+7,8%
▪ Papel e cartão	2.236	1.905	+17,4%
▪ Outros materiais**	420	313	+34,2%
Outros consumos	27.206	29.415	-7,5%
▪ Papel de escritório	877	813	+7,9%
▪ Folhetos promocionais	26.329	28.602	-7,9%

* Os valores foram corrigidos em função de uma actualização dos cálculos.

** Inclui alumínio, madeira e outros materiais.

⁴⁰ Mais informação disponível em ec.europa.eu/commission/priorities/jobs-growth-and-investment/towards-circular-economy_en e ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_15_6204.

⁴¹ PVC – policloreto de vinilo; EPS – poliestireno expandido; XPS – poliestireno extrudido.

⁴² Correspondem a embalagens compósitas utilizadas no acondicionamento de produtos como sumos, leites e natas, entre outros.

Apesar do aumento absoluto de materiais consumidos, resultante da expansão das nossas operações, verifica-se uma redução do consumo quando comparado com o volume de vendas. Observa-se ainda um decréscimo na quantidade de folhetos promocionais em todas as Companhias, reflectindo-se numa redução global no consumo de papel utilizado pelo Grupo.

Adicionalmente, em 2019, o Grupo determinou a sua pegada de plásticos de utilização única. Verificou-se, ao longo do ano, um aumento de 4,6% em valor absoluto e uma redução de 2,7% no indicador de intensidade face ao ano anterior.

Plásticos de Utilização Única (PUU)

Consumo total (toneladas/000 000€)	2019	2018	Δ 2019/2018
Valor específico	9,23	9,49	-2,7%

Consumo total (toneladas)	2019	2018	Δ2019/2018
Consumo de PUU por unidade de negócio	172.088	164.531	+4,6%
▪ Biedronka	132.941	129.772	+2,4%
▪ Hebe	103	73	+41,1%
▪ Pingo Doce	21.656	21.458	+0,9%
▪ Recheio	5.794	5.222	+11,0%
▪ Ara	11.594	8.006	+44,8%
Consumo de PUU por categoria			
▪ Embalagens de Marca Própria	137.776	129.685	+6,2%
▪ Embalagens de serviço	8.072	7.486	+7,8%
▪ Sacos de caixa	9.833	10.800	-9,0%
▪ Filme de paletização	5.449	5.716	-4,7%
▪ Sacos do lixo	10.173	9.739	+4,5%
▪ Outros PUU*	785	1.238	-36,6%

* Inclui talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio, com exceção dos cotonetes).

Em termos de PUU verificou-se um aumento generalizado, face a 2018, em quase todas as categorias, com excepção dos sacos de caixa, do filme de paletização e dos outros PUU, resultado, respectivamente, da preferência dos clientes por soluções reutilizáveis, aumento da eficiência das nossas operações logísticas e início da substituição de alguns PUU por materiais alternativos (ex.: lançamento de cotonetes de cartão no Pingo Doce e Biedronka). Apesar do aumento generalizado do consumo de PUU, como resultado da expansão das nossas operações, observa-se uma redução de cerca de 3% do seu consumo específico. Em 2018 e 2019, o plástico representou 32% do total de materiais que compõem as quatro categorias de embalagens (embalagens de Marca Própria, embalagens de serviço, sacos de caixa e filme de paletização).

Combate à Poluição por Plástico

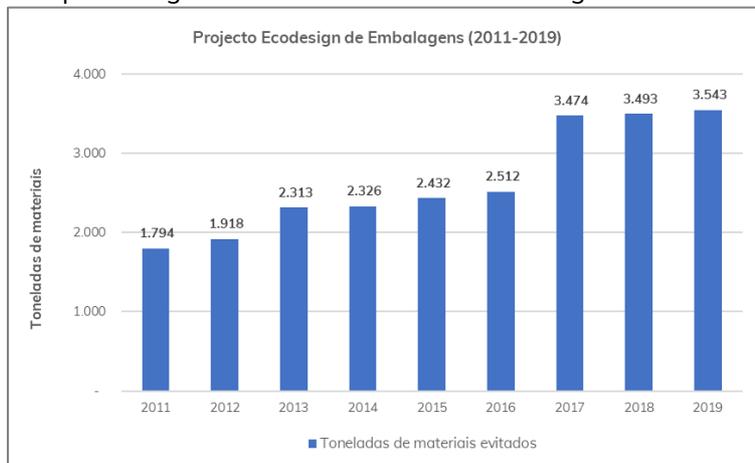
Durante 2019, desenvolvemos parcerias com os nossos fornecedores com o objectivo de reduzir a utilização de materiais em produtos de Marca Própria ou de os substituir por outros com menor impacto ambiental, nomeadamente:

- nos cotonetes de Marca Própria, comercializados na Polónia e em Portugal, substituímos os bastões de plástico por bastões de papel certificado. No total, foram evitadas cerca de 330 toneladas de plástico por ano;
- nas toalhetas de higiene pessoal comercializadas na Biedronka, as fibras de plástico foram substituídas por fibras de algodão. Esta alteração permitiu evitar a utilização de cerca de 220 toneladas de plástico por ano;
- nas fórmulas de produtos de limpeza, de cuidados da roupa e de higiene pessoal comercializados na Polónia e em Portugal, foram substituídos microplásticos por materiais degradáveis, evitando a utilização de mais de quatro toneladas por ano de microplásticos.

Promoção do Consumo Sustentável de Materiais

Ecodesign de embalagens

Com o objectivo de melhorar o desempenho ambiental das embalagens dos produtos de Marca Própria, desenvolvemos parcerias com os nossos fornecedores para: (i) reduzir o impacto ambiental e (ii) otimizar os custos de produção, transporte e gestão de resíduos das embalagens. No triénio 2018-2020, o nosso objetivo é realizar 20 projectos de ecodesign por ano, sendo que em 2019, foram implementados 76 projectos deste tipo (41 no Pingo Doce, 22 no Recheio, 12 na Biedronka e um na Ara). Em 2019, destacamos o desenvolvimento e início da divulgação das nossas especificações técnicas para o ecodesign de embalagens de Marca Própria, em linha com os objectivos assumidos para assegurar a sua reciclabilidade até 2025.



Desde 2011 foram abrangidas mais de 385 referências, tendo sido evitada a utilização de cerca de 24.000 toneladas de materiais. Este projecto permitiu ainda a introdução de 82 embalagens com certificação FSC® e evitou a emissão de cerca de quatro mil toneladas de carbono associadas ao transporte.

Detergente Loiça Concentrado Kraft e Ultra Pro

Em 2019 a Biedronka e o Pingo Doce lançaram o detergente para loiça das marcas Kraft e Ultra Pro, cuja garrafa é composta por 100% de PET reciclado, dos quais 11% resultam de lixo marinho, recolhido de rios, lagoas e oceanos, e 89% de plástico reciclado pós-consumo.

A garrafa de plástico segue os princípios de uma economia circular. Foi desenhada para ser 100% reciclável e é composta por 100% de plástico reciclado. Promovemos, assim, a incorporação de materiais usados em novos produtos e evitamos a utilização de novos materiais, em especial o plástico.

O plástico da garrafa recolhido no meio marinho, permite reduzir a poluição por plástico nos rios, mares e oceanos, sendo a recolha feita, neste caso, pela Waste Free Oceans (WFO) através de parcerias com pescadores que utilizam redes para o feito.

Com esta embalagem, estima-se que é evitada a utilização de mais de 10,4 toneladas de plástico novo por ano.

Embalagens reutilizáveis

Procuramos, cada vez mais, reutilizar materiais nas nossas operações. Em Portugal (Pingo Doce e Recheio), a utilização de caixas de plástico reutilizáveis nas áreas de Perecíveis manteve-se em cerca de 41 milhões de unidades. Na Ara, usamos caixas de transporte reutilizáveis para água engarrafada e para Fruta e Legumes (mais de 2,8 milhões de unidades, um aumento de 38% face a 2018). No total, evitámos a utilização de quase 22 mil toneladas de embalagens descartáveis.

O Pingo Doce manteve a parceria com a New Water Project (NWP) – para disponibilizar aos seus clientes uma solução de reenchimento de garrafas de água reutilizáveis. Este serviço é disponibilizado através de uma dispensadora de água da rede, a qual passa por um processo de purificação no interior da estação. O projecto ECO, lançado em 2018, já chegou a mais de 130 lojas em Portugal e evitou o consumo de cerca de 100 toneladas de plástico.

Promoção de vendas a granel

Na Ara, as vendas a granel representaram quase 60.000 toneladas de produtos alimentares, estando a acção implementada em 539 lojas, onde se comercializa pelo menos um dos artigos abrangidos (arroz, açúcar, lentilhas e feijão). A venda de frutos secos e doces a granel representou cerca de 27.000 toneladas na Biedronka (abrangendo a totalidade das lojas) e 229 toneladas no Pingo Doce (mais de 230 lojas).

Sacos de caixa e soluções reutilizáveis

Material consumido por tipo	2019	2018	Δ 2019/2018
Sacos de caixa de papel reutilizáveis – toneladas	211	83	+154,2%
▪ Biedronka	99	0	-
▪ Hebe	0	0	-
▪ Pingo Doce	111	83	+33,7%
▪ Recheio	1	0	-
▪ Ara	0	0	-
Sacos reutilizáveis* – toneladas	9.411	10.258	-8,3%
▪ Biedronka	6.903	7.513	-8,1%
▪ Hebe	51	22	+131,8%
▪ Pingo Doce	2.286	2.665	-14,2%
▪ Recheio	5	5	0,0%
▪ Ara	166	93	+78,5%
Sacos de caixa de plástico – toneladas	423	542	-22,0%
▪ Biedronka	0	201	-100,0%
▪ Hebe	3	10	-70,0%
▪ Pingo Doce	0	0	-
▪ Recheio	0	0	-
▪ Ara	420	331	+26,9%
Trolleys – unidades	31.876	40.753	-21,8%
▪ Biedronka	0	0	-
▪ Hebe	0	0	-
▪ Pingo Doce	25.576	25.225	+1,4%
▪ Recheio	1.042	419	+148,7%
▪ Ara	5.258	15.109	-65,2%

* Inclui sacos resistentes de diferentes formatos e materiais que permitem várias utilizações.

Desde 2007 que, progressivamente, deixámos de disponibilizar de forma gratuita sacos de plástico nas caixas de pagamento das nossas Companhias. A redução da quantidade de sacos de plástico é acompanhada de um incremento das vendas de sacos de papel associado ao lançamento deste artigo nas lojas da Biedronka. No caso particular da Ara, o aumento da comercialização dos sacos de plástico está associado à expansão das suas operações.

Relativamente aos sacos reutilizáveis e aos trolleys, a redução das quantidades vendidas pode ser explicada pelo aumento da sua reutilização para acondicionamento e transporte de produtos. Nos casos da Ara e Hebe, as vendas de sacos reutilizáveis continuam a aumentar devido à subida da procura por parte dos clientes (as taxas existentes para soluções descartáveis naqueles países têm incentivado a procura de soluções reutilizáveis). Destaca-se ainda o aumento do plástico reciclado pós-consumo nos sacos reutilizáveis de 3%, em 2018, para cerca de 60% em 2019, totalizando mais de 5.600 toneladas.

5.4.2 Gestão de Resíduos

O Grupo gerou 518.712 toneladas de resíduos em 2019, um aumento de 8,2% face a 2018, em resultado do crescimento das operações.

Resíduos Produzidos (toneladas/000 €)	2019	2018	Δ2019/2018
Valor específico	27,83	27,65	+0,7%

Resíduos Produzidos (toneladas)	2019	2018	Δ 2019/2018
Quantidade Total	518.712	479.328	+8,2%
▪ Biedronka	388.204	359.228	+8,1%
▪ Hebe	958	808	+18,6%
▪ Pingo Doce	97.718	95.851	+1,9%
▪ Recheio	6.624	6.766	-2,1%
▪ Ara	23.049	16.064	+43,5%
▪ Agroalimentar	2.159	611	+253,4%
Quantidade por tipo de resíduo			
▪ Cartão e Papel	302.422	286.441	+5,6%
▪ Plástico	10.963	10.964	0,0%
▪ Madeira	2.447	2.755	-11,2%
▪ Orgânicos	102.793	94.193	+9,1%
▪ Indiferenciados	86.567	75.771	+14,2%
▪ Óleos e Gorduras Alimentares	220	161	+36,6%
▪ Resíduos de Tratamento de Efluentes	8.667	5.488	+57,9%
▪ Resíduos Perigosos	375	529	-29,1%
▪ Outros Resíduos	4.258	3.026	+40,7%

Combate ao desperdício alimentar

O Grupo adoptou a resolução do The Consumer Goods Forum para reduzir, face a 2016, o desperdício alimentar em 50% até 2025. Fomos o primeiro retalhista em Portugal a calcular e divulgar publicamente a sua pegada de desperdício alimentar⁴³.

Em 2019, aumentámos o desperdício alimentar associado às actividades do Grupo em 1,3% face a 2018 e em 22% face a 2016. No total, gerámos 16,1 kg de desperdício alimentar por cada tonelada de alimentos vendidos. Em grande medida, este aumento está relacionado com a forte aposta das nossas Companhias na área de Perecíveis. Estes produtos não processados são mais sensíveis ao manuseamento e à temperatura, e apresentam prazos de validade inferiores, contribuindo para o aumento da pegada de desperdício alimentar. Os Perecíveis representam cerca de 70% da totalidade de desperdício alimentar do Grupo.

Quilogramas de alimentos perdidos e desperdiçados / tonelada de alimentos vendidos	2019	2018	Δ2019/2018
Desperdício alimentar	16,1	15,9	+1,3%
Destino*			
▪ Alimentação animal e processamento biológico	2,5	2,4	+4,2%
▪ Digestão anaeróbia, compostagem e combustão controlada	9,4	9,7	-3,1%
▪ Deposição em aterro, incineração e sistemas de tratamento de águas residuais	4,1	3,8	+7,9%

* De acordo com o protocolo de Food Loss and Waste do World Resources Institute, é considerado desperdício alimentar qualquer alimento não encaminhado para consumo humano.

Com o objectivo de inverter esta tendência, desenvolvemos um conjunto de iniciativas nas nossas operações, entre elas:

- o projecto *mark-down*, iniciado em 2019 no Pingo Doce, através do qual são vendidos com desconto produtos alimentares perto de atingir o prazo de validade;
- a formação de colaboradores para a identificação, selecção e separação dos alimentos seguros para doação;
- o aumento dos donativos de alimentos a instituições de solidariedade⁴⁴.

Adicionalmente, trabalhamos com os fornecedores para reduzir o desperdício alimentar a montante das nossas operações, estando desta forma a contribuir para o objectivo 12.3 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas⁴⁵. Promovemos a aquisição de alimentos

⁴³ Os valores de desperdício alimentar foram calculados de acordo com o protocolo de Food Loss and Waste do World Resources Institute. Os pressupostos de cálculo estão disponíveis na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁴⁴ Informação sobre os donativos alimentares está disponível neste capítulo, subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes".

⁴⁵ Este objectivo consiste em reduzir para metade, até 2030, o desperdício de alimentos per capita a nível mundial, de retalho e do consumidor, e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo de toda a cadeia de produção e abastecimento.

não-calibrados – cujo perfil nutricional é igual ao dos produtos calibrados – o que garante a integração destes produtos na cadeia de valor, acabando assim por chegar à mesa dos consumidores.

Os alimentos não-calibrados são incorporados nas sopas em Portugal e na Polónia ou em produtos de 4.ª gama (vegetais cortados e lavados, prontos a utilizar), sendo também vendidos a um preço reduzido nas lojas Recheio. Em 2019 assegurámos a introdução no mercado de mais de 13.600 toneladas destes produtos, também conhecidos como fruta e legumes “feios”.

Também as nossas operações da Jerónimo Martins Agro-Alimentar recorrem à aquisição de subprodutos da indústria alimentar e de legumes não calibrados para incorporar na alimentação do gado. Em 2019, foram incorporadas mais de 9.000 toneladas destas matérias no regime alimentar dos animais, um aumento de cerca de três vezes, face a 2018.

Valorização e destino de resíduos nas operações

A taxa de valorização de resíduos do Grupo fixou-se em 84,8%, um valor que representa um decréscimo de 0,2 p.p. em comparação com o ano de 2018. Da totalidade de resíduos, 14,7% são encaminhados para aterro.

Taxa de valorização de resíduos	2019	2018	Δ 2019/2018 (p.p.)
Valor Global	84,8%	85,0%	-0,2
Biedronka	90,1%	91,4%	-1,3
Hebe	80,2%	79,0%	+1,2
Pingo Doce ³⁴	65,4%	63,8%	+1,6
Recheio	74,0%	72,2%	+1,8
Ara	80,2%	73,8%	+6,4
Agro-Alimentar	98,5%	88,7%	+9,8

Métodos de gestão dos resíduos	2019	2018	Δ 2019/2018 (p.p.)
Valorização*	84,8%	85,0%	-0,2
Aterro	14,7%	14,6%	+0,1
Incineração (sem valorização energética)	0,2%	0,4%	-
Outros destinos sem valorização	0,1%		-

*Inclui encaminhamento para reciclagem, valorização orgânica e incineração com valorização energética.

Valorização de resíduos de clientes

Procuramos sensibilizar os colaboradores, clientes e comunidades envolventes para a importância da separação de resíduos, e disponibilizamos nas nossas redes de lojas as infra-estruturas necessárias⁴⁶ para o fazer:

- a rede de ecopontos do Pingo Doce abrangeu 385 lojas, perfazendo cerca de 90% do parque de lojas. Em 2019, lançámos a 2.ª geração de ecopontos⁴⁷ em 32 lojas Pingo Doce;
- no Pingo Doce, a valorização das cápsulas de café e tampas/rolhas/caricas resultou em mais de 3.500 euros, que reverteram para instituições de solidariedade social seleccionadas pelas nossas lojas;
- 99% do parque de lojas da Biedronka têm ecopontos para recolha de pequenos electrodomésticos, lâmpadas fluorescentes e pilhas;
- a recolha de pilhas usadas pelos clientes da Ara abrangeu 506 lojas (82% do total do parque de lojas). No Recheio, esta recolha está disponível em todas as lojas.

⁴⁶ Para informação mais detalhada sobre o número e tipo de ecopontos disponibilizados a clientes, consulte a área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

⁴⁷ A 2ª geração de ecopontos dispõe de rodas para facilitar a movimentação, as superfícies são mais fáceis de higienizar, as tampas incluem um compartimento que inviabiliza o furto e a dimensão dos vários módulos, por ser inferior à da geração anterior, possibilita a instalação em lojas de menor dimensão.

Resíduos depositados por clientes nos ecopontos das lojas

Resíduos recolhidos nas lojas (t)	2019	2018	Δ 2019/2018
Pingo Doce	337,56	325,95	+3,6%
Pilhas	8,98	13,56	-33,8%
REEE ⁴⁸ (incluindo lâmpadas fluorescentes)	76,97	97,93	-21,4%
Óleos Alimentares Usados	99,14	96,14	+3,1%
Cápsulas	152,47	118,32	+28,9%
Recheio	0,34	0,23	+47,8%
Pilhas	0,34	0,23	+47,8%
Biedronka	283,41	231,10	+22,6%
Pilhas	146,72	139,06	+5,5%
REEE ⁴⁸ (incluindo lâmpadas fluorescentes)	136,69	92,04	+48,5%
Ara	0,26	0,13	+100%
Pilhas	0,26	0,13	+100%

Em 2019, todas as Companhias aumentaram a recolha das quantidades totais de resíduos de clientes, invertendo, assim, a tendência dos últimos dois anos. No global, as quantidades aumentaram 11,5%. Este aumento é resultado dos esforços, sobretudo do Pingo Doce e da Biedronka, para aumentar o número de ecopontos e promover campanhas de sensibilização e informação para clientes (ex.: artigos em revistas e informação em folhetos promocionais).

5.5. Acções de Sensibilização e Apoios

Reconhecemos também a importância de incentivar melhores comportamentos individuais e colectivos para a redução do impacto ambiental. Neste sentido, desenvolvemos várias iniciativas de sensibilização junto dos nossos colaboradores, consumidores e comunidades em geral.

Em paralelo, em 2019 doámos cerca de 175.000 euros para apoiar, em Portugal e na Colômbia, projectos de recuperação de habitats naturais, de protecção da diversidade biológica e de sensibilização ambiental, dos quais destacamos:

Instituição	Projecto	Descrição
Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa	O apoio dado pelo Pingo Doce e que acontece desde 2003, tem contribuído para as actividades desenvolvidas pelo Oceanário.
Associação Natureza Portugal (ANP) em associação com World Wildlife Fund (WWF)	“Green Heart of Cork”	Projecto apoiado desde 2013 por Jerónimo Martins. Contribuiu para a certificação (FSC®) de 30.000 hectares de montado, incluindo uma área de Alto Valor de Conservação de 1.302 hectares.
Liga para a Protecção da Natureza (LPN)	ECOs-Locais	Projecto apoiado desde 2011 pelo Pingo Doce. Em 2019, foram desenvolvidas cinco acções de sensibilização e preservação ambiental, com a participação de 111 voluntários, resultando na recolha de mais de 300 kg de resíduos e 9.200 beatas.
Liga para a Protecção da Natureza (LPN)	Acções de limpeza de praias	Projecto apoiado desde 2018 pelo Pingo Doce. Em 2019, foram desenvolvidas 15 acções de limpeza de praias e zonas envolventes, com a participação de 1.159 voluntários, resultando na recolha de mais de 2.600 kg de resíduos e 13.000 beatas. Foram ainda realizadas acções de sensibilização em sete praias do país, sobre as temáticas da biodiversidade marinha e a ameaça do lixo marinho, envolvendo mais de 300 participantes.

⁴⁸ REEE – Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos.

Instituição	Projecto	Descrição
Quercus	Campanha "SOS Polinizadores"	Projecto apoiado desde 2014 por Jerónimo Martins. Em 2019, foram distribuídos 200 exemplares do Manual de Apicultura Familiar aos 95 participantes de cinco sessões de formação, assim como a entidades locais, agricultores, apicultores e técnicos, entre outros. Realizaram-se ainda 11 acções de sensibilização sobre conservação de polinizadores e biodiversidade junto do público escolar (367 participantes). O projecto foi divulgado em meios de comunicação social nacionais com duas rúbricas em televisão, cada uma com uma média de 400.000 espectadores, e três rúbricas em rádios locais.
European Recycling Platform (ERP) – Portugal	Projecto "Geração Depositário"	Projecto apoiado desde 2013 pelo Pingo Doce, que já chegou a 900 escolas e outras entidades, 420.000 alunos e 40.000 professores, tendo sido recolhidas mais de 3.000 toneladas de REEE ⁴⁸ .
Jardim Zoológico de Lisboa	Apadrinhamento do Lémure-de-cauda-anelada	Projecto apoiado desde 2015 pelo Pingo Doce que tem permitido suportar as despesas associadas a esta espécie.
ProAves	Projecto de Protecção das Araras	Projecto iniciado em 2019 com o apoio da Ara, contribui para a protecção de duas espécies de arara na Reserva Florestal de Montes de Oca ⁴⁹ .

Para informação mais detalhada, consulte a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

⁴⁹ Para saber mais sobre esta acção, consulte, neste subcapítulo, o destaque na secção 5.2 "Biodiversidade".

6. Comprar com Responsabilidade

6.1. Introdução

Para conseguirmos diferenciar a nossa oferta com produtos de qualidade e a preços acessíveis, somos consequentes com a estratégia de sermos locais onde quer que estejamos e privilegiamos a relação de proximidade com os fornecedores. Temos desenvolvido parcerias duradouras, que têm potenciado a evolução socioeconómica das regiões onde o Grupo está presente, com uma exigência reforçada de respeito por critérios ambientais, éticos e sociais. Só havendo esse respeito é que podemos reduzir, de forma contínua, os impactes negativos das nossas actividades, cumprindo os compromissos que assumimos e que estão definidos na Política de Compras Sustentáveis e no Código de Conduta para Fornecedores⁵⁰.

6.2. Relacionamento com Fornecedores

6.2.1 Promover Compras Locais

A preferência por fornecedores locais permite reduzir a pegada de carbono associada ao transporte dos produtos e, em simultâneo, promove o desenvolvimento local. Por este motivo, quando em circunstâncias de igualdade de condições comerciais, optamos por fornecedores locais. O recurso à importação surge quando:

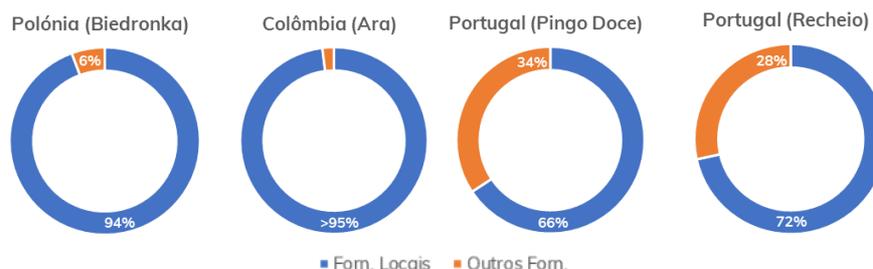
- há escassez de produto por motivo de sazonalidade na produção (é habitual na área de Fruta e Vegetais);
- o produto não existe a nível local ou a respectiva produção não tem volume suficiente para garantir o abastecimento das nossas cadeias;
- a relação qualidade-preço dos produtos fornecidos localmente não permite cumprir o nosso compromisso de qualidade ao melhor preço.

Em 2019, cerca de 90% dos produtos alimentares foram adquiridos a fornecedores locais, cumprindo o objectivo estabelecido pelo Grupo de manter um rácio de pelo menos 80%. Relativamente a compras de produtos alimentares e não-alimentares, na Polónia (Biedronka), 93% dos produtos foram adquiridos a fornecedores locais, em Portugal foram 83% (com 79% no Pingo Doce e 98% no Recheio) enquanto na Colômbia (Ara) mais de 95% das compras foram realizadas junto de parceiros locais.

Para divulgar a origem de alguns produtos locais, utilizamos comunicação específica, nomeadamente através de etiquetas com as cores da bandeira nacional em produtos Perecíveis, como a Fruta e Vegetais, sendo as Marcas Próprias identificadas com os selos “100% Nacional” em Portugal, “Polski Produkt” (Produto Polaco) na Polónia e “Hecho en Colombia” (Produzido na Colômbia) na Colômbia. Adicionalmente, há informação complementar que é comunicada em loja, folhetos e websites das Companhias.

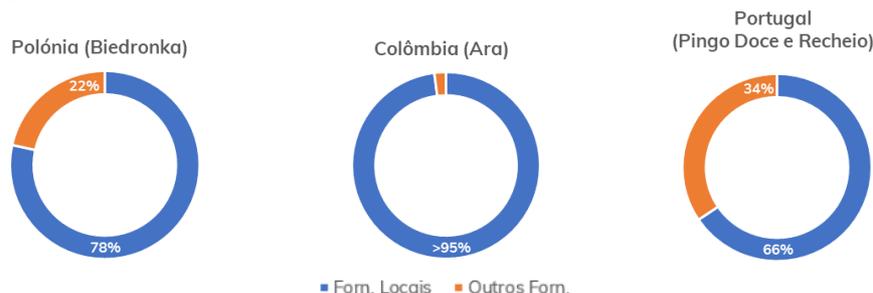
Se considerados apenas os produtos de Marca Própria e Perecíveis comercializados nas lojas de Distribuição Alimentar do Grupo, a aquisição a fornecedores locais apresentou a seguinte distribuição em 2019:

Fornecedores de Marca Própria



⁵⁰ Disponíveis para consulta na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

Fornecedores de Perecíveis⁵¹



6.2.2 Iniciativas Desenvolvidas com Fornecedores Locais

As parcerias estabelecidas com fornecedores procuram promover a integração de critérios de sustentabilidade nos processos de produção e o desenvolvimento de variedades tradicionais. Destacamos as seguintes iniciativas desenvolvidas em 2019:

Portugal

- o Pingo Doce promoveu os produtos nacionais com campanhas de comunicação em loja e em folheto, através da menção “Produto Nacional”. Foi o caso dos morangos da zona do Oeste de Portugal, das Maçãs das Beiras, das cerejas e pequenos frutos (ex.: mirtilos e framboesas), tendo sido comercializadas mais de 1.900 toneladas destes produtos;
- o Recheio manteve as suas parcerias com fornecedores locais, tendo lançado sete novas referências exclusivas de vinho das regiões do Alentejo e da Península de Setúbal. No total foram comercializados mais de 92.600 litros destas referências de vinho regional. Em Dezembro, o Recheio lançou ainda uma nova referência de azeite virgem extra produzido no Alentejo.
- o Pingo Doce renovou por mais três anos a medida de apoio aos pequenos e médios produtores de Perecíveis que sejam membros da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Esta medida é única no retalho em Portugal, e consiste na antecipação para uma média de 10 dias (em vez dos 30 dias previstos na lei) do prazo de pagamento, sem custos financeiros para o produtor. Desde a sua criação em 2012, já beneficiaram desta iniciativa cerca de 370 fornecedores nas categorias de Fruta, Legumes, Carne, Peixe, Charcutaria e Vinhos.

Polónia

- a Biedronka introduziu novas variedades autóctones na categoria de Fruta e Vegetais: ameixa *Śliwka Węgierka*, pêssegos *Inka* e *Harnaś* e maçãs regionais de Indicação Geográfica Protegida *Lubelskie* e *Łąckie*, disponíveis em mais de 1.100 lojas. Estes projectos são o resultado da estratégia de parceria com os nossos fornecedores, que se concretiza em visitas regulares aos locais de produção e na partilha de conhecimento técnico. Foram comercializadas cerca de 740 toneladas destas variedades, um aumento superior a oito vezes face a 2018;
- a Biedronka alargou a oferta de produtos biológicos na área dos Perecíveis de Marca Própria, tendo lançado 10 novas referências na categoria de Fruta e Vegetais.
- na secção de Talho, manteve-se a parceria desenvolvida com um produtor de carne bovina (vitela) cujo ciclo de vida é controlado em conjunto com a Biedronka, numa abordagem “field to fork”. Iniciada em Abril de 2016, a comercialização deste produto ocorre a cada duas semanas, tendo sido alargada das 100 lojas, nesse ano, para 500 em 2019. No total, isto correspondeu a um volume de comercialização de cerca de 60 toneladas, um incremento superior a 40% face a 2018.

Colômbia

- a Ara colaborou com 179 fornecedores locais (+25% face a 2018) que garantiram mais de 885 produtos de Marca Própria, um aumento de cerca de 15% em comparação com o ano anterior;
- foi estabelecido um contrato com o Banco Agrario da Colombia que permite aos fornecedores de produtos agrícolas da Ara aceder a taxas de crédito mais favoráveis;

⁵¹ A informação sobre a proporção de produtos adquiridos a fornecedores em cada uma das categorias de Perecíveis (Talho, Peixaria, Fruta e Vegetais, Padaria e Flores) está disponível na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

- realizou-se a 7.ª edição do Congresso de Marca Própria Ara, em Bogotá, com o tema “Dejando Huella” (Deixar uma Pegada), no qual participaram cerca de 250 actuais e potenciais fornecedores locais, um aumento de 13% face a 2018.

6.3. Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção

Em alinhamento com as Políticas Ambiental e de Compras Sustentáveis do Grupo, procuramos promover práticas de produção que reduzam a pressão sobre os recursos naturais e os ecossistemas, ao mesmo tempo que melhoram a eficiência na cadeia de abastecimento.

6.3.1 Combate à Desflorestação

De acordo com o IPCC⁵² (Intergovernmental Panel on Climate Change), a adoção de boas práticas agrícolas e a implementação de acções de preservação de áreas florestais, reflorestação e limitação da desflorestação, são determinantes para limitar o aumento máximo da temperatura média global do planeta entre 1,5°C e 2°C. Para além do seu potencial de sequestro de carbono e regulação do clima, as florestas são ainda *habitat* para cerca de 80% da biodiversidade terrestre. O óleo de palma, a soja, a carne bovina e as fibras de madeira e papel são as principais *commodities* agrícolas cuja produção está associada ao risco de desflorestação.

Por este motivo o Grupo assumiu o compromisso “Zero Net Deforestation by 2020” no âmbito da sua participação no The Consumer Goods Forum (CGF). Para minimizar o risco de desflorestação na nossa cadeia de fornecimento, temos vindo a implementar um conjunto de acções com o objectivo de reduzir as emissões de carbono associadas à destruição da floresta, conservar a biodiversidade nestes ecossistemas e contribuir para eliminar as violações de Direitos Humanos, da Criança e/ou dos Trabalhadores associadas a estas *commodities*.

Desde 2014, mapeamos a presença destes ingredientes na nossa gama de Marca Própria e Percíveis, e recolhemos informação junto dos fornecedores quanto à respetiva origem e certificação de sustentabilidade. É nosso objectivo assegurar, de modo progressivo, a origem sustentável destas matérias-primas. Em 2019, obtivemos os seguintes resultados:

Principais *commodities* agrícolas com risco de desflorestação na Marca Própria e Percíveis

Commodity	Quantidade Total			Quantidade proveniente de países com risco de desflorestação*		
	2019 (t)	**2018 (t)	Δ 2019/2018	2019 (t)	**2018 (t)	Δ 2019/2018
Óleo de palma	23.977	23.989	-0,1%	23.977	23.989	-0,1%
Soja (directa)	14.272	12.961	+10,1%	9.113	7.061	+29,1%
Soja (indirecta)***	375.034	341.038	+10,0%	90.592	54.011	+67,7%
Papel e Madeira (produtos)****	92.026	87.915	+4,7%	244	1.204	-79,7%
Papel e Madeira (embalagens)****	85.336	86.049	-0,8%	5.017	4.286	+17,1%
Carne bovina	42.071	41.430	+1,5%	239	249	-4,3%

* Segundo a classificação CGF de países em que existe risco de desflorestação, para cada *commodity*. Não existindo uma lista de risco CGF para o óleo de palma, consideramos – numa abordagem conservadora – que a totalidade deste ingrediente presente nos nossos produtos provém de países de risco.

** Valores corrigidos como resultado de verificação externa realizada e/ou alinhamento das metodologias de cálculo, nomeadamente no que diz respeito à exclusão de produtos de alimentação para animais domésticos uma vez que as matérias-primas utilizadas resultam, na sua totalidade, do aproveitamento de subprodutos de origem animal.

*** Soja em ração utilizada para produção de proteína animal contida nos produtos.

**** Apenas fibra virgem. Exclui utilização de fibra reciclada.

O aumento da maioria destes ingredientes nos produtos de Marca Própria e Percíveis é justificado sobretudo pelo crescimento das nossas operações. Relativamente às *commodities* com origens em países considerados em risco de desflorestação, o aumento verificado na soja directa deve-se, sobretudo, à expansão das operações na Colômbia, país com um elevado consumo de óleos

⁵² O relatório do IPCC “Special Report on Climate Change and Land”, divulgado em 2019, está disponível em www.ipcc.ch/srcccl.

alimentares contendo soja e em que uma percentagem significativa é proveniente da Bolívia. Também o aumento da rastreabilidade da soja na cadeia de valor⁵³ tem contribuído para esta subida. Adicionalmente, verificámos um aumento de lançamentos de produtos de Marca Própria e Perecíveis contendo proteína animal e que são alimentados com rações que contêm soja. Em 2019, os nossos fornecedores indicaram que cerca de 10% da soja proveniente de países de risco tem certificação de sustentabilidade Round Table on Responsible Soy (RTRS) ou ProTerra, o que garante que a sua produção não provocou desflorestação.

A nossa estratégia para o óleo de palma assenta na substituição por óleos alimentares com um melhor perfil nutricional, assegurando progressivamente a origem sustentável para o remanescente do ingrediente presente nos nossos produtos. Em 2019, 100% do óleo de palma utilizado nos produtos de Marca Própria e Perecíveis das nossas insígnias para o mercado Polaco e Português (Biedronka, Hebe, Pingo Doce e Recheio) possui certificação de produção sustentável Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO). Na Ara (Colômbia), a certificação RSPO abrange 30% deste ingrediente. No total, 92% do óleo de palma utilizado pelo Grupo nos seus produtos tem esta certificação.

Para as fibras virgem de papel e madeira presentes em produtos de Marca Própria, verificou-se uma redução da proveniência de origens de risco, representando menos de 0,5% do total. No que se refere à utilização destas fibras em embalagens, o aumento registado deve-se sobretudo à incorporação de fibras provenientes da Colômbia nas embalagens dos produtos de Marca Própria comercializados neste país, perfazendo um total de cerca de 5% de fibras de papel e madeira com origem em país que apresenta risco de desflorestação. No total do Grupo, mais de 60% das fibras oriundas de países com risco de desflorestação têm certificação que assegura a sua origem e produção sustentável (FSC ou PEFC).

No que se refere à carne bovina, menos de 1% tem origem em zonas de risco, pelo que a nossa prioridade em termos de rastreabilidade e certificação continuará centrada nas restantes commodities.

Vamos continuar os nossos esforços no sentido de recorrer a commodities cuja origem não esteja associada ao risco de desflorestação, nomeadamente assegurando a produção sustentável destas commodities, reforçando, ao mesmo tempo, os procedimentos de rastreabilidade.

Somos, desde 2017, membros da Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO) e, desde o início de 2019, da Round Table on Responsible Soy (RTRS), com o objectivo de promover um consumo responsável de óleo de palma e soja. Também participamos no Soy Buyers Coalition, um projecto liderado pelo CGF onde mais de dez empresas dos sectores da indústria e do retalho procuram desenvolver projectos que visam combater a desflorestação nas principais regiões produtoras de soja no Brasil, em conjunto com intervenientes locais (sociedade civil, produtores e outros agentes). Adicionalmente, a Biedronka foi um dos membros fundadores da Coligação Polaca para o Óleo de Palma Sustentável (PKZOP), uma iniciativa multi-stakeholder criada em Junho de 2019 por 12 membros do sector privado (indústria alimentar, cosmética e retalho), organismos de certificação e Organizações Não Governamentais. O principal objectivo da PKZOP é certificar (por exemplo através da certificação RSPO) 100% do óleo de palma até 2023.

Grupo Jerónimo Martins classificado no patamar “Liderança” pelo programa CDP Forests 2019

Em 2019, obtivemos a pontuação “A-” em todas as commodities avaliadas - óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira - posicionando o Grupo no patamar “Liderança”. As classificações obtidas situam Jerónimo Martins acima da média do sector para todas as commodities.

O programa “Forests”, do CDP, avalia a estratégia e o desempenho na gestão de commodities associadas à desflorestação, incluindo a transparência no reporte de informação e a gestão do risco.

⁵³ São contabilizados os cinco tiers de quantificação de soja na cadeia de valor, de acordo com a metodologia “Calculation guidelines for the measurement of embedded soy usage in consumer goods businesses” do CGF, disponível em: www.theconsumergoodsforum.com.

6.3.2 Pescado Sustentável

No âmbito da sua Política de Compras Sustentáveis⁵⁰, o Grupo assumiu o compromisso de comercializar apenas espécies de pescado que respeitem práticas que não provocam a sobreexploração, redução ou extinção das mesmas. A Estratégia de Pescado Sustentável estabelece os seguintes princípios de actuação:

- proibir a compra e venda de espécies classificadas como “Críticamente em Perigo” e para as quais não existam licenças extraordinárias que o permitam;
- procurar alternativas de aquacultura para as espécies classificadas como “Em Perigo”; não se realizam acções promocionais envolvendo as que têm origem em populações selvagens e que não sejam provenientes de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade;
- limitar as acções promocionais de espécies classificadas no nível “Vulnerável” sempre que não sejam provenientes de aquacultura e/ou que não sejam provenientes de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade.

A estratégia assenta na avaliação, a cada três anos, do grau de vulnerabilidade de todas as espécies de pescado comercializadas nos Perecíveis e produtos de Marca Própria em todas as Companhias. É através do recurso à base de dados da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN Red List of Threatened Species⁵⁴) e a avaliações do nível de exploração dos stocks de pescado realizadas pelos respectivos organismos científicos regionais (por exemplo, o International Council for the Exploration of the Sea⁵⁵ para o Atlântico Norte), que conseguimos actualizar a lista de espécies em risco e, assim, monitorizar anualmente o cumprimento da nossa Estratégia de Pescado Sustentável.

Em 2019, e com base na revisão da análise de todas as espécies comercializadas pelo Grupo, voltámos a cumprir com o objectivo que estava definido:

- não foram comercializadas espécies classificadas como “Críticamente em Perigo”, para as quais não existam licenças extraordinárias para o efeito. A avaliação efectuada em 2016 identificou a enguia ibérica (*Anguilla anguilla*) como estando nesta categoria, motivo pelo qual o Grupo deixou de a comercializar nas suas lojas⁵⁶;
- no caso das espécies classificadas como “Em Perigo”, apenas foram realizadas promoções comerciais para as provenientes de aquacultura;
- houve uma redução superior a 15%, face a 2018, nas promoções de espécies classificadas como em estado “Vulnerável”. Destas espécies, mais de 75% foram provenientes de aquacultura ou de stocks geridos de modo sustentável.

6.3.3 Práticas de Promoção do Bem-estar Animal

Procuramos promover as melhores práticas de bem-estar animal tentando, sempre que possível, estar acima do benchmark. Exemplos destas práticas são a utilização de antibióticos apenas para fins terapêuticos e nunca preventivos, o atordoamento obrigatório de todos os animais antes do abate – com excepção de rituais religiosos certificados⁵⁷ (menos de 5%) – e a proibição de utilização de hormonas de crescimento na produção dos nossos Perecíveis e produtos de Marca Própria.

Para isso, realizamos testes laboratoriais regulares⁵⁸ bem como auditorias de qualidade e segurança alimentar nos matadouros utilizados pelo Grupo, em Portugal, na Polónia e na Colômbia.

⁵⁴ Mais informação em www.iucnredlist.org.

⁵⁵ Mais informação em www.ices.dk.

⁵⁶ Apesar de a enguia ibérica ser proveniente de aquacultura, estes sistemas de produção dependem da recolha de “juvenis” (enguias-de-vidro) dos meios naturais continuando a exercer pressão sobre as populações selvagens.

⁵⁷ São exemplos as certificações Halal ou Kosher.

⁵⁸ Na Colômbia, os testes laboratoriais relativos à utilização de hormonas de crescimento e antibióticos são controlados pelos fornecedores.

Testes em animais

Não permitimos a realização de testes em animais no processo de desenvolvimento dos nossos produtos, sejam de Marca Própria ou Percíveis, em todos os países onde estamos presentes. A exceção reside nos produtos de alimentação animal, para os quais são realizados testes sensoriais com o intuito de avaliar o grau de satisfação da população-alvo a que se destinam, e também em produtos cujo objectivo é controlar ou eliminar espécies parasitárias e/ou superpopulações que possam ser fontes de contaminação ou doença (ex.: insectos).

Biotechnology e Organismos Geneticamente Modificados (OGM)

A nossa Política de Organismos Geneticamente Modificados⁵⁹ assenta no princípio de que os nossos produtos de Marca Própria e Percíveis não contêm ingredientes nem aditivos transgénicos, sejam estes de origem vegetal ou animal. Assim, as Companhias comprometem-se a:

- colaborar com os fornecedores no sentido de compreender os processos de produção e avaliar os padrões de segurança e de qualidade implementados;
- realizar regularmente análises laboratoriais, recorrendo a entidades independentes e acreditadas;
- garantir junto dos fornecedores a identificação e rastreabilidade de OGM nos casos em que não seja de todo possível a sua substituição;
- caso estejam presentes OGM, assegurar o direito dos consumidores à informação transparente e rigorosa sobre a presença destes organismos através da rotulagem dos produtos, sendo a sua divulgação efectuada no estrito cumprimento do limite aplicado pelo Grupo de, no máximo, 0,1% (limite de quantificação do método). O limite permitido na legislação Europeia é de 0,9%.

Práticas adoptadas na produção de carne

Na Polónia, continuámos a comercializar frango do campo de Marca Própria, projecto iniciado em 2015 em parceria com fornecedores locais. Estes frangos estão disponíveis em todas as lojas Biedronka, sendo criados sem o uso de antibióticos e sem ração que contenha OGM. Têm ainda dez vezes mais espaço para crescer do que o frango convencional, estando abaixo da densidade média de 30 kg/m² e uma idade mínima de abate de 70 dias (período superior à média do mercado que estabelece 56 dias como idade mínima de abate). Em 2019, foram comercializadas mais de 2.000 toneladas deste produto, um incremento de cerca de 20% face a 2018.

Em Portugal, o frango do campo Pingo Doce é criado ao ar livre, com uma densidade máxima de 25 kg/m², e tem uma alimentação à base de cereais (mínimo de 70%). A idade mínima de abate é 81 dias e pertence a estirpes de crescimento lento. Este produto é certificado pela SGS, um organismo externo independente, e o seu caderno de encargos foi aprovado pela Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. O Pingo Doce disponibiliza ainda novilho com certificação biológica da União Europeia.

O Pingo Doce manteve a comercialização de carne de porco com a certificação “Porco.pt”, de produção nacional, cujas práticas promovem o bem-estar animal. É assegurada, por exemplo, uma densidade animal inferior ao exigido por lei e uma alimentação à base de cereais. Em 2019, foram comercializadas mais de 500 toneladas deste produto. Também o presunto serrano Duroc, Marca Própria, comercializado pelo Pingo Doce, têm certificação externa e independente em bem-estar nos processos de produção e abate.

Nas operações em Portugal são ainda incluídos critérios de bem-estar animal nos cadernos de encargos para as vitelas comercializadas (como seja a ausência de feridas e sinais de sede ou subnutrição), para a carne da variedade Aberdeen Angus (nomeadamente a proibição de transporte superior a oito horas ou a utilização de tranquilizadores) e para a carne de novilho de produção biológica.

⁵⁹ Enquadrada na nossa Política da Qualidade e Segurança Alimentar e disponível na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

Ovos de galinhas não enjauladas

O Grupo tem o compromisso de eliminar, até 2025, a venda de ovos frescos provenientes de galinhas enjauladas das Marcas Próprias das suas Companhias. No Pingo Doce este objectivo foi totalmente atingido em Agosto de 2019, com a Marca Própria a disponibilizar apenas ovos de galinhas criadas segundo os modos de produção biológica, ao ar livre ou no solo, ou seja, “cage-free”. Com a Marca Própria da Biedronka são comercializados ovos do solo, de galinhas ao ar livre e biológicos, enquanto no Recheio são comercializados ovos do solo com a Marca Própria Amanhecer, tendo-se iniciado a sua comercialização em Janeiro de 2020 também com a marca MasterChef. Em 2019, mais de 30% dos ovos de Marca Própria comercializados pelas Companhias do Grupo eram “cage-free”⁶⁰, um aumento superior a 10 p.p., face a 2018.

Ovos frescos Pingo Doce 100% cage-free⁶⁰

Em Agosto de 2019, o Pingo Doce passou a disponibilizar apenas ovos frescos de galinhas criadas segundo os modos de produção biológica, ao ar livre ou no solo, ou seja, “cage-free” na sua Marca Própria.

Estes ovos são ainda totalmente provenientes de fornecedores nacionais, mantendo o nosso compromisso de promover compras locais.



É nosso objectivo trabalhar em conjunto com os fornecedores de Marca Própria para que adaptem as suas operações de modo a enquadrarem-se no cumprimento da meta por nós estabelecida para 2025. Na Polónia, estão a ser identificados os fornecedores que conseguirão atingir o objetivo mais cedo.

Adicionalmente, a Biedronka estendeu o seu compromisso de comercializar ovos frescos provenientes de galinhas não enjauladas também às Marcas de Fornecedor.

Práticas adoptadas na Jerónimo Martins Agro-Alimentar

Na Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA) – no âmbito da qual produzimos carne bovina da raça Aberdeen Angus, vacas leiteiras e dourada e robalo de aquacultura – promovemos práticas de bem-estar animal acima do benchmark.

No caso da aquacultura de robalo e dourada:

- é feita vacinação a todos os peixes;
- produção em mar aberto e não em tanques, permitindo que os peixes se desenvolvam no seu habitat natural;
- baixo nível de densidade de produção não ultrapassando os 15 kg/m³;
- concentração de oxigénio na água mantido sempre a elevados níveis de concentração > 6,5 mg/l;
- não são permitidas mutilações (ex. corte de barbatanas) pelo que 100% dos nossos animais estão livres destes procedimentos;
- utilizamos redes “Dyneema” na pesca que, por serem mais flexíveis, causam menos fricção, e, logo, reduzem a dor e perda de escamas no processo de pesca.

No caso da produção de carne bovina de raça Aberdeen Angus:

- garantimos uma área mínima de 6,5 m² por animal (superior aos 3 m² recomendados);
- repomos diariamente palha fresca nas camas;

⁶⁰ Ovos “cage-free” compreendem as seguintes tipologias de produção: tipo 0 – ovos criados em modo de produção biológica, tipo 1 – ovos de galinhas criadas ao ar livre e tipo 2 – ovos de galinhas criadas no solo.

- os animais são agrupados por sexo e peso no sentido de reduzir a sua competição e o stress daí decorrente;
- cumprimos as recomendações da Standard Welfare Scheme da Grandin Livestock Handling Systems;
- para evitar que os animais escorreguem, os pisos utilizados são de cimento rasgado ou borracha.

Na vacaria:

- é disponibilizada pelo menos uma cama por vaca e 0,6 m de espaço de comedouro;
- as instalações têm um sistema de arrefecimento automático que acciona ventoinhas e chuveiros para refrescar os animais. As ventoinhas apresentam ainda a vantagem de ventilar os parques, reduzindo a quantidade de amoníaco no ar e contribuindo para a secagem e o consequente conforto das camas dos animais. Desde que foram instaladas ventoinhas, o consumo de palha foi reduzido em cerca de 30%, resultando na produção de um menor volume de estrume;
- existem escovas automáticas de massagem para utilização por todos os animais;
- existe música ambiente para contribuir para a redução do stress dos animais;
- todos os animais têm um colar de monitorização de actividade que, pela análise do comportamento, identifica o cio de forma natural, evitando a utilização de hormonas reprodutivas. Detecta ainda alterações de comportamento, levando ao diagnóstico precoce de patologias, contribuindo, deste modo, para o bem-estar dos animais e para a redução da utilização de fármacos.

Adicionalmente, nas operações de vacaria e produção de carne bovina de raça Aberdeen Angus, asseguramos:

- formação em bem-estar animal a todos os colaboradores em contacto com os animais que habitam nas nossas instalações;
- vacinação e desparasitação de todos os animais;
- condução e maneo animal com técnicas que reduzem o stress, não sendo permitida a utilização de choques eléctricos, paus ou qualquer sistema que possa ferir os animais;
- alimentação baseada em silagens e forragens, favorecendo a saúde ruminal dos bovinos, e aumentando o seu conforto e bem-estar. Os animais são alimentados com silagem de milho, fornecida por produtores locais ou pelas nossas unidades de produção. São ainda utilizados legumes não calibrados (ex.: batata doce) e subprodutos de outras indústrias alimentares (ex.: repiso de tomate e bagaço de cerveja). A alimentação é complementada com ração adequada à fase de crescimento do animal, representando cerca de 30% das necessidades alimentares;
- liberdade de movimento de todos os animais, que estão livres de amarras e as suas caudas não são cortadas.

Todas as unidades de produção de carne Aberdeen Angus e a vacaria obtiveram, em 2019, a certificação externa independente para a Redução Responsável da Utilização de Fármacos, tendo obtido a classificação de “100% Excelente”. Esta certificação garante que a utilização de antibióticos é feita apenas com fins terapêuticos. Estas unidades de produção são ainda certificadas, por uma entidade externa independente, em Bem-Estar Animal, de acordo com o protocolo Europeu “Welfare Quality”.

A JMA assinou ainda um protocolo de colaboração com a Universidade de Évora para o desenvolvimento de actividades de investigação e apoio ao ensino. Este acordo prevê actividades de carácter teórico-prático, técnico-científico e de investigação em áreas como o bem-estar, a nutrição e a sanidade animal, bem como a melhoria de indicadores ambientais, a eficiência no uso da água e da energia, a produção agrícola, o uso e a melhoria dos solos e a recuperação do montado.

6.3.4 Produtos Certificados

Em 2019, introduzimos novos produtos nas nossas Marcas Próprias e Percíveis com certificação de sustentabilidade:

Produtos com Certificados de Sustentabilidade na Marca Própria e Percíveis

Certificação	Número de SKU										Δ 2019/2018
	2019					2018					
	Ara	Biedronka	Pingo Doce	Recheio	Total	Ara	Biedronka	Pingo Doce	Recheio	Total	
Biológica*	0	139	92	0	230	0	112	98	0	210	+10%
FSC / PEFC / SFI**	5	30	83	55	173	5	14	75	46	140	+24%
Fairtrade / UTZ / Rainforest Alliance	0	93	6	0	99	0	***89	2	0	***91	+9%
MSC	0	24	0	0	24	0	***26	0	0	***26	-8%
Dolphin Safe	3	0	6	6	15	3	0	6	6	15	0%
EU Ecolabel / Blue Angel	0	2	6	1	9	0	0	6	1	7	+29%
V-Label	0	0	2	0	2	0	42	2	0	44	-95%
KAT	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	n.a.
Total	8	290	195	62	555	8	***283	189	53	***533	+4%

* Estes produtos são desenvolvidos de acordo com as regras da produção biológica, sendo certificados por uma entidade externa e apresentam o logótipo da União Europeia, que assegura o cumprimento do Regulamento Comunitário para a Agricultura Biológica.

** Número inclui produtos com esta certificação e/ou material de embalagem com esta certificação.

*** Valores corrigidos como resultado de verificação externa realizada.

Nota: Um mesmo produto pode ter mais de um sistema de certificação (ex., certificação biológica e FSC).

Verifica-se um aumento do número de referências de Marca Própria e Percíveis com certificação de sustentabilidade, face a 2018. Foram ainda introduzidos dois novos sistemas de certificação: o Blue Angel, um rótulo que diferencia produtos com um melhor perfil ambiental, e a KAT, que assegura que os ovos utilizados como ingredientes nos nossos produtos são “cage-free”⁶⁰ e provenientes de locais de produção controlados. A redução do número de referências com a certificação V-label está associada à integração destes critérios nos standards e requisitos internos de desenvolvimento de produtos de Marca Própria aptos para vegans e vegetarianos, sendo o cumprimento dos seus requisitos⁶¹ assegurados através das nossas auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar.

Sensibilização de consumidores nos produtos de Marca Própria

Para promover uma escolha mais informada por parte do consumidor, desenvolvemos sistemas de controlo interno para os produtos de Marca Própria. Para além das certificações externas de sustentabilidade, o packaging destes produtos é utilizado para disponibilizar informação sobre características diferenciadoras do ponto de vista ambiental ou nutricional, por exemplo.

É o caso do selo de ecodesign dos produtos Pingo Doce, que indica de que forma a embalagem passou a ser mais sustentável, ou dos ícones de reciclagem, que indicam o ecoponto a utilizar pelo consumidor no fim de vida do produto. Também a Biedronka adoptou esta abordagem nos produtos que utilizam ovos “cage-free”⁶⁰ nos seus ingredientes ou em soluções alimentares aptas para vegans e vegetarianos.



Informação de sustentabilidade colocada em produtos Marca Própria Pingo Doce



Tampa



Frasco



Informação de sustentabilidade colocada em produtos Marca Própria da Biedronka

⁶¹ As alegações quanto à aptidão para consumo vegan e vegetariano consideram o cumprimento do Regulamento do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Polónia – Diário de Leis de 2015, item 29, conforme alteração – quanto à rotulagem de alimentos; ausência de ingredientes de origem animal no processo de produção; boas práticas de produção por forma a minimizar o potencial de contaminação cruzada com ingredientes não vegetais; e não conter OGM.

6.4. Selecção e Acompanhamento de Fornecedores

Privilegiamos trabalhar com fornecedores e prestadores de serviços que garantem o cumprimento de princípios legais e éticos, nacionais e internacionais, reflectidos na Política de Compras Sustentáveis, no Código de Conduta de Fornecedores e no Código de Conduta do Grupo Jerónimo Martins⁶².

O Grupo reserva-se o direito de cessar relações comerciais, sempre que tomar conhecimento de práticas de abuso dos princípios acima mencionados por parte de fornecedores e/ou de seus fornecedores, e/ou no caso de não incorporarem preocupações éticas, sociais e ambientais no desenvolvimento da sua actividade, nem estarem dispostos a desenhar e a implementar um plano correctivo.

Reforçamos ainda o compromisso de contribuir para, de forma colectiva, erradicar o trabalho forçado – como definido pela Organização Mundial de Trabalho – ao longo das cadeias de abastecimento das nossas insígnias e de continuar a assegurar a sua inexistência nas nossas operações, apoiando a Resolução do The Consumer Goods Forum e dos seus Princípios Prioritários: todos os trabalhadores devem ter liberdade de movimento, nenhum trabalhador deve pagar para trabalhar e/ou endividar-se para trabalhar ou ser coagido a tal.

6.4.1 Auditorias a Fornecedores

Auditamos regularmente os fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria, com o objectivo de avaliar e acompanhar a gestão e controlo de processos, os sistemas de gestão implementados e a formulação de produtos. As auditorias compreendem os seguintes temas: qualidade e segurança alimentar, ambiente e critérios laborais.

Auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar

São auditorias que compreendem maioritariamente aspectos relacionados com o desenvolvimento e produção de produtos, mas onde são também avaliados alguns requisitos ambientais e laborais. Os requisitos ambientais incluem critérios associados à gestão da água, efluentes e resíduos, assumindo um peso de 5%. No âmbito dos requisitos laborais, são avaliadas as condições de higiene e segurança no trabalho e a formação, tendo um peso de até 10% na avaliação. São incluídos aspectos como a existência e utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de que é administrada formação adequada ao exercício da função. Cada fornecedor é reavaliado periodicamente, com uma frequência pré-definida e baseada na classificação obtida.

Estas auditorias, realizadas pelas equipas de Qualidade, são obrigatórias para todos os fornecedores, bem como potenciais novos fornecedores de produtos de Marca Própria e de Perecíveis, em função do nosso processo de avaliação de risco. Privilegiamos ainda certificação em Segurança Alimentar reconhecida pela Global Food Safety Initiative, nomeadamente British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius, International Featured Standards (IFS), Food Safety System Certification (FSSC) 22000 ou ISO 22000.

Em Portugal, a Direcção de Qualidade e Segurança Alimentar de Perecíveis iniciou, em 2016, um projecto de auditorias a fornecedores de carne que incluem critérios de bem-estar animal e que assumem um peso de 29% na avaliação, com base na legislação actual e na norma Global G.A.P.. São avaliadas questões como as condições das instalações, iluminação, densidade e ventilação, entre outros aspectos. Em 2019, foram avaliados 105 fornecedores/explorações. Sempre que necessário são elaborados planos correctivos de acção cujo progresso acompanhamos em conjunto com os fornecedores.

⁶² Disponíveis para consulta na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.com.

Auditorias a fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria*

	2019	2018	Δ 2019/2018
Portugal			
Perecíveis	870	905	-3,9%
Marca Própria – Alimentar e Não-Alimentar	249	252	-1,2%
Polónia			
Perecíveis	154	**337	-54,3%
Marca Própria – Alimentar e Não-Alimentar***	453	458	-1,1%
Colômbia			
Perecíveis	160	74	+116,2%
Marca Própria – Alimentar e Não-Alimentar	182	176	+3,4%

*As auditorias incluem os seguintes tipos: selecção, controlo e acompanhamento.

**Valores corrigidos em resultado de verificação externa.

*** Em 2019, foram ainda realizadas mais 3.776 inspecções a produtos não-alimentares de Marca Própria e, em 2018, mais 4.218.

O menor número de auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar para Perecíveis na Polónia deve-se a uma revisão das nossas normas internas, que redefiniu a frequência de acordo com a classificação da auditoria anterior: os fornecedores avaliados com "Alto" (com uma classificação global entre 80% e até 95%) ou "Excelente" (classificação global de 95% ou superior), viram uma diminuição no número de auditorias. Já os fornecedores classificados abaixo de 80% na auditoria anterior, foram alvo de uma maior frequência no seu escrutínio em 2019. Na Colômbia, o incremento no número de auditorias na Marca Própria e Perecíveis deve-se maioritariamente ao aumento da base de potenciais novos fornecedores.

Auditorias Ambientais

As auditorias ambientais a prestadores de serviços e a fornecedores de Perecíveis e Marca Própria têm o objectivo de assegurar o cumprimento dos requisitos adicionais de desempenho ambiental e aplicar um plano de acção para a correcção de eventuais não conformidades. Estas auditorias são conduzidas por uma entidade externa e foram iniciadas em 2016 a fornecedores das Companhias em Portugal. Em 2019, o âmbito foi alargado aos fornecedores das Companhias na Polónia e na Colômbia.

O processo tem como objectivo avaliar de forma independente o cumprimento de cerca de 100 requisitos, distribuídos por nove dimensões: água, energia, resíduos, efluentes líquidos, emissões para a atmosfera, ruído, substâncias perigosas, riscos ambientais e sistemas de gestão ambiental.

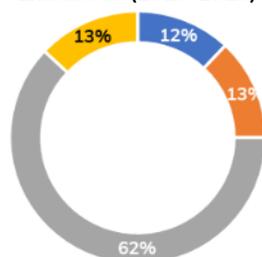
Os resultados de cada fornecedor são aferidos pelo cumprimento total, parcial ou de não conformidade dos requisitos críticos, de nível geral e, quando aplicáveis, de boas práticas. São quatro os níveis de compliance, em consequência da média final das nove dimensões:

- Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento superior a 94% dos requisitos de nível "Satisfatório", acrescidos do cumprimento entre 71% e 85% dos requisitos de nível "Bom" e de pelo menos 70% dos requisitos de nível "Excelente", ou cumprimento de 100% dos requisitos críticos e ter um sistema de gestão ambiental certificado;
- Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos de nível "Satisfatório", acrescidos do cumprimento de 70% dos requisitos de nível "Bom";
- Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 70% e 84% dos requisitos de nível "Satisfatório";
- Inadequado: incumprimento de um ou mais requisitos críticos e/ou cumprimento inferior a 70% dos requisitos de nível "Satisfatório".

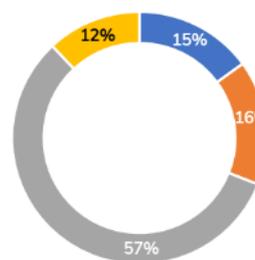
Em 2019 foram auditados 55 fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria das nossas Companhias⁶³.

Os fornecedores foram seleccionados com base no volume de compras do Grupo e na relevância dos impactes ambientais das actividades que desenvolvem. Foram também realizadas auditorias ambientais a prestadores de serviços em Portugal (20) e na Polónia (26). Estes foram seleccionados de acordo com o processo de avaliação de risco das actividades que desenvolvem.

Desempenho Global das Auditorias Ambientais a Fornecedores de Perecíveis, de Marca Própria e de Marcas Exclusivas (2016-2019)



Desempenho Global das Auditorias Ambientais a Prestadores de Serviços (2016-2019)



■ Excelente ■ Bom ■ Suficiente ■ Inadequado

A todos os prestadores de serviços e fornecedores classificados com o nível “Inadequado” e/ou que não cumpram a totalidade dos requisitos críticos definidos, é apresentado um plano correctivo de acção que exige uma resposta obrigatória no prazo máximo de seis meses. Nos casos em que o plano correctivo não é cumprido, sendo o grau de execução aferido numa segunda auditoria realizada no ano seguinte, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração.

Auditorias Sociais

Iniciámos um processo de auditoria às condições sociais na nossa cadeia de abastecimento, recorrendo a uma entidade externa e independente.

Este processo teve como objectivo avaliar de forma independente o cumprimento de 120 requisitos, de entre 12 dimensões:

- prevenção do trabalho infantil;
- prevenção do trabalho forçado;
- prevenção da discriminação;
- salvaguarda do direito de associação;
- termos contratuais;
- horas de trabalho;
- vencimentos e benefícios;
- saúde e segurança no trabalho;
- preparação para emergência;
- monitorização do cumprimento;
- ética nos negócios;
- protecção dos Direitos Humanos.

Estes requisitos foram desenhados para reforçar o cumprimento da legislação a nível nacional e internacional, e as boas práticas decorrentes do benchmark sobre vários sectores de actividade a nível internacional da Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum, do qual somos membros.

Foram seleccionados 34 fornecedores com base no seu volume de negócios:

- 32 fornecedores directos com unidades de produção de mais de 15 categorias de Perecíveis e Marcas Próprias (alimentar e não-alimentar). Foram auditados fornecedores locais das Companhias de Retalho Alimentar em Portugal, Polónia e Colômbia, e ainda fornecedores localizados em Espanha;
- dois fornecedores indirectos de Marcas Exclusivas (não-alimentares), com operações em Portugal e na China.

⁶³ Foram auditados fornecedores da Ara, Biedronka, Pingo Doce e Recheio.

Após o processo de selecção de fornecedores e o anúncio da auditoria, desenvolvemos workshops introdutórios e um questionário de auto-avaliação para explicação da importância dos temas, do ciclo de avaliação e preparação das evidências necessárias. O passo seguinte foi a visita aos locais, o que incluiu a observação da unidade de produção, de fontes documentais e a realização de entrevistas anónimas e confidenciais a uma amostragem de colaboradores seleccionados de forma aleatória, pretendendo-se assim obter uma visão mais realista sobre cada fornecedor.

Os resultados de cada fornecedor são aferidos pelo cumprimento total, parcial ou de não conformidade dos requisitos críticos, dos requisitos de nível geral e, quando aplicáveis, dos requisitos de boas práticas. São quatro os níveis de compliance:

- Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento de pelo menos 95% dos requisitos gerais e boas práticas;
- Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos gerais e boas práticas;
- Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 65% e 84% dos requisitos gerais e boas práticas;
- Inadequado: incumprimento, ainda que parcial, de pelo menos um requisito crítico e/ou cumprimento inferior a 65% dos requisitos gerais e boas práticas.

Aos fornecedores com avaliação de “Satisfatório”, “Bom” e “Excelente” mas que, ainda assim, apresentem não conformidades ou conformidades parciais de requisitos gerais, foi apresentado e discutido um plano de acções correctivas com resposta obrigatória no prazo máximo de doze meses, conforme a gravidade. Durante esse período, novos contactos são feitos junto do fornecedor para aferir a implementação do mesmo e, quando se justifique, definir o momento de uma auditoria posterior.

Para os casos de fornecedores com avaliação de “Inadequado” são feitos contactos regulares até um período de seis meses para aferir a implementação de acções correctivas. Uma avaliação *in loco* realizar-se-á no ano seguinte para nova verificação. Na ausência de evidências de progresso, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração comercial.

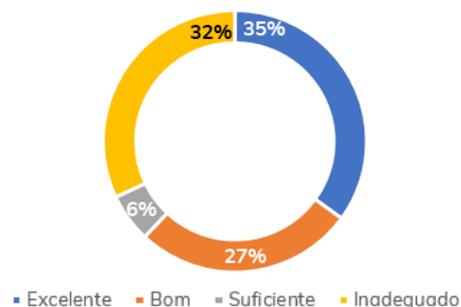
6.4.2 Sensibilização e Formação a Fornecedores

Com o objectivo de melhorar continuamente os produtos que desenvolvemos em conjunto com os fornecedores, promovemos a sensibilização e a formação dos parceiros de negócio através de programas e acções dedicados a temas relacionados com qualidade e segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.

Em Portugal, na Polónia e na Colômbia, realizámos, em 2019, nove acções de formação e reuniões focadas em temas de Qualidade e Segurança Alimentar, envolvendo mais de 150 fornecedores. Aprofundámos a relação com os fornecedores especialmente em áreas onde é possível melhorar a cooperação e o desenvolvimento de produtos inovadores.

Na Colômbia, a Ara manteve ainda o programa de desenvolvimento de fornecedores de Marca Própria “Ubuntu” – palavra de origem africana e que na cultura Xhosa significa “Eu sou, porque nós somos” – com o objectivo de melhorar níveis de qualidade e capacidade de produção por parte desses parceiros. O programa pretende que se estabeleçam relações de longo prazo com os fornecedores locais e é constituído por diversas fases, começando na avaliação do fornecedor, passando pelo desenho de um plano de acção e terminando no desenvolvimento e implementação de um plano de melhoria personalizado. Em 2019, foram envolvidos 11 fornecedores de Marca Própria, num total de 600 horas.

Desempenho Global das Auditorias Sociais a Fornecedores de Perecíveis, de Marca Própria e de Marcas Exclusivas (2019)



A Companhia assegura metade do investimento necessário que é identificado, sendo a outra metade da responsabilidade do fornecedor. O projecto “Ubuntu” é também uma demonstração do compromisso assumido pelo Grupo de ligação às comunidades locais na Colômbia.

Relativamente à sensibilização para o desenvolvimento sustentável, o Grupo Jerónimo Martins realizou em 2019 a sua 7.ª Conferência de Sustentabilidade sob o tema “Plastic Pollution – What Now?”⁶⁴ dedicada aos desafios do combate à poluição por plástico. O evento, com um dia de duração, contou com a participação de cerca de 30 parceiros de negócio do Grupo Jerónimo Martins em Portugal e na Polónia.

Foram ainda realizados dois workshops em Portugal sobre o Manual de Agricultura Sustentável, que contaram com 29 representantes de fornecedores de Fruta e Legumes e mais três workshops de enquadramento das auditorias ambientais e sociais, para 43 fornecedores portugueses, polacos, colombianos, e também de outros países.

Promoção de Práticas Agrícolas Sustentáveis

Desde 2014 que trabalhamos muito de perto com os fornecedores de Fruta e Legumes em Portugal com o objectivo de promover boas práticas agrícolas. A minimização dos consumos de água e energia, a utilização responsável de fertilizantes e fitofármacos, bem como práticas de preservação da biodiversidade local, são alguns dos critérios que seguimos.

Foi desenvolvido o Manual de Agricultura Sustentável, uma publicação que, para além de sensibilizar para a adopção destas práticas, permite aos utilizadores calcularem o seu índice de sustentabilidade ambiental.

Em 2019, este índice foi aplicado a 22 novas explorações agrícolas, de 20 fornecedores portugueses. No total, o índice de sustentabilidade já foi calculado para 103 explorações agrícolas, variando entre 3,05 e 4,22 (numa escala de 1 a 5, em que 5 corresponde à pontuação máxima).

É nosso objectivo aplicar, todos os anos, a metodologia a pelo menos 20 novas explorações agrícolas de fornecedores de Fruta e Legumes em Portugal, permitindo ao Grupo acompanhar o seu progresso.

O projecto iniciou em 2019 o seu caminho na Polónia, estando previsto concluir em 2020 a adaptação da metodologia à realidade deste país e iniciar a sua aplicação a fornecedores locais a partir de 2021.



⁶⁴ As principais mensagens do evento estão disponíveis na área de “Responsabilidade”, canal “A Nossa Estratégia de Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

7. Apoiar as Comunidades Envolventes

7.1 Introdução

Enquanto membro activo das comunidades em que estamos inseridos, a nossa actuação procura fomentar a inclusão dos grupos mais vulneráveis da sociedade: idosos, crianças e jovens carenciados. As mais de 4.100 lojas alimentares que o Grupo tem espalhadas por mais de mil cidades, vilas e aldeias de Portugal, Polónia e Colômbia, contribuem todos os dias para combater a fome e a subnutrição, ajudando ainda a quebrar ciclos de pobreza extrema e de exclusão social.

Apoiamos também projectos de promoção do conhecimento sobre nutrição e alimentação saudável, com o objectivo de sensibilizar especialmente as gerações mais novas. Além disso, incentivamos e promovemos a preservação ambiental, a educação, a cultura, o empreendedorismo, a cidadania e os Direitos Humanos.

A nossa Política de Apoio às Comunidades Envolventes está disponível no website corporativo, na área relativa a [Apoiar as Comunidades Envolventes](#).

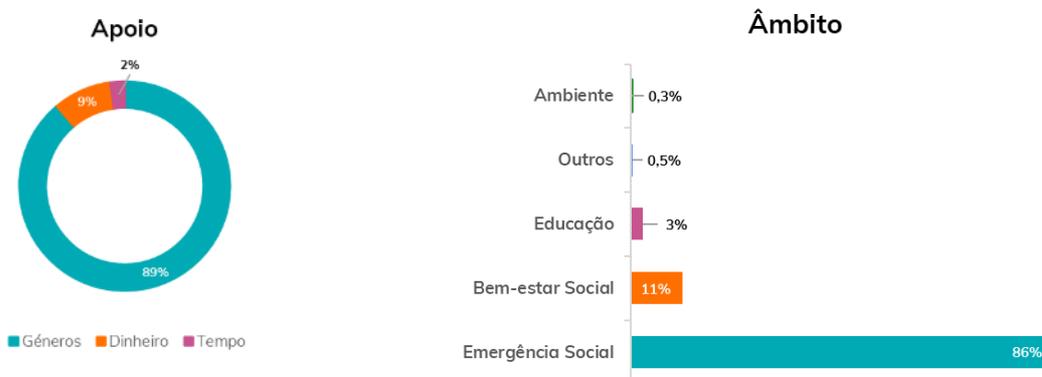
7.2 Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes

As acções que apoiamos e/ou promovemos são monitorizadas e avaliadas em relação ao impacte que produzem, numa óptica de alocação eficiente de recursos a projectos que abranjam o maior número possível de pessoas e/ou que gerem os maiores e melhores resultados.

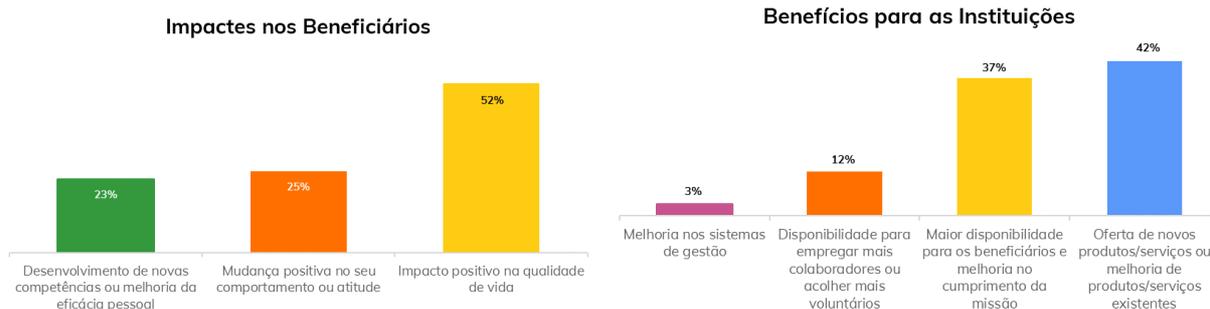
Para além de realizarmos visitas de acompanhamento às instituições com as quais celebrámos acordos de cooperação, para verificação *in loco* da qualidade das infra-estruturas e do serviço prestado às pessoas apoiadas, medimos se e como ocorrem as desejadas mudanças sociais. Por isso, aplicamos os critérios implícitos à metodologia de avaliação de impacte social London Benchmarking Group (LBG), da qual o Grupo é membro desde 2011.

Em 2019, foi possível medir o impacte da aplicação de cerca de 37,4 milhões de euros⁶⁵ em apoios atribuídos a 206 organizações que, por sua vez, se estima terem chegado a mais de 1,5 milhões de pessoas. Este montante compreende doações, quer em géneros quer monetárias, focadas maioritariamente nas áreas da Emergência Social, do Bem-Estar Social e da Educação.

Medição de Impactes Sociais



⁶⁵ Este valor corresponde a actividades/projectos medidos junto das instituições e seus beneficiários, e com um limite mínimo a partir do qual se considera poderem ser obtidos dados significativos de impactes sociais. Não corresponde, por este motivo, ao montante total de apoios concedido pelo Grupo Jerónimo Martins.



A maioria dos beneficiários inquiridos pelas instituições reportou impactes positivos na sua qualidade de vida. Também as instituições confirmaram que o apoio disponibilizado por Jerónimo Martins e suas Companhias permitiu investir em novos produtos/serviços ou melhorá-los, bem como na melhoria do cumprimento da sua missão.

Ao longo de 2019, 92 colaboradores de Portugal estiveram envolvidos em programas de capacitação profissional de pessoas em contexto real de trabalho, através da Escola de Formação Jerónimo Martins, totalizando 55.568 horas de tutoria, num valor equivalente a mais de 810.000 euros.

O reporte dos principais indicadores, segundo o modelo LBG, está disponível no website corporativo (na área [Apoiar as Comunidades Envolventes](#)), sendo verificado por uma entidade externa e independente.

7.3 Apoios Directos

Os apoios directos do Grupo centram-se na oferta de produtos alimentares a instituições que se dedicam ao alívio da fome, subnutrição e pobreza extrema, e em apoios monetários a organizações que realizam trabalho pedagógico com crianças e jovens em risco, numa tentativa de travar o abandono escolar e a exclusão social.

Em 2019, os apoios directos, em espécie e monetários, atribuídos a nível corporativo e por todas as Companhias do Grupo perfizeram mais de 43,4 milhões de euros⁶⁶, o que representa um aumento de 37% face a 2018, que se justifica essencialmente pela expansão do programa de doações alimentares na Polónia.

Corporativo

Apoiámos 50 entidades e projectos cujos âmbitos de intervenção recaíram maioritariamente no campo social (69%), num total de mais de 696.000 euros. Foram ainda apoiados projectos nos âmbitos da educação, da cultura, dos Direitos Humanos, do ambiente e da saúde. Nos casos de 19 destas

Apoio a Emergências Sociais

A catástrofe natural que assolou a cidade da Beira, em Moçambique, na sequência da passagem do ciclone Idai, vitimando 786 pessoas e afectando cerca de 3 milhões de pessoas em Moçambique, Zimbabué e Maláui, motivou uma resposta solidária da parte de Jerónimo Martins. Através da "Operação Embondeiro por Moçambique", promovida pela Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), o Grupo associou-se à Sociedade Francisco Manuel dos Santos e suportou o custo relativo ao segundo avião que voou directamente de Lisboa para a Beira, transportando cerca de 33 toneladas de artigos doados e material de suporte à intervenção médica da CVP, entre os quais uma maternidade de campanha e kits de parto para a Maternidade de Macurungo, um dos bairros mais afectados pela tragédia e onde a CVP instalou o seu hospital de campanha.

Jerónimo Martins e as Companhias Pingo Doce e Recheio doaram cerca de 14 toneladas de artigos alimentares de primeira necessidade, de higiene e de bebé, equivalente a um donativo de cerca de 26.200 euros. Para suportar os custos logísticos relacionados com o segundo avião, o Grupo doou à CVP 100.000 euros.

⁶⁶ Inclui as Companhias Pingo Doce, Lidosol, Recheio, João Gomes Camacho, Caterplus, Jeronymo, Hussel, Biedronka e Ara.

instituições mantemos o apoio numa base regular, firmado em protocolos de cooperação, na maioria vigentes há mais de uma década.

Pingo Doce

A Companhia procura apoiar projectos e causas sociais que contribuam para a superação dos riscos sociais e económicos que as comunidades enfrentam, tendo como linhas orientadoras a promoção da saúde pela alimentação, a preservação da biodiversidade, a promoção da literacia infanto-juvenil, o apoio às comunidades locais e a resposta a emergências sociais e carências alimentares.

Durante o ano, o Pingo Doce recebeu mais de 2.200 pedidos de apoio através do seu website (para além de todos os que são feitos directamente nas lojas, pela proximidade das mesmas à comunidade local), tendo respondido ao apelo de mais de 690 instituições de cariz social que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas da Companhia. Foi concedido um apoio total correspondente a mais de 12,8 milhões de euros, em géneros alimentares e em valor monetário, incluindo patrocínios a projectos de conservação ambiental. Os géneros alimentares doados equivalem a mais de 5.800 toneladas⁶⁷.

2019 foi o ano em que o Pingo Doce lançou o programa [Bairro Feliz](#), através do qual são apoiadas monetariamente causas identificadas pelas populações, pretendendo assim fortalecer o vínculo com as comunidades locais e contribuir para o bem-estar dos bairros onde as lojas estão inseridas. E porque cada localidade tem as suas características, são as entidades locais e os moradores de cada bairro que inscrevem as suas causas. Após avaliação e selecção por uma equipa de jurados, as causas mais votadas pelos clientes obtêm, cada uma, um donativo até 1.000 euros.

O programa arrancou em 49 lojas da região Norte de Portugal e contou com 91 causas inscritas, das quais 24 foram seleccionadas através da votação pelos clientes. Na 2.ª edição do programa foram recebidas 632 candidaturas de projectos nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, tendo sido seleccionadas 133 causas a apoiar.

No total das duas edições foram apoiadas 157 causas locais, num investimento de mais de 150.000 euros.

Recheio

O Recheio doou cerca de 460.000 euros em géneros, dos quais mais de 205 toneladas⁶⁷ correspondem a produtos alimentares, entregues a mais de 220 instituições que se dedicam a causas como o combate à fome junto de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. A APPIA – Associação Pró-Partilha e Inserção do Algarve, o Grupo de Acção Social Cristã em Barcelos e o Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos são algumas das instituições que distribuíram os excedentes alimentares aos seus beneficiários. Foram ainda alocados mais de 39.000 euros a projectos sociais, entre os quais a instalação de uma plataforma elevatória na residência de uma jovem com paralisia cerebral e incapacidade permanente, em colaboração com a Associação Salvador.

Biedronka

A Biedronka canalizou o equivalente a cerca de 29 milhões de euros para o apoio a campanhas e projectos sociais, um valor que representa um aumento de 76% face ao ano anterior, justificado essencialmente pela expansão do programa de doações alimentares de lojas a instituições de apoio social. Foram beneficiadas mais de 480 instituições, mais 23% do que em 2018.

⁶⁷ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

Neste âmbito, a Companhia deu continuidade às doações de excedentes alimentares a instituições de solidariedade, como a Caritas Polska e a Federação dos Bancos Alimentares Polacos, que assumem a responsabilidade de agilizar a distribuição dos produtos alimentares a pessoas com graves carências. É por isso que, a par das doações alimentares, foi mantido o apoio financeiro ao desenvolvimento da infra-estrutura da Cáritas, com o donativo de cerca de 116.000 euros para a aquisição de cinco carrinhas de refrigeração a utilizar na distribuição dos alimentos.

Em apenas quatro anos, desde que o programa de doações de excedentes alimentares foi iniciado na Polónia, o número de lojas envolvidas superou as 1.500 previstas para o ano de 2020, totalizando 1.639 no final do ano, um aumento de 54% face a 2018. Os produtos doados equivaleram a mais de 9.600 toneladas⁶⁷, que se estima terem chegado a cerca de 353.000 pessoas.

Em parceria com a Caritas Polska, entidade com a qual a Biedronka coopera desde 2006, foram ainda desenvolvidas as seguintes iniciativas de apoio directo:

- Na segunda edição⁶⁸ do programa Na Codzienne Zakupy (Para as Compras do Dia-a-Dia), uma iniciativa de assistência financeira dirigida à população sénior de zonas envolventes às lojas localizadas em pequenas cidades ou vilas, mais de 6.600 idosos em situação de vulnerabilidade (aproximadamente mais 1.300 do que no ano anterior) tiveram acesso a cartões mensais pré-pagos Biedronka, o que representou um investimento de 2,3 milhões de euros. Cerca de 5.700 beneficiários avaliaram o programa, considerando-o uma mais-valia para a variedade da sua dieta, bem como no combate à malnutrição;
- 14.^a edição da campanha Festyny Bqdźmy Razem (Vamos Ficar Juntos), que pretende fomentar o reforço de laços entre as crianças e as suas famílias através dos piqueniques realizados no Dia Mundial da Criança. Em 2019, a campanha chegou a 25 cidades polacas, levando presentes, concursos e jogos educativos a mais de 200.000 crianças e respectivas famílias, traduzindo um investimento de mais de 146.000 euros;
- No Dia Mundial do Doente e no Dia de São Nicolau, a Biedronka apoiou com géneros alimentares cerca de 2.000 crianças internadas nos hospitais de Varsóvia.

Por ocasião do Natal, houve apoios directos às populações vulneráveis com géneros alimentares. Nas cidades de Varsóvia e Cracóvia foram distribuídas, na véspera de Natal, mais de 50.000 refeições a pessoas em situação de sem-abrigo. Foram também distribuídas as tradicionais hóstias de Natal, em parceria com a Ordem Soberana da Cruz de Malta, a mais de 2.600 idosos e doentes internados em hospitais de 26 cidades polacas.

Ainda na quadra natalícia e no âmbito do programa Szlachetna Paczka (Presente Nobre), a Biedronka apoiou a Associação Wiosna. Com o investimento de cerca de 23.000 euros por parte da Companhia, que contribuiu para a logística do programa, foi possível a esta associação apoiar mais de 14.500 famílias em situação de vulnerabilidade económica de todo o país, através da atribuição de cabazes (com géneros alimentares e produtos de cosmética, entre outros) preparados por cerca de 10.000 voluntários. Esta foi a 19.^o edição do programa e é intenção da Companhia manter o apoio a esta associação, que estima existirem na Polónia mais de dois milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, das quais quase meio milhão são crianças.

Em parceria com o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) e com a Fundação do clube de futebol Legia Warszawa, a Biedronka associou-se ao programa “Scoring for Health”, implementado em 160 escolas de oito cidades da Polónia e de outros seis países da Rede Europeia de Futebol para o Desenvolvimento, numa rede colaborativa entre fundações e clubes de futebol. O principal objectivo do programa é combater a obesidade infantil, identificada pela Organização Mundial de Saúde como um dos principais problemas de saúde pública na Europa. O projecto inclui ainda visitas educacionais às lojas da Biedronka em 2020.

⁶⁸ Em 2018, esta iniciativa apresentou-se com o nome Poganamy Na 100 (Ajudamos aos 100), no âmbito da comemoração dos 100 anos da Reconquista da Independência da Polónia.

Durante dois anos e meio, as crianças participantes são envolvidas em iniciativas que promovem hábitos alimentares saudáveis e a actividade física como incentivos a um estilo de vida mais salutar. As iniciativas incluem aulas interactivas semanais especializadas, sessões educacionais, workshops sobre tópicos como nutrição, culinária e actividade física, e jogos de futebol. Os eventos de lançamento dos programas são realizados nos estádios ou academias dos clubes participantes, onde as crianças desfrutam de um dia ligado ao desporto, são sujeitas a medições físicas e de indicadores de saúde (re-avaliados no final do programa) e realizam jogos educativos, com a presença de jogadores dos clubes.

Aquando do lançamento, no âmbito do Dia Mundial do Combate à Obesidade, 260 crianças de nove e dez anos, de quatro escolas primárias em Varsóvia, assinaram os seus compromissos para uma alimentação mais saudável e um estilo de vida mais activo nos meses seguintes, tendo recebido snacks alimentares saudáveis e garrafas de água reutilizáveis.

A Biedronka associou-se também à Fundacja Program Pomocy Pierwsza Praca (Fundação de Programas de Assistência ao Primeiro Emprego), apoiando os piqueniques dirigidos a crianças e jovens provenientes de famílias adoptivas carenciadas. Desde 2017, já participaram mais de 4.000 crianças e jovens nestes piqueniques, no âmbito dos quais a Biedronka participou também nos painéis de discussão e criou uma loja.

Ara

Ao longo do ano, a Ara encaminhou mais de 220.000 euros em géneros para projectos de apoio social, um aumento de 22% face ao ano anterior.

Entre 2014 e 2016, o apoio da Ara ao programa governamental do Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF), Madres Comunitarias, na sua missão de colmatar as deficiências alimentares nas crianças das creches comunitárias permitiu registar progressos ao nível do bem-estar mental, físico e nutricional das crianças beneficiadas. Em 2018, por iniciativa do ICBF, o âmbito da colaboração da Ara com o programa governamental Madres Comunitarias passou da área alimentar para a higiene pessoal e doméstica.

O novo protocolo possibilitou, desde Agosto de 2019, a oferta de kits de higiene oral (escovas de dentes e pastas dentífricas) e kits de higiene das mãos (toalhetes e sabonetes anti-bacterianos) a mais de 8.500 crianças até aos cinco anos, provenientes de famílias e zonas muito carenciadas. Foram abrangidas 640 creches que receberam apoios por parte de 340 lojas Ara, num investimento de mais de 35.000 euros.

No âmbito desta colaboração, foi ainda dinamizado um concurso de desenho dirigido às crianças dos lares comunitários e relacionado com a Ara e a campanha Amigos del Bosque, tendo sido entregues 50 bicicletas aos vencedores. Os desenhos vencedores foram incluídos nos postais de Natal da Ara para colaboradores, clientes e fornecedores. Pelo Natal, a actividade Ara Madrinda ofereceu snacks alimentares e livros às crianças apoiadas pelo ICBF. Estas iniciativas representaram um investimento de mais de 85.000 euros.

A Ara manteve também o encaminhamento para comunidades mais vulneráveis de produtos alimentares das lojas e Centros de Distribuição que, embora não podendo ser vendidos ao público, estão perfeitamente aptos para consumo.

Através da Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia (ABACO), cuja missão é estabelecer alianças estratégicas com parceiros públicos e privados para o combate à fome, e que apoiamos desde 2013, encaminhámos mais de 34 toneladas⁶⁷ de alimentos. Estima-se que, em média, tenham sido beneficiadas, mensalmente, mais de 4.500 pessoas provenientes de 1.516 famílias apoiadas pelos Bancos Alimentares de nove cidades (Bogotá, Pereira, Manizales, Barranquilla, Villavicencio, Ibagué, Cucuta, Montería e Cali). Ao mesmo tempo, evitou-se a emissão equivalente a 1,3 toneladas⁶⁹ de CO₂ que, de outra forma, teriam sido libertadas para a atmosfera a partir de aterro.

⁶⁹ Estimativa da ABACO.

No âmbito da vaga de frio e inundações que assolou a zona ocidente do país, a Ara doou ainda 400 kits com produtos à população.

Combate ao Desperdício Alimentar

Os excedentes alimentares que, embora encontrando-se em boas condições de segurança alimentar não podem ser vendidos, são doados pelas Companhias do Grupo a instituições de apoio social, chegando, desta forma, a pessoas em situação de vulnerabilidade extrema. Além do combate à fome e subnutrição, pretendemos contribuir positivamente para uma lógica de economia circular, permitindo que o destino final dos produtos alimentares seja o consumo humano, o objectivo último com que foram produzidos.

Em 2019, a doação de produtos alimentares totalizou mais de 15.600 toneladas⁶⁷, o que representa um aumento de 36% face a 2018.

7.4 Voluntariado e Campanhas Internas

O Grupo dinamiza, em parceria com instituições da sociedade civil, diversos programas de voluntariado junto dos colaboradores, por considerar que o contributo de todos para causas sociais, de cidadania e de emergência é essencial para promover sociedades mais coesas e solidárias. Em 2019, mais de 520 colaboradores contribuíram com mais de 2.800 horas de voluntariado (sendo que cerca de 2.000 horas decorreram em horário laboral) em várias acções, entre as quais:

- a colaboração com a Associação Junior Achievement Portugal, que promove o empreendedorismo junto de crianças e jovens, através do trabalho sobre temas como a relação com a família e com as comunidades, a economia e como criar um negócio. No ano lectivo de 2018/2019, registaram-se 22 participantes, que dedicaram 239 horas de voluntariado, tendo sido envolvidos 221 alunos. Desde 2005, os colaboradores do Grupo já chegaram a cerca de 9.000 alunos num total de mais de 7.900 horas de voluntariado;
- a reabilitação de infra-estruturas de instituições de apoio à comunidade, com a Associação Just a Change, que envolveu 132 colaboradores voluntários em quatro acções de restauro e pintura de paredes e limpeza de espaços, num total de 848 horas de voluntariado;
- a interacção humana e resposta a situações de fome e subnutrição, em parceria com a Associação Serve the City, de 118 voluntários que participaram em três jantares comunitários, servindo pessoas em situação de sem-abrigo da cidade de Lisboa.

Todos os anos, durante a época de Natal, o Grupo dinamiza junto dos colaboradores do edifício-sede uma campanha de solidariedade para oferecer presentes pedidos por crianças que vivem em lares de acolhimento apoiados numa base contínua por Jerónimo Martins. As instituições seleccionadas em 2019 foram a Casa de Protecção e Amparo de Santo António, a Casa de Santa Isabel (Apoio à Vida), a Crescer Ser (Casas do Parque, Encosta, Infantado e Cedofeita) e a Aldeias SOS de Bicesse, tendo os nossos colaboradores oferecido 76 presentes a crianças até aos 12 anos.

Durante a Festa de Natal do Grupo, que junta mais de 1.000 managers e a gestão de topo, foi dinamizada uma campanha de angariação de fundos a favor do Centro Juvenil e Comunitário Padre Amadeu Pinto (em Almada), com o objectivo de adquirir uma nova carrinha para esta instituição que se dedica a proteger e cuidar de menores e jovens adultos residentes na periferia de Lisboa, em território considerado de intervenção prioritária devido às suas carências sociais. Seguindo a lógica de *matching donation*, o Grupo igualou a verba doada pelos colaboradores. O apoio do Grupo a esta instituição terá continuidade em 2020, através da atribuição de apoio alimentar a cerca de 100 crianças e jovens que são regularmente acompanhados pela instituição com o objectivo de minimizar comportamentos de risco, aumentar o sucesso escolar e apoiar a formação profissional e/ou a integração no mercado de trabalho.

O Grupo e as suas Companhias em Portugal juntaram-se à campanha [Portugal Chama](#) da Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Florestais (AGIF) do Ministério da Economia, que pretendeu alertar as populações para a necessidade de prevenção nos meses mais críticos do ano devido às temperaturas elevadas e ausência de pluviosidade. O Pingo Doce e o Recheio disponibilizaram os materiais produzidos pela AGIF nos seus websites e em 63 lojas de regiões habitualmente afectadas pelo flagelo dos fogos florestais, como os distritos de Bragança, Castelo Branco ou Guarda. No caso do Pingo Doce, os clientes puderam ainda ser alertados por email, Facebook e pela revista Sabe Bem (que tem uma tiragem mensal de 150.000 exemplares). Também as revistas produzidas no Recheio para clientes e parceiros fizeram menções à campanha.

7.5 Apoios Indirectos

Sensível à necessidade de se desenvolver uma consciência colectiva para o combate à fome e à subnutrição de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, o Grupo envolve-se fortemente em campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, assim como em iniciativas de angariação de verbas para apoio ao trabalho desenvolvido por instituições de solidariedade social.

Portugal

As lojas Pingo Doce mantiveram as campanhas de recolha de alimentos para apoio a instituições como o Banco Alimentar Contra a Fome e o CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, tendo ainda sido acolhidas nas lojas mais de 740 iniciativas externas de angariação de fundos. No primeiro caso, foi possível reunir o equivalente a mais de 959 toneladas⁷⁰ de alimentos.

Também a venda de vales convertíveis em alimentos e outros produtos foi promovida junto dos clientes para apoiar estas e outras organizações, como a Filhos do Coração, a Ordem da Cruz de Malta, a ACAPO, a HELPO ou a WWF (neste último caso, o valor angariado reverteu para projectos de conservação de espécies). No total, foram angariados mais de 156.600 euros em vales. O Pingo Doce suportou os custos de comunicação destas e de outras campanhas em loja, num montante superior a 35.900 euros.

Também o Recheio se associou à campanha do Banco Alimentar Contra a Fome e à venda de vales, tendo reunido aproximadamente 6 toneladas de alimentos⁶⁷ e angariado mais de 2.650 euros em vales.

Iniciado em 2018 na região de Lisboa, o projecto Mercado Social viu o seu âmbito geográfico alargar-se a lojas Pingo Doce noutras zonas do país. Este projecto pretende apoiar instituições do terceiro sector que tenham produção alimentar própria, disponibilizando-lhes em loja um espaço dedicado à comercialização dos seus produtos, cujo valor da venda reverte na totalidade para as instituições em causa. Em 2019, foram integradas a CERCICA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais, através da venda de chás e ervas aromáticas em duas lojas da cadeia, e a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, por via da venda dos produtos do projecto “Somos+” numa loja, que inclui compotas, biscoitos e chocolates. Para além disso, a Merceria Semear da Associação BIPP e a Casa dos Sabores da Casa de Protecção e Amparo de Santo António integraram o projecto pelo segundo ano consecutivo, colocando os produtos de cada uma em duas lojas Pingo Doce.

Com o objectivo de fomentar o empreendedorismo social e a sustentabilidade financeira das instituições do terceiro sector, o Pingo Doce promoveu a comercialização de produtos desenvolvidos por instituições que se dedicam ao combate à exclusão social na sociedade portuguesa:

- apoiamos, desde 2012, o CEERDL – Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor, uma instituição que presta serviços de ocupação, reabilitação terapêutica, apoio residencial e domiciliário, formação profissional e apoio ao emprego de pessoas com deficiência e com doença

⁷⁰ Estimativa do Banco Alimentar Contra a Fome.

mental. Os lírios plantados e colhidos pelos utentes desta cooperativa de solidariedade social totalizaram mais de 59.000 unidades;

- mantivemos o apoio, iniciado em 2013, ao projecto “Cogumelo Solidário” da AANP – Associação dos Albergues Nocturnos do Porto, para a venda de cogumelos *shitake* produzidos em modo biológico. Este projecto visa contribuir para a sustentabilidade financeira dos serviços prestados por esta entidade a pessoas em situação de sem-abrigo, incluindo refeições e bens essenciais de higiene. Venderam-se, nas lojas Pingo Doce, mais de 3.200 packs de *shitake* desta origem.

Polónia

Em parceria com a Federação dos Bancos Alimentares Polacos e com a Caritas, as lojas serviram como plataforma de mobilização dos clientes para a recolha de alimentos destinados a pessoas em situação de carência. Através de várias campanhas realizadas ao longo do ano em cerca de 1.300 lojas Biedronka, como as angariações de Páscoa, de Natal e no âmbito do Dia Mundial da Alimentação, foi possível encaminhar mais de 957 toneladas de alimentos.

No âmbito da campanha *Kromka Chleba dla Sqsziada* (Uma Fatia de Pão para um Vizinho), promovida pela Caritas, foram preparadas 92 toneladas de pão para distribuição nas paróquias e mercados de algumas cidades polacas, promovendo também o combate ao isolamento através do convívio de idosos com voluntários da organização.

A Biedronka lançou ainda em mais de 650 lojas o primeiro saco de papel produzido com 50% de papel reciclado. O *Dobra Torba* (Saco do Bem) custa 0,16 euros, sendo um terço do valor doado à Federação dos Bancos Alimentares Polacos. Desde Maio, foram vendidos um milhão de sacos e doados cerca de 46.500 euros à Federação.

Em parceria com uma marca de detergentes, a Biedronka dinamizou uma campanha de recolha de roupa para ser entregue a cerca de 500 beneficiários apoiados pela Caritas. Durante um mês de campanha, disponível em 300 lojas, foi possível recolher 40 toneladas de roupa.

Colômbia

A Ara manteve o programa de arredondamento voluntário das compras dos clientes para beneficiar a Fundación Aldeas Infantiles SOS Colombia. Além dos programas *Acogimiento Familias* (Famílias de Acolhimento) e *Fortalecimiento Familiar* (Fortalecimento Familiar), cujo foco são as famílias em risco de separação e crianças e jovens retirados das suas famílias, teve lugar em 2019 uma intervenção por parte da Fundação junto de famílias em contexto de violência e emergência.

Os clientes arredondaram as suas compras num total de mais de 236.000 euros, um aumento de 109% face a 2018, justificado pelo aumento de lojas envolvidas e pelo investimento da Companhia em comunicação desta iniciativa. O valor angariado permitiu que os programas das áreas da educação (oferta de materiais didáticos, programas desportivos e culturais), saúde (programas de apoio médico), alimentação e alojamento chegassem a 8.500 crianças e jovens de entre cerca de 2.900 famílias de acolhimento nas cidades de Riosucio, Maicao, Rioacha, Cartagena e Bogotá.

7.6 Outros Apoios

Estabelecemos também parcerias com várias instituições no sentido de identificar e responder a desafios de coesão social nos países onde desenvolvemos negócios.

Promoção da Alimentação e de Estilos de Vida Saudáveis

Na Polónia, a Biedronka manteve o seu apoio ao programa [Zielona Kraina](#) (Terra Verde) em colaboração com a Green Factory, um parceiro de longa-data que fornece produtos de 4.ª gama, e que

conta também com a participação do Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco).

Na sua 4.ª edição - e em alinhamento com os programas escolares e padrões alimentares recomendados por especialistas -, esta iniciativa pretende educar as crianças sobre hábitos de alimentação saudáveis, tendo sido criado um ciclo de workshops gratuitos (que incluem a preparação de refeições, jogos e palestras), envolvendo nutricionistas e cozinheiros, destinados a alunos do 4.º ano de escolaridade e aos seus professores. No ano lectivo 2018/2019, mais de 7.400 alunos participaram em 379 aulas deste programa que se desenrolou em 120 escolas de 15 cidades polacas. Decorreram ainda workshops nutricionais no âmbito do programa, com o apoio de 29 nutricionistas.

Em Outubro de 2019, arrancou a 5.ª edição do programa, para o ano lectivo 2019/2020, que deverá abranger 400 acções em 7 cidades polacas. Desde 2015, já foram abrangidas 496 escolas e mais de 30.000 professores e alunos provenientes de 30 cidades.

Em Portugal, colaborámos pelo 4.º ano consecutivo no programa [Alimentação Saudável e Sustentável](#) das Eco-Escolas, promovido pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa, visando sensibilizar os alunos das escolas participantes para temas como a alimentação, a nutrição e a sustentabilidade da produção agro-alimentar.

No âmbito deste projecto, que abrangeu directamente mais de 250 escolas de vários escalões académicos, desde creches e jardins de infância a escolas básicas, secundárias e profissionais, os alunos submeteram 186 trabalhos a avaliação, mais 15%⁷¹ do que no ano lectivo 2017/2018. Os trabalhos apresentados respondiam a desafios como a monitorização de aspectos de nutrição e segurança alimentar nas cantinas, a criação de peças de comunicação sobre a composição dos alimentos e informação sobre a sustentabilidade das espécies de pescado e os benefícios nutricionais do seu consumo e, finalmente, a confecção de ementas completas com ingredientes locais e sazonais. O Grupo apoiou a aquisição de bens alimentares, as ofertas financeiras às equipas participantes e os prémios às escolas vencedoras, que incluíram, entre outros, fornos solares.

Com o objectivo de promover estilos de vida saudável, o Pingo Doce associou-se, pelo terceiro ano consecutivo, ao World Bike Tour, um evento que contou com cerca de 4.000 cicloturistas na cidade de Lisboa. Nos dias que antecederam o desafio, o Pingo Doce esteve presente no local de levantamento dos kits (que incluíram, entre outros, produtos alimentares de Marca Própria), tendo criado nesse espaço uma zona lounge que incluiu a distribuição de bebidas naturais aromatizadas com fruta fresca e um passatempo associado à campanha [“Amar o Mar”](#), em que os participantes responderam a questões sobre o impacto da acção humana nos mares e oceanos e puderam ganhar entradas gratuitas no Oceanário de Lisboa, garrafas de água [ECO](#), entre outros prémios.

No dia do evento, o Pingo Doce distribuiu também mais de 3.000 maçãs Golden das Beiras aos participantes. Além de bens alimentares para os ciclistas, o Pingo Doce ofereceu ainda 78 inscrições a colaboradores, clientes e instituições de solidariedade social. O valor investido ascendeu a cerca de 120.000 euros, incluindo custos de comunicação.

O Pingo Doce e a CUF (José de Mello Saúde) lançaram um programa nacional de sensibilização sobre o consumo excessivo de sal: o [“Menos Sal Portugal”](#). No âmbito desta iniciativa foi desenvolvido um estudo científico inédito em Portugal, que procurou fazer uma avaliação e medição rigorosas à população sobre o consumo de sal e as suas consequências directas na saúde. Durante 12 semanas, 311 voluntários participaram num projecto destinado a educar para um menor consumo de sal e para a adopção de um estilo de vida mais saudável, com os participantes a serem acompanhados por nutricionistas e outros profissionais de saúde. O estudo ReEducar (Reeducação para uma alimentação saudável) foi pensado para obter dados científicos que permitissem avaliar de que forma é que uma menor ingestão de sal, em simultâneo com a adopção de estilos de vida saudáveis, permite reduzir a

⁷¹ Valor corrigido face a 2018.

pressão arterial e o risco de doenças cardiovasculares, diminuindo a probabilidade de enfarte ou acidente vascular cerebral (AVC). Os voluntários que completaram o programa mostraram melhorias consideradas significativas ao nível da redução da sua pressão arterial, apenas através da redução da ingestão de sal no plano alimentar e de hábitos mais saudáveis.

No contexto desta iniciativa, foi lançada a Maionese Com Baixo Teor de Sal Pingo Doce, um produto que serviu para simbolizar o combate feito pela Companhia, através da intervenção em produtos de grande consumo, ao consumo excessivo de sal pela população portuguesa. Este produto contém menos 80% de sal face ao valor médio do mercado (Agosto 2019), devido às propriedades do tomilho bela-luz, uma erva aromática endémica da Península Ibérica, que confere sabor e substitui a necessidade das quantidades habituais de sal. A infusão desta planta é produzida em modo biológico pela CERCICA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais, uma instituição de solidariedade social que visa promover a inclusão de cidadãos com necessidades especiais no âmbito do seu projeto de agricultura social. Entre Outubro e Dezembro, foram vendidas mais de 13.500 unidades deste produto.

Promoção da literatura e de hábitos de leitura

A promoção e difusão da literatura infantil tem sido uma das prioridades do Grupo no âmbito da democratização do acesso ao conhecimento e da promoção do espírito crítico e criatividade por parte das gerações mais jovens. A par da estratégia de comercialização de livros a preços acessíveis, o Pingo Doce e a Biedronka têm dinamizado concursos de literatura infantil que promovem o surgimento de novos autores de escrita e ilustração.

O Dia Internacional dos Direitos das Crianças deu o mote para a entrega do Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce. Na sua 6.ª edição, registaram-se 1.350 candidaturas na fase de texto e 298 na fase de ilustração.

O Pingo Doce reforçou ainda o seu compromisso de incentivar hábitos de leitura na população mais jovem, com iniciativas complementares ao prémio:

- a campanha “Bando do Bosque”, protagonizada por um conjunto de animais em peluche e um livro infantil com as mesmas personagens, oferecidos aos clientes mediante o abatimento das suas compras, promoveu a importância dos hábitos de leitura para o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais das crianças. Em parceria com o Plano Nacional de Leitura, por cada livro entregue, 0,50 euros reverteram para projectos que têm como principal objectivo consolidar e enriquecer práticas de leitura regular e em família na Educação Pré-Escolar e no 1.º ciclo do Ensino Básico, através dos projectos “Leitura em Vai e Vem” e “Já Sei Ler”, respectivamente. Com o valor angariado foram entregues mochilas a mais de 200.000 crianças;
- a campanha “Ler Leva-nos Mais Longe” compilou, em seis volumes, 36 histórias tradicionais infantis, com o objectivo de fomentar a leitura diária das crianças. Por cada livro entregue, foram entregues 0,10 euros para a construção de uma sala de estudo com biblioteca na Casa Acreditar em Lisboa, um espaço que possibilitará às crianças e jovens do IPO a frequência de aulas de recuperação e de estudo, num investimento superior a 98.000 euros;
- foram ainda entregues mais de 13.000 livros infantis a mais de 2.000 bibliotecas escolares, recebendo cada uma os seis livros vencedores de todas as edições do Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce.

Estando já na sua 5.ª edição, a fase de texto do Piorco 2019 – Prémio de Literatura Infantil da Biedronka – registou cerca de 3.200 obras a concurso e a fase de ilustração mais de 1.100. Estes valores representam um aumento de 45% no número de candidaturas, o que demonstra a importância que a iniciativa tem vindo a assumir na sociedade polaca, configurando-se como uma oportunidade para lançar novos talentos.

Quer na Polónia quer em Portugal, os vencedores de cada fase recebem um prémio monetário de 25.000 euros, para além de terem garantida a publicação e venda exclusiva do livro premiado nas

lojas Biedronka e Pingo Doce. Desde o lançamento da iniciativa, o total de livros premiados vendidos ascende a mais de 118.000 em Portugal e a mais 212.000 na Polónia. O total investido em prémios a autores e ilustradores ascende já a cerca de 550.000 euros. A edição de 2019 do Piorko foi ainda apadrinhada pelo Provedor da Criança na Polónia.

Uma outra actividade neste âmbito foi a 2.ª edição do passatempo Szkolne Przygody Gangu Słodziaków (Aventuras Escolares do Gangu dos Peluches), destinada às escolas primárias de todo o país, com o objectivo de encorajar a leitura diária e comportamentos de protecção ambiental. Com um investimento de mais de 290.000 euros, o passatempo contou com a participação de 100.000 alunos provenientes de mais de 14.800 escolas, que se envolveram no desafio de organizar as celebrações do Dia da Leitura e na criação de uma história de aventuras que incluísse os personagens do Gangu dos Peluches. As escolas vencedoras receberam livros para as suas bibliotecas, sendo também oferecidos aos professores materiais de ensino para o estímulo da leitura, interpretação e capacidade crítica. Para além disso, foram ainda plantadas mais de 500 árvores pelas escolas, como parte do passatempo.

A Biedronka voltou a associar-se à Gutek Film, que gere o cinema de Muranow, para a visualização de 12 filmes a preços muito acessíveis, por forma a abranger crianças e seniores com acesso reduzido a iniciativas culturais. Os participantes seniores tiveram ainda a oportunidade de conhecer jornalistas, escritores, tradutores e realizadores de cinema. As sessões de cinema registaram 2.600 participantes, com um valor investido de mais de 11.000 euros. No total das três edições deste projecto, 7.700 pessoas tiveram já oportunidade de visualizar filmes polacos e internacionais.

Também a Ara associou a campanha Amigos del Bosque (Amigos do Bosque) à promoção de hábitos de leitura nas crianças colombianas, tendo oferecido mais de 15.500 livros no âmbito das seguintes iniciativas:

- para além dos cerca de 9.000 livros oferecidos no âmbito do programa Ara Madrina, a Ara ofereceu 1.600 livros a crianças carenciadas (apoiadas pelo ICBF) e provenientes de áreas rurais, como Arauca, La Guajira e Putumayo;
- 1.300 livros foram oferecidos às crianças apoiadas pelas Aldeas Infantiles;
- as escolas com menos recursos financeiros das cidades de Pereira, Armenia e Manizales receberam mais de 2.600 livros;
- também as crianças de comunidades vulneráveis da zona norte da Colômbia receberam mais de 3.600 livros.

Promoção da Inclusão Social e Empreendedorismo

Entre 2017 e 2019, foi apoiado o programa “Connect to Success”, desenvolvido pela FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e pela Embaixada dos Estados Unidos em Portugal, tendo-se contribuído para três projectos de mulheres empreendedoras portuguesas, empresárias e a necessitar de mentoria para o desenvolvimento dos seus negócios, através de consultoria mensal por parte de vários colaboradores do Grupo em Portugal.

Em vigor desde 2016, manteve-se também a parceria com a Academia Girl Move, que tem como missão capacitar jovens e mulheres moçambicanas para se tornarem agentes de desenvolvimento social, económico e político das suas comunidades, combatendo e invertendo ciclos de pobreza através da educação. Durante o seu percurso de um mês no Grupo, cada “Girl Mover” tem associado um mentor, com o objectivo de dar a cada jovem as ferramentas necessárias para que regresse a Moçambique com uma visão diferente de futuro e mais preparada para contribuir com o conhecimento adquirido para o desenvolvimento do seu país.

Em 2019, quatro jovens moçambicanas tiveram oportunidade de estagiar nas áreas de Marketing, Qualidade & Segurança Alimentar e ainda na empresa Seaculture. Ao longo das quatro edições, o Grupo já proporcionou a 11 “Girl Movers”, das áreas de Engenharia Agrícola, Controlo e Qualidade Alimentar, Gestão de Marketing, entre outras, o reforço de competências técnicas, com o objectivo de

as tornar mais capazes de enfrentarem os desafios do mercado de trabalho moçambicano e de colocarem o seu talento ao serviço daquele país.

Com uma parceria em vigor desde 2011, a Biedronka é, desde 2018, o principal patrocinador da Associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial), que pretende apoiar o desenvolvimento de crianças institucionalizadas através da socialização pelo desporto. Esta organização promove torneios de futebol com crianças e jovens da Polónia, da Europa e do resto do Mundo em diferentes competições. Além do apoio financeiro de mais de 174.000 euros, que cobre a logística associada ao campeonato polaco e ao campeonato europeu (ou do mundo, consoante o ano), a Biedronka ofereceu fruta e água às mais de 670 crianças que participaram nos diferentes campeonatos, assim como prémios para o melhor guarda-redes e o melhor ponta-de-lança.

No âmbito do projecto Akademia Młodych Orłów (Academia das Jovens Águias), iniciado em 2014 em parceria com a Federação Polaca de Futebol e que pretende desenvolver as capacidades de crianças entre os seis e 11 anos, provenientes de famílias com poucos recursos de 28 cidades polacas, a Biedronka concedeu um apoio financeiro de mais de 232.000 euros. Desta forma, houve mais de 2.500 crianças que, na época 2018/2019, puderam frequentar os treinos dos respectivos escalões.

8. Ser um Empregador de Referência

8.1 As Nossas Pessoas

Somos mais de 115 mil pessoas que - com o seu trabalho, dedicação e competência - contribuem para o desenvolvimento sustentado dos negócios do Grupo.

Procuramos diariamente manter os níveis de compromisso, envolvimento e motivação dos nossos colaboradores, através de oportunidades de formação e desenvolvimento, e na dinamização de programas de responsabilidade social interna, ao nível da saúde, educação e bem-estar que tenham impacto na qualidade de vida das nossas pessoas e das suas famílias.

Apostamos na diversidade, tanto de competências como de perfis, desde os programas de atracção de talento jovem até ao recrutamento de perfis mais seniores e qualificados. Este posicionamento permite-nos não só atrair o melhor talento nos mercados de trabalho onde existe uma forte concorrência, mas também dar resposta às exigências e desafios dos nossos negócios.

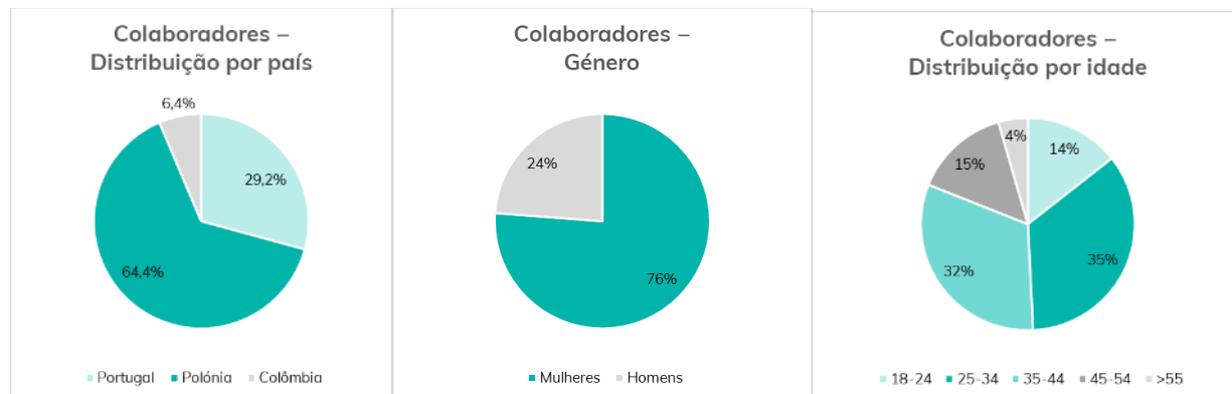
Ao mesmo tempo, investimos na inclusão social através da criação de oportunidades de emprego dirigidas a pessoas em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente as pessoas com deficiência, migrantes e refugiados e pessoas em situação de risco social.

Criámos 6.868 postos de trabalho, o que representa um aumento líquido de 6,3% comparativamente a 2018. Proporcionámos ainda 757 estágios em contexto real de trabalho nas diferentes Companhias do Grupo.

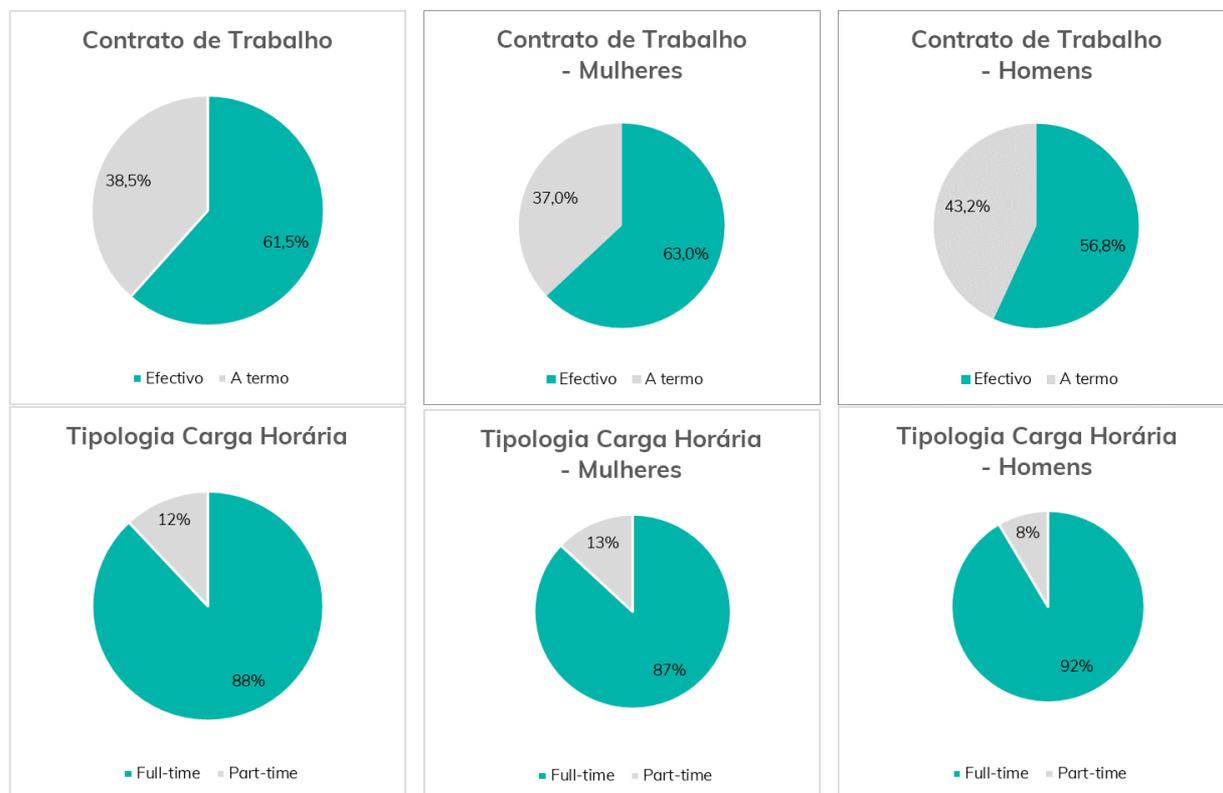
No fim de 2019, a equipa Jerónimo Martins tinha a seguinte distribuição por país:

	2019		
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Número total de colaboradores	87.977	27.451	115.428
Portugal	22.269	11.474	33.743
Polónia	62.064	12.278	74.342
Colômbia	3.644	3.699	7.343

No que respeita aos cargos de *management*, 67% são ocupados por mulheres.



No Grupo, 61,5% dos colaboradores são efectivos. Em termos de carga horária, 88% encontram-se em regime de *full-time*.



A taxa de rotatividade⁷² global do Grupo foi de 30%.

8.2. Princípios e Valores

Conduzimos os nossos negócios de acordo com valores e princípios de transparência e integridade com os diferentes stakeholders com que nos relacionamos: colaboradores, clientes, fornecedores e investidores, entre outros. São estes valores e princípios, presentes no nosso Código de Conduta, que orientam a actuação de todos os colaboradores no desempenho das suas funções, independentemente do nível hierárquico, função ou país em que trabalham. Este Código está divulgado nos vários meios de comunicação interna da organização.

A cada novo colaborador é entregue um exemplar físico do Código de Conduta e, ao longo do seu processo de integração no Grupo, é dada formação sobre este documento e as suas directrizes. Durante o ano são também realizadas outras acções de formação que incluem conteúdos programáticos relacionados com o Código de Conduta. Em 2019, estimamos que tenham sido ministradas cerca de 16 mil horas de formação em Código de Conduta a mais de 37 mil colaboradores do Grupo.

A Comissão de Ética é o órgão responsável por acompanhar, com imparcialidade e total independência, a divulgação e cumprimento do Código de Conduta, sendo disponibilizado um email de contacto para reporte de eventuais irregularidades. Em linha com diferentes departamentos e salvaguardando-se a confidencialidade dos contactos recebidos, todas as comunicações recebidas

⁷² A taxa de rotatividade corresponde ao rácio entre as saídas de colaboradores durante 2019 e o número total de colaboradores no final do período.

são analisadas e investigadas, sendo posteriormente criados planos de acção com horizontes temporais de implementação.

Mais informação sobre o Código de Conduta e Comissão de Ética em www.jeronimomartins.com.

8.2.1 Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador

O Grupo cumpre a legislação laboral internacional e as leis dos diferentes países onde tem operações, seguindo as orientações da Organização das Nações Unidas e da Organização Mundial de Trabalho, destacando-se a valorização da diversidade, o direito a uma remuneração justa, o direito a um ambiente seguro e saudável, o direito à privacidade e vida pessoal e familiar, e o direito ao descanso, entre outros.

Proibimos ainda qualquer prática, directa ou indirecta, de discriminação ou assédio e fomentamos uma cultura de justiça e meritocracia quer nos processos de recrutamento e selecção, quer ao nível do desenvolvimento profissional e avaliação de desempenho.

No âmbito do trabalho desenvolvido no Grupo em matéria de igualdade e não discriminação, e na sequência da legislação em vigor em Portugal, divulgámos o Plano de Igualdade entre Homens e Mulheres para 2020.

Salvaguardamos a liberdade de associação, a actividade sindical e o direito à contratação colectiva a qual, por ora apenas em Portugal, abrange mais de 90% dos colaboradores neste país.

Adicionalmente, no âmbito da nossa actuação, prevenimos os riscos do trabalho infantil e do trabalho forçado. Também os direitos dos povos indígenas não são, sob qualquer forma, colocados em causa pela actividade das nossas Companhias.

8.3. Atracção, Desenvolvimento e Retenção de Talento

As baixas taxas de desemprego, as oportunidades globais e os desafios inerentes ao desenvolvimento tecnológico e digital tornam os mercados de trabalho especialmente complexos e desafiantes ao nível da atracção e retenção de talento. Neste sentido, o Grupo tem vindo a reforçar a sua EVP – Employer Value Proposition, tendo em consideração a experiência do candidato e do colaborador numa jornada de longo prazo, envolvendo equipas e lideranças.

8.3.1 Recrutamento

Durante o último ano, realizámos mais de 41 mil recrutamentos externos para as diferentes áreas e negócios do Grupo e alargámos o leque de canais de comunicação com potenciais candidatos e colaboradores.

A rede social [LinkedIn](#) ocupa um lugar de relevo na atracção de talento qualificado, tanto na comunicação das oportunidades existentes, como no processo de reforço do posicionamento do Grupo como empregador de referência. No final de 2019, esta rede contava com mais de 183 mil seguidores. Foi também reforçado o investimento na *showcase page* [Young Talent Jerónimo Martins](#), focada no público universitário que, no final de 2019, contava com 10.245 seguidores.

Criámos a Política Global de *Onboarding*, que é um instrumento importante de alinhamento do processo de acolhimento e integração de novos colaboradores bem como na capacitação de colaboradores que assumam novas funções no Grupo. Esta política reforça o carácter das práticas de diversidade, inclusão e não-discriminação já vigentes no Grupo.

Em Portugal, e para responder melhor à crescente procura por soluções alimentares de conveniência, estabelecemos parcerias com escolas de hotelaria para um recrutamento direcionado às Cozinhas Centrais e Restaurantes Pingo Doce.

Na Polónia, foi implementado um Centro de Atendimento ao Recrutamento para as operações da Biedronka, de modo tornar o processo de candidatura mais simples, ágil e célere. Como resultado deste investimento, a Biedronka recebeu o prémio Solid Employer 2019. As campanhas de recrutamento da Biedronka foram igualmente reconhecidas pelo jornal económico “Puls Biznesu”.

8.3.2 Programas de Talento Jovem

Lançámos uma nova edição do Management Trainee Programme, o principal programa do Grupo para atrair jovens talentos e preparar futuros líderes, que combina formação, aprendizagem e experiência em contexto real de trabalho. Em 2019, e de entre cerca de 6.500 candidaturas recebidas, recrutámos 45 Management Trainees de Portugal, Polónia e Colômbia.

Continuámos a investir no Programa Campus Ambassador, através do qual mobilizamos alunos do ensino superior – os Embaixadores Jerónimo Martins – que divulgam os programas de talento jovem e transmitem os valores e cultura do Grupo nas respectivas universidades, recebendo em troca, oportunidades de desenvolvimento pessoal e conhecimentos sobre o mundo do retalho. No ano lectivo 2018/2019, contámos com 24 Embaixadores em Portugal, 20 na Polónia e seis na Colômbia, neste último país na sua primeira edição.

Lançado em 2009, o programa de estágios de Verão - Student Internship Programme - é um dos mais procurados pelos estudantes. Em 2019, recebemos 60 estudantes em Portugal, 22 na Polónia e 26 na Colômbia, trabalhando e aprendendo com as nossas equipas em projectos específicos. Com mais de 390 alunos participantes desde a sua criação, este programa tem sido uma parte fundamental da estratégia de reforço da marca Jerónimo Martins para atrair talento jovem.

Adicionalmente, várias das nossas Companhias têm também estágios de Verão nas suas operações. Em Portugal, o Pingo Doce e o Recheio acolheram, respectivamente, 26 e 125 jovens estudantes. Na Polónia, o programa de estágios de Verão “Fruitful Vacation” ofereceu a 100 estudantes a oportunidade de obterem experiência profissional nos escritórios regionais da Biedronka nos departamentos de Recursos Humanos, Logística, Supply Chain e Operações.

Para aproximar a academia ao negócio do retalho, demos continuidade ao apoio à Licenciatura e Mestrado em Gestão Comercial da ESTGA – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, da Universidade de Aveiro. Nesta parceria, além da participação financeira e atribuição de 15 bolsas de estudo, promovemos visitas às nossas Operações e a realização de estágios.

De entre as nossas parcerias com o mundo universitário, destacamos a 5.ª edição do programa JM Academic Thesis, que contou com 7 teses de mestrado e doutoramento a serem desenvolvidas sobre temas de interesse para as nossas Companhias e áreas de negócio, mantendo-se uma estreita cooperação das nossas equipas com o meio académico, fomentando-se a inovação.

Na Colômbia, o SENA – Servicio Nacional de Aprendizaje – estipulou uma quota de estágios destinada a promover o desenvolvimento de competências e oportunidades de emprego para estudantes. Em 2019, a Ara contou com 412 estagiários no âmbito deste programa.

Também neste país, estabelecemos uma parceria com uma das agências oficiais de emprego do Governo para a contratação de 20 jovens, proporcionando-lhes a sua primeira experiência de trabalho.

8.3.3 Programas de Inclusão no Mercado de Trabalho

O programa INCLUIR tem como objectivo a criação de oportunidades de emprego a grupos de pessoas em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho, destacando-se as pessoas com deficiência, migrantes e refugiados e pessoas em situação social de risco. Em 2019, em Portugal, as nossas Companhias proporcionaram 110 acolhimentos para formação prática em contexto de trabalho e 88 contratações.

Demos continuidade às cerca de 40 parcerias existentes com instituições e organizações especialistas nas diferentes áreas de inclusão social, recebendo candidatos de todas as tipologias de deficiência, como o Centro de Recursos da Casa Pia de Lisboa dedicado a pessoas surdas, Associação Salvador, que apoia pessoas com mobilidade reduzida, Fundação LIGA, APSA – Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, CERCICA – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais dedicada ao acolhimento de todos os tipos de deficiência, entre outras.

Em Portugal, no âmbito dos programas de inclusão para migrantes e refugiados, destacamos o projecto desenvolvido com o Lisbon Project, uma associação sem fins lucrativos cuja missão é integrar e proteger a vida de migrantes e refugiados na cidade de Lisboa, através do qual financiámos aulas de português. Desenvolvemos ainda o projecto Work Up, em parceria com o JRS – Serviço Jesuíta aos Refugiados, que consistiu na capacitação profissional de pessoas refugiadas e migrantes através de formação prática em contexto de trabalho.

Destacamos, ainda, a 2ª edição do Project Search, um programa em parceria com a Cooperativa Focus, que promove a transição para a vida activa de jovens adultos com necessidades educativas especiais. Durante 10 meses, o programa acolheu 10 estagiários no hipermercado Pingo Doce e na loja Recheio em Braga.

No apoio às pessoas em situação social de risco, salientamos a parceria com a instituição Arco Maior através da qual acolhemos jovens excluídos do sistema formal de ensino, proporcionando-lhes oportunidades de aproximação ao mercado de trabalho.

Na Polónia, mantivemos a integração de colaboradores oriundos de países do leste da Europa, particularmente da Ucrânia, apoiando a sua legalização e condições de vida.

8.3.4 Gestão da Performance

Entendemos o mapeamento e a gestão do talento das nossas pessoas como fundamentais para a sustentabilidade e o crescimento dos nossos negócios. Em 2019, reforçámos a nossa abordagem global, sistematizámos a metodologia adoptada, tornando-a mais ágil no envolvimento dos principais stakeholders do negócio, responsáveis pela gestão directa das nossas pessoas.

As necessidades de desenvolvimento foram identificadas em alinhamento com os requisitos dos vários negócios, bem como a sucessão para posições-chave, garantindo a ligação entre a estratégia de negócio e o crescimento das nossas equipas.

A nossa Política de Performance visa a melhoria sustentada do desempenho dos colaboradores, alinhando o contributo individual com os objectivos estratégicos de cada Companhia. Deste modo, pretende-se incentivar uma cultura orientada para a promoção do mérito e dos resultados, fomentando-se a importância do feedback regular, a par do crescimento profissional. Com este propósito, a Avaliação de Desempenho correlaciona-se de forma directa com outros processos de Recursos Humanos, nomeadamente, a gestão de talento e as políticas remunerativas.

O ciclo de avaliação de desempenho é um processo dinâmico e de gestão contínua que prevê, ao longo do ano, momentos diferenciados, como a Definição de Objectivos, Auto-Avaliação e a partilha de feedback. Para o colaborador, é importante reflectir sobre o seu desempenho, aspirações e necessidades de desenvolvimento, aspecto determinante para a gestão das suas expectativas. Para a Chefia, é crucial identificar os pontos fortes e os eixos de melhoria de cada colaborador, desafiando-o a desenvolver-se.

Todos os colaboradores, nas várias companhias do Grupo, estão abrangidos pelo Ciclo de Gestão da Performance.

8.3.5 Mobilidade Interna

A mobilidade interna é uma das mais importantes estratégias de desenvolvimento dos nossos colaboradores. Há três abordagens específicas para este tipo de desenvolvimento:

- Promoções direccionadas – que acontecem por via da promoção (mobilidade vertical) ou diversificação (mobilidade horizontal) de grande importância para os colaboradores já que representam o reconhecimento do seu trabalho e a valorização da sua experiência profissional. Em 2019, 13.663 colaboradores foram promovidos, representando um aumento de 14% face a 2018;
- Vagas em aberto – que tem permitido aos nossos colaboradores, por iniciativa própria, diversificarem os seus percursos profissionais e ampliarem as suas competências;
- Mobilidade Internacional – forte impulsionadora da nossa cultura e valores, é uma forma de alinhamento estratégico entre as necessidades de um negócio em expansão e o desenvolvimento das competências dos colaboradores. No final de 2019, 46 colaboradores encontravam-se em situação de mobilidade internacional.

O investimento no desenvolvimento interno das nossas pessoas e na criação de oportunidades de crescimento profissional está reflectido num total de 59.605 colaboradores que mudaram de função, local de trabalho ou de empresa dentro do Grupo.

8.3.6 Formação

Tendo presente a importância da formação no desenvolvimento das nossas pessoas e, consequentemente, no crescimento do nosso negócio, em 2019, o Grupo proporcionou mais de 4,5 milhões de horas de formação nas geografias onde opera, com uma média de 39 horas por colaborador, distribuídas por mais de 79 mil acções formativas.

	Volume de Formação*			Horas de formação por colaborador			N.º total de acções de formação		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Grupo	4.630.703	4.537.030	4.508.901	44	42	39	63.478	66.311	79.646
Portugal	1.284.913	1.545.408	1.611.904	41	48	48	38.589	41.668	44.294
Polónia	2.742.952	2.463.308	2.269.550	40	35	31	23.990	23.023	31.863
Colômbia	602.839	528.315	627.447	135	94	85	899	1.620	3.536

*Volume de formação = n.º de horas realizadas x n.º de participantes em formação

Na Polónia, o ano de 2019 ficou marcado pela conclusão dos últimos módulos de um programa formativo de três anos para as gerências de loja, explicando esta descida de horas de formação por colaborador neste país.

Grupo

Para reforçar continuamente as competências de liderança dos nossos Managers, implementámos um plano dirigido aos managers do Grupo para potenciar as suas competências de liderança, gestão individual e gestão de equipas. A formação neste âmbito foi ministrada pelo Center for Creative Leadership (CCL) e, em 2019, 14% deste público-alvo teve acesso a esta formação que incluiu metodologias transversais como avaliação 360°, sessões de coaching customizadas e aceleração dos processos de aprendizagem, grupos de formação peer-to-peer e sessões de formação em aula. Outros programas focados em liderança foram criados localmente focando competências mais específicas como é o caso do *Strategic Thinking*, *Effective Communication*, *Emotional Intelligence*, *Thinking out of the Box*, entre outros.

De salientar, ainda, outras acções de formação foram desenhadas para continuar a responder às necessidades dos managers e aos requisitos do negócio, tais como:

- *Negotiation for Value Creation* e *Action Learning – Booster*, ambas criadas em parceria com a IMD Business School, visando as competências de negociação dos colaboradores das áreas comerciais. Estes dois programas contaram com 24 participações;
- 7.ª edição do *Strategic Management Programme*, resultado de uma parceria entre a Universidade Católica Portuguesa e a Kellogg School of Management, em Chicago, contou com 38 participantes dos três países que tiveram a oportunidade de conhecer novos conceitos de gestão e as mais recentes tendências globais;
- Programa de Educação Executiva Digital (DEEP), concebido para desenvolver as diferentes dimensões da transformação digital, contou pela primeira vez com 26 participantes de todas as Companhias do Grupo. Este programa abrange diferentes ângulos do negócio de retalho, concentrando-se nas ferramentas que podem apoiar os nossos managers a tomar decisões numa óptica de transformação digital.

Adicionalmente, desenvolvemos outros programas desenhados à medida, como o Discovery, que consiste no reforço de competências de liderança através de uma abordagem de aprendizagem experimental como acelerador do desenvolvimento comportamental. Estas acções acontecem no navio “Santa Maria Manuela” que proporciona um contexto metafórico do ambiente organizacional e da aplicação das competências de liderança.

Disponibilizámos também diferentes programas para Executivos que impactaram 19 managers de topo do Grupo em algumas das escolas de negócios mais reputadas do mundo como Harvard, INSEAD ou London Business School.

Portugal

Dinamizámos a 6ª edição do Programa Geral de Gestão no Retalho, desenvolvido em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, que contou com a participação de 28 colaboradores e teve como objectivo desenvolver as competências de gestão e promover uma visão mais ampla do negócio, através da criação de projectos que respondam a desafios reais do negócio.

O Recheio e o Pingo Doce lançaram novas edições do Programa Geral de Gestão de Loja (PGGL). Este programa estratégico tem como objectivo recrutar e formar futuros chefes de Percíveis (Recheio) e adjuntos de loja (Pingo Doce), disponibilizando-lhes, a médio prazo, a oportunidade para evoluir e assumir maiores responsabilidades dentro do Grupo. O PGGL está aberto tanto a colaboradores do Grupo como a candidatos externos.

Outros programas de formação focados em conteúdos de gestão e de liderança incluem:

- Programa de Gestão Administrativa do Recheio, tendo sido abrangidos 25 colaboradores;
- Programa de Liderança Funcional para os Gerentes de Loja, dinamizado em parceria com a Escola de Fuzileiros da Marinha Portuguesa, tendo-se alargado, face a 2018, a formação aos Supervisores dos Centros de Distribuição Logística. Participaram nesta acção mais de 150 gerentes/supervisores.

A Escola de Formação lançou o novo Modelo de Atendimento SPA (Sorrir, Perguntar e Agradecer), direccionado a todos os colaboradores das lojas Pingo Doce. Durante 2019, mais de 32 mil colaboradores tiveram formação sobre este novo modelo que pretende melhorar a experiência dos clientes em loja.

Dada a sua importância estratégica para o Grupo, a área dos Percíveis continuou a ter uma representatividade muito significativa na área da formação, com cerca de 41% do volume total. Para o efeito, contamos com uma equipa de 47 formadores que garantem a formação no Pingo Doce e seis supervisores no Recheio. Em 2019, esta equipa acompanhou um total de 9.562 colaboradores em mais de 580 mil horas de formação prática em contexto de trabalho.

Adicionalmente, e também no âmbito da formação em Percíveis, destacamos as principais formações de 2019:

- Primeira Edição da Academia de Talho no Recheio;
- Programa Experiência Única no Pingo Doce, com o objectivo de aprofundar conhecimentos internos sobre as Refeições Prontas, a Marca Própria e a qualidade dos Frescos, tendo contado com a participação de 101 colaboradores;
- Preparação de equipas do Pingo Doce para garantir uma exposição de excelência nas secções dos Frescos.

As equipas de gestão da Jerónimo Martins Agro-Alimentar participaram em acções de formação com o objectivo de consolidar o alinhamento interno, o espírito de equipa e o desenvolvimento de competências chave para a Companhia.

Polónia

O foco manteve-se na formação em Percíveis, especialmente nas categorias de Fruta e Vegetais, Flores, Padaria, Talho e Peixaria. A Escola de Percíveis Biedronka contou com mais de 9.600 novos colaboradores em acções de formação ao longo do ano.

Merecem destaque as diversas acções destinadas aos gestores de categoria e equipas de vendas:

- Programa de Gestão de Categoria Eficaz, que visa preparar os colaboradores para a função de Gestor de Categoria, e pelo qual passaram 37 colaboradores;
- Programa de Negociação, de dois níveis: nível Básico (para quem inicia funções de Gestor de Categoria e para especialistas com potencial) e nível Avançado (para colaboradores com mais senioridade), contando com 28 participantes;
- Acções destinadas às equipas de vendas, através da Academia de Gestão para Vendas e Gestão de Operações e de Gestores Comerciais de Percíveis que, em 2019, contaram com 140 e 109 participantes, respectivamente.

Realizámos a quinta edição do Programa Geral de Gestão em parceria com a Universidade Kozminski, um programa intensivo com a duração de um ano que visa aprofundar conhecimentos em diversas áreas técnicas como marketing, finanças e logística, entre outros, que contou com 25 participantes (managers e senior managers).

Foi relançada a Biedronkowa Akademia Zarządzania (Academia de Administração Biedronka), tendo sido dinamizados programas dedicados ao desenvolvimento de competências de liderança, gestão de equipa e orientação para resultado, junto da administração das lojas. Participaram 965 gerentes e gerentes-adjuntos de loja.

O ano ficou ainda marcado pela implementação do sistema SAP nas lojas Biedronka, uma decisão estratégica com o objectivo de acrescentar eficiência às operações. Neste sentido, 3.320 colaboradores tiveram formação específica neste sistema, permitindo a quase 800 lojas terem esta solução digital.

Também a Escola Virtual Biedronka manteve a disponibilização de soluções de formação online permitindo assim chegar a um número elevado de colaboradores. Cerca de 5.000 pessoas puderam aceder a conteúdos por esta via.

A Hebe Business School desenvolveu o novo modelo de formação implementado nas lojas Hebe, abrangendo 234 novas formações para as operações desta Companhia, tendo sido desenhado desenhado para as diferentes funções, desde consultoras a Gerentes de loja.

Colômbia

De modo a garantir a continuidade do conhecimento do negócio e procurando abranger um maior número de colaboradores, foram criadas novas formações para a Escola de Retalho.

Um dos exemplos é o novo programa digital dedicado a conteúdos de Retalho, desenhado em parceria com a EClass Chile, e que contou com a participação de colaboradores da Colômbia e Portugal. A este programa juntam-se o Programa Introdutório à Gestão e o Programa Geral de Gestão, nos quais participaram 73 colaboradores.

Lançámos ainda a plataforma de e-learning Crece con Ara (Cresce com a Ara), aumentando significativamente o acesso a acções de formação. Foram criados 46 cursos para esta plataforma referentes a áreas diversas como a qualidade, auditoria, gestão de stocks e de competências soft skills, entre outros.

8.4. Remuneração

Conscientes de que a remuneração é determinante para a atracção, motivação e retenção de talento, procuramos adoptar políticas equilibradas e competitivas que reforcem os nossos valores e promovam uma cultura de meritocracia, num reconhecimento do desempenho individual e colectivo.

A nossa política de remuneração assenta, por isso, em duas principais componentes:

- a remuneração base, reforçada em 2019 com políticas de reconhecimento da dedicação dos colaboradores que conosco permanecem, bem como da sua performance e profissionalismo;
- a remuneração variável, que visa reforçar uma cultura orientada para o desempenho, alinhada com a estratégia de negócio de cada uma das Companhias, bem como das necessidades individuais dos nossos colaboradores. Temos continuamente reforçado o papel das remunerações variáveis, reconhecendo desempenhos transversalmente a todos os níveis hierárquicos da organização. No ano de 2019, o montante total de prémios pagos ascendeu a 137 milhões de euros, representando um aumento de 24% face ao ano anterior.

Procurando diversificar as competências e perfis das nossas pessoas e a igualdade de oportunidades baseada no mérito, mantemos o compromisso com a garantia de práticas retributivas equitativas. Em 2019, apresentamos um rácio de 91%⁷³ relativo à disparidade salarial entre homens e mulheres. Continuaremos, por isso, a desenvolver políticas que promovam e garantam a não discriminação em função do género ou de qualquer outro critério.

⁷³ Este indicador afere a diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores em Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros.

8.5. Engagement dos Colaboradores

8.5.1 Responsabilidade Social Interna

A área de Responsabilidade Social Interna (RSI) continua a contribuir activamente para a melhoria contínua da qualidade de vida dos colaboradores e suas famílias. Assente em três pilares estratégicos – Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar – os vários programas implementados em Portugal e na Polónia representaram um investimento total de 20 milhões de euros⁷⁴.

Todas as medidas desenvolvidas pela RSI são comunicadas aos colaboradores através dos canais de comunicação internos. Durante 2019, demos os primeiros passos na criação da área de RSI na Colômbia, iniciando-se em 2020 os programas dirigidos aos colaboradores.

Em Portugal, celebrámos os dez anos de existência desta área, tendo havido medidas especiais dirigidas aos Colaboradores e suas famílias.

Saúde

A Saúde é a área com maior investimento e na qual desenvolvemos programas que procuram complementar e, em alguns casos, suprir a oferta dos serviços públicos nos países onde operamos. O Grupo tem vindo a apostar também na promoção de estilos de vida saudáveis e na criação de iniciativas vocacionadas para a prevenção. Em 2019, investimos mais de 1,7 milhões de euros em medidas ligadas à Saúde.

Portugal

Lançado em 2012, o Programa SOS Dentista foi desenvolvido com o intuito de apoiar os nossos colaboradores sem capacidade financeira para resolver os problemas de saúde oral. Em 2019, 3.587 colaboradores conseguiram concluir os seus tratamentos. De igual modo, a saúde oral dos filhos dos colaboradores é uma prioridade na nossa estratégia e, através do SOS Dentista Júnior, 45 crianças e jovens, entre os 7 e 17 anos, concluíram os seus tratamentos.

O Programa Mais Vida, uma parceria com a Fundação Champalimaud e com a Cruz Vermelha Portuguesa, visa apoiar e garantir resposta aos casos de doença oncológica. Durante o ano de 2019, acompanhámos 42 colaboradores e familiares ao abrigo deste programa, através de consultas de segunda opinião, transporte para tratamentos e apoio domiciliário e psicológico.

Através do Programa Psicologia Infantil e Juvenil, disponibilizamos consultas de psicologia para os filhos dos colaboradores até aos 18 anos que façam parte do agregado familiar, através de consultas de acompanhamento profissional especializado. Em 2019 foram apoiadas 198 crianças e/ou jovens.

O protocolo com o Grupo Lusíadas, que permite o acesso a consultas de especialidade a preços mais competitivos, foi alargado aos nossos colaboradores reformados e aos pais dos nossos colaboradores.

Polónia

Através do programa Razem Zadbajmy o Zdrowie (Vamos cuidar da Saúde Juntos), os colaboradores têm a possibilidade de fazer check-ups e rastreios gratuitos, ser acompanhados por um programa educacional e participar em actividades desportivas. Foi também ampliado o leque de oferta no domínio dos exames médicos gratuitos, como por exemplo a ecografia da tiróide, destinado às nossas colaboradoras, e a ecografia testicular para os homens. Em 2019, beneficiaram deste programa 3.671 colaboradores.

O programa Mali Bohaterowie (Pequenos Heróis) pretende apoiar os colaboradores cujos filhos sofram de problemas de saúde graves e possuam atestado de incapacidade. O apoio é concedido por duas

⁷⁴ Na Polónia, 99% do valor investido nestes programas é suportado pelo Fundo Social, previsto na lei local que prevê um valor per capita a atribuir aos colaboradores pelas empresas.

vias: através da disponibilização de ajuda financeira destinada à aquisição de medicamentos, serviços médicos, produtos para cuidados pessoais e equipamentos de reabilitação; e através da participação num dos campos de reabilitação disponíveis, consoante as suas patologias – autismo, incapacidade física e problemas respiratórios graves. Em 2019, o Grupo apoiou 188 filhos de colaboradores no âmbito deste programa.

Com o objectivo de promover a saúde e estilos de vida saudáveis, desenvolvemos várias actividades desportivas. Mantivemos o campeonato de futebol masculino e o campeonato de voleibol feminino, nos quais mais de 800 colaboradores puderam participar. Adicionalmente, os colaboradores têm ao seu dispor múltiplas actividades, bem como acesso a mais de 4.000 ginásios e instalações desportivas de todo o país através do Karta Multisport (Cartão Multidesporto). Cerca de 13 mil colaboradores beneficiaram deste cartão pré-pago em 2019.

Educação

O apoio à educação é um dos eixos da estratégia de RSI. Além dos programas de apoio às famílias, quer em Portugal quer na Polónia, tem sido feito um estudo contínuo sobre a realidade destes dois países para uma identificação das necessidades dos colaboradores e, conseqüentemente, sobre as respostas mais eficazes por parte do Grupo. Em 2019, foram investidos cerca de 1,8 milhões de euros neste pilar estratégico.

Portugal

Dando continuidade ao programa de bolsas de estudo, atribuímos 87 bolsas de estudo anuais para colaboradores e filhos de colaboradores que pretendam começar ou concluir uma licenciatura, mas que não tiveram acesso a bolsa estatal. Alargámos a medida a dez bolsas de mestrado, para colaboradores e filhos de colaboradores que pretendam continuar os seus estudos.

No âmbito do nosso programa de Regresso às Aulas, para além do Kit Escolar oferecido a todos os 1.157 filhos de colaboradores que iniciaram o primeiro ciclo, oferecemos também mais de 15 mil vales em material escolar às crianças até aos 12 anos, perfazendo mais de 156 mil euros. Este programa prevê ainda a atribuição de manuais escolares gratuitos a famílias numerosas com baixos rendimentos.

Os campos de férias Jerónimo Martins, além de oferecerem actividades de carácter lúdico, assumem também um cariz pedagógico, com mais de 1.700 crianças a participarem nos campos, residenciais e não residenciais, no período da Páscoa e de Verão. Em 2019, realizámos novas iniciativas: o campo de férias internacional, na Suíça, no qual participaram 25 jovens, o campo de férias na Madeira (57 participantes) e um campo de férias de voluntariado. Este último foi um projecto especial que permitiu a 25 filhos de colaboradores cooperarem de forma activa na reconstrução da casa de uma família carenciada e na participação em outras actividades solidárias, como a limpeza de lixo na praia, actividades com idosos e pessoas portadoras de deficiência, entre outras.

De salientar, ainda, o programa Aprender e Evoluir que, desde 2007, e actualmente ao abrigo do programa público Qualifica, permite aos nossos colaboradores a conclusão do 9.º ou 12.º anos de escolaridade em tempo de trabalho, contribuindo assim para a sua valorização e desenvolvimento pessoal e profissional. Em 2019, mais de 2.700 colaboradores progrediram na sua escolaridade.

Polónia

Foi oferecido um kit escolar a todas os filhos de colaboradores que começaram o seu percurso na escola. O programa Do Szkoły z Biedronką/Hebe (Regresso às Aulas com a Biedronka/Hebe) prevê o apoio financeiro, através de um cartão pré-pago, a colaboradores com baixos rendimentos que tenham filhos em idade escolar. Em 2019, oferecemos cerca de 3.000 kits escolares e disponibilizámos cartões pré-pagos a 6.812 crianças.

Na Polónia, os campos de férias são dedicados a crianças que pertençam a famílias com rendimentos mais baixos. O programa Wakacje z Biedronką/Hebe (Férias com a Biedronka/Hebe) fomenta várias actividades vocacionais, procura desenvolver a criatividade e alargar os interesses de crianças entre os oito e os 13 anos. Para os filhos mais velhos dos nossos colaboradores, entre os 14 e os 17 anos, o programa Hello Biedronka/Hebe (Olá Biedronka/Hebe) consiste num campo de férias com a duração de duas semanas durante as quais os participantes frequentam um curso de inglês com professores nativos. Foram mais de 1.260 as crianças que usufruíram destes campos de férias disponíveis na Polónia.

Bem-Estar Familiar

A criação de programas que promovam o bem-estar pessoal e familiar dos nossos colaboradores reveste-se de grande importância para o Grupo, tendo sido investidos 16,5 milhões de euros neste terceiro pilar estratégico de RSI.

São implementadas várias iniciativas que celebram momentos importantes das vidas dos colaboradores e suas famílias, nomeadamente o Natal. Em 2019, oferecemos mais de 78 mil presentes aos filhos dos nossos colaboradores até aos 12 anos.

Portugal

Mantivemos o Fundo de Emergência Social para os colaboradores que se encontrem em situação de emergência social por motivos de diferente natureza. Este trabalho é desenvolvido por uma equipa de assistentes sociais que fazem um diagnóstico prévio da situação familiar, económica, social, profissional e educacional dos colaboradores que requerem apoio, com vista à elaboração de planos de intervenção integrados com as necessidades dos agregados familiares. A intervenção concretiza-se através de medidas dinamizadas pelo Grupo ou medidas que envolvam um encaminhamento em articulação com instituições de cariz comunitário e social. Em 2019, apoiámos 971 colaboradores, perfazendo um investimento total superior a 930 mil euros.

Abordando a problemática social da violência doméstica, foi desenvolvido um estudo social sobre violência doméstica e criado um plano de acção para fazer face às necessidades das nossas pessoas vítimas deste flagelo social, alicerçado nas nossas boas práticas.

Para comemorar o Dia Mundial da Criança, 13.597 crianças até aos 12 anos de idade receberam um presente pedagógico adequado à sua faixa etária.

Em 2019, ano em que entregámos mais de 1.000 Kits Bebê em Portugal, aumentámos o seu valor para 150 euros, numa medida que visa reforçar o apoio financeiro aos colaboradores no início de uma fase das suas vidas que implica um aumento das despesas.

Polónia

Através do programa Możesz Liczyć na Biedronką (Conte com a Biedronka), apoiámos colaboradores que enfrentam dificuldades financeiras ou que sejam afectados por desastres naturais, como incêndios e inundações. Em 2019, apoiámos mais de 5.100 colaboradores.

Na época natalícia, a Biedronka ofereceu cartões pré-pagos a 65.529 colaboradores e entregou mais de 63.600 presentes aos seus filhos (até aos 18 anos de idade).

Na celebração do Dia da Criança, a par da oferta de mais de 40 mil prendas a crianças até aos 12 anos, desenvolvemos campanhas educacionais sobre higiene oral infantil, dirigida a filhos e pais.

O programa Narodziny z Biedronką, que consiste na oferta de Kits Bebê aos colaboradores, foi reforçado com a inclusão de novos itens. Apoiámos 4.386 colaboradores durante o ano de 2019.

8.5.2 Comunicação Interna

Conscientes de que a comunicação de tudo o que fazemos para as nossas pessoas e suas famílias constitui uma prioridade, comunicamos a todos os níveis da organização para informar, envolver e motivar os nossos colaboradores.

A adopção de novas tecnologias tem contribuído para aumentar os níveis de proximidade, clareza e transparência da informação. É por isso que mantivemos a aposta no projecto Workplace Going Digital, focado na implementação de ferramentas de trabalho mais eficientes e colaborativas.

Destacamos igualmente os canais digitais Por Nós e Dla Nas, dirigidos em exclusivo aos colaboradores do Grupo das diferentes Companhias, em Portugal e Polónia, respectivamente, e onde pode ser encontrada toda a informação relativa à nossa RSI.

A revista bimestral “A Nossa Gente”, dedicada às operações do Grupo em Portugal (tiragem de 15.000 exemplares) e a revista “Razem w JM”, na Polónia (tiragem de 32.500), são publicações cada vez mais centradas no quotidiano dos colaboradores, nos seus interesses e diferentes realidades.

Na Colômbia, a rádio digital "Hablando Naranja" chega a mais de 6 mil colaboradores de todas as lojas das diferentes regiões do país, divulgando as informações mais relevantes e os objectivos de negócio. É um meio de comunicação que contribui para solidificar a cultura da organização através do aumento do sentido de pertença e compromisso dos colaboradores.

8.5.3 Serviços de Atendimento ao Colaborador

Com uma prática consolidada ao longo de quase uma década de existência em Portugal e na Polónia, e a completar 2 anos de existência na Colômbia, o Serviço de Atendimento ao Colaborador permite a todas as nossas pessoas o acesso a um canal de comunicação privilegiado, confidencial, independente e imparcial.

Através do Serviço de Atendimento ao Colaborador garantimos a existência de uma plataforma centralizadora de questões laborais, denúncias e pedidos de apoio social, e asseguramos respostas rápidas e eficientes aos colaboradores.

Procuramos, assim, contribuir para a manutenção de ambientes de trabalho saudáveis bem como para um maior envolvimento dos colaboradores com o Grupo.

Com a missão de ser um facilitador de comunicação e um mecanismo de alerta em tempo real para as Companhias, o Serviço de Atendimento ao Colaborador assegura diariamente a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação ou diminuição de direitos. Em 2019, registámos os seguintes contactos:

	Serviço de Atendimento aos Colaboradores	
	N.º de Contactos / Procedimentos Iniciados	% de Procedimentos Concluídos
Portugal	20.963	99%
Polónia	*8.975	96%
Colômbia	9.382	89%

*Não inclui contactos relativos a payroll/questões administrativas e pedidos de apoio ao Fundo Social.

Na Polónia, destacamos a Comissão para o Combate ao Mobbing e Assédio Sexual, destinada à resolução de queixas desta natureza.

Também na Colômbia, de acordo com a legislação aplicável, o Comité de Convivência Laboral manteve a sua actividade, recebendo e resolvendo queixas de colaboradores, incluindo situações de eventual discriminação.

8.5.4 Estudos de Clima Organizacional

Aferir os níveis de envolvimento, compromisso e motivação dos colaboradores e a forma como o Grupo responde às suas expectativas, são factores chave para potenciar um clima organizacional saudável a curto, médio e longo prazos.

Assim, e de acordo com a Política de Auscultação divulgada em 2018, os nossos estudos de clima organizacional estão assentes num ciclo bi-anual, em que no primeiro ano é aplicado o Global Survey, destinado a todos os colaboradores das Companhias e, no segundo, o Pulse Survey, que é realizado localmente pelas Companhias a uma amostra de colaboradores para a avaliação de temas específicos. Estes são, por isso, barómetros de avaliação da eficácia das políticas internas que podem indicar a necessidade de implementação de acções cruciais para toda a organização.

Em Setembro de 2019, lançámos o Global Survey, aplicado em simultâneo a todos os colaboradores das três geografias. Dividido em 12 dimensões de avaliação alinhadas com a estratégia do Grupo, este questionário contou com 86.634 respostas, correspondendo a uma taxa de participação de 92%⁷⁵. Esta adesão massiva demonstra o compromisso de todos em partilhar a sua visão para a construção de um Grupo cada vez melhor e mais bem preparado.

Os resultados reforçam os principais desafios das Companhias e reflectem ainda a forma como as mesmas gerem, apoiam, desenvolvem e mobilizam os seus colaboradores. Na sequência dos resultados obtidos e atendendo às preocupações específicas presentes na estratégia de cada negócio, serão desenhados planos de acção para implementação em 2020, com particular ênfase nas dimensões Comunicação, Carreira e Desenvolvimento e Recompensa pelo Desempenho.

Em 2020, serão lançados Pulse Surveys, numa abordagem mais táctica e ágil que permitirá medir o nível de engagement dos colaboradores e monitorizar o grau e o impacto da implementação de acções orientadas para a mudança.

Destes estudos, resultam objectivos individuais de engagement que são incluídos no ciclo de avaliação de desempenho dos *managers*. Esta medida, implementada em 2017, visa promover o foco, a colaboração e alinhamento das equipas, reflectindo a sua relevância estratégica para todas as Companhias do Grupo.

8.6. Segurança e Saúde no Trabalho

A melhoria constante das condições de trabalho é fundamental para o bem-estar dos colaboradores, motivo pelo qual disponibilizamos infra-estruturas e equipamentos seguros, implementamos procedimentos que reforçam a segurança e dinamizamos campanhas que de forma continuada previnem comportamentos associados a riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Portugal

Mantivemos o foco na prevenção e num envolvimento e colaboração mais estreito com as Operações. Acompanhámos a construção de novas infra-estruturas bem como as remodelações das existentes, procurando sempre as melhores soluções de segurança e saúde em articulação com a Direcção Técnica e outras áreas funcionais. Foram introduzidas novas máquinas e equipamentos, com impacto na melhoria de condições dos locais de trabalho, como por exemplo, a máquina de corte de peixe e a

⁷⁵ Tendo como base colaboradores elegíveis para participar no questionário. Colaboradores elegíveis = Número total de colaboradores – (colaboradores inactivos + colaboradores com ausências superiores a 30 dias + estagiários)

máquina de corte de frango assado, ambas com comando bi-manual, soluções de pavimentos melhorados e bancadas de peixaria com sistema de remoção de gelo.

Tendo presente que uma grande parte dos acidentes de trabalho ocorre devido a comportamentos de risco, desenvolvemos diversas iniciativas focadas nas áreas de maior sinistralidade, tais como pequenos vídeos de sensibilização para a adopção de comportamentos seguros na movimentação manual e mecânica de cargas e práticas seguras na secção de Talho. Estes vídeos foram divulgados ao longo do ano, com o objectivo de sensibilizar os colaboradores para a necessidade de melhorar a sua actuação no desempenho das tarefas profissionais.

No Pingo Doce, foi realizado um Encontro de Segurança que contou com a participação de 200 Delegados de Segurança e no qual demos início ao programa Segurança Máxima no Talho e Peixaria, que pretende promover comportamentos preventivos no manuseamento de máquinas, acessórios de corte e boas práticas de higienização de utensílios de corte e pavimentos, entre outros.

No Recheio, desenvolvemos o programa Segurança em Acção, que assenta na preparação de equipas internas de prevenção em cada local de trabalho, designadas “Brigadas da Segurança”. Realizámos ainda um encontro com estas equipas, que receberam formação para a implementação de práticas preventivas, nomeadamente:

- lembrar os exercícios de aquecimento que devem ser executados em loja diariamente;
- lembrar as regras associadas à correcta movimentação de cargas;
- recordar como testar o Plano de Segurança dos estabelecimentos e;
- como preparar as equipas para agirem em situações de risco.

Nos Centros de Distribuição foram realizadas várias acções de promoção da saúde e bem-estar, numa semana temática dedicada à Saúde. Realizaram-se rastreios, workshops e algumas actividades desportivas.

Demos ainda início ao desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho com vista à certificação no referencial ISO 45001:2018 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacionais) para o negócio agro-alimentar.

No âmbito da vigilância da saúde dos colaboradores do Grupo, foram realizados 214 rastreios visuais e 65 auditivos. Mantivemos também programas de nutrição e de podologia, com mais de 170 consultas realizadas. Realizámos, também, mais uma campanha de vacinação da gripe da qual beneficiaram 446 colaboradores.

Polónia

A frequência de acidentes de trabalho foi reduzida devido aos comportamentos mais preventivos por parte dos colaboradores e à implementação de programas dedicados à prevenção das causas mais comuns – Areas of Particular Hazard –, tais como movimentação dentro de loja, operacionalização de carros de transporte, manipulação de fornos e de objectos cortantes.

Com o objectivo de prevenir doenças do trabalho dos nossos colaboradores dos CD e Estruturas Centrais, o programa Biedronkowa Akademia Zdrowia (Academia de Saúde Biedronka) promove diferentes iniciativas. Periodicamente, 48 fisioterapeutas deram formações de segurança e saúde no trabalho, ensinando como evitar problemas músculo-esqueléticos. Nos CD, foram conduzidos exercícios de ginástica laboral antes das tarefas e, nos escritórios, os colaboradores podem receber massagens em salas totalmente equipadas para o efeito. Ainda neste âmbito, os colaboradores das Estruturas Centrais podem participar em sessões de coaching.

A Biedronka manteve-se como a única insígnia de retalho na Polónia certificada desde 2016 segundo a norma OHSAS 18001. Em 2019, começámos o processo de transição do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho para a norma internacional ISO 45001:2018 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacionais) com o objectivo de garantir a integração de processos operacionais com os requisitos legais e não legais relacionados com a segurança no trabalho.

Na Hebe foram realizados vários eventos com o objectivo de promover uma cultura de segurança no local de trabalho, com especial destaque para cursos de primeiros socorros, protecção contra incêndios e segurança na manipulação de empilhadores.

Colômbia

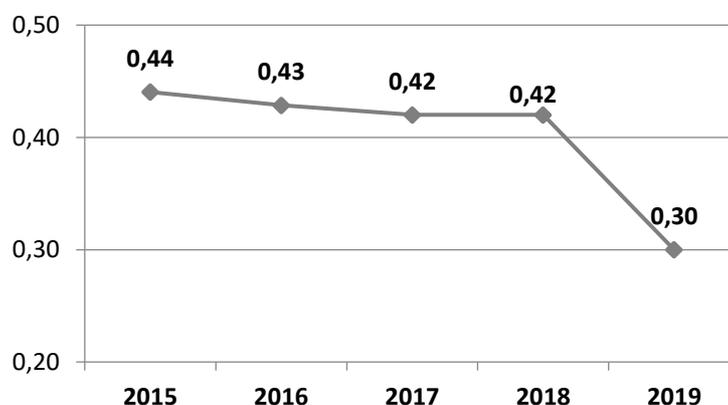
Os indicadores de Saúde e Segurança no trabalho apresentaram uma importante melhoria nos índices de frequência e gravidade de acidentes de trabalho. Destacamos o programa “Prepare Su Cuerpo”, cujo objectivo é reduzir acidentes em lojas e Centros de Distribuição, o absentismo resultante de problemas musculoesqueléticos e a aumentar a sensibilização para a importância da prevenção antes, durante e após o trabalho.

No âmbito dos exames médicos de saúde ocupacional, foram implementados testes à presença de álcool e drogas em diversos locais de trabalho, de modo a prevenir o consumo destas substâncias, aumentar os níveis de segurança dos colaboradores e de terceiros, promover hábitos de vida saudáveis e apoiar os colaboradores em situação de doença.

À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, a Ara voltou a organizar a Semana da Saúde, na qual promoveu uma série de iniciativas, entre elas a partilha de conteúdos informativos sobre segurança e simuladores dos efeitos de drogas e álcool na segurança rodoviária.

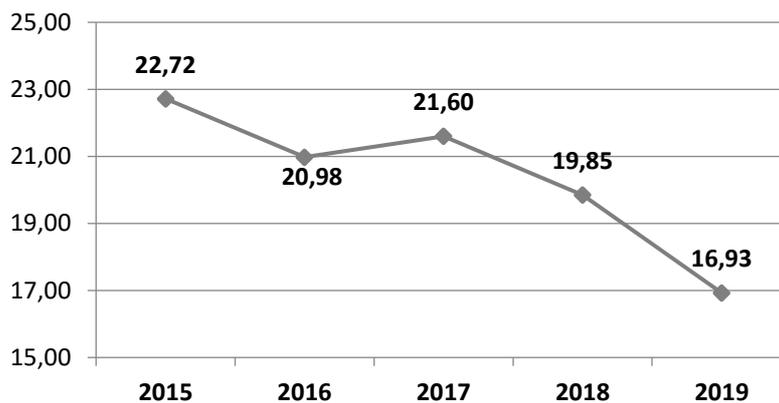
Indicadores Agregados de Segurança e Saúde

Índice de Gravidade



Índice de Gravidade = (Total de dias perdidos resultantes de acidentes que tenham ocorrido no local de trabalho com dias perdidos e aceites pela companhia de seguros / Total de Horas Trabalhadas) x 10³

Índice de Frequência



Índice de Frequência = $(\text{N}^\circ \text{ Total de Acidentes que tenham ocorrido no local de trabalho com dias perdidos e aceites pela companhia de seguros} + \text{N}^\circ \text{ de Mortes que tenham ocorrido no local de trabalho}) / \text{Total de Horas Trabalhadas} \times 10^6$

Âmbito	Horas de Formação	Simulacros	Auditorias
Portugal	14.514	211	594
Polónia	37.435	1.564	981
Colômbia	17.900	157	97

Adicionalmente, foram feitos 29.899 exames médicos em Portugal, 85.264 na Polónia e 6.963 na Colômbia.

9. Compromissos para 2018-2020

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
Promover a Saúde pela Alimentação	<p>Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de Meal Solutions.</p> <p>Continuar a desenvolver programas de promoção da Dieta Mediterrânica e hábitos nutricionais saudáveis com base em recomendações de especialistas locais e de sensibilização para a leitura de rótulos alimentares junto dos consumidores.</p>	<p>Cumprido. As reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria e de Perecíveis preveniram a entrada no mercado de 1.487 toneladas de açúcar, 300 de gordura saturada (incluindo substituição de ingredientes para produtos perecíveis), 90 de gordura e 14 de sal.</p> <p>Cumprido. No Pingo Doce, mantivemos os princípios da Dieta Mediterrânica no desenvolvimento de produtos de Marca Própria e de refeições das Meal Solutions e como elemento diferenciador na comunicação com os nossos públicos. A revista bimestral “Sabe Bem”, com uma tiragem média de 150.000 exemplares, manteve-se como um dos meios de comunicação preferenciais sobre esta dieta, através da publicação de receitas que incentivam também o reaproveitamento de excedentes e o combate ao desperdício alimentar. Destaca-se o lançamento do livro “À Mesa com o Pingo Doce”, com receitas práticas em linha com os princípios da Dieta Mediterrânica, e métodos de confecção que melhor respondem aos actuais estilos de vida dos consumidores portugueses, nomeadamente quanto ao tempo disponível para confeccionar refeições em casa. As receitas foram aprovadas pela equipa de nutrição do Pingo Doce e por especialistas de culinária, tendo mais de 750.000 exemplares sido distribuídos aos clientes. A Biedronka lançou um folheto com base na Pirâmide de Nutrição Saudável e Actividade Física para Adultos destinada aos consumidores polacos, cuja tiragem foi de 1,4 milhões de exemplares, informando sobre os cinco grupos de alimentos – e a proporção com que devem ser consumidos diariamente –, assim como a manutenção de actividade física, que contribuem para uma dieta equilibrada. Foram também publicados 56 artigos em vários órgãos de comunicação social, descrevendo os perfis nutricionais, a qualidade dos produtos Biedronka e os seus benefícios para a saúde. A estes, juntam-se ainda 61 artigos (mais 60% face a 2018) divulgados através de meios internos dirigidos a colaboradores.</p> <p>Cumprido. Globalmente, as referências sem lactose e as sem glúten aumentaram, face a 2018, 24% e 11%, respectivamente. Face a 2017, aumentaram 53% e 24%, respectivamente*.</p> <p>Sem lactose:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2017: 30 (15 na Polónia e 15 em Portugal); • 2018: 37 (19 na Polónia e 18 em Portugal), um aumento de 23% face a 2017; • 2019: 46 (15 na Polónia e 31 em Portugal), um incremento de 24% face a 2018 e de 53% face a 2017. <p>Sem glúten:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2017: 688 (102 na Polónia e 586 em Portugal); • 2018: 769 (129 na Polónia e 640 em Portugal), um aumento de 12% face a 2017; • 2019: 854 (133 na Polónia e 721 em Portugal), um incremento de 11% face a 2018 e 24% face a 2017. <p>*Baselines de 2017 e valores de 2018 corrigidos.</p>
	<p>Aumentar em 5% ao ano, face a 2017, o número de referências da gama sem lactose e sem glúten, nos produtos de Marca Própria, em Portugal e na Polónia.</p>	

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
	Em Portugal e na Polónia, desenvolver soluções alimentares sem proteína animal destinadas a consumidores com necessidades/preferências alimentares específicas.	Cumprido. Foi reforçada a oferta de produtos para vegans e vegetarianos na Polónia e Portugal, sendo lançadas 13 e 7 referências da nova gama Go Vege, respectivamente. Em Portugal, destaque ainda para o lançamento de produtos destinados a consumidores vegetarianos, como os hambúrgueres Pingo Doce estilo-frango e estilo-bovino feitos apenas com ervilhas e cereais (não contendo soja), assim como os nuggets estilo-frango também do Pingo Doce.
	Em Portugal e na Polónia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark do mercado.	Cumprido. Em Portugal, destaque para os Palitos de Queijo Mozzarella Pingo Doce com um alto teor em vitamina B12, cálcio e fósforo e sendo fonte de vitamina A. Em comparação com o mercado, possui menos 38% de sal face ao valor médio de outros queijos snack (Novembro 2018). Também as Bolas de Cereais Infantis Pingo Doce contêm um teor de açúcar inferior ao praticado pelo benchmark (-3%) e maior quantidade de cereais (+7%). Na Polónia três referências da categoria de charcutaria sob a marca Głodniaki foram lançadas com a perspectiva de terem menos impacto sobre a saúde dos públicos mais jovens: as linguiças de porco, de porco e peru e ainda de porco e vitela são produtos sem glúten, sem adição de glutamato monossódico, conservantes, fosfatos nem corantes. Este produtos possuem menos 25% de sal e menos 30% de gordura face ao benchmark.
	Em todas as geografias, manter a execução de análises de produtos de Marca Própria quanto às suas matérias-primas em laboratórios externos, assegurando a autenticidade das mesmas e combatendo a fraude alimentar.	Cumprido. Realizámos cerca de 10.000 auditorias internas às infraestruturas do Grupo, complementadas por cerca de 110.000 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros, e mais de 63.000 análises a produtos.
	Em todos os países, garantir a utilização de rotulagem voluntária “Sem OGM” para todas as referências potencialmente contendo ingredientes geneticamente modificados.	Em progresso. A adopção do símbolo “Sem OGM” para produtos constituídos maioritariamente por apenas um ingrediente que pudesse potencialmente ter sido modificado geneticamente, abrangeu 22% do total de referências em causa.
	Em todos os países, facilitar o consumo responsável por via da rotulagem voluntária nas dimensões nutricional e quanto a informação alcoólica.	Em progresso. 91% das referências de bebidas alcoólicas de Marca Própria em Portugal apresentavam ícone calórico, um aumento de 2 p.p. face a 2018*, sendo na Polónia de 3% (mais 0,3 p.p. do que em 2018). A adopção de simbologia que desaconselha o consumo de bebidas alcoólicas por parte de grávidas abrangeu 91% das referências de Marca Própria em Portugal, um aumento de 43 p.p. face a 2018*, e 7% das referências na Polónia (mais 0,6 p.p. do que em 2018*). No caso da Polónia, destaque também para a simbologia de condução responsável, que abrangeu 23% das referências (mais 4,4 p.p. do que em 2018*). *Valores corrigidos.
	Em todos os países, facilitar junto dos consumidores a gestão das datas de validade dos produtos alimentares e combater o desperdício alimentar, através da adopção, sempre que possível face aos requisitos legais, de apenas uma data de validade presente nos rótulos de produtos.	Em progresso. Disponibilizamos informação no packaging sobre o tempo médio de consumo após abertura, auxiliando os consumidores na gestão dos seus produtos. São os casos de produtos mais perecíveis como as maioneses, leites e doces de fruta.
Respeitar o Ambiente	Reduzir a pegada de carbono do Grupo em 5% no triénio 2018-2020 (por 1.000 € de vendas), face a 2017.	Em progresso. Em 2019, a redução da pegada de carbono do Grupo, por 1.000 € de vendas, foi de 34,8%, face a 2017.

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
	Reduzir anualmente o consumo de água em 2% (por 1.000 € de vendas).	Não cumprido. O consumo de água, por 1.000€ de vendas, aumentou 11,2% em 2019 face a 2018 devido às actividades de produção agrícola, nomeadamente culturas para alimentação do gado bovino. Na Distribuição, o mesmo indicador diminuiu 7,5% face a 2018.
	Reduzir anualmente o consumo de electricidade em 2% (por 1.000 € de vendas).	Cumprido. O consumo de electricidade, por 1.000 € de vendas, reduziu 6,6% em 2019, face a 2018.
	Reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterro em 5 p.p. no triénio 2018-2020, face a 2017.	Em progresso. A taxa de valorização de resíduos aumentou em 0,1 p.p. em 2019, face a 2017.
	Concretizar, anualmente, pelo menos 20 projectos de ecodesign de embalagens em artigos de Marca Própria.	Cumprido. Em 2019 foram realizados 76 projectos de ecodesign de embalagens de Marca Própria.
	Reduzir o desperdício alimentar do Grupo em 10% no triénio 2018-2020, face a 2016.	Não cumprido. Em 2019, o desperdício alimentar do Grupo aumentou 22%, face a 2016. Face à evolução deste indicador desde 2016, para 2020 somos forçados a rever o objectivo que passará por limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos. Mantemos, no entanto, o compromisso de redução em 50% (face a 2016) até 2025, em linha com a resolução do Consumer Goods Forum de combate ao desperdício alimentar.
	Aumentar o número de locais com certificação ambiental (25 no mínimo).	Em progresso. Em 2019, foram 20 os locais com certificação ambiental de acordo com a norma ISO 14001.
Comprar com Responsabilidade	Garantir que 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	Cumprido. Em 2019, cerca de 90% dos produtos alimentares comercializados pelo Grupo foram adquiridos a fornecedores locais, cumprindo o objectivo de manter este rácio acima dos 80%.
	Continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (ex.: UTZ, Fairtrade, MSC, ASC, RSPO, EU Ecolabel, EU Organic Label, etc.) para pelo menos 10 produtos de Marca Própria e Percíveis.	Cumprido. Em 2019 foram lançadas mais de 110 referências com certificados de sustentabilidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 38 referências com certificação biológica na Polónia (32) e em Portugal (6); ▪ 31 referências de Marca Própria com certificação Forest Stewardship Council (FSC) – relativa a embalagem primária utilizada nos produtos ou ao papel e madeira utilizado em artigos – em Portugal (22) e na Polónia (9); ▪ 14 referências com certificação UTZ para o ingrediente cacau na Polónia (10) e em Portugal (4); ▪ 10 referências com a certificação Marine Stewardship Council (MSC) na Biedronka; ▪ 9 artigos de Marca Própria com certificação Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) – relativa a embalagem primária utilizada nos produtos ou ao papel e madeira utilizado em artigos – na Polónia (7) e em Portugal (2); ▪ 8 referências de chá com certificação “Rainforest Alliance” na Biedronka; ▪ 2 referências de sacos de caixa reutilizáveis com certificação Blue Angel, um rótulo que diferencia produtos com um melhor perfil ambiental na Biedronka.
	Contribuir para atingir o objectivo de Desflorestação Líquida Zero até 2020 tal como definido pelo The Consumer Goods Forum, nomeadamente através da gestão activa do óleo de palma, soja, carne bovina e madeira e papel.	Em progresso. A evolução do consumo destes ingredientes nos produtos de Marca Própria e Percíveis, a sua origem e garantia de produção sustentável, bem como outras iniciativas do Grupo neste âmbito encontram-se descritas no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.3. “6.3. Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção”, subsecção 6.3.1. “Combate à Desflorestação”.

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
	Realizar, anualmente, pelo menos 50 auditorias ambientais a fornecedores de Marca Própria e Percíveis.	Cumprido. Foram realizadas 55 auditorias ambientais a fornecedores de Percíveis e de Marcas Próprias em Portugal e na Polónia. Mais informação no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.4. “Seleccção e Acompanhamento de Fornecedores”, subsecção 6.4.1. “Auditorias a Fornecedores”.
	Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços.	Cumprido. Foram realizadas 20 auditorias ambientais em Portugal e 26 na Polónia. Mais informação no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”, secção 6.4. “Seleccção e Acompanhamento de Fornecedores”, subsecção 6.4.1. “Auditorias a Fornecedores”.
Apoiar as Comunidades Envolventes	Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).	Cumprido. A monitorização e divulgação dos impactos resultantes dos apoios oferecidos pelo Grupo, de acordo com este modelo, encontra-se publicada neste documento – subcapítulo 7. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 7.2. “Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes” – e no website corporativo.
	Em Portugal, iniciar pelo menos um projecto de investimento comunitário por ano, direccionado para crianças, jovens ou idosos provenientes de meios vulneráveis.	Cumprido. O programa Bairro Feliz do Pingo Doce apoia causas identificadas pelas populações, estabelecendo um vínculo com as comunidades locais e contribuindo para o seu bem-estar. No total das duas edições do programa, foram apoiadas 157 causas locais.
	Na Polónia, reforçar o envolvimento em projectos de cariz social, focados nas crianças, jovens e idosos provenientes de meios vulneráveis.	Cumprido. Para além do programa Na Codzienne Zakupy (Para as Compras do Dia-a-Dia) focado na população sénior, a Biedronka associou-se ao programa Szlachetna Paczka (Presente Nobre) possibilitando o apoio a mais de 14.500 famílias em situação de vulnerabilidade económica e voltou a ser o patrocinador principal da Associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial), que pretende apoiar o desenvolvimento de crianças institucionalizadas através da socialização pelo desporto.
	Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares directamente das lojas para organizações não-governamentais locais. Até 2020, abranger 1.500 lojas.	Cumprido. As lojas com protocolo estabelecido com instituições locais para o encaminhamento de géneros alimentares totalizaram 1.639.
	Lançar em parceria com a Caritas Polska, um programa de apoio a séniores vulneráveis, esperando-se impactar pelo menos 4.000 pessoas todos os anos.	Cumprido. O programa Na Codzienne Zakupy (Para as Compras do Dia-a-Dia), uma iniciativa de assistência financeira dirigida à população sénior em situação de vulnerabilidade das zonas envolventes às lojas, permitiu apoiar mais de 6.600 idosos. O investimento foi de 2,3 milhões de euros.
	Na Colômbia, manter o envolvimento em projectos sociais como as Aldeas Infantiles SOS Colombia, e com a ABACO – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia para a doação de géneros alimentares.	Cumprido. O arredondamento das compras dos clientes reverteu para programas da Aldeas Infantiles SOS Colombia, cujo foco são famílias em risco de separação, crianças e jovens retirados das suas famílias e ainda famílias em contexto de violência e emergência. Para além disso, encaminhámos à ABACO mais de 34 toneladas de alimentos, que beneficiaram mensalmente mais de 1.300 famílias. Também o protocolo com o Instituto Colombiano de Bienestar Familiar para o apoio às creches das Madres Comunitarias possibilitou o apoio a 8.500 crianças até aos cinco anos, provenientes de famílias e zonas com poucos recursos financeiros, através da oferta de produtos de higiene oral e de higiene das mãos.
Ser um Empregador de Referência	Melhoria contínua da qualidade de vida dos colaboradores através dos programas de responsabilidade social interna em todos os países onde nos encontramos presentes.	Cumprido. O investimento em iniciativas de apoio aos colaboradores nas áreas da Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar foi de 20 milhões de euros, um aumento de aproximadamente 3% face a 2018. Na Polónia, com o programa “Możesz Liczyć

Pilares de actuação	Compromissos 2018-2020	Progresso
	<p>Reforço contínuo dos programas de formação e informação a respeito do Código de Conduta dirigidos a todos os colaboradores da organização, independentemente do seu local de trabalho ou função, promovendo o respectivo cumprimento.</p>	<p>na Biedronkę” (Conte com a Biedronka) demos apoio financeiro a mais de 5.100 colaboradores. Em Portugal, através do Fundo de Emergência Social, apoiámos mais de 970 colaboradores.</p> <p>Cumprido. Aos novos colaboradores é entregue um exemplar físico do Código de Conduta, sendo também ministrada formação sobre este documento e as suas directrizes durante o seu processo de integração no Grupo. Ao longo do ano são também implementadas outras acções de formação para os colaboradores com conteúdos programáticos relacionados com o Código de Conduta. Em 2019, estimamos cerca de 16.000 horas de formação em Código de Conduta que impactaram mais de 37.000 colaboradores do Grupo.</p>
	<p>Promover a diversidade na atracção de talento.</p>	<p>Cumprido. Mantivemos o investimento nos websites de recrutamento das diferentes Companhias e consolidámos a nossa presença nas redes sociais, tais como o LinkedIn, que no final de 2019 contava com mais de 183.000 seguidores. Criámos a Política Global de Onboarding que reforça as práticas de diversidade, inclusão e não-discriminação já vigentes no Grupo. Esta política orienta o processo de integração de novos colaboradores, bem como a adaptação de colaboradores que assumem novas funções. Também se realizou mais uma edição do “Management Trainee Programme”, no qual se registaram mais de 6.500 candidatos. Em 2019, foram feitos mais de 41.000 recrutamentos externos. Adicionalmente, reforçámos o trabalho desenvolvido na promoção da empregabilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, que se dividem em três grupos estratégicos: migrantes ou refugiadas, pessoas expostas a situação de risco social e pessoas com deficiência.</p>

10. Tabela de Indicadores

A tabela de indicadores abaixo segue a metodologia da Global Reporting Initiative Standards.

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
102-1	Nome da organização.	Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	---
102-2	Actividades, marcas, produtos e serviços.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins".	---
102-3	Localização da sede.	Rua Actor António Silva n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal.	---
102-4	Localização das operações.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins".	---
102-5	Tipo e natureza jurídica de propriedade.		
102-6	Mercados em que opera.		
102-7	Dimensão da organização.		
102-8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores.	 Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.1. "As Nossas Pessoas".	Princípio 6 
102-9	Cadeia de fornecedores.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 1. "A Nossa Abordagem" e 6. "Comprar com Responsabilidade", e Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas".	---
102-10	Alterações significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores.	Não aplicável.	---
102-11	Abordagem ao princípio da precaução.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", e Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".	---
102-12	Iniciativas externas.	Ver canal "Sobre Nós", página "Organizações a que pertencemos" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com .	---
102-13	Organizações a que pertence.		---
102-14	Mensagem do Presidente.	Ver "Mensagem do Presidente".	---
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna".	---
102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com .	Princípio 10 
102-17	Mecanismos adoptados pela organização para orientações sobre comportamentos e preocupações éticas.		
102-18	Estrutura de governance.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.	---
102-19	Processo de delegação de competências.		---
102-20	Responsabilidade por temas económicos, sociais e ambientais a nível executivo.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A, B e C.	---
102-21	Consulta a stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Envolvimento com os Stakeholders".	
102-22	Composição do mais alto órgão de governance e dos seus comités.		 
102-23	Presidente do mais alto órgão de governance.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A e B.	
102-24	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governance.		 
102-25	Conflitos de interesse.	Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com .	

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
102-26	Papel dos órgãos mais altos de administração no estabelecimento dos propósitos, valores e estratégia.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secções A, B e C.	---
102-27	Conhecimento global dos órgãos de gestão.	O Grupo realiza actividades (ex., acções de formação internas e externas, Conferência de Sustentabilidade do Grupo, newsletters internas e relatórios de progresso) que permitem aos seus órgãos de gestão um maior conhecimento sobre as dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor" e Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção B. "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II. "Administração e Supervisão".	4
102-28	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governance.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D.	---
102-29	Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C.	16
102-30	Eficiência dos processos de gestão de risco.		---
102-31	Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais.		---
102-32	Órgão máximo de governance responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade.	A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Responsabilidade Corporativa, incluído no Relatório e Contas é da Assembleia Geral de Accionistas.	---
102-33	Comunicação de situações críticas.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.	---
102-35	Políticas de remuneração.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D.	---
102-36	Processo de atribuição de remuneração.		---
102-37	Envolvimento de stakeholders na remuneração.		16
102-38	Rácio de remuneração total anual.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D. "Remunerações", subsecção IV – "Divulgação das Remunerações".	---
102-40	Lista dos grupos de stakeholders.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com .	---
102-41	Acordos colectivos de trabalho.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores", subsecção 8.2.1. "Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 3 8 10
102-42	Identificação e selecção de stakeholders.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com .	---
102-43	Abordagem ao envolvimento com stakeholders.		---
102-44	Principais questões e preocupações referidas pelos stakeholders.		---
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins", Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade.	---
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos.	Ver Cap. I. "O Grupo Jerónimo Martins", Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor".	---
102-47	Lista dos temas materiais.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "A Nossa Abordagem" e subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders".	---
102-50	Período de reporte.	O presente Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019.	---
102-51	Data do reporte mais recente.	O Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins anterior ao presente refere-se ao ano de 2018.	---

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
102-52	Ciclo de reporte.	O Relatório de Responsabilidade Corporativa (incluído no Relatório e Contas) é anual.	---
102-53	Contacto para questões sobre o relatório.	comunicacao@jeronimo-martins.com	---
102-54	Relatório "de acordo" com os GRI Standards.	 Este relatório foi preparado de acordo com a metodologia GRI Standards: opção "Core".	---
102-55	Índice de conteúdo GRI.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 10. "Tabela de Indicadores".	---
102-56	Verificação externa.	 A informação contida e assinalada nesta tabela foi submetida a verificação por uma entidade externa – PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	---
ASPECTOS MATERIAIS			
103-1	Descrição dos temas materiais e limites de aplicação.	 Temas materiais para o Grupo Jerónimo Martins: Qualidade e segurança alimentar; Redução dos materiais de embalagem e utilização de materiais sustentáveis; Ética e transparência; Combate ao desperdício alimentar; Respeito pelos Direitos Humanos e laborais; Oferta de produtos a preços acessíveis; Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais na cadeia de abastecimento; Missão, Visão e Estratégia; Apoio a projectos sociais; Integração dos princípios de economia circular. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no website www.jeronimomartins.com .	---
103-2	Abordagem de gestão e componentes.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 4 a 8. Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no website www.jeronimomartins.com .	1 5 8 16
103-3	Avaliação da abordagem de gestão.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020" e ver canal "Responsabilidade", página "Os Nossos Compromissos e Progresso" no website www.jeronimomartins.com .	---
DESEMPENHO ECONÓMICO			
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído.	Ver Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e indicador 203-1.	2 5 7 8 9
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Actividade".	Princípio 6 13
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização e outros planos de reforma.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção D. "Remunerações". Ver Cap. III. "Demonstrações Financeiras Consolidadas".	---
201-4	Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo.	Não existem incentivos financeiros recebidos na Polónia e Colômbia. Em Portugal, os benefícios atribuídos por entidades oficiais, a título de crédito fiscal, visaram a compensação de investimentos efectuados no âmbito do programa SIFIDE II – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial. Este programa consiste numa dedução à colecta de imposto sobre os rendimentos, de parte dos montantes incorridos com despesas com pessoal, despesas de funcionamento, despesas com contratação de Investigação e Desenvolvimento e despesas com a aquisição de activos fixos de suporte à atividade de I&D, os quais são certificados por entidade externa e independente. Das despesas acima mencionadas, realizadas em 2018, resultou um crédito fiscal no montante de Euro 2.494.415,47, cujo valor foi apurado no decurso do ano 2019. O valor do crédito fiscal resultante das despesas incorridas em 2019, realizadas no âmbito deste programa, será apurado no decorrer do ano 2020.	---
PRESEÇA NO MERCADO			
202-2	Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente.	 85% dos colaboradores em cargos seniores foram contratados localmente.	Princípio 6 8 10
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS			
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website www.jeronimomartins.com .	2 5 7 9 11

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
203-2	Impactos económicos indirectos significativos.		1 2 3 8 10 17
COMPRAS			
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".	---
ANTI-CORRUPÇÃO			
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção.	Ver Cap. IV. "Governo da Sociedade", PARTE I – Informação sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção C. "Organização Interna" e secção E. "Transações com Partes Relacionadas"	Princípio 10 16
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	✓ O Grupo desenvolve acções de formação sobre o seu Código de Conduta, que inclui o tema da prevenção da corrupção nas suas Companhias. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta e o canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" para informação sobre a Comissão de Ética no website www.jeronimomartins.com .	Princípio 10 16
MATERIAIS			
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípios 7 e 8 8 12
301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem.		8 12
301-3	Produtos recuperados e os seus materiais de embalagem.	Este aspecto não é material. Não obstante, o Grupo promove a recolha de resíduos de clientes nas suas lojas encaminhando-os para valorização. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípio 8 8 12
ENERGIA			
302-1	Consumo de energia dentro da organização.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípios 7 e 8 7 8 12 13
302-2	Consumo de energia fora da organização.	Este indicador é apresentado sobre a forma de CO ₂ e no âmbito do cálculo da Pegada Carbónica do Grupo - emissões de âmbito 3. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas". Inclui o consumo de combustível das viagens aéreas, a energia consumida nas lojas franchising e o consumo de combustível no transporte de mercadoria entre os Centros de Distribuição e as lojas.	7 8 12 13
302-3	Intensidade energética.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípio 8 7 8 12 13
302-4	Redução do consumo de energia.		Princípios 8 e 9 7 8 12 13
302-5	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas" e secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípios 8 e 9 7 8 12 13
ÁGUA			
303-1	Captação de água por fonte.	✓ Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípios 7 e 8 6
303-2	Recursos hídricos significativamente afectados pelo consumo de água.	Não aplicável. Mais de 95% do total de água consumida pelo Grupo é proveniente da rede municipal ou de fornecedor privado. Para operações menos exigentes em termos de qualidade da água (ex.: rega e sistemas de refrigeração), o Grupo detém as licenças necessárias. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	6
303-3	Água reciclada e reutilizada.	✓ Inferior a 2%. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípio 8 6 8 12
BIODIVERSIDADE			
304-1	Instalações operacionais próprias, arrendadas, nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas.	As infra-estruturas do Grupo Jerónimo Martins cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão contextualizadas em malha urbana. No âmbito particular do Agro-Alimentar, o Grupo detém propriedades pontualmente localizadas ou próximas da Rede Ecológica Nacional, colaborando com as entidades governamentais no sentido de assegurar a sua conservação.	Princípio 8 6 14 15
304-2	Impactos significativos das actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Biodiversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	Princípio 8 6 14 15

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
304-3	Habitats protegidos ou restaurados.	Não aplicável às actividades do Grupo em 2019. Não obstante, o Grupo participa num conjunto de iniciativas de conservação de habitats e ecossistemas como a preservação de araras (ProAves), o Green Heart of Cork (WWF), Eco-Locais e acções de limpeza de praias (LPN) e SOS Polinizadores (Quercus). Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.5. "Acções de Sensibilização e Apoios".	Princípio 8 6 14 15
304-4	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Biodiversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	6 14 15
EMISSÕES			
305-1	Emissões directas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1).	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
305-2	Emissões indirectas de GEE (Âmbito 2).		Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
305-3	Outras emissões indirectas de GEE (Âmbito 3).		Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
305-4	Intensidade das emissões de GEE.		Princípio 8 13 14 15
305-5	Redução de emissões de GEE.		Princípios 8 e 9 13 14 15
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono.	Em 2019 verificou-se a emissão de 0,8 kg de CFC-11 eq., associado à utilização do gás R22, em equipamentos de ar condicionado na Colômbia que fazem parte do imobilizado de lojas adquiridas. Estes representam <0,1% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo.	Princípios 7 e 8 3 12 13
305-7	Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas.	Este aspecto não é material. Pequenas quantidades são emitidas pela combustão de combustíveis fósseis (uso de combustível no local para operação de equipamentos, geradores de emergência e aquecimento e frota de empresas de veículos leves).	Princípios 7 e 8 3 12 13 14 15
EFLUENTES E DESCARGAS			
306-1	Descargas de água por qualidade e por destino.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas" e 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos".	Princípio 8 3 6 12 14
306-2	Resíduos por tipo e por destino.		Princípio 8 3 6 12 14
306-3	Derrames significativos.	Em 2019, não ocorreram derrames com impactes ambientais significativos.	Princípio 8 3 6 12 14 15
306-5	Recursos hídricos afectados de forma significativa pelas descargas de água e/ou escoamento superficial.	Não material. As descargas de água residuais no meio natural representaram cerca de 2,5% do volume total de águas residuais gerado, as quais são devidamente tratadas antes da sua rejeição. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".	6 14 15
AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES			
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais.	Em 2019, o Grupo auditou 292 novos fornecedores, 97% dos quais foram também avaliados na componente ambiental. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 8
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e acções tomadas.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.2. "Biodiversidades" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	---
EMPREGO			
401-1*	Novas contratações e rotatividade de colaboradores.	Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.1. "As Nossas Pessoas".	Princípio 6 4 5 8

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável																		
401-2	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial.	Todos os benefícios são aplicados a colaboradores, independentemente da sua situação contratual.	8 10																		
401-3	Licença parental. 	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2019</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores com direito a licença parental</td> <td>4.108</td> <td>1.116</td> <td>5.224</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que gozaram de licença parental</td> <td>4.103</td> <td>846</td> <td>4.949</td> </tr> <tr> <td>Taxa de retenção de colaboradores que gozaram de licença parental**</td> <td>81%</td> <td>78%</td> <td>79%</td> </tr> </tbody> </table> <p>**Percentagem de colaboradores que regressaram de licença de parentalidade em 2018 e que permanecem a trabalhar no Grupo 12 meses depois.</p>		2019		Total	Mulheres	Homens	Colaboradores com direito a licença parental	4.108	1.116	5.224	Colaboradores que gozaram de licença parental	4.103	846	4.949	Taxa de retenção de colaboradores que gozaram de licença parental**	81%	78%	79%	Princípio 6 5 8
	2019			Total																	
	Mulheres	Homens																			
Colaboradores com direito a licença parental	4.108	1.116	5.224																		
Colaboradores que gozaram de licença parental	4.103	846	4.949																		
Taxa de retenção de colaboradores que gozaram de licença parental**	81%	78%	79%																		
TRABALHO E RELAÇÕES COM A GESTÃO																					
402-1	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais. 	Seguimos os prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional.	8 10																		
SÁUDE E SEGURANÇA DOS COLABORADORES																					
403-1	Representação dos colaboradores em órgãos formais conjuntos de saúde e segurança.	Não obstante a participação dos colaboradores em matéria de Segurança e Saúde, não existem estruturas formais exclusivamente dedicadas ao tema.	8																		
403-2*	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho. 	Os indicadores agregados de saúde e segurança no trabalho, relativos aos índices de frequência e gravidade, estão disponíveis no capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.6. "Segurança e Saúde no Trabalho".	Princípio 1 3 8 10																		
403-3	Colaboradores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas com o trabalho.	Não aplicável.	3 8																		
403-4	Aspectos de saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos.	Não aplicável.	8																		
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO																					
404-1	Média de horas de formação por ano e por colaborador. 	Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Atracção, Desenvolvimento e Retenção de Talento", subsecção 8.3.6. "Formação".	Princípio 6 4 5 8																		
404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição. 		8																		
404-3	Percentagem de colaboradores que são regularmente alvo de avaliações de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.3. "Atracção, Desenvolvimento e Retenção de Talento", subsecção 8.3.4. "Gestão da Performance". Todos os colaboradores estão abrangidos pelo processo de avaliação de desempenho, de acordo com os critérios definidos internamente. Continuamos a trabalhar na melhoria dos sistemas de informação de modo a reportar o respectivo percentual global.	Princípio 6 5 8																		

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			
405-1*	Diversidade dos órgãos de governança e dos colaboradores.	 A equipa Jerónimo Martins está descrita nos capítulos IV. "Governo da Sociedade", PARTE I - Informação Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, secção B. "Órgãos Sociais e Comissões", e V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.1. "As Nossas Pessoas".	Princípio 6 
405-2	Rácio entre o salário base e a remuneração das mulheres e dos homens.	 Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.4. "Remuneração".	Princípio 6 
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLECTIVA			
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação colectiva pode estar em risco.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 3 
TRABALHO INFANTIL			
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 5 
TRABALHO FORÇADO			
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 4 
SEGURANÇA			
410-1	Formação em políticas e procedimentos de Direitos Humanos a equipas de segurança.	Encontramo-nos a melhorar os nossos sistemas de informação de modo a sermos capazes de reportar este indicador.	
AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS			
412-1	Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos.	Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores", subsecção 8.2.1. "Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 1
412-2	Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos.	 Desenvolvemos acções de formação sobre este tema no âmbito do Código de Conduta, da legislação laboral aplicável e do documento Labour Fundamental Guidelines, cuja criação foi reportada em 2018. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com e capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores", subsecção 8.2.1. "Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador".	Princípio 1 
412-3	Acordos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos.	Os contratos celebrados com novos fornecedores implicam o conhecimento e adesão ao Código de Conduta de Fornecedores do Grupo Jerónimo Martins. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 2
COMUNIDADES LOCAIS			
413-1	Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes".	Princípio 1

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES			
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.	 <p>Em 2019, o Grupo auditou 292 novos fornecedores de Marca Própria e Perecíveis, sendo que todos estes foram também avaliados nas componentes relativas a práticas laborais (ex.: existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de administração de formação adequada ao exercício da função). Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p>	Princípio 8 5 8 16
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e medidas tomadas.	 <p>Em 2019, foram auditados 1.763 fornecedores* de Marca Própria e Perecíveis. Destes, 15 (menos de 1%) foram identificados como tendo práticas laborais com impactes negativos (ex.: inexistência e/ou má utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, incumprimento de regras de conduta e higiene pessoal, entre outros), em que 3 (20% das não conformidades) se comprometeram a implementar medidas de correcção. Dos 12 (80% das não conformidades) remanescentes, o Grupo terminou a relação comercial por incumprimento de um conjunto de aspectos, nos quais também se incluem os relacionados com os aspectos laborais. Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p> <p>*O mesmo fornecedor pode ter mais de uma localização. Nestes casos, cada localização é tratada de forma independente e contabilizada como tal. Assim, ainda que uma unidade de produção seja reprovada, e essa fique suspensa/rejeitada para fornecer o Grupo até implementação de acções correctivas, o fornecedor pode manter o fornecimento em caso de avaliação positiva nas restantes unidades de produção.</p>	5 8 16
POLÍTICAS PÚBLICAS			
415-1	Contribuições para partidos políticos.	As empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com .	16
SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES			
416-1	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p>	---
MARKETING E ROTULAGEM			
417-1	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços.	Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	12 16
INDICADORES JERÓNIMO MARTINS			
---	Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de Meal Solutions.	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.2. "Qualidade e Diversidade".</p>	2 3 10 12
---	Aumentar em 5% ao ano, face a 2017, o número de referências da gama sem lactose e sem glúten, nos produtos de Marca Própria, em Portugal e na Polónia.	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Compromissos para 2018-2020".</p>	3 10 12
---	Cálculo do consumo de commodities de	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".</p>	Princípio 7 12 13 15

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
	desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira) em produtos de Marca Própria e Perecíveis.		
---	Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes" secção 7.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website www.jeronimomartins.com.</p>	
---	Desperdício alimentar gerado pelas operações do Grupo (kg/ton de produto vendido).	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e secção 9. "Compromissos para 2018-2020".</p>	<p>Princípio 7</p> 
---	Reduzir o desperdício alimentar do Grupo em 10% no triénio 2018-2020, face a 2016.		<p>Princípio 7</p> 
---	Redução anual do consumo de água em 2% (por 1.000 € de vendas).	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas" e secção 9. "Compromissos para 2018-2020".</p>	<p>Princípio 7</p> 
---	Redução anual do consumo de electricidade em 2% (por 1.000 € de vendas).		<p>Princípio 7</p> 
---	Cálculo de redução de energia e água no âmbito do projecto Let's Go Green	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.3. "Alterações Climáticas".</p>	<p>Princípio 7</p> 
---	Concretizar, anualmente, pelo menos 20 projectos de ecodesign de embalagens em artigos de Marca Própria.	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Consumo de Materiais e Gestão de Resíduos" e secção 9. "Compromissos para 2018-2020".</p>	
---	Cálculo de materiais evitados e outros benefícios ambientais do projecto de Ecodesign de embalagens	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Consumo de Materiais e Gestão de Resíduos".</p>	
---	Cálculo da quantidade de plástico em embalagens de Marca Própria e noutros plásticos de utilização única	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.4. "Consumo de Materiais e Gestão de Resíduos".</p>	
---	Número de locais com certificação	 <p>Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secção 5.1. "Introdução".</p>	<p>Princípio 8</p> 

GRI Standard	Descrição	Evidências	Princípios do Pacto Global das Nações Unidas / Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
	ambiental (no mínimo 25 em 2020).		
---	Continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (ex.: UTZ, Fairtrade, MSC, ASC, RSPO, EU Ecolabel, EU Organic Label, etc.) para pelo menos 10 produtos de Marca Própria e Perecíveis.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	Princípio 8 12
---	Realizar, anualmente, pelo menos 50 auditorias ambientais a fornecedores de Marca Própria e Perecíveis.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".	Princípio 8 12 13 15
---	Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços.		Princípio 8 12 13 15
---	Conformidade com a Política de Pescado Sustentável do Grupo.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade", secção 6.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção".	12 14
---	Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares directamente das lojas para organizações não-governamentais locais. Até 2020, abranger 1.500 lojas.	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 7.3. "Apoios Directos".	1 2 10 17
---	Formação a colaboradores em Higiene e Segurança Alimentar	 Ver Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 4.3. "Qualidade e Segurança Alimentar".	3 12

Legenda:

 Indicador verificado por entidade externa e independente.

* Indicador reportado de forma parcial. Verificado por entidade externa e independente.

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

- | | |
|--|--|
|  1 Erradicar a pobreza |  10 Reduzir as desigualdades |
|  2 Erradicar a fome |  11 Cidades e comunidades sustentáveis |
|  3 Saúde de qualidade |  12 Produção e consumo sustentáveis |
|  4 Educação de qualidade |  13 Acção climática |
|  5 Igualdade de género |  14 Proteger a vida marinha |
|  6 Água potável e saneamento |  15 Proteger a vida terrestre |
|  7 Energias renováveis e acessíveis |  16 Paz, justiça e instituições eficazes |
|  8 Trabalho digno e crescimento económico |  17 Parcerias para a implementação dos Objectivos |
|  9 Indústria, inovação e infraestruturas | |

Princípios do Pacto Global das Nações Unidas

Direitos Humanos

- Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente;
- Princípio 2: Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos.

Práticas Laborais

- Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efectivo à negociação colectiva;
- Princípio 4: A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório;
- Princípio 5: Abolição efetiva do trabalho infantil;
- Princípio 6: Eliminação da discriminação no emprego.

Proteção ambiental

- Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- Princípio 8: Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental;
- Princípio 9: Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.

Anti-corrupção

- Princípio 10: As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

**Jerónimo
Martins**



Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Sociedade Aberta

Número comum de matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500 100 144
Capital social: 629.293.220 EUR • Rua Actor António Silva, N.º 7 1649 - 033 LISBOA

Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	313
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018	
DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS	313
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018	
BALANÇO	314
Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018	
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	315
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	316
Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018	

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	Página
1. Actividade.....	317
2. Políticas contabilísticas	317
3. Custos operacionais.....	328
4. Empregados	328
5. Custos financeiros líquidos.....	331
6. Locações.....	331
7. Impostos	333
8. Ganhos (perdas) em subsidiárias	336
9. Ganhos (perdas) em outros investimentos	336
10. Activos fixos tangíveis	336
11. Activos intangíveis.....	338
12. Propriedades de investimento	339
13. Partes de capital em subsidiárias	339
14. Empréstimos a subsidiárias.....	340
15. Devedores, acréscimos e diferimentos.....	340
16. Caixa e equivalentes de caixa	341
17. Caixa gerado pelas operações	341
18. Capital e reservas	341
19. Resultados por acção.....	342
20. Empréstimos obtidos	342
21. Provisões	344
22. Credores, acréscimos e diferimentos	344
23. Garantias.....	345
24. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes.....	345
25. Subsidiárias.....	346
26. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações directas e indirectas.....	346
27. Partes relacionadas	346
28. Riscos financeiros	350
29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	351
30. Eventos subsequentes à data do balanço	352

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2019	2018
Prestações de serviços	27	17.649	16.732
Custo das prestações de serviços	3	(16.416)	(14.444)
Resultados brutos		1.233	2.288
Outros proveitos e ganhos operacionais	3	479	413
Custos administrativos	3	(20.896)	(18.242)
Outros custos e perdas operacionais	3	(30.304)	(20.420)
Resultados operacionais		(49.488)	(35.961)
Custos financeiros líquidos	5	(1.232)	(2.042)
Ganhos (perdas) em subsidiárias	8	796.305	781.892
Ganhos (perdas) em outros investimentos	9	199	197
Resultados antes de impostos		745.784	744.086
Imposto sobre o rendimento do exercício	7.1	8.611	15.399
Resultados líquidos		754.395	759.485
Resultado básico e diluído por acção - euros	19	1,200	1,209

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2019	2018
Resultados líquidos		754.395	759.485
Outros rendimentos integrais:			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Remensurações de benefícios pós emprego	4.2	1.893	98
Imposto relacionado	7.3	(426)	(22)
		1.467	76
Itens que poderão ser reclassificados para resultados			
		-	-
Outros rendimentos integrais, líquidos de impostos		1.467	76
Total de rendimentos integrais		755.862	759.561

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2019	2018
Activo			
Activos fixos tangíveis	10	1.952	1.101
Activos intangíveis	11	5.516	5.241
Propriedades de investimento	12	2.470	2.470
Direitos de uso	6.1	631	-
Partes de capital em subsidiárias	13	665.066	665.016
Empréstimos a subsidiárias	14	1.575.145	1.468.145
Impostos diferidos activos	7.3	12.598	7.637
Outros devedores	15	19.476	19.440
Total de activos não correntes		2.282.854	2.169.050
Empréstimos a subsidiárias	14	119.740	116.980
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	18.005	18.478
Caixa e equivalentes de caixa	16	93.460	559
Total de activos correntes		231.205	136.017
Total do activo		2.514.059	2.305.067
Capital próprio e passivo			
Capital	18.1	629.293	629.293
Prémios de emissão	18.1	22.452	22.452
Acções próprias	18.2	(6.060)	(6.060)
Resultados retidos	18.3	1.829.805	1.278.184
Total do capital próprio		2.475.490	1.923.869
Responsabilidades com locações	6.2	296	-
Benefícios concedidos a empregados	4.2	14.291	17.212
Provisões para riscos e encargos	21	6.593	21.506
Impostos diferidos passivos	7.3	165	169
Total de passivos não correntes		21.345	38.887
Empréstimos obtidos	20	-	327.500
Responsabilidades com locações	6.2	338	-
Credores, acréscimos e diferimentos	22	15.891	13.756
Imposto sobre o rendimento a pagar	7.4	995	1.055
Total de passivos correntes		17.224	342.311
Total do capital próprio e do passivo		2.514.059	2.305.067

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Resultados retidos	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2018		629.293	22.452	(6.060)	903.853	1.549.538
Remensurações de benefícios pós-emprego						
- Valor bruto	4.2				98	98
- Imposto diferido	7.3				(22)	(22)
Outros rendimentos integrais		-	-	-	76	76
Resultados do exercício de 2018					759.485	759.485
Total de rendimentos integrais		-	-	-	759.561	759.561
Pagamento de dividendos	18.4				(385.230)	(385.230)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		629.293	22.452	(6.060)	1.278.184	1.923.869
Remensurações de benefícios pós-emprego						
- Valor bruto	4.2				1.893	1.893
- Imposto diferido	7.3				(426)	(426)
Outros rendimentos integrais		-	-	-	1.467	1.467
Resultados do exercício de 2019					754.395	754.395
Total de rendimentos integrais		-	-	-	755.862	755.862
Pagamento de dividendos	18.4				(204.241)	(204.241)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019		629.293	22.452	(6.060)	1.829.805	2.475.490

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2019	2018*
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e outros devedores		21.856	22.912
Pagamentos a fornecedores e outros credores		(24.395)	(27.044)
Pagamentos relativos ao pessoal		(59.556)	(17.108)
Caixa gerado pelas operações	17	(62.095)	(21.240)
Imposto sobre o rendimento		4.686	5.404
Fluxos de caixa de actividades operacionais		(57.409)	(15.836)
Actividades de investimento			
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias	14	58.710	140.480
Alienação de activos fixos tangíveis	10	24	-
Juros recebidos	8	1.320	1.947
Dividendos recebidos	8	794.950	780.000
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias	14	(168.470)	(880.355)
Aquisição de activos fixos tangíveis	10	(1.092)	(209)
Aquisição de activos intangíveis	11	(1.711)	(1.556)
Aquisição e aumentos de capital em subsidiárias	13	(50)	-
Fluxos de caixa de actividades de investimento		683.681	40.307
Actividades de financiamento			
Pagamento de juros de empréstimos obtidos e custos similares	5	(1.572)	(1.977)
Pagamento de juros de locações	6.3	(15)	-
Variação líquida de empréstimos obtidos	20	(327.500)	327.499
Pagamento de locações	6.2	(401)	-
Recebimentos de juros e proveitos similares	5	358	345
Pagamento de dividendos	18.4	(204.241)	(385.230)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(533.371)	(59.363)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		92.901	(34.892)
Movimento de caixa e outros equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		559	35.451
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		92.901	(34.892)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		16	559

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

* Conforme permitido pela IAS 7, par. 31-33, a informação relativa ao ano de 2018 foi reexpressa, com a transferência da linha de "Pagamento de juros de empréstimos obtidos e custos similares" das actividades operacionais para as actividades de financiamento. Esta reclassificação permite alinhar o reporte externo com o reporte interno da JMH, atendendo à natureza não financeira do Grupo, onde o pagamento de juros de empréstimos obtidos é visto como fazendo parte das actividades de financiamento.

1. Actividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JM) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua actividade consiste essencialmente na gestão do seu portefólio de investimentos. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2019 encontram-se detalhados no Capítulo II deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500100144.

JM está cotada na Euronext Lisboa desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 19 de Fevereiro de 2020.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Individuais. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido o contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

As Demonstrações Financeiras Individuais de JM foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2019.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita às propriedades de investimento e activos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor.

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e assunções que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e assunções adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.8).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação

2.1.1 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas por JM

Entre Novembro de 2017 e Março de 2019 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados pela JM desde 1 de Janeiro de 2019:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1986/2017	IFRS 16 Locações (nova)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 498/2018	IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Elementos de pré-pagamento com compensação negativa (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 1595/2018	IFRIC 23 Incertezas quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento (nova)	Junho 2017	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 237/2019	IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Interesses de longo prazo em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Outubro 2017	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 402/2019	IAS 19 Benefícios dos Empregados: Alteração, redução ou cancelamento do plano (alterações)	Fevereiro 2018	1 Janeiro 2019
Regulamento n.º 412/2019	Ciclo 2015-2017 de melhoria às normas IFRS: IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais; IFRS 11 Acordos Conjuntos; IAS 12 Impostos sobre o Rendimento e IAS 23 Custos de Empréstimos (alterações)	Dezembro 2017	1 Janeiro 2019

A JMH implementou as alterações e a nova interpretação, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Individuais, com excepção da adopção da nova norma IFRS 16 Locações.

A JMH adoptou pela primeira vez a nova norma IFRS 16 Locações, não tendo havido reexpressão das Demonstrações Financeiras comparativas. Conforme requerido pelas normas, a natureza e os efeitos destas alterações são os seguintes:

IFRS 16 Locações

A nova norma IFRS 16 eliminou a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme era previsto na IAS 17. Ao invés, introduziu um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento que era dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único estabelece, para o locatário, o reconhecimento de: i. activos e passivos para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os activos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação) no Balanço; e ii. depreciação dos activos locados e juros separadamente na Demonstração dos Resultados.

A JMH adoptou esta nova norma a partir de 1 de Janeiro de 2019, tendo aplicado o método retrospectivo modificado nas contas individuais, conforme permitido pelas disposições transitórias da norma, pelo que não reexpressou as contas comparativas do ano de 2018, não se tendo verificado qualquer impacto nos capitais próprios da JMH no momento da transição.

As locações da JMH dizem respeito principalmente a contratos de aluguer de viaturas ligeiras. No que respeita aos compromissos anteriores com locações operacionais, na transição, a JMH reconheceu em 1 de Janeiro de 2019, no seu Balanço, direitos de uso e responsabilidades com locações no montante de m EUR 746.

Na mensuração das responsabilidades com locações, a JMH descontou os pagamentos das locações usando a sua taxa incremental de financiamento a 1 de Janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada foi de 2,52%, atendendo às características dos contratos (activo subjacente e garantias, moeda e prazo).

Na aplicação da IFRS 16 pela primeira vez, a JMH usou os expedientes práticos seguintes permitidos pela norma:

- i) o uso de apenas uma taxa de desconto para um portefólio de locações com características razoavelmente similares;
- ii) reconhecimento de locações operacionais com um prazo inferior a 12 meses na data da transição como locações de curto prazo;
- iii) exclusão dos custos directos iniciais na mensuração do activo sob direito de uso na data de aplicação inicial;
- iv) o uso de análise retrospectiva na determinação do prazo da locação quando o contrato inclui opções de prorrogação ou rescisão da locação.

A reconciliação entre os compromissos com locações operacionais divulgados pela JMH nas Notas às Demonstrações Financeiras Individuais do ano anterior e as responsabilidades com locações reconhecidas na data inicial de aplicação é a seguinte:

Compromissos com locações operacionais divulgadas a 31 Dezembro 2018	814
Mais/(menos): outros ajustamentos resultantes da aplicação da IFRS 16 pela primeira vez	(47)
Responsabilidades com locações não descontadas reconhecidas a 1 Janeiro 2019	767
Descontadas usando a taxa incremental de financiamento (média 2,52%)	(21)
Responsabilidades com locações reconhecidas a 1 Janeiro 2019	746

O impacto da adopção da nova norma IFRS 16 nos saldos de abertura a 1 Janeiro 2019 foi como se apresenta:

Valores expressos em milhares de euros

	31/12/2018	Ajust. Transição IFRS 16	01/01/2019
Activo			
Activos fixos tangíveis	1.101	-	1.101
Activos intangíveis	5.241	-	5.241
Propriedades de investimento	2.470	-	2.470
Direitos de uso	-	746	746
Partes de capital em subsidiárias	665.016	-	665.016
Empréstimos a subsidiárias	1.468.145	-	1.468.145
Impostos diferidos activos	7.637	-	7.637
Outros devedores	19.440	-	19.440
Total de activos não correntes	2.169.050	746	2.169.796
Empréstimos a subsidiárias	116.980	-	116.980
Devedores, acréscimos e diferimentos	18.478	-	18.478
Caixa e equivalentes de caixa	559	-	559
Total de activos correntes	136.017	-	136.017
Total do activo	2.305.067	746	2.305.813
Capital próprio e passivo			
Capital	629.293	-	629.293
Prémios de emissão	22.452	-	22.452
Acções próprias	(6.060)	-	(6.060)
Resultados retidos	1.278.184	-	1.278.184
Total do capital próprio	1.923.869	-	1.923.869
Responsabilidades com locações	-	362	362
Benefícios concedidos a empregados	17.212	-	17.212
Provisões para riscos e encargos	21.506	-	21.506
Impostos diferidos passivos	169	-	169
Total de passivos não correntes	38.887	362	39.249
Empréstimos obtidos	327.550	-	327.550
Responsabilidades com locações	-	384	384
Credores, acréscimos e diferimentos	13.756	-	13.756
Imposto sobre o rendimento a pagar	1.055	-	1.055
Total de passivos correntes	342.311	384	342.695
Total do capital próprio e do passivo	2.305.067	746	2.305.813

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE, mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados a 1 de Janeiro de 2019 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou entre Novembro de 2019 e Janeiro de 2020 um conjunto de alterações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2075/2019	Alterações às Referenciações à Estrutura Conceptual nas normas IFRS (alterações)	Março 2018	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 2104/2019	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alteração de Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Material (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020
Regulamento n.º 34/2020	Reforma das taxas de juro de referência (alterações IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)	Setembro 2019	1 Janeiro 2020

Estas alterações são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2020, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH.

2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela UE

O IASB emitiu entre Maio de 2017 e Outubro de 2018 a seguinte norma e alterações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	Maio 2017	1 Janeiro 2021
IFRS 3 Combinações de Negócios: Definição de Negócio (alterações)	Outubro 2018	1 Janeiro 2020

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura desta nova norma e alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais da JMH.

2.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, a JMH não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2019, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores, que obrigassem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa, para os quais, as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios ou quando estas se relacionam com outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio.

2.3 Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluíam que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros activos líquidos (nota 2.5).

2.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade. Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os activos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1 Activos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os activos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, justo valor através de outros rendimentos integrais (ORI), justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efectiva, conforme apropriado.

A classificação dos activos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do activo financeiro e do modelo adoptado pela JMH para os gerir. Com exceção das contas a receber, a JMH inicialmente mensura um activo financeiro pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso de um activo financeiro que não esteja ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos directamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensuradas pelo preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um activo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adoptado pela JMH para gerir activos financeiros refere-se à forma como os seus activos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adoptado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos activos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos activos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Activos financeiros ao custo amortizado

A JMH mensura os activos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os activos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efectiva e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o activo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Os activos financeiros da JMH ao custo amortizado incluem principalmente empréstimos a subsidiárias e créditos comerciais a receber.

ii. Activos financeiros ao justo valor através de ORI

A JMH mensura os activos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adoptado, com o objectivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os termos contratuais do activo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, rendimento de juros, reavaliação cambial e perdas ou reversões de imparidades são reconhecidas na demonstração dos resultados e tratadas da mesma maneira que os activos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para os resultados.

A JMH não detém quaisquer activos financeiros nesta categoria.

iii. Activos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, a JMH pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento-a-instrumento.

Ganhos ou perdas nestes activos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

A JMH não detém actualmente quaisquer activos financeiros nesta categoria.

iv. Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos activos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os activos financeiros detidos para negociação, activos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados ou activos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os activos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objectivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Derivados, incluindo derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efectiva. Activos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adoptado. Activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho público (FCT).

Desreconhecimento

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais da JMH a receber fluxos de caixa expiram; ii. a JMH transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, a JMH transferiu o controlo desses activos.

2.4.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura efectiva, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transacção directamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da JMH incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objectivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pela JMH que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da taxa de juro efectiva. A amortização da taxa de juro efectiva é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respectivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5 Imparidade

2.5.1 Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 12) e impostos diferidos activos (nota 7.3), os activos de JM, essencialmente as partes de capital em subsidiárias, são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Nos testes de imparidade a partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado em que opera cada uma das áreas de negócio. Baseiam-se em projecções de cash flows para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos da JM para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos de venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2 Imparidade de activos financeiros

Empréstimos a subsidiárias

O teste de imparidade aos empréstimos a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em empréstimos a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

Cientes, devedores e outros activos financeiros

A JMH reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas (PCE) em activos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a JMH espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efectiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

Para as contas a receber, a JMH aplica a abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do activo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, a JMH tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

Um activo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6 Reconhecimento de proveitos

Prestações de serviços

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

2.7 Informação por segmentos

Dado que a principal actividade da JMH consiste na gestão de participações financeiras, o reporte da informação relativa a segmentos operacionais nas contas individuais de JMH não faz sentido. Esta informação encontra-se pormenorizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.8 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação do justo valor das propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos, requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Loações – determinação da taxa de juro incremental

Na maioria das locações a JMH não consegue determinar prontamente a taxa de juro implícita nos contratos, portanto utiliza a sua Taxa de Juro Incremental (“TJI”) para mensurar as responsabilidades com locações. A TJI é a taxa de juro que a JMH teria de pagar para obter empréstimos de prazo e garantias similares, para obter um ativo semelhante ao ativo da locação num ambiente económico semelhante. A JMH estima a TJI utilizando informação observável (como taxas de juro de mercado) quando disponível, sendo necessário fazer algumas estimativas específicas da Companhia. A TJI média utilizada por JMH para descontar as responsabilidades com locações iniciais foi de 2,52%.

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles resultam de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efectuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor actual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias.

No sentido de determinar se a imparidade existe, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de factores como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

	Impacto nas contas de JMH	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Aumento da taxa em 1 p.p.	510	43

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Imparidade de clientes e devedores

Sempre que existem riscos de existência de perdas por imparidade de clientes e devedores, a Gestão mantém ajustamentos para perdas por imparidade, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes de efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente ou devedor se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício definido.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades com estes planos de benefício definido.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, qualidade das obrigações e identificação dos dados atípicos a excluir.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos:

- Intervalo restrito [0,35% - 0,75%]
- Intervalo alargado [0,15% - 0,95%]

Face a estes resultados, JMH decidiu reduzir a taxa de desconto de 1,40% para 0,55%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Pressuposto utilizado	Impacto nas responsabilidades com benefício definido		
		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
Taxa de desconto	0,55%	0,50%	(529)	565
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	0,50%	37	(34)
Taxa de crescimento das pensões	3,00%	0,50%	527	(494)
Esperança média de vida	TV 88/90	1 ano	981	(915)

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando JMH espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar os resultados futuros.

2.9 Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados, fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e que esses preços representam transacções actuais e regulares ocorridas em mercado, em livre concorrência. No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

JMH aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados e instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidades de mercado. No caso dos instrumentos financeiros derivados, JMH utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado e para os quais JMH utiliza estimativas e pressupostos internos.

Caixa e equivalentes de caixa e devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão, o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa a pagar esperados. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.10 Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados activos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível, incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes e que usam nas suas avaliações inputs que não são directamente observáveis no mercado.

	2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

	2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.470	-	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2.11 Instrumentos financeiros por categoria

	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2019						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	93.460	-	-	93.460	-	93.460
Empréstimos a subsidiárias	1.694.885	-	-	1.694.885	-	1.694.885
Devedores, acréscimos e diferimentos	35.136	109	-	35.245	2.236	37.481
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	688.233	688.233
Total activos	1.823.481	109	-	1.823.590	690.469	2.514.059
Passivos						
Responsabilidades com locações	-	-	634	634	-	634
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	8.224	8.224	7.667	15.891
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	22.044	22.044
Total passivos	-	-	8.858	8.858	29.711	38.569

	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2018						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	559	-	-	559	-	559
Empréstimos a subsidiárias	1.585.125	-	-	1.585.125	-	1.585.125
Devedores, acréscimos e diferimentos	36.327	73	-	36.400	1.518	37.918
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	681.465	681.465
Total activos	1.622.011	73	-	1.622.084	682.983	2.305.067
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	327.500	327.500	-	327.500
Cretores, acréscimos e diferimentos	-	-	6.887	6.887	6.869	13.756
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	39.942	39.942
Total passivos	-	-	334.387	334.387	46.811	381.198

3. Custos operacionais

Custos das prestações de serviços

Os custos das prestações de serviços correspondem aos custos incorridos por cada um dos departamentos de JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos de JMH que não correspondem a serviços prestados, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afectação real.

Outros custos e perdas operacionais

Os outros custos e perdas operacionais incluem os custos não relacionados com as prestações de serviços às suas participadas e os não directamente relacionados com a função de Holding do Grupo.

Custos operacionais por naturezas

	2019	2018
Fornecimentos e serviços externos	18.799	18.381
Rendas e alugueres	822	1.232
Custos com pessoal	44.441	31.137
Depreciações e amortizações de activos tangíveis e intangíveis	1.535	1.052
Depreciações de direitos de uso	405	-
Ganhos/perdas com activos tangíveis e intangíveis	(24)	-
Ganhos/perdas com direitos de uso	(1)	-
Outros ganhos e perdas operacionais	1.160	891
Total	67.137	52.693

4. Empregados

4.1 Custos com o pessoal

	2019	2018
Ordenados e salários	13.332	11.607
Segurança social	2.500	2.065
Benefícios de empregados (nota 4.2)	25.910	15.351
Outros custos com pessoal	2.699	2.114
Total	44.441	31.137

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação e indemnizações, entre outros.

Os valores comparativos de 2018 foram reclassificados, com o montante de m EUR 15.000 a ser transferido de Outros custos com pessoal para Benefícios de empregados, em virtude da conclusão, já em 2019, da implementação de um plano de compensação pós-emprego, de contribuição definida, para colaboradores do Grupo. O montante referido diz respeito à contribuição relativa ao ano de 2018. A contribuição relativa ao ano de 2019 ascendeu a m EUR 24.945.

No final do exercício de 2019, o número de empregados ao serviço ascendia a 185 (em 2018, eram 159). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 174 (em 2018, eram 151).

4.2 Benefícios de empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais JMH efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano, a qual se encontra definida no Regulamento do mesmo e que varia apenas em função da antiguidade dos seus beneficiários.

JMH incentiva os seus empregados a participar na sua própria reforma. Assim sendo, os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas por JMH sobre as mesmas.

As contribuições de JMH para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais JMH garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente por JMH.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método de rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas ex-empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Benefícios pós-emprego (Plano de compensação para colaboradores do Grupo)

A JMH terminou em 2019 a implementação de um plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, o qual se traduz numa contribuição anual para uma fundação que garante a sua gestão por terceiros, de forma independente. Estas contribuições têm as características de um plano de contribuição definida, atendendo a que a JMH não tem qualquer responsabilidade por fazer contribuições, para além do montante anual definido pelo Conselho de Administração. A JMH não assume ainda qualquer risco, nomeadamente sobre o valor dos activos nos quais as suas contribuições forem investidas, nem sobre o valor final dos benefícios a atribuir, recaindo esse risco na sua totalidade sobre os participantes no plano.

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em JMH engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuárias).

Valores reflectidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2019	2018
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	13.520	16.576
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	771	636
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	-	-
Total	14.291	17.212

Valores reflectidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2019	2018	2019	2018
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	573	457	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia	222	223	(1.893)	(98)
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	170	(329)	-	-
Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida	24.945	15.000	-	-
Total	25.910	15.351	(1.893)	(98)

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Saldo em 1 de Janeiro	15.000	-	16.576	17.927	636	972
Custos com juros	-	-	222	223	10	14
Custos dos serviços correntes	25.518	15.457	-	-	84	74
(Ganhos) perdas actuárias						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	822	(127)	58	(6)
Alterações de experiência	-	-	(2.715)	29	18	(411)
Contribuições ou Reformas pagas	(40.518)	(457)	(1.385)	(1.476)	(35)	(7)
Saldo em 31 de Dezembro	-	15.000	13.520	16.576	771	636

Pressupostos actuários utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	2019	2018
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	0,55%	1,40%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	3,00%	3,00%

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adoptados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas. A análise de sensibilidade aos pressupostos está efectuada na nota 2.8.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos dez anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo da Companhia	1.228	4.098	3.290
Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido	25	179	454
Total	1.253	4.277	3.744

5. Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados, custos com emissão e manutenção de garantias bancárias e, outros custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2019	2018
Juros suportados com empréstimos obtidos	(590)	(1.572)
Juros suportados com locações	(15)	-
Juros obtidos	161	149
Outros custos e proveitos financeiros	(788)	(619)
Custos financeiros líquidos	(1.232)	(2.042)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado. Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de linhas de crédito, emissão e manutenção de garantias bancárias e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

6. Locações

No início de cada contrato a JMH avalia se o contrato é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo locado fica disponível para uso pela JMH. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para reflectir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor entre o tempo de vida útil do ativo e o prazo da locação.

Os ativos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, a JMH elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efetuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações a JMH utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para reflectir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efectuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos). A taxa média ponderada aplicada foi de 2,52%, determinada tendo em consideração as características do contrato (ativo subjacente, garantias do contrato, moeda e prazo).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos diretos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efetuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

A JMH aplica a exceção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a exceção de reconhecimento de contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor. Os pagamentos efetuados referentes a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

As locações da JMH referem-se principalmente a contratos de aluguer de viaturas, com períodos iniciais entre 3 e 4 anos. Os contratos de locação não impõem covenants.

Os direitos de uso são sujeitos a testes de imparidade, conforme referido na nota 2.5.1.

A nova norma IFRS 16 foi adoptada pela JMH a partir de 1 de Janeiro de 2019, tendo sido aplicado o método retrospectivo modificado, pelo que as contas comparativas de 2018 não foram reexpressas.

Na transição, o direito de uso foi mensurado pela mesma quantia das responsabilidades com locações.

6.1 Direitos de uso

	2019	Equipamento de transporte	Total
Activo Bruto			
Saldo inicial		-	-
Alteração política contabilística (ver nota 2.1.1)		746	746
Novos contratos		275	275
Actualizações contratos		40	40
Cancelamento contratos		(82)	(82)
Saldo final		979	979
Depreciações e perdas por imparidade			
Saldo inicial		-	-
Aumentos		405	405
Cancelamento contratos		(57)	(57)
Saldo final		348	348
Valor líquido			
Em 31 de Dezembro de 2018		-	-
Em 31 de Dezembro de 2019		631	631

6.2 Responsabilidades com locações

	2019	Corrente	Não corrente	Total
Saldo inicial		-	-	-
Alteração política contabilística (ver nota 2.1.1)		384	362	746
Novos contratos		77	198	275
Pagamentos		(401)	-	(401)
Actualizações contratos		16	24	40
Cancelamento contratos		(13)	(13)	(26)
Transferências		275	(275)	-
Saldo final		338	296	634

6.3 Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

A demonstração dos resultados inclui os custos abaixo indicados relacionadas com locações:

	2019
Depreciação dos direitos de uso	
Equipamento de transporte	405
Subtotal	405
Juros de responsabilidades com locações	15
Ganhos/perdas com cancelamento de contratos	(1)
Rendas e alugueres (nota 3)	
Gastos relacionados com locações de curto-prazo	570
Gastos relacionados com locações de activos de valor reduzido	44
Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos	208
Subtotal	822
Total	1.241

Os pagamentos relativos a locações ascenderam a m EUR 1.238 no ano de 2019.

7. Impostos

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevados em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a Companhia estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para as transacções que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal, a JMH incorpora os efeitos dessa incerteza nas estimativas para impostos, sempre que não for provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal dado pela JMH. Os activos e passivos relacionados com interpretações fiscais incertas são apresentados como activos ou passivos por impostos diferidos.

Para os processos de contencioso fiscal e para todas as situações em que a posição das autoridades tributárias é já conhecida, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (em que a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou, procedendo-se ao seu pagamento, sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses de JMH.

7.1 Imposto sobre o rendimento do exercício

	2019	2018
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	3.033	4.600
Excesso (insuficiência) de exercícios anteriores	254	27
	3.287	4.627
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas ou revertidas no período	5.391	4.063
	5.391	4.063
Outros Ganhos (perdas) relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(67)	6.709
	(67)	6.709
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	8.611	15.399

À semelhança dos anos anteriores foram reavaliados em detalhe todos os processos de contencioso fiscal. Atendendo às decisões entretanto proferidas pelos Tribunais em processos equivalentes ou respeitantes à mesma matéria de facto, procedeu-se, em 2018, a uma redução das provisões, no montante de m EUR 6.826.

7.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2019	2018
Resultado antes de imposto (RAI)	745.784	744.086
Imposto à taxa de 22,5%	(167.801)	(167.419)
Efeito fiscal gerado por:		
Resultados não tributados e não recuperáveis	177.151	176.915
Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal	(67)	6.709
Custos não dedutíveis	(474)	(564)
Alteração da taxa de imposto	-	-
Excesso (insuficiência) estimativa do ano anterior	254	27
Tributações autónomas e derrama estadual	(452)	(269)
Imposto do ano	8.611	15.399
Taxa média efectiva de imposto	(1,15%)	(2,07%)

Em 2019 e 2018, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente.

A taxa média de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor, na medida em que foram anteriormente sujeitos a tributação na esfera da sociedade que os originou.

7.3 Impostos diferidos activos e passivos

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2019	2018
Impostos diferidos activos	12.598	7.637
Impostos diferidos passivos	(165)	(169)
Total	12.433	7.468

A JMH não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

	01/01/2019	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2019
Impostos diferidos activos				
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	3.873	8.756	(426)	12.203
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	3.764	(3.371)	-	393
Efeito da aplicação da norma das locações	-	2	-	2
	7.637	5.387	(426)	12.598
Impostos diferidos passivos				
Actualização de activos para o justo valor	(169)	4	-	(165)
	(169)	4	-	(165)
Variação líquida de imposto diferido	7.468	5.391	(426)	12.433

	01/01/2018	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2018
Impostos diferidos activos				
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	4.252	(357)	(22)	3.873
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	425	3.339	-	3.764
	4.677	2.982	(22)	7.637
Impostos diferidos passivos				
Actualização de activos para o justo valor	(175)	6	-	(169)
Outras diferenças temporárias	(1.075)	1.075	-	-
	(1.250)	1.081	-	(169)
Variação líquida de imposto diferido	3.427	4.063	(22)	7.468

7.4 Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

	2019	2018
Imposto sobre o rendimento a pagar	(995)	(1.055)
Total	(995)	(1.055)

JMH integra, desde 1 de Janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além da JMH, o grupo é constituído actualmente pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio - Cash & Carry, S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Masterchef, S.A.
- Caterplus – Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Terra Alegre Lacticínios, S.A.
- Best-Farmer – Actividades Agro-pecuárias, S.A.
- Seaculture – Aquicultura, S.A.
- João Gomes Camacho, S.A.
- Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.

7.5 Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

A JMH não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais na medida em que não estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	2019	2018
2022	818	746
2024	1.455	-
Total	2.273	746

8. Ganhos (perdas) em subsidiárias

	2019	2018
Dividendos recebidos	794.950	780.000
Juros de empréstimos concedidos	1.355	1.892
Total	796.305	781.892

9. Ganhos (perdas) em outros investimentos

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos em outros investimentos no período a que dizem respeito.

	2019	2018
Rendas de propriedades de investimento	199	197
Total	199	197

10. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	10
Ferramentas e utensílios	25
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	10-25
Outras imobilizações	10

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção de JMH utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

10.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

2019	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Activo bruto							
Saldo inicial	664	88	2	3.003	392	97	4.246
Aumentos	11	87	-	89	20	885	1.092
Alienações	-	(74)	-	(1)	-	-	(75)
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	675	101	2	3.091	412	982	5.263
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial	233	88	2	2.496	326	-	3.145
Aumentos	64	9	-	167	1	-	241
Alienações	-	(74)	-	(1)	-	-	(75)
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	297	23	2	2.662	327	-	3.311
Valor líquido							
Em 1 de Janeiro de 2019	431	-	-	507	66	97	1.101
Em 31 de Dezembro de 2019	378	78	-	429	85	982	1.952

10.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior

2018	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Activo bruto							
Saldo inicial	622	88	2	2.932	392	-	4.036
Aumentos	42	-	-	70	-	97	209
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	1	-	-	1
Saldo final	664	88	2	3.003	392	97	4.246
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial	171	77	2	2.323	326	-	2.899
Aumentos	62	11	-	173	-	-	246
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	233	88	2	2.496	326	-	3.145
Valor líquido							
Em 1 de Janeiro de 2018	451	11	-	609	66	-	1.137
Em 31 de Dezembro de 2018	431	-	-	507	66	97	1.101

10.3 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

11. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo histórico deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do processo em desenvolvimento e JMH tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua utilização.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço.

Os activos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

11.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

2019	Despesas de desenvolvimento	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto			
Saldo inicial	6.355	1.365	7.720
Aumentos	60	1.508	1.568
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	504	(503)	1
Saldo final	6.919	2.370	9.289
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			
Saldo inicial	2.479	-	2.479
Aumentos	1.294	-	1.294
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	3.773	-	3.773
Valor líquido			
Em 1 de Janeiro de 2019	3.876	1.365	5.241
Em 31 de Dezembro de 2019	3.146	2.370	5.516

11.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior

2018	Despesas de desenvolvimento	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto			
Saldo inicial	2.399	3.621	6.020
Aumentos	1.205	496	1.701
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	2.751	(2.752)	(1)
Saldo final	6.355	1.365	7.720
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas			
Saldo inicial	1.673	-	1.673
Aumentos	806	-	806
Alienações	-	-	-
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	2.479	-	2.479
Valor líquido			
Em 1 de Janeiro de 2018	726	3.621	4.347
Em 31 de Dezembro de 2018	3.876	1.365	5.241

12. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma *yield* que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de m EUR 199 (2018: m EUR 197). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente e confirmado regularmente pela aplicação do método do rendimento, encontrando-se o mesmo valorizado por m EUR 2.470 (2018: m EUR 2.470).

Em 2019, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de m EUR 4 (2018: m EUR 4), reconhecidas em resultados, em outros custos e perdas operacionais.

13. Partes de capital em subsidiárias

As partes de capital em subsidiárias, correspondem a investimentos realizados na aquisição de participações financeiras nas sociedades constantes na nota 25.

	2019	2018
Valor líquido em 1 de Janeiro	665.016	665.016
Aumentos	50	-
Diminuições	-	-
Valor líquido em 31 de Dezembro	665.066	665.016

Em Dezembro de 2019, foi constituída a sociedade Jerónimo Martins Inovação, S.A..

14. Empréstimos a subsidiárias

Empréstimos não correntes	2019	2018
Valor líquido em 1 de Janeiro	1.468.145	652.370
Aumentos	145.000	878.575
Diminuições	(38.000)	(62.800)
Valor líquido em 31 de Dezembro	1.575.145	1.468.145

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros).

Empréstimos correntes	2019	2018
Valor líquido em 1 de Janeiro	116.980	192.880
Aumentos	23.470	1.780
Diminuições	(20.710)	(77.680)
Valor líquido em 31 de Dezembro	119.740	116.980

Os empréstimos correntes revestem a natureza de operações de tesouraria (como tal, vencem juros a taxas normais de mercado).

15. Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de subsidiárias e devedores são valores a receber de serviços prestados pela JMH no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1 e 2.5.2).

	2019	2018
Não correntes		
Outros devedores (fundo de compensação do trabalho - FCT)	109	73
Outros devedores (depósitos colaterais)	19.367	19.367
Total	19.476	19.440
Correntes		
Subsidiárias	10.639	10.474
Outros devedores	618	1.598
Impostos a recuperar	1.225	1.103
Acréscimos de proveitos	4.449	4.212
Custos diferidos	1.074	1.091
Total	18.005	18.478

JMH detém depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 19.367, com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas. Estes depósitos estão a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.. Estes depósitos serão libertados na sequência do reembolso dos empréstimos que os garantem.

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias, destacam-se essencialmente facturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de m EUR 1.138 (2018: m EUR 695), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude deste ser tributado pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), no montante de m EUR 9.384 (2018: m EUR 9.697).

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente m EUR 4.339 (2018: m EUR 4.059) relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas ainda não facturados e m EUR 72 (2018: m EUR 70) de juros a receber.

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 63 (2018: m EUR 7) de custos com emissão de papel comercial e garantias bancárias e m EUR 1.011 (2018: m EUR 1.084) de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2019, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

16. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço de JMH, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2019	2018
Depósitos à ordem	93.445	547
Caixa e equivalentes de caixa	15	12
Total	93.460	559

17. Caixa gerado pelas operações

	2019	2018
Resultados líquidos	754.395	759.485
Ajustamentos para:		
Impostos	(8.611)	(15.399)
Depreciações e amortizações	1.940	1.052
Custos financeiros líquidos	1.232	2.042
(Ganhos) perdas com activos tangíveis e intangíveis	(24)	-
(Ganhos) perdas com direitos de uso	(1)	-
(Ganhos) perdas em subsidiárias	(796.305)	(781.892)
(Ganhos) perdas em outros investimentos	(199)	(197)
	(47.573)	(34.909)
Variações de working capital:		
Devedores e acréscimos e diferimentos	211	1.509
Credores e acréscimos e diferimentos	1.694	(1.064)
Provisões e benefícios concedidos a empregados	(16.427)	13.224
Caixa gerado pelas operações	(62.095)	(21.240)

18. Capital e reservas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar e a receber

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras de JMH no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

18.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2018: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida. Não existem acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pela Companhia encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2019, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor do exercício de 2018, no montante de m EUR 22.452.

18.2 Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2019 a JMH detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2019.

18.3 Resultados retidos

Em 31 de Dezembro de 2019, o montante total de resultados retidos ascende a m EUR 1.829.805 (2018: m EUR 1.278.184), provenientes de resultados gerados no exercício e em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos m EUR 317.290 (2018: m EUR 315.823), conforme disposto nos Arts.º 32, 218, 295, 296 e 324 do Código das Sociedades Comerciais.

18.4 Dividendos

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 11 de Abril de 2019, foram pagos, em Maio de 2019, dividendos aos accionistas detentores do capital de Jerónimo Martins, no montante de m EUR 204.241. De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 12 de Abril de 2018, foram pagos, em Maio de 2018, dividendos aos accionistas detentores do capital de Jerónimo Martins, no montante de m EUR 385.230.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, descrita no ponto 8, incluído no capítulo do Relatório de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos accionistas a distribuição de um montante de m EUR 216.810 – correspondendo a um dividendo por acção de EUR 0,345 (excluindo-se as acções próprias em carteira).

19. Resultados por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

19.1 Resultado básico e diluído por acção

	2019	2018
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
Acções próprias adquiridas durante o ano	-	-
Acções emitidas durante o ano	-	-
Número médio ponderado de acções ordinárias (igual ao diluído)	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias (igual ao diluído)	754.395	759.485
Resultado básico por acção (igual ao diluído) – euros	1,200	1,209

20. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que JMH tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outras formas de financiamento. A nota 28 proporciona informação adicional sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxa de juro.

20.1 Empréstimos correntes e não correntes

2019	Saldo inicial	Cash Flows	Saldo final
Empréstimos não correntes			
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	-	-
Total	-	-	-
Empréstimos correntes			
Empréstimos obtidos de companhias do Grupo	327.500	(327.500)	-
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	-	-
Empréstimos bancários	-	-	-
Total	327.500	(327.500)	-

2018	Saldo inicial	Cash Flows	Saldo final
Empréstimos não correntes			
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	-	-
Total	-	-	-
Empréstimos correntes			
Empréstimos obtidos de companhias do Grupo	-	327.500	327.500
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	-	-
Empréstimos bancários	1	(1)	-
Total	1	327.499	327.500

20.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	2019	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos obtidos de companhias do Grupo		-	-	-
Empréstimos bancários – programas de papel comercial		-	-	-
Empréstimos bancários		-	-	-
Total	0,67%	-	-	-

	Taxa média	2018	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos obtidos de companhias do Grupo		327.500	327.500	-
Empréstimos bancários – programas de papel comercial		-	-	-
Empréstimos bancários		-	-	-
Total	0,71%	327.500	327.500	-

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma companhia. Assim sendo, os *plafonds* não utilizados acessíveis a JMH ascendem ao montante de m EUR 114.750 (2018: m EUR 114.750).

20.3 Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de m EUR 185.000 (2018: m EUR 155.000), sendo a taxa de juro variável. No final de 2019 e 2018, não estava a ser utilizado qualquer montante do total contratado.

20.4 Dívida financeira líquida

	2019	2018
Empréstimos correntes	-	327.500
Acréscimos e diferimentos de juros	(72)	133
Depósitos à ordem	(93.445)	(547)
Total	(93.517)	327.086

21. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que JMH tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado por JMH e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para outros riscos e encargos (processos em contencioso)

Provisões relacionadas com processos em contencioso, envolvendo a JMH são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas por JMH, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2019	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	21.506	108	(15.021)	6.593
Total de Provisões	21.506	108	(15.021)	6.593

2018	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Outros riscos e encargos	13.403	15.000	(6.897)	21.506
Total de Provisões	13.403	15.000	(6.897)	21.506

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

Em 2018, foi constituída uma provisão para outros riscos e encargos, no montante de m EUR 15.000, relativa a um plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, que se encontrava em fase de implementação. Com a conclusão da implementação deste plano já em 2019, a provisão foi utilizada na sua totalidade.

À semelhança dos anos anteriores, em 2018, foram reavaliados todos os processos de contencioso fiscal. Atendendo às decisões entretanto proferidas pelos Tribunais em processos equivalentes ou respeitantes à mesma matéria de facto, procedeu-se nesse ano a uma redução das provisões, no montante de m EUR 6.826.

22. Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de serviços adquiridos por JMH no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo (nota 2.4.2).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos. Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2019	2018
Subsidiárias	4.024	3.016
Credores comerciais	2.250	1.678
Credores não comerciais	71	18
Impostos a pagar	659	514
Acréscimos de custos	8.870	8.513
Proveitos diferidos	17	17
Total	15.891	13.756

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de m EUR 6.991 (2018: m EUR 6.338) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por m EUR 1.879 (2018: m EUR 2.175) correspondentes a custos diversos (utilities, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2019, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

23. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2019	2018
Garantias a favor da Autoridade Tributária	14.348	14.404
Garantias bancárias sobre financiamentos	266.020	231.350
Outras garantias prestadas	1.669	1.367
Total	282.037	247.121

As garantias prestadas sobre financiamentos dizem respeito a empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.. Estas garantias serão libertadas na sequência do reembolso dos empréstimos que as garantem.

24. Contingências, activos contingentes e passivos contingentes

Activos contingentes são potenciais activos da JMH que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

A JMH procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Individuais quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da JMH. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

A JMH procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Passivos contingentes

Encontram-se pendentes de resolução as seguintes questões materialmente relevantes, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 21):

- A Autoridade Tributária informou a JMH, de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;

- A Autoridade Tributária reclamou de JMH o montante de m EUR 989, referente a IRC, relativo a uma indemnização paga pela Sociedade em virtude de um acordo alcançado em tribunal arbitral e que aquela entidade considerou tratar-se de um pagamento a uma entidade sujeita a regime fiscal mais favorável, e como tal não aceite para efeitos fiscais. A Administração, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da Autoridade Tributária, pelo que já accionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste;
- A Autoridade Tributária informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de m EUR 6.800. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH, no entanto a Autoridade Tributária recorreu dessa decisão para tribunal superior;
- A Autoridade Tributária liquidou, relativamente ao ano de 2016, a JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), o montante m EUR 12.608, relativo à tributação em IRC de ¼ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal. Conforme explicado no Relatório & Contas Consolidado do Grupo de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016. Com base na avaliação dos nossos consultores jurídicos e fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que a JMH conteste a aplicação da referida norma, pelo que, não foram constituídas quaisquer provisões para o montante liquidado e que se espera venha a ser liquidado, que resulta da aplicação das referidas normas transitórias de 2016, 2017, 2018 e 2019 - c. m EUR 50.000 em impostos.

25. Subsidiárias

As participações directas da JMH, a 31 de Dezembro de 2019, são como se apresenta:

Designação Social	Notas	Sede	% Participação	Fracção cap. detido	Activo	Capital Próprio	Resultado
Partes de capital em subsidiárias							
Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	a)	Lisboa	100,00%	50	181	165	56
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	50	8.017	655	221
Jerónimo Martins Inovação, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	50	50	50	-
Eva – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	5,61%	28	2.139	2.118	2
Friedman – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	100,00%	5	182	169	7
Warta – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	1.373.191	1.370.561	454.536
Tagus – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	422.673	422.602	388.969
New World Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	494.788	494.748	7.260
Origins - Agro Business Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	115.100	115.096	(20)

a) Para efeitos n.º 3 do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

26. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações directas e indirectas

As companhias detidas por Jerónimo Martins, SGPS, S.A., directa e indirectamente a 31 de Dezembro de 2019, são as que constam das notas 26 e 28 do Capítulo III do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

27. Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com JMH, incluindo as que possuem, ou estão sujeitas a, influência ou controlo da JMH.

As transacções com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

27.1 Transacções com partes relacionadas (accionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.. Não ocorreram quaisquer transacções entre esta e a JMH no exercício de 2019, nem se encontrando, à data de 31 de Dezembro de 2019, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

27.2 Transacções com outras partes relacionadas

27.2.1 Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto *Holding* e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo que as áreas funcionais de apoio ao Grupo vão desde a Administração, Ambiente, Assuntos Jurídicos, Auditoria Interna, Comercial, Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Controlo Financeiro, Desenvolvimento de Negócio, Estratégia e Expansão Internacional, Fiscalidade, Gestão de Risco, Logística e Supply Chain, Marketing e Consumidor, Operações Financeiras, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Qualidade e Segurança Alimentar, Recursos Humanos, Relações com Investidores, Segurança, Segurança de Informação e Sistemas de Informação. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços ascendeu durante o exercício de 2019 a m EUR 15.861 (2018: m EUR 14.683).

27.2.2 Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das companhias do Grupo é efectuada centralmente pela Direcção de Operações Financeiras de JMH.

Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome das companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, de condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos das companhias. A negociação centralizada permite obter condições bastante favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das companhias. Esta gestão centralizada é remunerada, tendo ascendido em 2019 a m EUR 1.327 (2018: m EUR 1.551).

Outra parte passa pela centralização das tesourarias das operações, que são responsáveis pelo pagamento aos fornecedores, pessoal e outras entidades, bem como o planeamento e controlo diário dos fluxos de caixa. Esta gestão também é remunerada, tendo ascendido em 2019 a m EUR 461 (2018: m EUR 498).

27.2.3 Arrendamento de imóveis

JMH exerce a sua actividade em instalações arrendadas a companhias do Grupo, tendo suportado custos em 2019 no montante de m EUR 484 (2018: m EUR 483).

Tal como referido na nota 12, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2019 no montante de m EUR 199 (2018: m EUR 197).

27.2.4 Operações de tesouraria (empréstimos correntes)

JMH concedeu operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2019 no montante de m EUR 1.355 (2018: m EUR 1.892).

27.2.5 Custos com pessoal

Sendo Jerónimo Martins um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2019 com serviços prestados pelo pessoal de outras companhias foi de m EUR 8.200 (2018: m EUR 8.077).

27.2.6 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2019

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias							
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	8.515	-	7	11	-	661	-
Caterplus – Com. Dist. Produtos Consumo, Lda.	-	-	159	1	-	-	-
Desimo – Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	-	14	-	-	-	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	1	1	-	2	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	938	5	-	-	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	34	-	39	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	253	2	-	-	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	3.055	-	39	5	-	193	-
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	12	-	-	-	-
Jeronimo Martins Drogerie i Famacja Sp. z o.o.	-	-	23	-	-	-	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	341	1.811	-	98	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	2.905	-	101	3	-	1	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	56	-	-	3	2.990
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	68.090	-	71	129	-	-	-
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	199	36	-	43	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	-	-	49	-
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	1	-	-	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	34	7	-	-	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	10	-
New World Investments B.V.	-	543.450	-	-	-	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	115.195	-	-	-	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	316	1.636	-	96	-
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	7.584	608	17	2	-
Recheio, SGPS, S.A.	13.110	-	443	17	-	-	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	2.700	-	3	4	-	333	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	1.950	-	-	-	-	-
Terra Alegre - Lactícínios, S.A.	21.365	-	45	28	-	2.494	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	913.880	-	-	-	-	-
Subtotal	119.740	1.575.145	10.639	4.339	17	4.024	2.990
Outras entidades relacionadas							
JMDB - Repr. e Distribuição Marcas, Lda.	-	-	1	-	-	-	-
Unilever Fima, Lda	-	-	-	-	-	5	-
Subtotal	-	-	1	-	-	5	-
Total	119.740	1.575.145	10.640	4.339	17	4.029	2.990

27.2.7 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2018

Designação Social	Empréstimos concedidos correntes	Empréstimos concedidos não correntes	Empréstimos obtidos correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias								
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	4.655	-	-	5	7	-	474	-
Caterplus – Com. Dist. Produtos Consumo, Lda.	-	-	-	43	1	-	-	-
Desimo – Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	-	-	30	-	-	-	-
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-
EVA - Soc. Invest. Mobiliário Imobiliários, Lda.	-	-	-	1	-	-	-	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	-	1	-	-	-	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	-	1.069	-	-	-	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	2	48	-	36	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	-	5	4	-	-	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	2.460	-	-	82	3	-	165	-
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	-	4	-	-	-	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	-	76	1.667	-	59	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	2.500	-	-	33	2	-	-	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	-	70	-	-	-	2.941
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	88.105	-	-	57	156	-	-	-
JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	-	162	21	-	58	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	-	1	-	-	39	-
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	47	9	-	-	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	-	10	-
New World Investments B.V.	-	423.450	-	-	-	-	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	91.195	-	-	-	-	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	-	140	1.669	-	57	-
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	327.500	7.241	437	17	209	-
Recheio, SGPS, S.A.	-	-	-	1.354	-	-	-	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	3.395	-	-	3	4	-	231	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	950	-	-	-	-	-	-
Terra Alegre - Lactícínios, S.A.	15.865	-	-	45	23	-	1.678	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	951.880	-	-	-	-	-	-
Subtotal	116.980	1.468.145	327.500	10.474	4.059	17	3.016	2.941
Outras entidades relacionadas								
JMDB - Repr. e Distribuição Marcas, Lda.	-	-	-	-	-	-	1	-
Marismar Aquicultura Marinha S.A.	-	-	-	6	-	-	-	-
Unilever Fima, Lda	-	-	-	-	-	-	5	-
Subtotal	-	-	-	6	-	-	6	-
Total	116.980	1.468.145	327.500	10.480	4.059	17	3.022	2.941

27.2.8 Remunerações dos Administradores

	2019	2018
Salários e prémios	1.441	1.320
Plano de pensões	306	284
Total	1.747	1.604

O Conselho de Administração é composto por 10 elementos. As remunerações apresentadas incluem os montantes pagos aos membros do Conselho de Administração, que exercem funções na Comissão de Auditoria, cujo montante anual ascendeu a m EUR 60 (2018: m EUR 60).

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Governo da Sociedade, no Relatório e Contas Consolidado.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 4.2.

28. Riscos financeiros

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos de taxa de juro), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Companhia. A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

28.1 Risco de taxa de juro

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe JMH a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe Jerónimo Martins a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro.

28.2 Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMH selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

Instituições financeiras	Rating	2019	2018
		Saldo	Saldo
Standard & Poor's	[A+ : AA]	73	-
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	37.125	172
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	34.168	302
Standard & Poor's	[B+ : BB]	21	10
Moody's	[Caa2 : Caa1]	15	46
Fitch	[A- : A+]	22.013	-
Fitch	[BB+ : BBB]	30	-
Fitch	[B- : BB]	-	17
Total		93.445	547

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's, pela Moody's e pela Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2019 e 2018, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

28.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das actividades de JMH, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à actividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do

incremento de spreads de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JMH. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo, realizado diariamente, tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Exposição ao Risco de Liquidez			
2019	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Papel comercial	8	15	-
Credores	6.345	-	-
Responsabilidades com locações	385	312	-
Total	6.738	327	-
2018	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Empréstimos concedidos por companhias do Grupo	328.205	-	-
Papel comercial	33	115	25
Credores	4.712	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	407	407	-
Total	333.357	522	25

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2019 foi de m EUR 119, dos quais m EUR 109 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 10, foram relativos a serviços de apoio em matérias de recursos humanos;
- A nota 27 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.
- Durante o exercício de 2018, a JMH suportou despesas com Investigação e Desenvolvimento ("I&D"), as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis para efeitos de consideração no Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial II ("SIFIDE II"), previsto na legislação aplicável.

Neste sentido, relativamente ao exercício referido, ainda se aguarda a decisão por parte da Comissão Técnica com competência delegada pela Agência Nacional de Inovação, S.A. ("Comissão Técnica"), sendo que o investimento conexo com as atividades de I&D efetuadas no exercício correspondeu a um crédito fiscal solicitado no montante de m EUR 309 (investimento total elegível de m EUR 373 constituído por despesas com recursos humanos num montante de m EUR 245 e por despesas de funcionamento que ascenderam a m EUR 128).

Por último, atentos os investimentos realizados em 2019 nesta área em particular, a JMH está igualmente a realizar ações que permitam apresentar às entidades competentes uma candidatura ao SIFIDE II, no prazo legalmente estipulado.

30. Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.514.059 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.475.490 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 754.395 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Partes de capital e Empréstimos a subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante total de investimento em Partes de capital e Empréstimos a Subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ascende, a 31 de dezembro de 2019, a 2.240.211 milhares de euros.</p> <p>Tal como divulgado na Nota 2.3 às demonstrações financeiras, os investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias são registados inicialmente ao custo e analisados, a data de cada balanço, de</p>	<p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Procedemos ao entendimento e avaliação dos processos de monitorização e controlo dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias;▶ Obtivemos os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, e efetuámos uma validação dos mesmos, através da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.</p> <p>Se foram identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e por expectativas de desenvolvimento do mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>Pela relevância dos montantes envolvidos, assim como pela complexidade e juízo inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, consideramos que a valorização dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias constituiu uma Matéria Relevante de Auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Analisámos, com o apoio de especialistas internos, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para teste, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade;▶ Efetuámos procedimentos substantivos para avaliar a existência de indícios de imparidade nos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, nomeadamente comparando os Capitais Próprios das subsidiárias, ou o valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão, com o seu valor contabilístico; e▶ Revimos os montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias e avaliámos a sua razoabilidade. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo a Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme previsto no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

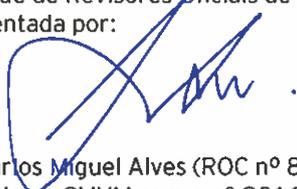
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato em curso correspondente aos exercícios de 2017 a 2018, e nomeados para o mandato de 2019 a 2021 na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria da Entidade em 18 de fevereiro de 2020; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 04 de março de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)
Registado na CMVM com o n.º 20160515



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.,

Introdução

Fomos contratados pela Administração de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (“Jerónimo Martins” ou “Empresa”) para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, que integram a informação de sustentabilidade incluída no Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, do Relatório e Contas 2019 (“Relatório”), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, preparada pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos indicadores identificados abaixo na secção “Responsabilidades do auditor”, incluídos no Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2019, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade “Global Reporting Initiative”, versão GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”, e com as instruções e critérios divulgados no Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2019, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica” (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se os indicadores GRI e indicadores específicos identificados no subcapítulo 10. “Tabela de Indicadores”, do Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2019, como “✓ Indicador verificado por entidade externa e independente”, estão isentos de distorções materialmente relevantes.

O nosso trabalho de garantia de fiabilidade limitada consistiu ainda na realização de procedimentos com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se a Empresa aplicou, na informação de sustentabilidade incluída no Relatório e Contas 2019, as diretrizes GRI Standards.

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- (i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- (iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pelo auditor externo, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da Jerónimo Martins do exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- (vii) Verificar que a informação de sustentabilidade a incluir no Relatório cumpre com os requisitos das diretrizes da GRI Standards, para a opção “De acordo – Essencial”.

Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, conseqüentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente, que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados acima na secção “Responsabilidades do auditor”, incluídos no Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2019, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a Jerónimo Martins não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório, as diretrizes GRI Standards, na opção “De Acordo – Essencial”.

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos da divulgação do Capítulo V. “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor” do Relatório e Contas 2019, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além de Jerónimo Martins, pelo nosso trabalho e pela conclusão expressa neste relatório, o qual será anexado ao Relatório e Contas 2019 da Empresa.

5 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Brochado Correia, R.O.C.

Jerónimo Martins 2019
Rua Actor António Silva, n.º 7
1649-033 Lisboa
Tel.: +351 21 753 20 00
Fax: +351 21 752 61 74
www.jeronimomartins.com